

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

**RAFAEL BALARDIM**

**CUBA: A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO  
E SUA DIMENSÃO INTERNACIONAL (1959-2016)**

**PORTO ALEGRE  
2016**

**RAFAEL BALARDIM**

**CUBA: A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO  
E SUA DIMENSÃO INTERNACIONAL (1959-2016)**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

**PORTO ALEGRE  
2016**

## CIP - Catalogação na Publicação

Balardim, Rafael

Cuba: a construção do socialismo e sua dimensão internacional (1959-2016) / Rafael Balardim. -- 2016. 205 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Cuba. 2. Socialismo. 3. Política externa. I. Visentini, Paulo Gilberto Fagundes, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**RAFAEL BALARDIM**

**CUBA: A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO  
E SUA DIMENSÃO INTERNACIONAL (1959-2016)**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Aprovada em: Porto Alegre, 21 de setembro de 2016.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador

UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dário Teixeira Ribeiro

UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Analúcia Danilevicz Pereira

UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Regina Falkembach Simão

ESPM

*Aos cubanos, que diariamente, (re)inventam  
sua revolução, de forma soberana e criativa.*

## AGRADECIMENTOS

Neste momento de conclusão de mais uma etapa acadêmica, é necessário registrar alguns agradecimentos para expressar a importância do conjunto que me faz estar aqui e prosseguir.

Agradeço às instituições públicas, por se manterem – apesar das conjunturas política, que geram contingências financeiras – públicas. À UFRGS, que me proporcionou um ensino de excelência, com profissionais dedicados ao conhecimento acadêmico. À UNIPAMPA, da qual faço parte do seu quadro docente, por me proporcionar meios de atuar e devolver o investimento que o setor público (por meio de seus contribuintes) investiu em minha formação profissional.

Devo agradecer também a meus professores, que me fizeram aprender e entender o quanto é necessária a dedicação com os estudos. Ao professor Fábio Dias, por me iniciar nos estudos de História e me mostrar o quanto é preciso responsabilidade para entrar em uma sala de aula e interagir com os alunos dentro de um complexo e frutífero processo de aprendizagem. Ao professor Luiz Dario Ribeiro, que tenho como um exemplo de servidor público, o qual não se furta em cumprir sua função de trabalhar para reduzir a ignorância de seus alunos.

Ainda que a História e as Relações Internacionais sempre tenham sido meu interesse, elas não seriam por mim conhecidas devidamente, não fosse o privilégio que tive de ter como orientador o professor Paulo Visentini. A ele agradeço por ser o exemplo de intelectual dedicado ao conhecimento científico, que me inspira – desde o tempo da graduação – no esforço da pesquisa. Agradeço a ele por dividir comigo sua perspicácia interpretativa e analítica. Mais ainda, lhe sou grato por me mostrar sua sensibilidade de perceber detalhes, que muitos não enxergam, da realidade e da natureza.

A amizade, que é o sentimento que me conforta frente às decepções cotidianas, se faz cada vez mais escassa. Entretanto, tenho amigos que nem o tempo nem a distância os retiram de mim. Por me ser caro e fiel, agradeço a Alexandre Missel Knorre, que nunca mediu esforços para debater comigo minhas dúvidas sobre o existir. À Marcos Bohrer e Ludmila Losada, por compreenderem Cuba como um exemplo de opção pela transformação da desagradável realidade e por dividirem comigo convicções socialistas. Agradeço à Greice, pelo seu incansável estímulo à minha vida acadêmica; por seus temas literários e postura sartriana perante os dilemas da vida, que sempre me confortaram em momentos de desalento. Para ela entrego meus melhores sentimentos de carinho e afeto incondicionais.

Em Cuba tive a oportunidade de fazer amigos, bem mais que circunstanciais. Por isso dedico agradecimentos especiais a Sra. Bertila Ayala Prado, que me recebeu e me tratou como a um membro de sua família e por quem nutro sentimento recíproco. A seu sobrinho Javier, que com simplicidade, me mostrou os caminhos e os atalhos de Cuba. A sua sobrinha Célia, funcionária do MININ, por sua crítica e defesa ferevorosa da Revolução, que me possibilitou reflexões cruciais. A sua amiga Marisa, que me proporcionou prazerosas conversas sobre as novelas e atores brasileiros, em meio a dias de intensos estudos. Agradeço também a Yoslan Silverio González, colega historiador e pesquisador do CIPI (Centro de Investigaciones de Política Internacional) por não medir esforços para me possibilitar acessos e bibliografias acadêmicas.

Em minha formação familiar, tive a possibilidade de ter caras pessoas que me ensinaram valores pouco usuais hoje. Nesse sentido, agradeço ao Sr. João Pedro da Silva por seu exemplo de competência e seriedade com as obrigações. Por continuar sendo firme e forte às intemperes da vida e do tempo, como um moirão de guajuvira. A Marco Aurélio Dutra da Silva, por ser um professor nato dos sentimentos e mistérios, do campo e dos animais. Ao Albino, pela serenidade e precaução nas coisas da lida. Pela paciência com um guri perdido em uma fazenda, sou obrigado a agradecer ao Chico, ao César, ao Nei, ao Dilo e ao Neri, por entenderem minhas ansiedades de infância.

Em minha família, devo agradecer a presença matriarcal de minha avó Maria, que sempre me manteve dentro de um espírito de respeito e capricho culinário. Seus infundáveis e detalísticos relatos do varguismo e do janguismo, ainda povoam meus pensamentos. À minha tia Brígida, agradeço pelo carinho e compreensão nas fases de maior transformação (infância e adolescência). Às minhas primas, Daniela e Patrícia, agradeço por sua companhia – cada uma a seu modo – em campereadas e caçadas e por seu exemplo com os estudos universitários. Pela parceria em momentos variados, agradeço a meu tio e padrinho Marco Antônio Medeiros, pelas boas conversas e por me trazer sempre seus diversos entendimentos da política cotidiana.

Ao meu tio, Sr. José Irineu Machado (*in memoriam*), pela obstinação de fazer do campo sua vida. Por seu método de ensino, pouco compreendido, mas de eficácia comprovada. Agradeço a ele por ter dividido comigo seu conhecimento e seus segredos mais íntimos, em bons momentos de poesias, músicas e mates madrugueiros. Seus jeitos, trejeitos e manias, são a herança impagável que recebi dele, ainda em vida, e que em mim permanecem vivas indelevelmente. Agradeço a ele, principalmente, por me ensinar a não ter medo.

Berço de onde eu venho, meu pai e minha mãe – José e Jocilda – sempre foram extremamente bondosos e carinhosos comigo. Agradeço a eles por me ensinarem os

sentimentos essenciais da vida: o amor e a responsabilidade. Sou grato a eles por seus exemplos de honestidade e perseverança. Seu estímulo para que eu seguisse estudando, demonstra sua dedicação infundável e incondicional a mim. Minha respiração provem deles e sempre retornará para eles.

Ao meu irmão, Eduardo, pelo companheirismo em viagens ousadas e por me ensinar a diferença entre turistas e viajantes. Por não desistir de me estimular a percorrer os largos caminhos do mundo. Por ser meu Norte e por me fazer sentir a felicidade de ser seu Sul. Agradeço a ele, principalmente, por me fazer um contraponto necessário nas minhas indefinições humanas, onde o que existe de fato é a exatidão do desconhecido. A minha cunhada, Adriana, por fazê-lo feliz e por trazer mais sorrisos e carinho para minha família.

Das famílias que fazemos na vida, escolhi meus sogros para constituir comigo um caminho de aprendizagens e tolerâncias. Agradeço ao Sr. Castelar Braz Garcia e a Sra. Sônia Tubino Garcia por toda atenção e carinho que tem por mim. Por me tratarem como a um filho, me dando o conforto e a segurança de sua amizade e respeito. A meu cunhado Leandro Castelar Garcia por ser uma fiel companhia para conversas automobilísticas e um bom adversário em questões quantitativas gastronômicas.

Mesmo que eu encontre razões pra seguir a minha maneira, a companhia da Fabiane faz toda diferença na rotina de minha vida. Ela alegra meus dias e torna o que é penoso mais leve. Acompanha-me em planejamentos pouco estruturados e me ensina a ser mais ponderado frente aos desaforos rotineiros. Devo agradecer a ela, por fazer minha vida ter mais cores e sabores; aromas e horizontes. Por tudo lhe sou grato e, o mais importante, é que siga dividindo comigo cachorros, plantas e vida!

*El poema está en la Naturaleza,  
Madre de senos pródigos, esposa  
que jamás desama, oráculo que  
siempre responde, poeta de mil  
lenguas, maga que hace entender  
lo que dice, consoladora que  
fortifica y embalsama!*

José Martí

*Revolución[...] es cambiar  
todo lo que se debe ser cambiado[...]  
es defender valores en los que se cree  
al precio de cualquier sacrificio[...]  
es convicción profunda que no existe  
fuerza en el mundo capaz de  
aplantar la fuerza de la verdad y las ideas.*

Fidel Castro

*Socialismo significa justicia social e igualdad,  
pero igualdad de derechos, de oportunidades,  
no de ingresos. Igualdad no es igualitarismo.  
Este, en última instancia, es también una forma  
de explotación: la del buen trabajador por el  
que no lo es o, peor aún, por el vago.*

Raúl Castro

## RESUMO

A construção do socialismo em Cuba está intimamente ligada com sua inserção internacional. Em 1959, triunfou a revolução de caráter nacionalista e anti-imperialista, visando resolver as contradições de uma economia subordinada às relações com os EUA. Ante os ataques norte-americanos, em 1961 foi declarado o caráter socialista da revolução, iniciando uma aproximação sistemática de Cuba com a URSS e os países socialistas. Com uma política externa identificada com os ideais marxistas-leninistas, Cuba sofreu o rompimento e o isolamento no continente latino-americano. Na década de 1970, com a modernização de sua economia, desenvolveu uma política externa de características terceiro-mundista, participando ativamente do processo de descolinização afro-asiático e ganhando posição de liderança no Movimento dos Países Não-Alinhados. As transformações dos anos 1980, com a “Nova Guerra Fria”, resultaram na dissolução da URSS, em 1991. O novo cenário unipolar trouxe para Cuba o desafio da manutenção de seu modelo político e social. Com uma série de reformas internas e mudanças em sua política externa, Cuba tem resistido com sucesso, inclusive mantendo um grau considerável de cooperação internacional, no século XXI.

**Palavras-chave:** Cuba. Socialismo. Política externa.

## **ABSTRACT**

The building of socialism in Cuba is closely linked to its international insertion. In 1959, the nationalist and anti-imperialist revolution has succeeded, seeking to solve the contradictions of an economy subject to relations with the US. Before the US attacks, in 1961, was declared the socialist character of the revolution, initiating a systematic approach to Cuba with the Soviet Union and the socialist countries. With a foreign policy identified with the ideals Marxist-Leninists, Cuba suffered disruption and isolation in the Latin American continent. In the 1970s, with the modernization of its economy, it has developed a foreign policy with Third World principles characteristics, actively participating in the african-Asian decolonization process and winning leadership position in the Movement of Non-Aligned Countries. The transformations of the 1980s, with the "New Cold War" resulted in the dissolution of the USSR in 1991. The new unipolar scenario brought to Cuba the challenge of maintaining its political and social model. With a series of internal reforms and changes in its foreign policy, Cuba has successfully resisted, including maintaining a considerable degree of international cooperation in the twenty-first century.

**Key-words:** Cuba. Socialism. Foreign policy.

## RÉSUMÉ

La construction du socialisme à Cuba est étroitement liée à son insertion internationale. En 1959, la révolution nationaliste et anti-impérialiste a triomphé, cherchant à résoudre les contradictions d'une économie soumise aux relations avec les Etats-Unis. Avant les attaques américaines, en 1961 a été déclarée le caractère socialiste de la révolution, initiant une approche systématique de Cuba avec l'Union soviétique et les pays socialistes. Avec une politique étrangère identifiée avec les idéaux marxistes-léninistes, Cuba a connu des perturbations et de l'isolement sur le continent latino-américain. Dans les années 1970, avec la modernisation de son économie, elle a développé une politique étrangère des caractéristiques du Tiers-Monde, en participant activement au processus de décolonisation africaine-asiatique et de gagner la position de leader dans le Mouvement des pays non alignés. Les transformations des années 1980, avec la «nouvelle guerre froide» on conduit à la dissolution de l'URSS en 1991. Le nouveau scénario unipolaires apporté à Cuba le défi de maintenir son modèle politique et social. Avec une série de réformes internes et des changements dans sa politique étrangère, Cuba a résisté avec succès, y compris le maintien d'un degré considérable de coopération internationale dans le XXIe siècle.

Mot-clé: Cuba, socialisme, politique extérieure

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Topografia de Cuba.....	56
Mapa 2 - Divisões político-administrativas.....	116
Mapa 3 - Comércio Exterior Cubano (1985-1991).....	177
Mapa 4 - Comércio Exterior Cubano (1992-1996).....	178
Mapa 5 - Comércio Exterior Cubano (1997-2013).....	179
Mapa 6 - Principais Parceiros Comerciais de Cuba.....	181
Mapa 7 - Comércio Exterior Cubano por Continentes.....	184
Gráfico 1 - Comércio Exterior Cuba-Rússia.....	181
Gráfico 2 - Comércio Exterior Cuba-Venezuela.....	182
Gráfico 3 - Comércio Exterior Cuba-China.....	182
Gráfico 4 - Comércio Exterior Cuba-Espanha.....	183

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Importações segundo o país de origem das mercadorias para o ano de 2006 **Erro! Indicador não definido.**61
- Tabela 2 - Importações segundo o país de origem das mercadorias para o ano de 2007 **Erro! Indicador não definido.**62
- Tabela 3 - Exportações segundo o último país de destino das mercadorias para o ano de 2006 ..... **Erro! Indicador não definido.**62
- Tabela 4 - Exportações segundo o último país de destino das mercadorias para o ano de 2007 ..... **Erro! Indicador não definido.**63
- Tabela 5 - Importações segundo o país de origem das mercadorias para o ano de 2010 **Erro! Indicador não definido.**
- Tabela 6 - Importações segundo o país de origem das mercadorias para o ano de 2011 **Erro! Indicador não definido.**71
- Tabela 7 - Exportações segundo o último país de destino das mercadorias para o ano de 2010 ..... **Erro! Indicador não definido.**72
- Tabela 8 - Exportações segundo o último país de destino das mercadorias para o ano de 2011 ..... **Erro! Indicador não definido.**72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA-TCP	– Aliança Bolivariana para a Nossa América-Tratados de Comércio para os Povos
ALPRO	– Aliança para o Progresso
AEC	– Associação de Estados do Caribe
ALCA	– Área de Livre Comércio das Américas
ALADI	– Associação Latino-Americana de Integração
ANAP	– Asociación Nacional de Agricultores Pequeños
BANCEC	– Banco para o Comércio Exterior de Cuba
BANDES	– Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
BIRD	– Banco Interamericano para Reconstrução e o Desenvolvimento
CEPEC	– Centro de Promoción del Comercio Exterior y Inversión Extranjera
CDR	– Comites de Defensa de la Revolución
CEF	– Comitê Estatal de Finanças
CCAN	– Conselho de Cooperação do Atlântico Norte
CEE	– Comunidade Econômica Europeia
CELAC	– Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CAME	– Conselho Econômico de Ajuda Mútua
CUC	– Peso Conversível Cubano
CUP	– Peso Cubano
DR-13-M	– Diretório Revolucionário 13 de março
ELAM	– Escola Latino-Americana de Medicina
ECOALBA	– Espaço Econômico da ALBA
FEU	– Federação Estudantil Universitária
FMC	– Federação de Mujeres Cubanas
FLPE	– Frente de Libertação do Povo da Eritréia
FNLA	– Frente Nacional de Libertação de Angola
FAPLA	– Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FONU	– Frente Obrero Nacional Unida
FSLN	– Frente Sandinista de Libertação Nacional
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FNCA	– Fundação Nacional Cubano-Americana

G-77	– Grupo dos 77
ACP	– Grupo Ásia-Caribe-Pacífico
ICP	– Instituto Cubano do Petróleo
ICAP	– Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos
INDER	– Instituto Nacional de Deporte, Educación Física e Recreación
INRA	– Instituto Nacional da Reforma Agrária
JUCEPLAN	– Junta Central de Planificação
CARICOM	– Mercado Comum do Caribe
MCC	– Mercado Comum Centro-Americano
MNR	– Milícias Nacionales Revolucionarias
MINCEX	– Ministério de Comércio Exterior
MINFAR	– Ministério das Forças Armadas Revolucionárias
MINREX	– Ministério das Relações Exteriores
MNA	– Movimento dos Países Não-Alinhados
MPLA	– Movimento Popular de Libertação de Angola
MR-8	– Movimento Revolucionário 8 de outubro
MR-26-7	– Movimento Revolucionário 26 de Julho
ONEI	– Oficina Nacional de Estadística y Información
OEA	– Organização dos Estados Americanos
OLAS	– Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONU	– Organização das Nações Unidas
OPP	– Órgãos de Poder Popular
ORI	– Organizações Revolucionárias Integradas
OSPAAAL	– Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTC	– Organização de Turismo do Caribe
PCC	– Partido Comunista de Cuba
PCCH	– Partido Comunista Chinês
PCUS	– Partido Comunista da União Soviética
PEA	– População Economicamente Ativa
PP	– Partido Popular
PSOE	– Partido Socialista Obrero Espanhol
PSP	– Partido Socialista Popular
RDA	– República Democrática Alemã

RFA	– República Federal da Alemanha
SELA	– Sistema Econômico Latino-Americano
UE	– União Europeia
UJC	– Unión de Jóvenes Comunistas
UNITA	– União Nacional para Independência Total de Angola
UNASUL	– União de Nações Sul-Americanas
UPEC	– Unión de Periodistas de Cuba
UPC	– Unión de Pioneros de Cuba
VAR	– Vanguarda Armada Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>A POSIÇÃO INTERNACIONAL DE CUBA: TEORIA E HISTÓRIA .....</b>	<b>21</b>
2.1	BASES TEÓRICAS DA POLÍTICA EXTERNA CUBANA .....	21
2.2	A POSIÇÃO INTERNACIONAL DE CUBA COLONIAL E NEOCOLONIAL .....	53
2.3	TRIUNFO E (NÃO)RECONHECIMENTO DA REVOLUÇÃO .....	73
<b>3</b>	<b>CUBA DURANTE A GUERRA FRIA: SOCIALISMO E TERCEIROMUNDISMO (1959-1991) .....</b>	<b>82</b>
3.1	A INSTITUCIONALIZAÇÃO, O ISOLAMENTO E O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL (1959-1975).....	82
3.2	3.2 PROJEÇÃO INTERNACIONAL E SOLIDARIEDADE PRAGMÁTICA (1975- 1991) .....	109
<b>4</b>	<b>EXTERNA CUBANA NO PÓS-GUERRA FRIA (1991-2016): DIFICULDADES E DESAFIOS.....</b>	<b>131</b>
4.1	AS DIFICULDADES DO PERÍODO ESPECIAL E DO FIM DO SÉCULO XX (1991- 2000) .....	131
4.2	SÉCULO XXI: NOVOS DESAFIOS E NOVAS PARCERIAS (2001-1016).....	154
4.3	PARCEIROS E RESULTADOS DAS PARCERIAS .....	173
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>183</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>189</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Entre os acontecimentos históricos marcantes do século XX, a Revolução Cubana figura entre os mais importantes. Resultante da conjunção de idealismos e pragmatismo, se mostrou como um projeto concreto de desenvolvimento político, econômico e social. Dos quase sessenta anos de revolução, praticamente a metade desse tempo, o governo revolucionário cubano resistiu sem a existência da URSS ou do bloco socialista. A suposta dependência vital se deparou com a permanência de Cuba sem tais parceiras e, as dúvidas iniciais do pós-Guerra Fria, deram lugar a certeza do exemplo que Cuba representava para o mundo.

Com uma história marcada pela dependência do capitalismo internacional e pela proximidade geográfica dos EUA, Cuba se mostrou capaz de surpreender analistas acadêmicos e estrategistas militares, ao consolidar sua revolução em um cenário hostil e repleto de pressões. A postura marxista-leninista não esteve presente desde o início do processo revolucionário – que ainda se encontra em curso – mas Cuba construiu o socialismo, baseado em seus princípios nacionalistas, anti-imperialistas e terceiromundista<sup>1</sup>. Ganhou força política estratégica entre os países do Terceiro Mundo<sup>2</sup>, tornando-se, por vezes, objeto central da Guerra Fria.

---

<sup>1</sup> O termo terceiromundista ou terceiromundismo designará neste trabalho, a postura de Cuba por buscar atingir os objetivos dos países do Terceiro Mundo, se fazendo liderança e atuando ativamente no cenário internacional em prol desses.

<sup>2</sup> A expressão Terceiro Mundo é do demógrafo francês, Alfred Sauvy, que a utilizou no início dos anos 1950, em um artigo do *France-Observateur* intitulado: "Trois mondes, une planète". Nesse artigo, Sauvy comparava o Terceiro Mundo ao Terceiro Estado francês, pré-Revolução Francesa. Assim como o Primeiro e o Segundo Estado (nobreza e clero) dirigiam a França absolutista, fazendo que com o Terceiro Estado arcassem com o ônus da situação nacional, o Primeiro e o Segundo Mundos utilizavam e exploravam o Terceiro Mundo durante a Guerra Fria. Para os países do Primeiro e Segundo Mundo, a divisão do planeta em dois blocos era interessante, já para o Terceiro Mundo (todos os outros países, que não pertenciam nem ao Primeiro nem ao Segundo Mundo), o necessário era o desenvolvimento, a descolonização e o desarmamento. Sendo assim, terceiromundismo designará neste trabalho, a postura de Cuba por buscar atingir os objetivos dos países do Terceiro Mundo, se fazendo liderança e atuando ativamente. Uma bela explicação sobre a divisão do planeta em "Mundos" é apresentada por Arrigui (1996, p.21) "A exitosa resistência do povo vietnamita marcou o apogeu de um processo iniciado pela Revolução Russa de 1917, mediante o qual o Ocidente e o não-Ocidente foram repositionados numa configuração tripartite, composta de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos. Enquanto o não-Ocidente histórico foi quase inteiramente agrupado no Terceiro Mundo, o Ocidente histórico cindiu-se em três componentes distintos. Os mais prósperos (a América do Norte, a Europa Ocidental e a Austrália) acrescidos do Japão, passaram a constituir o Primeiro Mundo. Um de seus componentes menos próspero (a União Soviética e a Europa Oriental) passou a constituir o Segundo Mundo, e um outro (a América Latina) juntou-se ao não-Ocidente para compor o Terceiro Mundo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a Guerra do Vietnã, em parte como causa e em parte como efeito dessa cisão tripartite do Ocidente histórico, o não-Ocidente pareceu viver um processo de afirmação de seu próprio destino". Nesse processo de afirmação de seu próprio destino, o Terceiro Mundo contou com a participação e liderança cubana.

A política externa cubana mostrou-se decisiva para os processos de descolonização afro-asiático, apoiando movimentos em Angola, Etiópia e Indochina. Na América Central contribuiu com movimentos armados contra as ditaduras de segurança nacional e cooperou com diversos países nas áreas de educação e saúde. Nos organismos multilaterais denunciou as agressões imperialistas e se constituiu como voz das nações subdesenvolvidas. Na década de 1990, resistiu ao fim do bloco socialista e se reergueu, por meio de reformas que não alteraram a essência de seu regime.

No século XXI, tem se mostrado mais atuante na cooperação internacional e nos processos de integração regional latino-americanos. Sua política externa trabalha para a maior multilateralização de suas relações exteriores, tarefa na qual tem obtido relativo sucesso, se considerarmos seu número de parceiros comerciais. Com uma maior diversificação em suas relações externas, Cuba tem atraído investimentos estrangeiros para modernizar seu setor produtivo e atender aos direitos sociais da população, condições indispensáveis de sobrevivência de seu modelo econômico-social.

Dessa forma, o tema da presente tese se justifica, em primeiro lugar, pela escassez de trabalhos sobre a política externa cubana. Isso lhe confere originalidade e garante, em segundo lugar, a contribuição para os estudos de política externa e integração, bem como para as alternativas de inserção internacional sob cenários adversos, procurando entender a especificidade da atuação e da importância cubana no sistema internacional.

Cuba ainda desperta – por sua experiência revolucionária e modelo político-social – paixões e repulsas. A polêmica sobre a ilha gera, a apologia e a crítica, das estruturas cubanas. Intelectuais que reconhecem os avanços internos como a universalização da saúde, a erradicação do analfabetismo e a eliminação da miséria, tratam o tema muitas vezes de forma partidária, quando não panfletária. Outros que se concentram nas críticas quanto a falta de democracia, escrevem trabalhos sobre a ditadura castrista, seu desrespeito aos direitos humanos e as privações (alimentares e de informação) as quais a população é submetida.

Tais posturas polarizadas surgem, possivelmente, por ser a Revolução Cubana, um marco político e ideológico na história da América Latina, no pós-II Guerra Mundial, portanto contemporânea aos seus analistas. Em plena Guerra Fria, uma revolução nacionalista, anti-imperialista e, depois socialista, ocorreu exatamente na área de influência norte-americana, mais sólida e guarnecida – o Mar do Caribe. Isso fez com que Cuba se tornasse ou um exemplo a ser seguido ou um perigo a ser evitado e combatido. Apesar de tudo isso, é importante ressaltar que a maioria dos países mantém relações diplomáticas com Cuba, possuindo inclusive embaixadas ou escritórios na ilha.

Por esse motivo, se faz necessário e urgente, uma pesquisa acadêmica, ancorada na teoria, para que o tema seja tratado cientificamente, de forma a elucidar e trazer conhecimento científico sobre a política externa cubana. Independente de filiações partidárias ou cenários conjunturais, é necessário que se busque compreender as estruturas criadas pelo governo revolucionário para que Cuba possa se inserir no cenário internacional de forma autônoma e independente e, apesar de seu reduzido tamanho geográfico, tenha peso e espaço político na atual configuração de poder.

Entender como uma ilha consegue se manter em meio a um sistema, onde ela é desafiadora, foi o impulso inicial da pesquisa. Este impulso resultante de uma visita de mais de um mês a ilha, onde foi percorrido todo território de oeste a leste. Se as dificuldades existem, também existem as conquistas inegáveis. A manutenção dessas conquistas – que são tratadas pelos cubanos como direitos essenciais – é um desafio para um governo, que desde seu surgimento tem como principal opositor a nação hegemônica do capitalismo a poucos quilômetros de sua costa norte. Assim, a pesquisa busca compreender, como Cuba se insere no sistema internacional e de que forma atua para manter não apenas sua soberania, mas também para atrair apoios e parcerias para seu projeto revolucionário.

Sendo assim, optou-se por estudar a construção do socialismo cubano e sua dimensão internacional (por meio da política externa), no período de 1959-2016, desde a Revolução até os oito primeiros anos do governo Raúl Castro. Analisando a construção do socialismo e as fases que a política externa de Cuba atravessou, da Guerra Fria ao período Pós-Guerra Fria. Nessa perspectiva, o problema central da pesquisa é *de que forma Cuba construiu seu poder nacional para evitar o isolamento internacional?*

A hipótese deste trabalho é que o socialismo foi um elemento constitutivo do poder nacional cubano, que conseguiu atingir o interesse nacional de evitar o isolamento do país no sistema internacional. A política externa cubana atuou com sucesso na busca de apoio político e parceiros econômicos comerciais, para manter e fortalecer seu modelo político-social, bem como o desenvolvimento econômico. O conflito da Guerra Fria exerceu o papel de elemento externo de pressão, onde Cuba conseguiu desempenhar um papel relevante nas relações internacionais, principalmente no que concerne a suas relações de apoio e cooperação com os países do Terceiro Mundo, tornando-se um ator determinante no sistema internacional, mesmo não sendo uma potência nuclear. No pós-Guerra Fria vem atuando também por meio das organizações multilaterais, para dar legitimidade e visibilidade a suas ações e ter o apoio da sociedade internacional, ampliando dessa forma seu poder nacional.

Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa é *analisar construção do socialismo*

*cubano como um recurso de poder, que por meio de sua política externa atingiu o interesse nacional de evitar o isolamento internacional*, tendo como objetivos específicos:

- a) analisar historicamente a construção do socialismo em Cuba;
- b) identificar a atuação da política externa cubana, sob o regime revolucionário, para atingir o interesse nacional;
- c) compreender como Cuba se insere no sistema internacional e atua na busca de apoio político e parceiros econômico-comerciais no período pós-Guerra Fria;
- d) verificar quais os resultados práticos das relações internacionais cubanas, para sua estrutura econômica e social.

Para execução da pesquisa, se iniciou pela da análise histórico-descritiva (com revisão da literatura) do contexto interno e externo cubano, buscando contextualizar o tema. Para a fase inicial da pesquisa foram utilizados livros, periódicos nacionais e internacionais e produção acadêmica. Outra etapa da pesquisa documental, foi constituída da análise de fontes primárias ainda pouco exploradas e que elucidaram muito do estudado na etapa anterior. Documentos oficiais (discursos, acordos, tratados, telegramas, comunicados e expedientes) possibilitaram o aprofundamento da compreensão do objeto de estudo, entretanto sempre tendo em conta a contextualização histórica e social, assim como tomando os devidos cuidados de considerar dimensões como o tempo e a autoria. Importante também para essa etapa da pesquisa foi a visita de um mês à Cuba, quando se pode ter acesso a documentos históricos e bibliografia especializada. De grande contribuição também foram os contatos com acadêmicos e diplomatas, para a identificação das percepções, das estratégias e dos valores que caracterizam a política externa cubana no período analisado.

## 2 A POSIÇÃO INTERNACIONAL DE CUBA: TEORIA E HISTÓRIA

O objetivo deste capítulo é apresentar conceitos teóricos que aparecem ao longo deste trabalho. Estes são apresentados de forma teórico-conceitual, para depois no desenvolvimento da tese serem aplicados ao caso específico da construção do socialismo em Cuba e sua dimensão internacional. Também será feito um apanhado histórico da ilha de Cuba, desde sua inserção no capitalismo mundial como colônia espanhola (dentro da lógica mercantilista do século XV) até o triunfo da revolução cubana no início de 1959. O objetivo é compreender as estruturas coloniais que condicionaram o desenvolvimento cubano e como as contradições internas de um país periférico tornaram possível o movimento revolucionário.

### 2.1 BASES TEÓRICAS DA POLÍTICA EXTERNA CUBANA

Inicialmente é necessário observar a não generalização teórica, dada a natureza diversa de cada fenômeno histórico.

Cada movimento, cada fenômeno, tem características próprias que lhe são particulares. Ao mesmo tempo, cada movimento, cada fenômeno, apesar de suas particularidades específicas, não pode ser discernido, compreendido e explicado a não ser no quadro de conjuntos mais amplos e mais gerais. [...] A dialética do geral e do particular não se contenta em “combinar” a análise do “geral” e do “particular”. Esforça-se também por explicar o particular em função de leis gerais, por modificar as leis gerais em função do jogo de certo número de fatores particulares. (MANDEL, 1982, p.121)

Desta forma, busca-se explicar a política externa cubana, dentro do quadro geral do pós-II Guerra Mundial (Guerra Fria) e do período pós-Guerra Fria. Ressaltando e concentrando-se, evidentemente, nas particularidades das estruturas cubanas criadas pelo movimento revolucionário para, então, analisar e compreender a inserção internacional de Cuba.

Este capítulo entende o conhecimento teórico como necessário para a consciência e leitura crítica da produção bibliográfica existente e para analisar os acontecimentos e dados relacionados ao tema de pesquisa. Também é uma forma de ter em conta as variáveis de estrutura e conjuntura, localizadas no tempo e no espaço, sem que se façam generalizações

descontextualizadas ou parciais. Acrescenta-se a isso, o fato de a política externa cubana ser planejada e executada no seio de um processo revolucionário.

A revolução não é um acontecimento, mas sim um processo que se desdobra em muitos estágios e fases, sem parar nunca. A verdade que dela se diz hoje pode ser inexata amanhã, e vice-versa. A descrição e a análise não podem fazer justiça à realidade, e há sempre o perigo que a falsifiquem. [...] Isso ainda é mais importante pelo fato de que os relatos e estudos burgueses, que proporcionam e ao mesmo tempo deformam grande parte das informações existentes, são constitucionalmente incapazes de compreender os fenômenos históricos em seu desenvolvimento, ou seja, dialeticamente, e portanto se limitam a interpretá-los irracionalmente, em termos de surpresa ou catástrofe, ou ambos. (SWEEZY; HUBERMAN, 1960, p.101)

É nesse sentido é que se busca o máximo de conceitos que permitam uma interpretação do objeto, que não peque por analisar as aparências dos fatos e acontecimentos e consiga, sim, a partir da análise das estruturas interpretar a realidade em construção da política externa cubana.

Os trabalhos sobre política externa foram precedidos de estudos sobre a história diplomática que vem desde o século XIX, quando eram abordados apenas os aspectos formais e oficiais das relações entre os Estados. Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle (1967), a partir da segunda metade do século passado foram que trouxeram uma nova abordagem aos estudos do internacional, trabalhando conceitos como de forças profundas (geográficas, demográficas e econômicas) e de homem de estado, personalidade e interesse nacional.

Desde então, passou-se a considerar-se nas pesquisas outros atores, que não apenas os Estados e seus representantes oficiais, mas também, instituições, indivíduos, empresas, movimentos políticos e culturais, etc. O Neo-Institucionalismo (ou Neoliberalismo), como escola teórica, introduziu nos estudos de relações internacionais variáveis e categorias, que ampliaram não só os atores, mas também categorias como cooperação e interdependência. A partir dos anos 1960, o maior número de Estados, provenientes do processo de descolonização afro-asiático, trouxe um desafio para a não fragmentação dos polos de poder mundial; a sociedade civil começou a exigir do Estado, que este assumisse novas funções, principalmente devido à diversidade da agenda que se apresenta com temas como desenvolvimento econômico, democracia, identidade cultural, preservação ambiental e direitos humanos.

Portanto, pela grande quantidade e variedade de escolas teóricas e pela abrangência a que se propõe um estudos de relações internacionais de um país ou de um grupo de países, é necessário que se tenha sempre uma visão multidisciplinar, para tentar atingir uma análise mais holística do objeto em questão. Nesse estudo são utilizadas ferramentas e conceitos da História, da Ciência Política, da Economia, da Geografia, etc.

Especificamente quanto aos estudos de política externa, as questões centrais são sempre: quem elabora e qual sua relação com a política interna. Os formuladores da política externa de um Estado são membros do grupo social que dá sustentação política ao governo, mas dentro desse são mais forte que outros elementos do mesmo grupo. Essa hegemonia vem do poder econômico, da importância social, da capacidade produtiva ou mesmo de *lobbies*. Para quem a política externa é formulada ou atendendo a quais interesses, nem sempre são tão claros. Por vezes, os indivíduos ou grupos de indivíduos que se beneficiam com a condução da política externa de um país estão camuflados por discursos e ações, que nem sempre são possíveis de serem identificados. No caso de Cuba é mais evidente que a política externa seja formulada para a maioria da população e com o interesse de consolidar o projeto revolucionário, gestado ainda no período de guerrilha. Isso ficou evidente, quando os interesses de grupos econômicos abastados foram prejudicados resultando, inclusive, a oposição dos EUA.

O estudo da política externa cubana (1959-2016) abrange um período longo e por tanto o trabalho se concentra em enfatizar de forma sistemática as relações do governo revolucionário de Cuba com outros países, regiões e instituições. Procura mostrar o papel político que exercem determinados grupos sociais na tomada de decisões da política externa cubana. Também qual o padrão ou matriz da política externa seguida frente a determinadas estruturas e conjunturas internacionais.

A relação entre a política externa e a política interna corresponde a uma relação dialética. Nem sempre estão no mesmo ritmo ou possuem as mesma características. Essa relação não corresponde a uma lógica linear e, por isso, é errôneo julgar a política externa de um país exclusivamente pelas características políticas e econômicas de sua política interna. Também não é possível caracterizá-la exclusivamente pelo grupo social detentor do poder. Isso é o que explica, em vários momentos históricos, relações diplomáticas e comerciais entre Estados de regimes políticos tão diferentes e hostis.

Brucan (1974) salienta que em um mundo tão interdependente, as conexões entre a política interna e externa são tão estreitas, que qualquer problema interno tem sua dimensão externa e o contrário também é verdadeiro. Dessa maneira, as fronteiras das duas políticas são cada vez mais invisíveis e difusas. Efetivamente, o que as ainda diferencia, é o meio onde se processam: a política interna em um ambiente com leis e poder central que mantém uma determinada ordem e; a política externa num meio anárquico sem nenhum tipo de poder regulador que não a desigualdade entre as nações. Portanto, o sistema internacional é moldado

pelo comportamento e pelos princípios compartilhados pelos Estados, mas da mesma forma, estes se comportam de acordo com as mudanças e transformações do sistema.

Os fatores externos que podem influenciar a política externa dos Estados são: *externos*, que são de acordo com as relações interestatais (coerção, cooperação ou integração); *internos*, que são grupos que dependem das relações com forças estrangeiras, seja por questões econômicas, raciais, religiosas ou mesmo militares e; *transnacionais*, que se dão por meio midiático de informação, esportivo, artístico ou literário. Este último é o próprio *soft power*, que nada mais é que um modo indireto de exercer o poder (NYE, 2002), criando admiração e convencendo Estados a assumirem uma postura que defenda interesses que não os seus. Tratando de outra temática, mas mostrando a capacidade de criar padrões internacionais, Carr cita os povos de língua inglesa, em uma passagem que contribui para a compreensão do *soft power*.

As teorias da moral social são sempre produto de um grupo dominante, que se identifica com a comunidade como um todo, e que possui facilidades, negadas aos grupos ou indivíduos subordinados, para impor sua visão da vida na comunidade. As teorias da moral internacional são, pela mesma razão e em virtude do mesmo processo, o produto das nações ou grupos de nações dominantes. Nos últimos cem anos, e mais particularmente desde 1918, os povos de língua inglesa formaram o grupo dominante no mundo e as atuais teorias da moral internacional foram projetadas para perpetuar sua supremacia, e se expressaram no idioma peculiar a eles. Tanto a visão de que os povos de língua inglesa são os monopolistas da moral internacional, quanto a visão de que eles são hipócritas internacionais consumados, podem ser reduzidas ao simples fato de que os atuais cânones da virtude internacional foram, por um processo natural e inevitável, criados principalmente por eles. (CARR, 2001, p.105)

O sistema educacional cubano foi estruturado para tentar romper com essa lógica de um padrão moral internacional. A busca pela independência política e econômica se desdobra também na tentativa do desenvolvimento intelectual autônomo (não sujeito ao modelo hegemônico), sendo um reflexo do nacionalismo cubano. É certo que o controle midiático exercido pelo governo tem sua influência em tal processo, mas é também socialmente construído por gerações e quadros políticos que visam a manutenção da soberania do país, frente as investidas do imperialismo cultural.

No que diz respeito as estruturas estatais, pode-se partir da premissa de que não há uma relação direta das estruturas de um Estado com o outro. O regime político e a organização social dos Estados não possuem ligações ou interações naturais. As diferenças de organização dentro do sistema internacional podem ser de grandes dimensões, mas isso não impede as relações internacionais. É o Estado que promove ajustes (Acordos, Tratados, etc.) para que as relações possam se tornar possíveis. É assim que se dá o intercâmbio comercial e

a cooperação internacional entre Estados que possuem distintas organizações internas. Mesmo a ação de grupos ou instituições não-governamentais não é suficiente para que processem relações entre Estados com estruturas divergentes, é somente com a participação desse ator não monolítico e completo de contradições – o Estado – que se tornam possíveis e sustentáveis as relações internacionais.

Dentro do Estado vários atores atuam, desde classes e grupos sociais até organizações representativas, religiosas e classistas. A influência desses atores depende de algumas variáveis, tais como o grau de representação, consciência e interesses que cada um desses grupos conseguem sustentar de forma autônoma dentro da estrutura política, além da força de sua representação social.

As relações internacionais são a continuidade das relações sociais já existentes no seio da nação, em uma nova esfera. Esfera essa onde não há um poder ou uma autoridade suprema capaz de impor sua vontade. Isso faz com que as relações internacionais sejam qualitativamente diferentes de outras relações sociais (BRUCAN, 1974. p.57), principalmente pela forma do uso da força

[...] com respeito a seus cidadãos, o Estado detém o monopólio da força legítima, ao passo que não o detém com respeito aos outros Estados. Nas relações internacionais, a força como recurso de poder é usada em regime de livre concorrência, livre, entende-se como é toda forma de concorrência, que jamais se desenrola entre entes perfeitamente iguais. (BOBBIO, 2006, p.223)

Portanto, ainda que existam outros atores (empresas, grupos políticos, entidades não governamentais), são os Estados que executam as atividades internacionais essenciais (tratados, guerra, acordos comerciais e de paz)

[...] los estados no son entidades abstractas, sino que expresan los intereses e fines de las naciones, las clases y otros grupos sociales estados reflejan los intereses comunes que obran en prol de la *cooperación*, o las diferencias e fines opuestos que obra en prol del *conflicto* de esas naciones, clases y otros grupos. (BRUCAN, 1974, p.58, grifos do autor)

Assim, um Estado pode ser considerado soberano, se possuir autonomia para elaborar e executar sua política interna e externa, sem a intromissão de forças exteriores. Para tanto, a noção de igualdade entre os Estados no Sistema Internacional – independentemente de suas capacidades – é importante, tanto quanto o princípio de não-intervenção. Na prática, o que se observa é o oposto a isso: os Estados com maiores recursos de poder, interferem na soberania dos Estados mais “fracos” impondo-lhes seus interesses. Por vezes, elementos nacionais

exercem esse papel, pressionando e traindo a soberania nacional. Por interesses privados, defendem interesses estrangeiros dentro de seu território nacional, diminuindo assim a autonomia interna e externa de seu país e fragilizando sua soberania. Em Cuba, desde a independência (e mesmo antes) até a revolução, se observou esse tipo de prática por parte dos latifundiários e parte da burguesia nacional.

Brucan (1974. p.193-194), a partir da obra de Rosenau (*A Pre-theory of Foreign Policy*) propõe uma série de variáveis, que são aplicáveis a este trabalho e a realidade do objeto pesquisado. Em número de cinco são elas: Elementos básicos naturais ou materiais, constituídos de variáveis sistêmicas, tais como meio geográfico, população e produção, sendo que mudanças qualitativas (Revolução Científico-Tecnológica) na última, trazem a capacidade de alterar as duas primeiras; Forças sociais, que formam as variáveis societárias, onde são consideradas categorias como classe e nação, suas características, consciência, ideologia e ações no cenário internacional; Fatores de contingência, sejam econômicos políticos ou militares, correspondem a capacidade que conferem aos dois primeiros conjuntos de variáveis de influenciarem a política externa; Aparato que seria a variável de governo, quanto a tomada de decisões e; Liderança que é a variável idiossincrática.

Considerando que a política externa cubana, em muito se define e se caracteriza pelas relações com os EUA, podemos aplicar as variáveis acima da seguinte maneira: as variáveis sistêmicas são compreendidas na medida em que os EUA foi a potência hegemônica do pós-II Guerra Mundial – ao menos no bloco Ocidental – com poderio militar e econômico; as variáveis societárias são compostas de uma burguesia industrial e financeira norte-americana que busca a expansão dos mercados e de uma burguesia nacional cubana associada ao capitalismo internacional; as variáveis de contingência são formadas pela necessidade de uma resposta – por parte dos EUA – às nacionalizações realizadas de empresas transnacionais pelo governo revolucionário cubano e pela postura ideológica ameaçadora que este assumiu depois da revolução e, pelo lado cubano, a exploração a que Cuba estava submetida, primeiro pela Espanha e depois pelos EUA; o aparato de tomada de decisões é constituído pela CIA e por outros organismos internacionais (controlados pelos EUA), que entendem a necessidade de intervenção – direta ou indireta – em Cuba e; as variáveis de liderança tem não só a firmeza da condução do processo revolucionário por um lado, como também os presidentes norte-americanos, que com um forte apelo de orgulho nacional se veem impelidos a combater o regime cubano.

Assim, as variáveis apresentadas serão utilizadas como condutoras teóricas para a explicação da política externa cubana, evidenciando-se as relações com os EUA, que de fato

representam a variável sistêmica desse estudo. A atenção dada a essas relações se deve ao fato de considerarmos que muito da matriz da política externa cubana é formulada em reação e resistência às investidas dos EUA sobre Cuba. Essas relações não são determinantes a ponto de serem mais importantes que outros aspectos – em determinadas situações – contudo devem ser tratadas com seu devido peso, sob pena de termos uma visão parcial.

O sentimento e a consciência nacional, de acordo com Brucan (1974) são a faceta psicológica do caráter nacional, que seria um conjunto de pensamentos e ações coletivas e que desempenham papel importante na atuação internacional das nações. O interesse nacional por sua vez, é composto dos desejos que impulsionam a ação de um Estado no sistema internacional. Este é composto das relações sociais historicamente construídas, de acordo com elementos geográficos, políticos, econômicos e ideológicos de cada grupo nacional.

En realidad, los fines que una nación persiege fuera de sus fronteras representan *la extensión o extrapolación de los intereses nacionales en la escena mundial*. Por eso las afirmaciones diplomáticas e ideológicas que tratan de justificar las acciones las naciones y de los estados en el exterior, contienen invariablemente principios, argumentos y valores tomados del depósito de los intereses nacionales. (BRUCAN, 1974, p.129, grifos do autor).

É importante ressaltar, que o internacionalismo marxista não entra em choque com o interesse nacional, na medida em que este último tem também por preocupação as questões do âmbito internacional, inclusive sendo esta postura geradora da solidariedade internacionalista. Ainda assim, é verdade, que por vezes os países mais fortes em recursos de poder, podem usar o internacionalismo como um instrumento de pressão dentro do bloco socialista para reforçar sua liderança ou mesmo homogenizar condutas

<sup>1</sup>. Também é possível que o internacionalismo seja adequado aos interesses nacionais<sup>2</sup>.

Outro conceito analítico, apresentado por Brucan (1974) e que se faz essencial no estudo da ação cubana no cenário internacional é o poder nacional. Esse tem suas dimensões relativas aos graus comparativos. O poder nacional pode ser constituído desde aspectos geográficos e populacionais, até capacidade produtiva, científica-tecnológica e bélica, além do prestígio internacional e da capacidade diplomática (BRUCAN, 1974, P.140). Entretanto, o poder nacional só tem valor – uma vez que é potencial – se existir capacidade política para usá-lo com objetivos bem definidos. A tomada de decisões em um Estado, por suas

---

<sup>1</sup> Foi o caso da pressão da URSS sobre a Romênia, em 1940, quando está alertava para o perigo de uma possível invasão do exército alemão.

<sup>2</sup> Isso pode ser verificado na posição chinesa quanto a Guerra do Vietnã, onde as notícias da imprensa chinesa mudam o tom, a partir do início das conversações Pequim-Washington para a coexistência pacífica.

lideranças, decorre da conjugação desses três elementos (categorias ou conceitos) internos apresentados – caráter, interesse e poder nacional – que se mesclam aos fatores externos, resultando nas possibilidades de inserção e atuação internacional.

Em Cuba, o caráter nacional é moldado pelo sentimento anti-imperialista, oriundo das guerras de independência, do século XIX. Após a revolução de 1959, o interesse nacional passa a ser a manutenção do governo revolucionário e o não isolamento país no sistema internacional. Seu poder foi constituído por um sistema educacional eficiente, pelo treinamento militar e sua relações com o bloco socialista, ao menos até o final dos anos 1980. A participação cubana no Terceiro Mundo, lhe garantiu prestígio internacional, assim como sua política de solidariedade internacionalista, compondo um recurso de poder nacional importante para o período Pós-Guerra Fria.

Desta forma, é necessário uma análise sobre as dimensões e sentidos da Guerra Fria, período em que se processou a Revolução Cubana e onde se estruturaram as ferramentas de sua política externa. As características desse período moldaram a inserção internacional de Cuba e deixaram fortes reflexos no período posterior, trazendo a necessidade de readequações e mudanças sensíveis na condução da participação cubana no sistema internacional.

A Guerra Fria é em geral analisada com dois sentidos (ou dimensões) pela maioria dos estudiosos de Relações Internacionais. Um é o sentido de *período histórico*, pautado pelo conflito político-militar-ideológico e, o outro o sentido *sistêmico*. Antes de tudo é necessário explicar que para descrever e analisar a Guerra Fria é impossível trabalhar com apenas um dos sentidos. Portanto, analisaremos cada um em separado, mas sempre tendo em vista que são eles complementares e que apenas um dos sentidos não é capaz de dar conta da complexidade que caracteriza a Guerra Fria.

O primeiro sentido, que trata a Guerra Fria como um período histórico, permeado pelo conflito político-militar-ideológico, divide o período de 1947-1989, em várias fases de acordo com a posição das duas superpotências, uma para com a outra. Estas posições variam por motivos de natureza militar, econômica, político-estratégica ou mesmo ideológica. Contudo, a Guerra Fria foi uma nova forma de conflito onde não ocorreu o conflito direto entre os principais atores (EUA e URSS) devido a seus arsenais nucleares.

Após a Conferência de Potsdan (julho de 1945), iniciou-se a bipolarização da Europa que acabou por se reproduzir no mundo, dividindo-o geopoliticamente (Leste X Oeste) e ideologicamente (socialismo X capitalismo). Fred Halliday (1999) divide a Guerra Fria em: a primeira Guerra Fria (1945-1953) e a segunda Guerra Fria (1979-85). O primeiro período caracterizado pela bipolarização do mundo pós-II Guerra Mundial e o segundo período

marcado pela chamada “Nova Guerra Fria”, onde o conflito foi relançado pela administração republicana de Ronald Reagan (1981-88), que incentivava uma nova corrida armamentista. Esta nova corrida armamentista com o projeto “guerra nas estrelas” deu superioridade militar aos EUA frente a URSS que viu sua economia debilitar-se e com isso diminuiu os gastos militares e reduziu o apoio às revoluções no Terceiro Mundo (como bem comprova a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, em 1989).

O período compreendido entre as “duas Guerras Frias” apresentadas por Halliday, é dividido em dois subperíodos, por Visentini (1996). O período 1955-64 é marcado pela coexistência pacífica entre as duas potências e durante o qual ocorre a estruturação dos dois blocos em meio à crise e tensões, se estendendo até a deposição de Nikita Krushev. O período da coexistência passou por momentos tensos como a Revolução Cubana, em 1959, a invasão da Baía dos Porcos e a construção do Muro de Berlim, em 1961, e a crise dos mísseis em outubro de 1962. Momentos esses que colocam Cuba no centro das atenções, por representar o grande foco de tensão, em meio ao período de início da distensão das relações americanas-soviéticas.

O segundo período entre as “Guerras Frias” de Halliday é apresentado por Visentini a *détente*. Visentini a delimita entre 1964 e 1979, onde a manutenção da *détente* entre as duas potências se deu devido a vários fatores, entre eles: o assassinato de Kennedy (1963) e a deposição de Krushev (1964); os acordos entre EUA e URSS limitando armamentos em troca da redução da participação soviética no Terceiro Mundo; o equilíbrio nuclear atingido quando a URSS adquiriu a capacidade de fabricar ICBMs; e a emergência Terceiro Mundo.

Retomando a afirmação inicial, de que a Guerra Fria não pode ser tratada em apenas um de seus aspectos, sob a pena de não conseguirmos apreender seu sentido, é necessário também se fazer uma leitura do caráter sistêmico do conflito, seguindo a advertência do professor Visentini de que

Muitos estudiosos enfocam a Guerra Fria como simples conflito ideológico e outros como mera luta pelo poder entre superpotências, visando a dominação mundial. Além disso, estudos procuram apenas estabelecer o “culpado” pelo seu desencadeamento, o “expansionismo soviético” (de caráter político) ou o “imperialismo americano” (de viés econômico), dentro de uma visão de história acidental ou definida pela vontade pessoal dos estadistas. Geralmente tais enfoques enfatizam unicamente a dimensão militar-nuclear como eixo de análise, o que representa uma distorção da realidade. Contudo, a Guerra Fria constitui um conflito complexo, racionalmente explicável à luz das enormes transformações que marcaram o século XX. (VIZENTINI, 1998, p.96)

A Guerra Fria pode ser definida como um sistema internacional, como podemos perceber através da leitura de vários autores. Raymond Aron (2002), conceitua o sistema originado pela Guerra Fria como um sistema bipolar

[...] dois atores dominam seus rivais de tal modo que cada um deles torna-se o centro de uma coalizão, constringendo os atores secundários a se situarem com relação aos dois ‘blocos’, aderindo a um deles. (ARON, 2002, p.194)

E também ainda quando

[...]duas unidades políticas principais ultrapassam todas as outras em importância, de forma que o equilíbrio geral do sistema só é possível com duas coalizões: todos os demais Estados, pequenos ou grandes, ficam obrigados a aderir a um dos dois campos. (ARON, 2002, p.157)

Assim, também, o período da *détente* é explicado por Aron quando ele mostra que o sistema bipolar era heterogêneo e por isso: “... um dos campos sustenta os rebeldes que lutam contra o regime no campo inimigo” (ARON, 2002, p.171).

Kenneth Waltz (1979), define estrutura internacional, o que nos é de muita valia para entender porque a Guerra Fria pode ser considerada um sistema. Considera a definição de estrutura

[...] por la especificación de funciones de las unidades. Cuanto más jerárquico es el sistema, mayor es la diferenciación de funciones; cuanto más anárquico, mayor la similitud de funciones entre las unidades. (WALTZ, 1979, p.32)

Dentro do sistema bipolar heterogêneo que Aron nos fala, muito importante é a manutenção do equilíbrio entre as duas potências, como aquele verificado durante o período de coexistência pacífica. A política do equilíbrio é definida como “[...] manobra destinada a impedir que um Estado acumule forças superiores a de seus rivais coligados” (ARON, 2002, p. 193).

Assim,

A política do equilíbrio obedece a uma regra de bom-senso e deriva da prudência necessária aos Estados desejosos de preservar sua independência, de não estar à mercê de outro Estado que disponha de meios incontroláveis. [...] A mesma política [a de equilíbrio de poder] será considerada moral, ou será pelo menos justificada historicamente, pelos que temem uma monarquia universal e almejam a sobrevivência dos Estados independentes. (ARON, 2002, p.193)

É interessante a visão de dois autores neorrealistas, James Dougherty e Robert Pfaltzgraf, quanto ao equilíbrio sistêmico, levando em consideração a distribuição do poder, mesmo em um período de ameaça nuclear. Afirmam que

[...] un sistema internacional está en condición de equilibrio en la medida en que sus agentes principales estén satisfeitos con el *status quo* territorial, político y económico. Se reconoce que todo Estado o grupo del sistema podría beneficiarse con alguna forma de cambio [en el sistema internacional]; en consecuencia, los costos de cambiar forman las barreras principales a la acción perturbadora o desestabilizadora. La distribución de poder representa los medios principales para controlar el comportamiento de los Estados. Los Estados dominantes mantienen una red de relaciones dentro del sistema para este fin. (DOUGHERTY; PFALTZGRAF, 1993, p.133)

Os dois autores ainda tratam a respeito do equilíbrio e do desequilíbrio no sistema internacional, que

Se dice que un sistema en el cual el costo de expansión iguala o excede los beneficios percibidos está en equilibrio. De igual forma, el equilibrio, una vez que se alcanza, en sí mismo está sujeto a cambio, dado que hay una tendencia a que los costos económicos de mantener el *status quo* aumenten más rápido que la capacidad económica de apoyarlo. En consecuencia, el desequilibrio representa una brecha entre las unidades del sistema internacional y la capacidad de los estados dominantes de mantener el sistema existente. (DOUGHERTY; PFALTZGRAF, 1993, p.203)

Na política do equilíbrio bipolar, Aron (2002) distingui três categorias de atores: “[...] os dois líderes das coalizões; os Estados que são obrigados a tomar partido, ingressando em uma delas; e os Estados que podem e querem ficar fora do conflito.” (p. 135) A segunda categoria incluía praticamente todos os países do globo, já a terceira categoria só pode ser percebida, de certa forma, após a I Conferencia de Países Não-Alinhados, em 1961. Ocorre que a adesão a uma das coalizões

[...] limita a liberdade de escolha das médias e pequenas potências, subordinadas ao seu caráter estratégico para a potência-guia [a líder], e sua própria autonomia interna. Assim, as médias e pequenas potências (satélites) têm que aceitar as opções ideológicas que lhes são impostas, forma esta da potência-guia garantir que não haja mudanças internas nos satélites, que o levem para o bloco oposto. (BOBBIO, 2000, p.1089-1099)

Da mesma maneira Aron afirma que

Os líderes das coalizões devem ao mesmo tempo *prevenir* o crescimento da outra coalizão, e do Estado que a lidera – e *manter* a coerência da sua própria coalizão. As duas tarefas estão interligadas de muitas maneiras. Se um Estado muda de campo,

ou declara sua neutralidade, a relação de forças se altera. (ARON, 2002, p.203, grifos do autor).

Os EUA não conseguiram fazer isto com Cuba e pela mesma deficiência perderam parte do Vietnã e da Coréia. A URSS perdeu a Albânia em 1961; em 1963 o PCCH rompeu com o PCUS; a Indonésia pendeu para a direita com o golpe de 1965 de Suharto; quase perdeu a influência sobre a Romênia e a Tchecoslováquia, em 1968, não fosse a Doutrina de Soberania Limitada, lançada por Leonid Brejnev. No entanto, obteve alguns sucessos, apesar do desgaste, ao impedir que o mesmo ocorresse na Hungria (1956), na Polônia, no Afeganistão (1979). Estes fatos corroboram a afirmação acima de Aron.

A respeito dos satélites, Aron ainda explica de seu papel na eclosão de conflitos

[...] num sistema do gênero [bipolar] os satélites constituem um motivo de conflito entre os “grandes”. De acordo com a rigidez ou a flexibilidade das coalizões, a responsabilidade pelos conflitos cabe primordialmente aos satélites ou aos atores principais. (ARON, 2002, p.207)

Entretanto, explica que diferente do período da Guerra do Peloponeso

A União Soviética e os Estados Unidos não correm o risco de serem arrastados à guerra pelas disputas de seus aliados ou satélite, como acontecia com Esparta e Atenas. Os meios de destruição que possuem os dois protagonistas de hoje alteram, talvez, a *essência* da competição diplomático-estratégica. (ARON, 2002, p.217, grifo do autor).

Quanto à possibilidade de guerra entre as duas superpotências, apesar da afirmação, Aron faz uma projeção em 1962 (data da publicação de sua obra), uma vez que a Guerra Fria ainda estava em andamento. Por este mesmo caráter contemporâneo à guerra, Jean-Baptiste Duroselle, complementa a afirmação de Aron, quanto a importância e o papel dos satélites para a eclosão do conflito

[...] a diplomacia assume uma forma nova [depois de alcançado o equilíbrio nuclear], favorável aos pequenos Estados, pois os grandes não ousam impor-lhes sua vontade pela força, com medo do apocalipse. Assim, os Estados Unidos não se atrevem a intervir em Cuba, nem a URSS na Albânia, seu infiel satélite. (DUROSELLE, 1976, p.120)

Uma leitura apressada e desatenta do trecho acima encontrará uma divergência entre Aron e Duroselle, mas a questão exposta é mais profunda. Duroselle afirma o cuidado que as duas potências possuíam para com os pequenos Estados, não intervindo neles por saber de seu

peso na política de equilíbrio bipolar. Aron por sua vez expõe que os satélites não têm o poder (que tinham os satélites helênicos de Esparta e Atenas) de arrastar as superpotências para uma III Guerra Mundial.

Por fim Aron adverte que apesar do equilíbrio, o perigo de um conflito total é sempre presente em um sistema bipolar

Este sistema pode não ser mais instável ou belicoso do que o pluripolar, porém está mais sujeito a guerra geral. De fato, se todas as unidades políticas pertencem a um dos dois campos, todo o conflito local interessará o conjunto do sistema. O equilíbrio entre os dois campos será afetado pelo comportamento de numerosas pequenas unidades. À falta de um 'terceiro homem', os dois 'grandes' se confrontam permanentemente, de modo direto ou indireto. Para que se entendam, é necessário traçar uma linha de demarcação, distribuir zonas de influência, proibir a dissidência: o cliente de um não pode ter o direito de passar para o outro, ficando todos proibidos de incitar qualquer membro à dissidência. (ARON, 2002, p.207)

A preocupação inicial exposta parece temer que a crise dos mísseis de 1962, se tornasse costumeira. EUA e URSS bem que demarcaram seus espaços para evitar a guerra geral. Mesmo com uma visão *a posteriori*, Eric Hobsbawm endossa a afirmação anterior de Aron

[...] as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem choque aberto entre suas Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível. Na verdade, na hora da decisão, ambas confiavam uma na outra, mesmo em momentos em que se achavam oficialmente à beira da guerra, ou mesmo já nela [a crise dos mísseis de 1962 e a Guerra da Coreia de 1950-53, respectivamente] (HOBSBAWM, 1995, p.40)

Apesar da afirmação (ou revelação) de Hobsbawm, é possível verificar-se que EUA e URSS, não observaram a última regra exposta na sentença acima de Aron, quanto a não incitar a dissidência, principalmente os EUA que sempre investiram forte na propaganda de liberdade do mundo capitalista, através do cinema principalmente<sup>3</sup>. O assédio se dá em todas as partes do mundo, sendo os exemplos mais latentes Berlim ocidental, Hong Kong e Cuba. Por isso que Aron é categórico ao afirmar que

Num sistema de configuração bipolar, a paz exige a estabilização das clientelas dos Estados, com a proibição de recrutar clientes dentro deles. Mas esta proibição cai por terra quando explode a luta de morte. Quando não há tal proibição, *a paz se torna belicosa antes mesmo de encetada a guerra: é a guerra fria*. (ARON, 2002, p.208, grifo nosso).

<sup>3</sup> Os filmes como *Comando Delta*, *Rock IV* e *Rambo*, entre outros, são exemplos perfeitos.

E segundo Duroselle é o que acontece já durante o período de coexistência pacífica

“Coexistência pacífica” não significa absolutamente o abandono dos objetivos fundamentais [principalmente por parte dos soviéticos]. Mas em vez de dirigir esse esforço dos países desenvolvidos do Ocidente (tática de Lênin), tentar-se-ia ganhar os países subdesenvolvidos do “terceiro mundo”. (DUROSELLE, 1976, p.116)

É necessário ainda citar que, sobre os sentidos da Guerra Fria, Halliday faz uma grande discussão e aponta a existência de dois debates: um é uma argumentação histórica sobre as causas e responsabilidades pelo conflito, o outro é em relação à “dinâmica subjacente do conflito” (HALLIDAY, 1999, p.188) O primeiro debate possui três fases distintas: o consenso anticomunista, o “revisão” e o consenso “pós-revisão”. O primeiro possui riqueza de conteúdo histórico, mas foi limitado pela conjuntura política em que se desenvolveu e andou à margem da teoria.

O segundo debate, este sobre a dinâmica do conflito Leste-Oeste, contava com maior elaboração teórica, porém este esforço teórico foi apenas para alguns de seus elementos constitutivos e não alcançou a guerra Fria como um todo.

A análise do que foi a Guerra Fria permaneceu quase toda no nível pré-teórico, no sentido de ter posições teóricas implícitas ao invés de explícitas e de falhar em perguntar quais poderiam ser as implicações da Guerra Fria para a teoria das Relações Internacionais. (HALLIDAY, 1999, p.189)

Apesar disto, este segundo debate teve quatro abordagens principais: a realista, a subjetivista, a internalista e a intersistêmica. Para a primeira, a Guerra Fria era vista como a continuação da política dos Grandes Poderes, com algumas peculiaridade, tais como as armas nucleares e o conflito total (de todas as estruturas) entre o capitalismo e comunismo. Esta abordagem parece menosprezar a grande importância das particularidades, que foram inéditas e mudaram o caráter do conflito. A visão subjetivista defendia que se houvesse maior troca de informações entre os dois campos opostos o conflito poderia ter sido evitado. Dessa forma, essa visão não considera a existência dos compromissos ideológicos de cada bloco como a essência do conflito.

A abordagem internalista localiza: “[...] a dinâmica da Guerra Fria dentro, ao invés de entre, os blocos contendores” (HALLIDAY, 1999, p.190). Muitas vezes localiza as fontes do conflito na política doméstica dos dois Estados ou dentro dos blocos, tratados como uma totalidade. Assim, considera que o conflito foi positivo na medida em que deu unidade aos blocos e reafirmou o poder dos países líderes.

A quarta e última abordagem sobre a dinâmica do conflito Leste-Oeste se distingue das outras três. O argumento intersistêmico

[...] em oposição ao realismo, ele nega que a rivalidade Leste-Oeste seja somente uma continuação da política tradicional dos Grandes Poderes, não somente pelo questionamento da validade deste modelo supostamente universal e clássico, mas pela atribuição de um lugar central no conflito ao caráter diverso e heterogêneo dos Estados competidores nas esferas nacional e internacional; em oposição às teorias de percepção errônea [as subjetivista] afirma que os programas políticos em disputa e as perspectivas ideológicas dos dois blocos devem ser consideradas seriamente, embora não unicamente, e que os Estados formando os blocos eram, em termos amplos, comprometidos com a sua realização; contra os internalistas, a abordagem ‘intersistêmica’ afirma que o conflito internacional tinha uma realidade, em outras palavras, que os dois blocos estavam preocupados não somente com questões internas, lucros, hierarquias ou ‘ordem’, mas também em melhorar sua posição relativa *vis-à-vis* um ao outro e em prevalecer sobre o outro. (HALLIDAY, 1999, p.192)

Importante saber que a visão intersistêmica é reconhecida tanto por soviéticos (Gramsci – “Teoria da correlação de forças”; Andrei Jdanov– “Teoria dos dois campos”) quanto por americanos (explicitada na disputa entre os mundos comunista e livre).

As citações dos autores acima foram colocadas para descrever e analisar os dois sentidos atribuídos à Guerra Fria: o sentido do conflito político-ideológico-militar e o sentido sistêmico. No primeiro, como mostram os autores, a Guerra Fria teve períodos históricos caracterizados pelas relações entre as duas superpotências em seus respectivos campos a caminho da distensão ou do recrudescimento do conflito. O segundo sentido, mostra que a Guerra Fria criou um sistema bipolar heterogêneo que possuiu todas as características apontadas pelos teóricos.

Em suma, não há possibilidade de se tratar a Guerra Fria, nem possibilidade de se construir uma análise sobre ela, utilizando-se apenas uma das dimensões. Isto porque, como um conflito ao longo da história, possuiu períodos que mostram alterações no sistema, visíveis apenas com auxílio de uma análise sistêmica; e porque o sistema criado pela Guerra Fria, por sua vez, passa por diferentes momentos discerníveis apenas em uma abordagem histórica das fases do conflito. Portanto, uma das dimensões explicativas, depende necessariamente da outra.

Quanto a diferença de relações internacionais e política internacional, se partirá da diferença apontada por Brucan baseado na obra de Wright (1955), que afirma serem disciplinas distintas, onde a última é a arte de influir, manipular ou controlar grupos para atingir os fins desejados. Entretanto, Brucan adverte que para ser uma arte antes necessita ser ciência, ou seja, é necessário uma análise objetiva dos fatos históricos internacionais para a

compreensão das estruturas sócio-políticas. Contudo, ainda que se busque essa distinção conceitual, é possível que ao longo desse trabalho, relações internacionais e política internacional sejam utilizadas com o mesmo fim (sendo a primeira sempre mais abrangente), salvo quando tiver que distingui-las novamente.

As questões políticas se sobressaem em um primeiro momento, pois são fenômenos de curta duração e, portanto se processam de forma mais rápida e visível. Nesse sentido, a ênfase que se dará ao aspecto político das relações internacionais cubanas e de sua política internacional, se deve ao fato já alertado por Carr

Quando os estados cooperam entre si para manterem serviços postais, ou de transportes, ou para prevenirem o alastramento de epidemias, ou, ainda, para suprimirem o tráfico de entorpecentes, essas atividades se denominam "não-políticas" ou "técnicas". Mas logo que surge uma questão que envolve, ou parece envolver, o poder de um estado com relação a outro, o assunto se torna imediatamente "político". (CARR, 2001, p.135)

Contudo, o comentário de Brucan é mais crítico e parece se enquadrar melhor para o caso cubano, uma vez que leva em consideração não apenas o poder, mas a desigualdade entre as nações

Puesto que el poder, en nuestra opinión, es más efecto que una causa, la tesis de Carr podría expresarse mejor de la siguiente manera: tan pronto como surge una cuestión que encierra, o que se cree que encierra, a la desigualdad o superioridad de un Estado en relación con otro, la cuestión se vuelve inmediatamente a la "política". (BRUCAN, 1974, p.63)

As questões relacionadas a estrutura econômica, mundial e cubana, serão tratadas como estruturais. Essas são encaradas não de forma determinante sobre as infraestruturas políticas e sociais, mas dentro da lógica dialética de sobredeterminação. Em um estudo de política externa, assim como de qualquer área das relações internacionais, deve-se ter em conta a relação dialética das estruturas para a compreensão das conjunturas em que se processam os acontecimentos. Não procedendo assim, corre-se o risco de um estudo baseado no determinismo econômico, tratando os fenômenos sociais como resultados mecânicos do modo de produção. Engels já advertia sobre o perigo do determinismo econômico estreito

De acuerdo con la concepción materialista de la historia, el elemento finalmente determinante en la historia es la producción y la reproducción de la vida real. Más que eso, ni Marx ni yo nos hemos atrevido a decir jamás. Por consiguiente, si alguien lo tuerce para que diga que el elemento económico es el único determinante, transforma esa proposición en una frase vacía de sentido, abstracta. La situación económica es la base, pero diversos elementos da superestructura, las teorías

jurídicas, políticas y filosóficas, las concepciones religiosas y su ulterior desarrollo en sistema de dogmas, también ejercen su influencia en el curso de las luchas históricas y, en muchos casos, preponderan en la determinación de su forma. (MARX; ENGELS, 1979, s/p/)

Quando se trata de relações internacionais, o fator econômico é mais relativo ainda. Basta pensarmos nas relações econômica existentes do bloco capitalista com o bloco socialista durante a Guerra Fria. Também é possível notar que mudanças econômicas nos países de cada bloco, não afetaram as relações comerciais intrabloco. Portanto, nas relações internacionais o fator econômico perpassa todas as estruturas, dando-lhes forma e caráter, mas possui menos força de determinação que no interior de cada Estado. As inovações tecnológicas (de produção e reprodução) se expressam na política interna por meio das relações de classes e das forças produtivas e, na política internacional, por meio das relações entre os Estados, que são afetadas pelas relações de classe e de nações.

O estado-Nação vive de uma realidade dialética, onde as forças internas que foram formadoras da nação (língua, usos, costume e tradição) nem sempre trabalham para sua preservação. Por outro lado, a desigualdade entre as nações age como força agregadora das nações, ante ao perigo estrangeiro. Isso é facilmente identificado em movimentos de independência e libertação nacional: quando sob domínio estrangeiro, as forças centrípetas não se manifestam no interior da nação, mas basta a libertação com a expulsão do estrangeiro, que as forças desagregadoras (luta de classes e de interesses) tomam conta do cenário político interno. Em Cuba, tanto as lutas de independência, como a revolução foram agregadoras da sociedade (ao menos da maioria), seja para expulsar o Império espanhol e suas práticas colônias anacrônicas, seja para acabar com a dominação imperialista dos EUA. Obviamente, em cada um desses processos, as forças agregadoras tiveram diferentes intensidades e grupos de interesses ligados aos espanhóis ou aos norte-americanos, representaram a conservação, não participando do movimento de “libertação” (BATARD, 2005; SAN MARTÍN, 2006; CERVERA 2008).

No âmbito social, é preciso considerar que a estrutura de classes pode se modificar em um período de tempo médio, mas a consciência nacional, prevalece mesmo nos momentos mais adversos e, é ela que é evocada pelos dirigentes nacionais, quando se trata de algum perigo proveniente da desigualdade entre as nações. É esse sentimento que foi explorado pelos guerrilheiros de Sierra Maestra. Mais que o autoritarismo e corrupção do governo Batista (PADRÓN e BETANCOURT, 2008), foi a exploração e usurpação a que Cuba estava submetida pelos EUA (graças as ligações espúrias com Batista) que fizeram com que os

camponeses e depois os trabalhadores apoiassem a luta armada e a tomada do poder. “[...] la consciencia nacional se convierte en la fuerza espiritual más vigorosa cuando la independencia o la existencia de una nación es amenazada o puesta en peligro” (BRUCAN, 1974, p.84).

Foi assim que se processou a independência cubana e também foi assim, com a invasão da Baía do Porcos, na Playa Girón, quando as milícias contiveram o ataque até a chegada do exército cubano. Interessante notar que revoluções como a cubana, que alteram estruturas sociais e econômicas, não alteram a consciência nacional, só a fortalecem, mas não a modificam no que se refere a condução da política externa. Isso porque na maioria das vezes, a diplomacia (secreta ou não) não faz parte diretamente das lutas ideológicas que ocorrem dentro da sociedade, tais como relações de trabalho e produção. Claro que a política externa acaba sendo afetada por tais disputas, mas de forma mais lenta e suave do que os preços, os salários e o custo dos impostos.

As questões políticas não são compostas apenas das relações sociais, senão também das relações entre os Estados-Nação. Tanto a luta de classes, como os potenciais conflitos ou cooperações entre os Estados são o cerne da política. Nessa última relação, conflito e cooperação não são de livre escolha, são sim elementos inerentes das relações internacionais. A complexidade da política é expressa por Brucan, quando apresenta a divisão desta em dois sistemas: o administrativo e o de competência pelo poder (BRUCAN, 1974, p.111). No sistema capitalista, o primeiro se preocupa com a tomada de decisões, com a ordem social e com a garantia de direitos; o segundo se dedica a manutenção e ampliação dos recursos de poder. Nos países socialistas, essa divisão é bem menos sensível, principalmente se olharmos para Cuba, as funções de organização e educação andam juntas com a defesa da revolução (DÍAZ, 2009).

Outro fator que torna a política complexa é a incorporação em sua estrutura de vários agentes (governos, sindicatos, partidos, etc.) de forma piramidal. Tem ocupado boa parte dos debates em Relações Internacionais (Realismo X Liberalismo), saber o quanto os atores não-estatais tem influenciado as políticas externas, pois a sua existência e influência já são ponto pacífico. Desde o desenvolvimento do capitalismo, classes e grupos sociais interferem e participam do sistema internacional, por meio do aparato estatal. É historicamente verificável, que a burguesia se internacionalizou – junto com o capital – muito mais que o proletariado<sup>4</sup>. Mesmo em Estados proclamados proletários (URSS, China, Vietnã, Coreia do Norte, Cuba e

---

<sup>4</sup> Exemplos bem sucedidos da articulação burguesa seriam o G-7, o Fórum Econômico Mundial e até o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

os países do Leste Europeu, até 1989), a internacionalização da classe trabalhadora – como defendida por Marx – esbarrou na força da organização da burguesia internacional.

Nessa influência dos atores não-estatais na política externa, pode ocorrer de um dos agentes se inserir no aparato estatal e ganhar tanto poder a ponto de se desligar da base da estrutura, deixando de lado as raízes da política, que são as questões de classe (interna) e de relações internacionais (externa). Soma-se a isso, o disfarce e a camuflagem do objetivo maior da política que é o poder. Partidos, grupos e sindicatos não proclamam tal objetivo abertamente – que seria provavelmente condenado pela ignorância e pela moral – e acabam o travestindo de questões morais e religiosas, alegando ser em prol da maioria. Disso nasce a dificuldade na luta política, pois a desonestidade de objetivos confunde e turva a realidade do jogo político, seja no âmbito interno, seja na arena internacional.

Dessa dissimulação também temos que a postura da classe dominante mundial, tende a ser seguida e imitada pela maioria da população em escala mundial. Disso proveem os consensos propagados pelos meios de informação a serviço – ou de propriedade – dessa elite hegemônica. Considerando que essa elite tem o Estado sob seu comando, a advertência de Brucan é contundente

[...] mientras el Estado tenga bajo su mando a los medios de información con los que puede influir en la opinión pública, existirá siempre la posibilidad de inculcar en las mentes de las personas nociones falsas acerca de la vida internacional y una disposición en favor de la política del grupo que está en el poder. (BRUCAN, 1974, p.117)

O *soft power* é responsável por boa parte da manutenção do *status quo* a um alto custo financeiro, mas a um baixo custo militar. A arte de convencer e fazer seguir-se é antiga e já elaborada desde o Império Romano, contudo, frente a velocidade da informação, atualmente, essa forma de dominação tomou proporções quase imperceptíveis. Por isso, à uma análise estrutural (via documentação oficial e bibliografia acadêmica especializada) devem ser agregadas informações midiáticas, que muito evidenciam os interesses em jogo no cenário mundial.

O Estado ator político, sempre foi uma preocupação da escola marxista conceituá-lo, assim como suas forças sociais. Ele visto como um instrumento de dominação de uma elite; um instrumento de controle político do Estado-Nação e; um agente organizador e promotor de consciência, seja nacionalista ou revolucionária. Portanto, segundo Hallyday (1999. p. 66), os debates marxistas estão longes de apontar o desaparecimento ou transcendência do Estado.

Ainda que as obras de Marx digam mais do internacional ao tratar de temas internos, é no conjunto de seus escritos que a teoria contribui para a análise das relações internacionais. É dessa teoria que vem suas contribuições para a sociologia, a economia, a ciência política, a filosofia e a história. Mais especificamente, a partir de 1960, trabalhos sobre história internacional fazem a aproximação com relações internacionais e passam a oferecer um arcabouço de análise para compreensão da atuação dos Estados no Sistema Internacional (RENOUVIN; DUROSELE, 1967).

Mais adiante, na década de 1960, trabalhos como de Perry Anderson (1995) e Eric Hobsbawn (2009), trazem uma visão ampla e geral do desenvolvimento do capitalismo e do Estado. Anderson trabalha o desenvolvimento do Estado e sua atuação no contexto internacional de disputas. Hobsbawn centra-se na evolução do sistema intencional, desde a revolução Francesa, até o pós-Guerra Fria.

Os trabalhos de Immanuel Wallerstein (1974), já na década de 1970, trazem um estudo da evolução da economia capitalista desde o século XVI, até os debates sobre Guerra Fria. O desenvolvimento de uma economia mundo, a circulação da produção e a hierarquia mundial entre centro, semi-periferia e periferia o sistema mundo. Contribui por tratar não apenas das forças sistêmicas, mas também por teorizar a respeito das forças anti-sistêmicas.

O materialismo histórico é composto das questões materiais (questões socioeconômicas) e das questões históricas. No primeiro aspecto, são consideradas a produção econômica pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Também as relações de produção, ou seja, sistema de propriedade e controle das forças produtivas. Do somatório das duas questões temos o *modo de produção*, onde todas as estruturas, resultantes da interação entre forças e relações de produção, se apresentam em *formações sociais*. Portanto, a análise materialista histórica, não parte de abstrações, senão da experiência humana em determinados contextos socioeconômicos.

Não existe, portanto, nenhum “sistema internacional” ou qualquer componente de sua atividade, seja a guerra ou a diplomacia, que possa ser abstraído do modo de produção. Na verdade, as relações internacionais são o estudo entre as formações sociais e não das relações entre os Estados. A partir do momento que se aplica esta percepção às questões do internacional, uma clara mudança de foco é visível. Assim, o Estado não é mais percebido como um a corporificação do interesse nacional ou da neutralidade judicial, mas sim como *locus dos interesses* de uma sociedade específica ou *de uma formação social definida por sua estrutura socioeconômica*. (HALLIDAY, 1999, p.74, grifo nosso).

À essa visão materialista, deve-se agregar a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, que consegue explicar como o capitalismo se desenvolve baseado nas relações

entre seu *centro* e sua *periferia*. É essa relação que permite a acumulação de capital e poder nos países desenvolvidos, enquanto os países pobres lutam (nem sempre) para se libertar da exploração. Essa desigualdade gerada faz com que as tecnologias se desenvolvam no centro do sistema capitalista, de forma que esse perpetue a subjugação da periferia, não só de forma econômica, mas também militar se preciso.

A produção em larga escala de mercadorias, nos países desenvolvidos, domina o mercado mundial por sua produtividade, preços e custos. Isso impede o desenvolvimento industrial e social dos países subdesenvolvidos, pois não possuem capitais acumulados para investir em inovações tecnológicas, nem condições de concorrer com seus produtos artesanais ou primários no mercado internacional. O excedente de capitais gerado nos países desenvolvidos, sob controle de monopólios, leva a exportação de capitais para os países periféricos, desenvolvendo segmentos econômicos que sejam complementares (nunca concorrentes) de sua economia.

O Estado, nesses países [subdesenvolvidos], defende antes de tudo o capital estrangeiro. Não toma sequer medidas, mesmo modestas de proteção da indústria nascente contra a concorrência dos produtos importados. O domínio da economia dos países dependentes cria uma situação econômica e social na qual o Estado preserva e consolida os interesses das antigas classes dominantes, ligando-as aos interesses do capital imperialista [...]. (MANDEL, 1982, p.51)

Dos impostos cobrados (ou extorquidos) da população é que se mantém a administração local, criando a divisão de classes e nacional, que ajuda a evitar levantes, revoltas e revoluções. A diminuta burguesia burocrática que se cria une-se aos altos militares e aos proprietários rurais (agroexportadores) formando a base de apoio para domínio do capital estrangeiro. Essa formação social era presente em Cuba, antes da revolução, e se mantém presente ainda hoje em outros tantos países. É portanto, a *Lei do desenvolvimento desigual e combinado*, que explica melhor a situação econômica e social – com seus reflexos políticos – resultante do capital imperialista.

Nos países atrasados – ou pelo menos numa série deles – a estrutura social e econômica, nos seus traços fundamentais, não é nem de uma sociedade tipicamente feudal, nem de uma sociedade tipicamente capitalista. Sob o impacto do domínio do capital imperialista, *combina*, de maneira excepcional, traços feudais, semifeudais, semicapitalistas e capitalistas. A força social dominante é a do capital, mas em geral do capital estrangeiro que se trata. A burguesia indígena não exerce pois o poder político. A maioria da população não se compõe de assalariados, e em geral também não de servos, mas de camponeses submetidos, em graus diversos à arbitrariedade dos proprietários fundiários e dos cobradores de impostos. (MANDEL, 1982, p.51, grifo do autor).

Disso, provém a questão histórica, constitutiva do paradigma materialista histórico. Como é conhecido da teoria marxista, eventos e sociedades só podem ser analisados dentro de seu contexto histórico, ou seja, deve ser considerado, como eventos e estruturas do passado influenciam na construção do presente e nas decisões futuras. Desta maneira, para analisar problemas e tendências é necessário o estudo das origens e condicionantes do desenvolvimento da sociedade (objeto de pesquisa).

[...] o que Marx disse sobre o papel da história se aplica a todos os países: as políticas domésticas e externa, os instintos do líderes e as respostas do público, as instituições políticas, as mágoas e os medos que removem a população, tudo isto é mais reflexo do passado do que se costuma admitir. (HALLIDAY, 1999, p.75)

Assim, como o materialismo e a história são conceitos centrais, as classes também são elementos da análise marxista que trazem luz aos acontecimentos da história cubana, que resultam na política externa do governo revolucionário. Esta categoria de classe é definida pela propriedade e pelo controle dos meios de produção. Os conflitos entre elas – a luta de classes – se dá não só internamente nos Estados, mas também na esfera internacional. Com a expansão do capitalismo, o conflito ocorre entre classes diferentes e entre elementos de uma mesma classe de Estados diferentes. Entretanto, quando as classes dominantes do capitalismo se sentem ameaçadas, alianças e coalizões são estabelecidas para a manutenção do *status quo*.

Cada classe dominante tem sido capaz de utilizar o caráter internacional do capitalismo para preservar a sua posição dentro da sociedade, aliando-se com outras, e para identificar na arena internacional um terreno para expansão de seus interesses e poder. (HALLIDAY, 1999, p.77)

O materialismo histórico tem também como conceito central o conflito, que se manifesta em seu apogeu por meio da guerra ou da revolução. O primeiro caso ocorre quando há a rivalidade entre classes semelhantes, disputando o controle de mercados, recursos ou até territórios. O segundo é um conflito entre classes sociais opostas, dentro e fora de seus Estados. Essas revoluções podem ser políticas ou sociais. As primeiras se preocupam apenas com a tomada do poder, enquanto as segundas promovem transformações nas relações entre as classes.

As revoluções são eventos que, nascendo de conflitos profundos dentro de uma estrutura socioeconômica, levam a mudanças no caráter social dos Estados e mudanças substanciais no caráter da política internacional. Longe de representar aberrações, colapsos ou interrupções da política normal, elas são difusas e pontos de transição centrais da história das nações e da comunidade internacional em geral. (HALLIDAY, 1999, p.79)

Por esse princípio, é que o materialismo histórico se preocupa mais em entender o *conflito* do que a *segurança* entre os Estados. Busca saber como são gerados e resolvidos; quais interesses de classe que os conduzem e quais as resoluções possíveis, ao invés de se dedicar ao estudo de como evita-los ou preveni-los – preocupação da segurança. Assim, o século XX muito mais um período de segurança, pode ser visto como um momento de contenção ou do conflito intercapitalista ou da revolução social, ou dos dois.

Como limitações da teoria materialista histórica, Halliday (1999) aponta importantes dificuldades. A primeira é o “determinismo” da estrutura socioeconômica, que por vezes leva a ignorar fatores individuais das lideranças e da estrutura política. Chega-se quase ao ponto de ignorar-se o contexto histórico que os produziu.

A segunda é uma forte dificuldade de explicar a estrutura política, ainda que a maior parte dos trabalhos de Marx e Lênin seja sobre isso. Dificuldade em dar inteligibilidade ao funcionamento desta estrutura, além de apontá-la como mero resultado da estrutura socioeconômica. Isso se apresenta na não explicação dos fatores de permanência do Estado, quais sejam, o nacionalismo e a democracia capitalista. O primeiro se mostrou em várias situações, superior aos sentimentos de classes, inclusive unindo classes opostas. O segundo angariou o apoio das classes dominadas – em países desenvolvidos – inclusive com a complacência do uso da violência, para a suposta manutenção da democracia. Os analistas marxistas, não conseguiram ainda chegar a explicações que transcendessem à acusações de falta de consciência ou mistificação.

Para o estudo da política externa cubana é necessário a compreensão da revolução, que levou ao poder o grupo governante que ainda se declara revolucionário. Essa característica faz de Cuba quase uma exceção na atual configuração do Sistema Internacional. Uma revolução com mais de meio século de existência e que resistiu a transformações sistêmicas, que outros regimes sucumbiram.

As Relações Internacionais dão um tratamento diferenciado às guerras e às revoluções, segundo Halliday (1999). As primeiras contam com inúmeras pesquisas, trabalhos e revistas especializadas. As segundas, ocupam um lugar marginal dentro da pesquisa institucional da área. A Sociologia e a História, que trabalham mais com revoluções, quase não fazem uma análise da faceta internacional destes movimentos. Por isso, se faz necessário um trabalho, que por meio política externa, consiga evidenciar o caráter internacional das revoluções. A maneira como Cuba se relaciona e busca parceiros no Sistema Internacional corresponde a uma estrutura de tomada de decisões de um governo revolucionário, ou ao menos que chegou

ao poder por meio de uma revolução. Analisar e compreender a matriz da política externa cubana pode contribuir para trabalhos que intentem dar maior atenção às revoluções, considerando-as como fatores de mudança e pressão dentro do sistema.

A escola realista e mesmo a neo-realista não fazem da revolução um tema de pesquisa ou análise independente. Tratam-na como um elemento de pressão, constrangimento ou instabilidade entre os Estados. A Economia Política Internacional e a Interdependência, estudam a Guerra Fria, mas sem considerar que os modelos econômico-sociais conflitantes resultavam de processos revolucionários. Nem os estudos sobre Guerra Fria conseguem dar a devida importância a revolução – principalmente as do Terceiro Mundo – como um fator de extrema relevância para a corrida nuclear do período pós-II Guerra Mundial.

Em termos de moldar o mundo pós-guerra, a guerra de guerrilha, em suas forma revolucionárias ou contra-revolucionárias, foi pelo menos tão influente como as armas nucleares: contudo, dificilmente ela figura no currículo ortodoxo de estudos estratégicos. (HALLIDAY, 1999, p.140)

Contudo, não se pode afirmar que não tenha existido trabalhos que dedicaram certa atenção a revolução. Alguns autores desenvolveram trabalhos de caráter analítico e comparativo<sup>5</sup>, trazendo uma contribuição que ainda perdurará e servirá de base para novas pesquisas. Outros autores<sup>6</sup> trataram da revolução por meio de temas afins como a transnacionalização política, as intervenções militares e suas reações e, ainda mais recentemente, as pesquisas sobre terrorismo. Talvez as pesquisas mais importantes que relacionem a revolução como tema não periférico sejam aquelas de caráter eminentemente histórico, de autores tais como Eric Hobsbawn, George Rudé, R. R. Palmer. E. H. Carr. (HALLIDAY, 1999).

Uma pesquisa de Relações Internacionais sobre o caráter internacional da revolução, segundo Halliday (1999, p.142) deve ter ao menos três posturas investigativas: *a histórica* (que mostrará a influência histórica da revolução na construção do sistema internacional); *a descritiva* (que examinará as dimensões da revolução e buscará regularidades) e; *a teórica* (que abordará como a revolução é tratada pelas escolas teórica de Relações Internacionais).

Assim também, é necessário reconhecer, que conceitos como poder, Estado e a própria revolução, são elaborados pela Ciência Política, pela História e pela Sociologia e, as Relações Internacionais aos usá-los contribuem para aprimorá-los e dar-lhes âmbito e dimensões dentro do internacional. Disso é que provem a importância da interdisciplinaridade e da

---

<sup>5</sup> Henry Kissinger, Richard Rosecrance e Martin Wight.

<sup>6</sup> Conor Gearty e Fred Halliday.

transdisciplinaridade na pesquisa de relações internacionais: o uso de conceitos originalmente de outras disciplinas, que contribuem para a análise do internacional, por meio da compreensão de estruturas e formação políticas, sociais e econômicas.

As revoluções, portanto, como fenômenos históricos são fenômenos raros – mas não atípicos – a ponto de serem encarados como pontos de ruptura e transformação radical dos cursos sociais, sem os quais não ocorreria a evolução da história da humanidade. São, portanto, mudanças abruptas na base das sociedades, ocasionando transformações estruturais. As revoluções sociais combinam, desta forma, mudanças societárias (via revolta de classes) e políticas, concomitantemente.

Outra esfera da revolução a ser considerada é que tanto ela, como a contra-revolução fazem o uso da violência, ou seja, exigem custos humanos. Assim, os momentos revolucionários da humanidade não são uma exceção, senão elementos constitutivos e engrenagens da história. Contudo, a maior parte dos estudos de Relações Internacionais trata as revoluções apenas como momentos de colapso, em contraposição aos regimes estáveis. Entendemos que por carregarem em si o germe da transformação para a construção de um novo modelo político, econômico e social (nem sempre as três dimensões), as revoluções devem ser vistas como um processo de transformação dialético, ou seja, em constante processamento.

A revolução não é um acontecimento, mas sim um processo que se desdobra em muitos estágios e fases, sem parar nunca. A verdade que dela se diz hoje pode ser inexata a amanhã e vice-versa. A descrição e a análise não podem fazer justiça à realidade, e há sempre o perigo de que a falsifiquem. [...] os relatos e estudos burgueses, que proporcionam e ao mesmo tempo deformam grande parte das informações, existentes, são constitucionalmente incapazes de compreender os fenômenos históricos em seu desenvolvimento, ou seja, dialeticamente, e portanto se limitam a interpretá-los irracionalmente, em termos de surpresa ou catástrofe, ou ambos. (SWEEZY; HUBERMAN, 1960, p.101)

A escola realista interpreta as revoluções como momentos de colapso, que buscam a revisão das normas do sistema internacional. Cabe ao sistema assimilá-las e cooptá-las para que não permaneçam como um elemento desestabilizador da ordem. Disso decorre que, algumas revoluções fazem concessões ao sistema e se desvirtuam de seus objetivos iniciais, que via de regra são as alterações necessárias para a construção de um novo sistema, com relações que lhe favoreçam.

Martin Whight, da Escola Inglesa, mostra o quanto o alastramento da revolução pode ser maléfico para a ordem imperante e alterar a essência das relações internacionais

Essas doutrinas revolucionárias internacionais transpõem a essência da política do poder para um novo plano. Elas introduzem a paixão e o fanatismo nos cálculos de utilidade política, e a doutrina algumas vezes sobrepuja ou reinterpreta o interesse. Elas tornam difusa a distinção entre a política doméstica e a externa; transformam a diplomacia e transformam a guerra. As relações internacionais são normalmente conduzidas entre governos - que têm o encargo de representar seus povos - por intermédio da diplomacia, que é a tentativa de conciliar interesses conflitantes pela negociação e pela concessão mútua. Mas a revolução internacional, ao criar uma estratificação por toda a sociedade internacional, cria também uma estratificação em potencial dentro de cada nação. (WIGTH, 2002, p.76-77)

Os behavioristas veem as revoluções apenas como a manifestação da violência de um determinado grupo insatisfeito. Alertam para o perigo de sua proliferação, que pode acabar por derrubar os regimes já instituídos, vistos como seu oposto, portanto não violentos. A esta visão que vê a revolução como um ato unilateral de violência – desconsiderando as características dialéticas dos fatos sociais – é válido contrapor o argumento de Bobbio

[...] as classes dirigentes não concedem seu poder espontaneamente e sem por resistência e como, em consequência, os revolucionários são obrigados a arrebatá-lo pela força, e que sublinhe, além disso, como as mudanças introduzidas pela Revolução não podem ser pacificamente aceitas, já que significam a perda do poder, do *status* e da riqueza para todas as classes prejudicadas. Ninguém duvida, e está historicamente provado, que estas classes se organizarão para se defender, sendo inevitável então que os revolucionários recorram a violência e ao terror. (BOBBIO, 2000, p.1122)

Os marxistas, por sua vez, tratam a revolução como um evento positivo, capaz de alterar a ordem interna e externa, caracterizadas pelas estruturas capitalistas. O que ainda não se explica é porque, mesmo tendo sua dimensão internacional, as revoluções se restringem a determinados países e sempre sob roupagens nacionais e/ou nacionalistas. Esse é o caso cubano, onde o fator nacionalista ainda se sobrepõe a qualquer outro fator, seja ideológico ou econômico. É bem verdade, que por meio de sua política externa, Cuba já tentou exportar a revolução, mas isso sempre explorando o conflito “nacionalismo X imperialismo” e também sem reduzir internamente o apelo e o caráter nacionalista (CERVERA, 2009).

Fidel Castro, em seu Informe no I Congresso do Partido Comunista de Cuba, em dezembro de 1975, esclarece sobre como as ideias reacionárias são disseminadas entre a população, para que mesmo os setores sociais que seriam beneficiados com a revolução, permanecem temerosos frente a possíveis mudanças.

Un viejo orden social no se mantiene solamente por la fuerza de las armas, el poder del Estado y la omnipotencia económica de sus clases privilegiadas, sino también en grado muy alto por la ideas reaccionarias y los prejuicios políticos que inculcan a las masas. [...] Todo cambio social revolucionario supone por ello la erradicación de la vieja cultura política y o triunfo de las nova ideas. En nuestro país las ideas

libraron sus batallas al lado de los acontecimientos. El pueblo en realidad adquirió conciencia socialista con el desarrollo de la revolución y la violenta lucha de clases desatada, tanto en el plano nacional como en el internacional. La pugna de intereses del pueblo con sus opresores engendró la revolución y la revolución elevó esta pugna de intereses a su grado más alto. Esta lucha desarrolló extraordinariamente la conciencia de las masas. Les hizo ver en el transcurso de unos meses, lo que en decenas de años de explotación despiadada y dominio burgués imperialista sólo una minoría había alcanzado a comprender. (CASTRO, 1976, p.88)

Halliday (1999) mostra que existe a possibilidade de quatro grandes generalizações sobre as revoluções, que podem ajudar na pesquisa teórica: as causas, a política externa, as reações e a formação. Evidentemente, elas não substituem a pesquisa histórica das particularidades de cada revolução, seu contexto histórico com as variáveis conjunturais, mas servem como um ponto de partida para que não se trate determinada revolução como um fato sem precedentes.

As *causas* de uma revolução são sempre a revolta dos oprimidos e a incapacidade dos opressores em manter a opressão. Disso decore que para uma revolução ocorrer é necessário o enfraquecimento do Estado, por meio de acontecimentos internacionais (guerras, crises econômicas ou boicote a seu comércio exterior). É necessário também que haja um grupo disposto e com armas para tomar o poder, mas que sem o enfraquecimento do Estado, terá suas possibilidades limitadas.

La revolución socialista puede estallar no solo con motivo de una gran huelga, o de una manifestación callejera, o de un motín de hambrientos, sino también con motivo de cualquier crisis política [...]. La recrudescencia de la opresión nacional e el imperialismo hace necesario para la socialdemocracia no renunciar a la lucha “utópica”, sino, al contrario, utilizar genéricamente los conflictos que surgen *También* en ele terreno como pretextos para la acción de masas y los movimientos revolucionários contra la burguesía. (Lênin, 1975, p.79-80)

A *política externa* é vista quase sempre como uma nova forma de atuação caracterizada pela ideologia revolucionária.

Contudo, este desafio ideológico às normas e comportamento internacional é, no máximo, uma questão secundária: a ideologia e a interferência também desempenham um papel nas políticas externas dos poderes do *status quo* e os *Estados revolucionários têm políticas externas distintas principalmente por causa dos diferentes objetivos que eles perseguem, não tanto pelos métodos que utilizam* [...] O desafio que eles colocam para o sistema internacional não reside em uma nova forma de diplomacia ou relacionamento interestatal, mas no *conteúdo de sua política externa* [...]. (HALLIDAY, 1999, p.150, grifo nosso).

Os Estados revolucionários tem em comum o desejo (visto quase como obrigação) de exportar a revolução, não só para alterar as relações internas dos outros Estados, mas também

para modificar e construir novas estruturas internacionais que permitam seu desenvolvimento nacional e sua melhor inserção internacional. Junto com esse internacionalismo revolucionário, surge logicamente o internacionalismo contrarrevolucionário, criando uma relação onde um provoca o outro nas mesmas proporções. O segundo nada mais é que a tentativa de conservação do *status quo* por meio da contenção do alastramento da revolução. Também resulta em tentativas de reforma e enfraquecimento dos Estados ou governos revolucionários, levando-os a derrocada se possível. Isto se dá, como claro exemplo, na pressão norte-americana sobre o governo cubano, seja por meio do bloqueio econômico, seja pela guerra midiática ou, ainda, pelo apoio a grupos anticastrista.

Em um sistema de relações como são dos entes que compõem a comunidade internacional, para os quais o problema fundamental é o da supremacia, para os maiores, e o da sobrevivência, para os menores, devem ser considerados não negociáveis aqueles conflitos em que uma das partes ou as duas partes julgam que os fins, respectivamente da supremacia e da sobrevivência, não podem ser alcançados com uma solução de compromisso, mas unicamente com a vitória sobre o adversário, coisa que somente o uso da força pode garantir. (BOBBIO, 2006, p.242)

Destes internacionalismos é que provem as *reações* apontadas por Halliday como uma das generalizações. Estas reações são mais que explicativas de diversas atitudes dos Estados, muitas vezes tidas por irracionais. Se o sistema internacional tende a homogeneização, conforme defende Raymond Aron (2002), isso explica tanto um internacionalismo como o outro. Mais ainda, explica o porquê do desejo dos Estados hegemônicos (propagadores do internacionalismo contrarrevolucionário) em derrubar regimes que militarmente não lhes são ameaça. O que os Estados revolucionários ameaçam – por seu internacionalismo – é a homogeneização supostamente existente e propõe novas estruturas homogêneas. Por isso, os EUA executam, fomentam e financiam tantos movimentos “contra” no Terceiro Mundo – na América Latina em especial – tais como República Dominicana, Nicarágua, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã, Etiópia, Angola, Moçambique e Afeganistão, só para citar alguns casos. Se considerada essa relação dialética (de ataque e defesa), pode-se afirmar que a heterogeneidade é positiva para os Estados, na medida em que cria uma ameaça e, portanto, lhes confere unidade interna.

Eis portanto o que Cuba representa: um desafio a homogeneização do sistema, sob as normas e os valores do capitalismo norte-americano. Por isso o bloqueio econômico tão desproporcional e anacrônico. Por isso as dificuldades de conversações e o estímulo e financiamento a grupos terroristas de exilados cubanos (DIÉGUEZ, 2004). O desafio cubano e de outros Estados revolucionários ao longo da história, está mais na força do exemplo, do

que propriamente em ações diretas e deliberadas de ameaçar os padrões hegemônicos e homogêneos.

Quanto a *formação*, última das generalizações, diz respeito a consolidação e estruturação dos Estados revolucionários no período pós-revolução. Os Estados hegemônicos tentam interferir a ponto de reformá-los ou derrubá-los, como já foi mostrado, numa tentativa de “domesticação” desses Estados. Contudo,

O fato de que eles introduzem tréguas, abandonam a retórica internacionalista e participam da diplomacia, não significa, entretanto, que os Estados revolucionários tenham sido “socializados”. Uma rápida olhada na história de longo prazo dos Estados revolucionários mostra que, *enquanto as suas ordens internas pós-revolucionárias permaneçam intactas, eles continuam a representar um desafio aos sistema dos outros Estados.* (HALLIDAY, 1999, p.152, grifo nosso).

No que diz respeito a relação entre guerras e revoluções, é ponto pacífico que uma causa a outra de forma circular. Por isso, a segurança dos Estados (revolucionários ou contrarrevolucionários) é ameaçada enquanto existir o desafio da homogeneidade ou heterogeneidade. Formas de evitar as guerras, para que não ocorram revoluções que alterem as ordens internas dos Estados, sempre foram a preocupação dos estadistas e de seus assessores. Sendo assim, para Halliday (1999, p. 159) os materialistas históricos não vem a política internacional como a política entre os Estados, mas sim como a guerra civil dentro de um sistema social internacional. Diferente do Liberalismo institucional, que vê a guerra como um fenômeno derivado da estrutura política – e por isso algumas formas de governo seriam mais pacíficas que outras – os marxistas entendem a guerra sempre ligada a estrutura econômico-social do capitalismo.

[...] tanto o Estado repressivo nas relações internas quanto o Estado imperialista nas relações externas, todas essas interpretações [marxistas] propõem como meta final uma sociedade em que a eliminação das classes contrapostas leve simultaneamente ou sucessivamente à eliminação das relações humanas fundadas na força exercida pelo Estado sobre seus cidadãos e pelo Estado sobre outros Estados, isto é, à eliminação de toda forma de poder político entendido como poder coativo em relação ao interior e em relação ao exterior. (BOBBIO, 2006, p.230)

Na análise materialista histórica, as revoluções substituem a guerra, que ocupa o lugar central das outras teorias de Relações Internacionais, mostrando que os acontecimentos econômicos e sociais possuem maior importância para o curso da história da humanidade, do que os fatos políticos.

O *Manifesto* não é uma declaração de guerra mas uma declaração de revolução, que será a guerra do futuro. Se for verdade que a história é a história da luta de classes,

as grandes modificações, aquelas que contam, que indicam a passagem de uma época a outra, são determinadas pelo choque de classe contra classe, mais que pelos choques entre nação e nação, sobre os quais se concentraram os historiadores políticos [...]. São aquelas caracterizadas pela modificação da estrutura social e, portanto, pela passagem de uma classe dominante a outra, mais que pela passagem de uma forma de governo a outra (BOBBIO, 2006. p. 227).

Basta uma rápida olhada para os marcos históricos entre uma Idade e outra para confirmar a afirmação de Bobbio. Foi o controle do excedente econômico pelo Estado que marcou a passagem da Pré-história para a Idade Antiga. Com a escassez de mão de obra escrava no Império Romano é que a crise levou à Idade Média. Foi com a reabertura do Mediterrâneo ao comércio europeu e com o surgimento das primeiras estruturas pré-capitalistas que ocorreu a passagem para a Idade Moderna. E, finalmente, foi com as inovações tecnológicas da Revolução Industrial que se chegou a Idade Contemporânea. As atuais tecnologias da informação, apontam modificações produtivas e sociais, caracterizando um período de transição, que possivelmente encaminhará a história da humanidade para uma nova Idade. É fato, que os fenômenos políticos são escolhidos como marcos, mas devem ser vistos exclusivamente assim, como acontecimentos simbólicos (superestruturais) de processos de médio e longo prazo, de caráter econômico-social (revolucionários). Assim, portanto, foram: o surgimento do Estado e da escrita, a queda de Roma, a queda de Constantinopla e a tomada da Bastilha. Em nada teriam importância para alterar as estruturas históricas esses fenômenos políticos, não fossem estar relacionados com o movimento de transformação da estrutura econômica, que sempre é mais profundo.

Dentro desse contexto histórico amplo e panorâmico, merece destaque a definição de Lênin sobre o imperialismo, que contribui para os estudos marxistas do internacional.

[...] a base econômica mais profunda do imperialismo é o monopólio. Trata-se do monopólio capitalista, isto é, que nasceu do capitalismo e que se encontra no ambiente geral do capitalismo, da produção mercantil, da concorrência, numa contradição constante e insolúvel com esse ambiente geral. Mas, não obstante, como todo o monopólio, o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam preços monopolistas, ainda que temporariamente, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico. (LÊNIN, 1979, p.48)

Esse imperialismo a que Lênin se refere é o do final do século XIX e início do XX, mas tem as mesmas características monopolísticas e inibidoras do desenvolvimento, das práticas econômicas dos EUA, no pós-II Guerra Mundial. Segundo Amin (1987, p.109), “o imperialismo conheceu duas fases de expansão: a da sua implantação (1880-1914) e a de após

a II Guerra (1945-70); uma primeira grande fase de crise (1914-45) da qual saíram as revoluções russa e chinesa, e uma segunda, recentemente iniciada”. Portanto, para efeitos deste trabalho, quando for usado o termo imperialismo, estaremos nos referindo as relações estabelecidas entre EUA e Cuba, desde sua independência até a revolução (a primeira fase da crise do imperialismo). Mais ainda, o termo designará, a postura norte-americana de controle e exploração, tanto em níveis econômicos, quanto políticos-militares, sociais e ideológicos, não só de Cuba, mas de todos os países em desenvolvimento, da periferia ou semi-periferia do capitalismo.

Com o imperialismo, a contradição principal do sistema capitalista tende a tornar-se aquela que opõe o capital dos monopólios às massas super-exploradas da periferia; o centro de gravidade das lutas contra o capital tende a deslocar-se do centro para a periferia do sistema. (AMIN, 1987, p.105)

Entretanto, não se pode reduzir as causas das guerras e das revoluções ao imperialismo (nem Lênin fez isso). Se assim fosse, não teriam ocorrido tais conflitos antes do advento do capitalismo. Por isso, a teoria do imperialismo, no pós-II Guerra se dedicou a identificar as novas formas de dominação e tentar aprimorar o conhecimento sobre outras causas das guerras e revoluções. O foco da pesquisa da teoria tem sido a política externa dos EUA, mas não trata as relações que estas estabelece como guerra. O elemento da teoria imperialista – que a identifica como tal – é o aspecto econômico e não a tendência de política de potência – onde não são considerados sistema econômico, nem político, nem ideológico.

A teoria do imperialismo, denomina o período pós-II Guerra de a “Era do capitalismo tardio”, diferenciando-o da “Era do imperialismo clássico”, que dura do final do século XIX até o período Entre-Guerras. O capitalismo tardio se caracteriza

[...] por uma aceleração da inovação tecnológica, pelo encurtamento dos períodos de amortização do capital investido em máquinas, pela obrigação, para as grandes firmas, de calcular e planificar de modo mais exato seus custos e os seus investimentos, e pela tendência à programação econômica do Estado, como consequência natural desta caracterização. (MANDEL, 1982, p.47)

É exatamente contra esse imperialismo que os guerrilheiros de Sierra Maestra se erguem. Cuba era considerada por essa teoria como um país semicolonial, onde os capitais metropolitanos encontravam sobre-lucros, aos moldes dos investimentos do imperialismo clássico no século XIX. Também tinham a disposição matéria-prima e mão de obra barata para suas indústrias, pois o capitalismo tardio também se caracteriza

[...] por um início de industrialização (sobretudo localizada na esfera dos bens de consumo), nos países semicoloniais. Esta industrialização é não só uma tentativa da burguesia para travar a revolta popular, mas também um resultado do fato que as exportações de máquinas e bens de equipamento constituem hoje a maior parte das exportações dos próprios países imperialistas (MANDEL, 1982, p.48)

Essa industrialização traz consigo um relativo desenvolvimento das forças produtivas, cria grandes cidade e desenvolve o germe inicial da organização dos trabalhadores – do campo e da cidade. As duas primeiras alterações dificultam a consciência e a unidade da última, mas de qualquer forma, as células iniciais estarão presentes a partir de então. Necessitará como já se viu, de condições conjunturais, para que os trabalhadores se rebelem e um processo revolucionário se desenvolva. Essas condições podem ser dadas pelo curso dos acontecimentos ou criadas por uma vanguarda revolucionária e armada.

El imperialismo empuja a las masas e esa lucha al exacerbar en proporciones imensas las contradicciones de clase, al empeorar la situación de las masas tanto en el económico – trust, carestía – como en el político: crecimiento del militarismo, mayor frecuencia de las guerras, recrudescencia de la reacción, afianzamiento y ampliación del yugo nacional y el saqueo colonial (LENIN, 1975, p.77)

Portanto, a compreensão mais apropriada (e aprimorada) do conceito de revolução, é de que é um processo resultante de contradições dialéticas, que resulta em transformações políticas, econômicas e sociais. Conta com a participação das massas (ou classes) oprimidas para tomar o Estado, até então utilizado para explorá-las. Dessa forma, marca a passagem de um período histórico para outro, ao menos onde ela se processa.

Para José Martí, o sentimento anti-imperialista estava ligado não só a independência de Cuba, senão também a uma iniciativa latino-americana de unidade.

¡Tan enamorados que andamos de pueblos que tienen poca liga o ningún parentesco con los nuestros, y tan desatendidos que dejamos otros países que viven de nuestra misma alama, y no serán jamás más que una gran nación espiritual! [...] Todo nuestro anhelo está en poner alma a alma y mano a mano los pueblos de nuestra América Latina. Vemos colosales peligros; vemos manera fácil y brillante de evitarlos; adivinamos, en la nueva acomodación de las fuerzas nacionales del mundo, siempre en movimiento, y ahora aceleradas, el agrupamiento necesario y majestuoso de todos los miembros de la familia nacional americana. Pensar es prever. Es necesario ir acercando lo que ha de acabar por estar junto. (MARTÍ, 2009, p.70)

José Martí ao defender a independência de Cuba frente a Espanha, adverte da necessidade de não se aceitar novas formas coloniais, que por ventura poderiam ser impostas a ilha.

Y con letras de luz se ha de leer que no buscamos, en este nuevo sacrificio, meras formas, ni la perpetuación del alma colonial en nuestra vida. con novedades de uniforme yanqui, sino la esencia y realidad de un país republicano nuestro, sin miedo canijo de unos a la expresión saludable de todas as ideas y el empleo honrado de todas las energías, ni de parte de otros a que robo al hombre que consiste en pretender imperar en nombre de la libertad por violencias en que prescinde del derecho de los demás a las garantías y los métodos de ella. (MARTÍ, 2006, p.251)

Sendo assim, o presente trabalho irá fazer um estudo analítico da política externa cubana, de 1959 a 2016. Para tanto, será necessário usar conceitos do materialismo histórico (conflito, classes, revolução, imperialismo), também como de política externa, para a compreensão das ações de Cuba no sistema internacional. Assim, será possível avaliar as mudanças de rumos, sucessos e fracassos, que Cuba tem tido na tentativa de inserção internacional, que em última análise representa a manutenção do regime.

## 2.2 A POSIÇÃO INTERNACIONAL DE CUBA COLONIAL E NEOCOLONIAL

A maior das Antilhas, Cuba possui uma área de 110.000km<sup>2</sup>, com 1.112km de extensão longitudinal e 96km em média, de norte a sul. O dado mais interessante, contudo, é que se localiza a menos de 200km dos Estados Unidos. Com um clima subtropical, apesar de se encontrar ao sul do Trópico de Câncer, possui temperatura média de 24°C, não contando com temperaturas muito baixas no inverno e tendo uma média anual de chuvas acima dos 1.200mm.

As terras cubanas são em mais de sua metade agriculturáveis, sendo que 60% do total das terras são planas ou com pequenas elevações. As partes que não se prestam para agricultura, são utilizadas como pastagens para rebanhos bovinos. Sierra Maestra constitui um acidente geográfico, onde se localiza ponto mais alto da ilha, o Monte Turquino, com 2.144m (Mapa 1). De costa marítima Cuba possui 3.480km, o que lhe propicia a atividade pesqueira e portuária nas inúmeras baías. O subsolo é composto de jazidas de níquel, manganês, ferro, cobre e cromo.

**Mapa 1 - Topografia de Cuba**



Fonte: Free world maps. Elaborado por Ludmila Losada (2016).

Com o desembarque de Cristóvão Colombo – a serviço dos Reis Católicos de Espanha – em 27 de outubro de 1492 – Cuba passa a figurar na história europeia como mais uma das tantas colônias espanholas de além mar. Inicialmente, a não existência de ouro em abundância, fez com que os conquistadores partissem para outras ilhas do Caribe, tais como as atuais República Dominicana, Haiti e Porto Rico. Nessas iniciaram a exploração de metais preciosos, como mão de obra indígena. Os nativos que se rebelavam e fugiam eram perseguidos, torturados e assassinados, em nome da fé cristã católica, uma vez que fazia parte das motivações das Grandes Navegações, a cristianização e a evangelização, por meio de um processo de aculturação.

Somente em 1509 é que Diego Velásquez foi encarregado pela coroa espanhola de dominar e colonizar a ilha. As incursões iniciais foram marcadas pela crueldade e brutalidade do pequeno contingente militar, que possuía superioridade técnica e bélica sobre os índios. Os três principais grupos indígenas, que num total perfaziam aproximadamente 100.000 mil indivíduos, eram: os tauínos, subtauínos e os guanahatabeyes. Os primeiros ocupavam a região oriental da ilha, praticavam agricultura, fabricavam utensílios de cerâmica e já haviam iniciado certa diferenciação sócio-política entre eles. O segundo grupo, que recebe o nome de subtauínos, era ainda nômade e, portanto, se encontrava por todo território da ilha em sua atividade de caça e pesca, com instrumentos rústicos de barro. Os guanahatabeyes também viviam da caça, pesca e coleta, mas tecnicamente eram inferiores ao grupo anterior. Nenhum desses grupos foram capazes de representar resistência a conquista, com exceção do cacique

Hatutey, que comandou um pequeno número de índios contra Velázquez, mas foi capturado e queimado vivo.

O frei espanhol Bartolomé de las Casas, famoso por denunciar as atrocidades dos colonizadores contra a população indígena latino-americana relata a morte de Hatutey

Este senhor cacique fugia sempre aos espanhóis e se defendia contra eles toda vez que os encontrava. Por fim, foi preso com toda sua gente e queimado vivo. E como estava atado ao tronco, um religioso de São Francisco (homem santo) lhe disse algumas cousas de Deus e de nossa fé, que lhe pudessem ser úteis, no pequeno espaço de tempo que os carrasco lhe davam. Se ele quisesse crer no que lhe dizia, iria para o céu onde está a glória e o repouso eterno e se não acreditasse iria para o inferno, a fim de ser perpetuamente atormentado. Esse cacique, após ter pensado algum tempo perguntou ao religioso se os espanhóis iam para o céu; o religioso respondeu que sim desde que fossem bons. O cacique disse incontinenti, sem mais pensar, que não queria absolutamente ir para o céu; queria ir para o inferno a fim de não se encontrar no lugar em que tal gente se encontrasse. (LAS CASAS, 2007, p.41)

Segundo outros relatos do religioso, os espanhóis em várias situações e, na sua presença, promoveram a chacina de milhares de indígenas, que não se mostravam perigosos nem agressivos, pelo contrário, levavam víveres e oferendas para os colonizadores. Durante três meses na ilha de Cuba, foram responsáveis pela morte de mais de 6.000 crianças, pois lhes retiravam pai e mãe para enviar às minas (LAS CASAS, 2007. p. 42). Os colonizadores fundaram algumas vilas, repartiram as terras, os índios e as minas de ouro. A mão de obra indígena era explorada tanto na mineração, como na pecuária. Essa última se desenvolvia em *hatos* ou *corrales* e seus trabalhadores (índios e depois escravos) eram chamados de *montoneros* ou peões. O couro era exportado para Europa e a carne consumida pelo mercado local.

Politicamente foram estabelecidos *Ayuntamientos* ou *Cabildos*, que tinham poderes locais legislativos, administrativos e judiciais. Acima destes estava o Governador que respondia diretamente ao rei, mas pela distância de Madri, eram os verdadeiros senhores da ilha e de todas as riquezas. Eram responsáveis mais por questões militares e de segurança, como bem comprovam as construções de fortificações feitas para proteger a ilha de ataques estrangeiros ou de piratas. A maioria dos governadores nomeados para Cuba eram militares que recebiam o cargo como prêmio, para poder enriquecer. Por sua baixa ou inexistente escolaridade, pouco investiram no aspecto cultural, ao menos até a metade do século XVIII (LAMBERT, 1969).

Essa elite (aristocracia burocrática) começou a substituir a mão de obra indígena já escassa (devido aos assassinatos e suicídios) por mão de obra escrava africana, num comércio

direto com os traficantes europeus. O tratamento em nada mudava em relação ao que foi dado aos indígenas, contudo, essa mão de obra agora era comprada, numa relação mercantilista de acumulação de capitais na metrópole. Os escravos que fugiam eram chamados de *cimarrones* e seus acampamentos de *palenque* (equivalente aos quilombos da América portuguesa), e eram combatidos pelos *rancheadores*, indivíduos criollos, contratados para capturar os fugitivos. Dentro dessa sociedade que se estruturava, existiam também trabalhadores livres, que vendiam sua força de trabalho em atividades urbanas, em troca de qualquer remuneração. A sociedade colonial que se funda em Cuba, não foge ao modelo de toda América Latina: uma pequena elite europeia que explora a mão de obra indígena, africana e de nativos despossuídos.

Das atividades econômicas, a mais destacada foi a plantação da cana de açúcar. Isso se deve a demanda crescente na Europa, que não era mais suprida pelas antigas regiões abastecedoras (Sicília, Canárias, norte da África e Oriente Médio). O açúcar era usado na Europa como tempero, remédio e até como dote de casamento (devido a seu alto valor). As terras e o clima de Cuba eram propícios para tal plantação de cana de açúcar, sendo o açúcar e seus derivados eram extraídos nos trapiches, onde se moía a cana com tração animal (muas ou bovinos) ou humana (escravos). Cuba se tornou a maior produtora mundial de açúcar, principalmente com o declínio do Ciclo do açúcar no Brasil, a partir de 1654, quando os holandeses foram expulsos de Pernambuco. O cultivo do açúcar dominou a economia cubana por mais de cinco séculos e foi responsável pela manutenção de estruturas arcaicas em todos os níveis da sociedade.

Outra produção importante na ilha foi a plantação de tabaco. Não produzido na Europa, quando conhecido fez grande sucesso entre os europeus. Contudo, sua produção demandava mão de obra intensiva e por isso era produzido em pequenas propriedades (*vegas*) e com mão de obra familiar. Esse produtor (de origem pobre da Europa ou das Canárias) não era proprietário da terra e, portanto, pagava arrendamento pelo campo. Conflitos entre latifundiários e *vegueros* foram constantes, devido ao interesse dos últimos em desapropriar os primeiros. Isso porque os pecuaristas se deram conta, que as terras dedicadas ao tabaco eram mais férteis que as destinadas a pecuária. Então pressionaram os *vegueros* a pagar-lhes impostos ou entregar-lhes a terra. Pode-se dizer que foi o primeiro conflito de classes entre os ocupantes de Cuba.

Portanto, Cuba estava inserida no Mercantilismo europeu de *plantation*. O Mercantilismo (GARCÍA, 2005; DEYON, 1973; FALCON, 1981), sendo uma prática econômica do capitalismo entre os séculos XV e XVIII, tinha como características o

monopólio da metrópole (exclusivo metropolitano) sobre o comércio da colônia e o dirigismo estatal na economia colonial por parte do Estado metropolitano. Isso visava à acumulação de metais preciosos (metalismo) na metrópole, por meio de uma balança comercial favorável a esta. Tal acumulação se tornava possível, graças ao protecionismo que contava o mercado metropolitano, frente uma possível concorrência da colonial. Portanto, dentro do Pacto Colonial, cabia à colônia abastecer sua metrópole de matérias primas, metais preciosos e produtos agrícolas. A metrópole por sua vez enviava para a colônia, capitais para investimento, mão de obra e produtos manufaturados, conseguindo dessa forma realizar a acumulação primitiva de capital, necessária para a consolidação do capitalismo.

Essas características do período colonial cubano criaram estruturas profundas e determinaram seu desenvolvimento pós-independência. Da mesma forma que em outras regiões latino-americanas, essas relações mercantilistas devem fazer parte da análise do desenvolvimento econômico e comercial da região. Os sistemas políticos e sociais atuais, só são compreensíveis, se considerados o lugar e o papel que o continente ocupou no desenvolvimento do capitalismo, que moldou o perfil latino-americano.

A partir do século XVIII, os interesses da metrópole começaram a sofrer resistência em Cuba (VELIZ, 1967). Em 1717, os *vegueros* das proximidades de Havana se rebelaram contra o monopólio espanhol sobre o tabaco. Armados, sitiaram o *Castillo de la Fuerza*, sede do governo, o que obrigou a fuga do governador para a Europa. Em contraste a esses descontentamentos no meio rural, ocorreu o favorecimento dos comerciantes de Havana, que com apoio e autorização do rei de Espanha, fundaram a *Companhia Real de Comércio de Havana*, em 1739. Por meio desta, os comerciantes obtiveram altos lucros, monopolizando as importações e exportações cubanas, comprando a baixos preços os produtos cubanos e vendendo caros os produtos europeus que traziam. Apesar das reclamações de outros comerciantes, os de Havana estavam protegidos pela benevolência real. Só terminaram as atividades comerciais da Companhia, quando em 1762, a Inglaterra invadiu Havana.

A partir da segunda metade do século XVIII, a Crise do Antigo Regime na Europa, trouxe endurecimento da política colonial. O rei de Espanha, Felipe V, tirou os poderes dos *Cabildos* e *Ayuntamientos*, para que os governadores pudessem implantar a política colonial mais dura, sem a interferência de poderes locais. A *elite criolla* (descendente dos espanhóis) foi proibida de ocupar cargos públicos e o aparato militar foi fortalecido. Ainda que constituindo a elite colonial, os comerciantes e proprietários de terra começavam a se conscientizar que, da mesma forma que exploravam a mão de obra e a população pobre de Cuba, eles próprios eram explorados pelo rei e pela aristocracia espanhola. Somam-se a isso,

medidas fiscais que objetivavam reafirmar o exclusivo metropolitano, que trazia mais antipatia e descontentamento entre a elite local, que ansiava em poder fazer comércio com outros países (DONGUI, 1975).

Importante ressaltar, que esse tipo de política – de fortalecimento dos laços coloniais – demonstra que o sistema colonial estava em crise. Disso decorrem o enfraquecimento da autoridade metropolitana e os anseios de autonomia política e econômica. Não foi diferente em outras partes da América, onde tal quadro possibilitou invasões estrangeiras ou mesmo o início dos sentimentos de emancipação. Em Cuba, primeiro fato foi a tomada de Havana pelo ingleses (DOZER, 1974).

A tomada de Havana se deu em um momento de ofensiva britânica sobre outras possessões coloniais francesas na Ásia e na América. A resistência de Havana fez com que os ingleses desembarcassem não na baía, mas nas proximidades da cidade de Havana, onde os soldados espanhóis rapidamente se dispersaram. A defesa se deu por meio de milicianos comandados por *Pepe Antônio*, responsável pelo Ayuntamiento de Guanabacoa. Diferente dos soldados coloniais ou mercenários, esses combateram com todo furor, mas em agosto de 1762 Havana se rendiam aos ingleses depois de quase dois meses de conflito. Um ano depois, a devolução para a Espanha foi feita, mediante a entrega de outras possessões coloniais. Havana era estratégica para Espanha. Localizava-se entre o México e a América do Sul, de onde afluía grandes quantidades de prata. Perder Havana significava perder o comércio colonial ou ao menos, ter que conviver com atravessadores estrangeiros.

A recuperação de Havana não excluiu a herança que a ocupação britânica deixou. As vantagens do livre comércio eram claras e fizeram surgir os primeiros pensadores econômicos cubanos. A coroa espanhola se viu então forçada a fazer uma série de reformas econômicas que possibilitassem o desenvolvimento de Cuba, tais como a redução do monopólio comercial, a abertura de novos portos e a eliminação das quotas de exportação (MOLINA, 2005). Essas medidas foram tomadas pela Espanha para tentar reduzir as tensões internas e ao mesmo tempo ampliar seus lucros, em um momento onde o liberalismo econômico se mostrava uma tendência irreversível. A partir de 1765 então, barcos estrangeiros puderam fazer comércio com Cuba não só pelo porto de Havana, mas por diversos portos espanhóis.

Juntamente com as reformas, aumentou a demanda por açúcar cubano no mercado europeu e norte-americano – com a independência das Treze Colônias, constituindo os EUA, em 1776. Para responder a essa nova conjuntura, os proprietários de terra em Cuba, passaram a modernizar e ampliar os engenhos. Até então, um engenho grande em Cuba, produzia em média 240 mil toneladas anuais (LE RIVEREND, 2007. p. 38) e a intenção era, a partir de

então mais que dobrar a produção. Para tanto, receberam autorização metropolitana para importar a quantidade de mão de obra escrava africana que necessitassem e pudessem investir. Esses escravos foram explorados ao extremo, com aumento da jornada de trabalho e vigiados de forma severa, principalmente devido aos acontecimentos no Haiti, quanto a sublevação dos escravos (1790-1799), que resultou na Revolução e independência haitiana. De fato, o temor não era em vão, pois as revoltas de escravos em Cuba se tornaram constantes no final do século XVIII, motivadas certamente pela superexploração, mas também pela influência do exemplo haitiano.

Entre a elite, proprietária de terras e engenhos, Francisco Arango y Parreño, se destacou como porta-voz dos interesses reformistas. Defendia a exploração da mão de obra escrava, mas também a qualificação técnica da produção de açúcar e café, além de medidas favoráveis ao livre comércio. Novas ideias e inovações científicas (vacina contra varíola, por exemplo), junto com publicação de periódicos, marcam não só um período de avanço cultural, como também de surgimento do sentimento de nacionalidade cubana, ainda que insipiente e restrito a elite proprietária.

Neste novo cenário, a partir da década de 1810 surgem os primeiros passos para a independência. Não só elementos da elite que se sentia explorada e via seu desenvolvimento bloqueado pela política mercantilista da Espanha, mas também segmentos médios urbanos e rurais (profissionais liberais, funcionários do governo, pequenos proprietários, etc.) começam um intenso debate sobre a emancipação política. A efervescência era tanta, que José Aponte – um negro livre – articulou uma sublevação em Havana para libertar os escravos. Em 1812, foi preso e executado.

Na Europa, o exército napoleônico era a ferramenta de uma política externa agressiva e expansionista, que debilitou muito a Espanha, entre os anos de 1808 e 1812. Foi esse o momento em que se deram a maioria das independências das colônias espanholas: México, Venezuela, Colômbia, Argentina, Chile e Paraguai. A propaganda independentista e a participação de cubanos em vários desses processos revolucionários, aumentou o debate interno da sociedade cubana. Contudo, apesar de inúmeros movimentos conspiratórios, a elite cubana temerosa de perder seus privilégios (propriedade da terra e dos escravos) preferiu não se lançar em uma luta revolucionária pela independência, mesmo contando com apoio da Venezuela e do México. A posição dos EUA em não se pronunciar favorável a independência cubana, certamente também contribuiu para acomodação dessa elite, tão dependente dos norte-americanos.

A coroa espanhola realizou algumas reformas de cunho liberal, concedendo várias

vantagens aos proprietários de terras e engenhos, que buscavam a ampliação de suas propriedades e o livre comércio, principalmente, como os EUA. A repressão foi reforçada e o poder dos governadores fortalecido. Assim, foram acomodados os potenciais elementos sociais da independência. O aumento do comércio também contribuiu para esse quadro, mas a verdade é que Cuba ampliou suas vendas de açúcar, tabaco e café para os EUA e a Inglaterra. A Espanha apesar de ser um modesto destino das exportações cubanas, era o maior mercado de origem das importações, fato que trouxe rugas entre Espanha, Inglaterra e EUA.

Os engenhos se modernizaram e mecanizaram, principalmente os das regiões próximas a Havana, produzindo mais e com melhor qualidade. Os proprietários do centro e leste da ilha, não eram tão ricos e bem sucedidos em sua produção como os primeiros, o que acabou gerando a divisão da classe proprietária. O preço dos escravos sofreu uma forte alta, devido a política britânica de abolição do tráfico, a partir de 1845. Além disso, a mão de obra escrava não qualificada era um impeditivo para o desenvolvimento das forças produtivas em Cuba. Contudo, os elementos cultos e capazes de observar esses fenômenos, eram também proprietários de escravos e retardaram ao máximo a abolição da escravidão.

As relações com os EUA se davam basicamente devido a compra da grande quantidade de açúcar que esses faziam. Os desejos sulistas de anexação e reprodução da escravidão encontravam coro nos proprietários de terra cubanos, que viam com bom grado a possibilidade de pertencer à federação. A partir da segunda metade do século XIX, iniciou-se uma onda de conspirações anexionistas em Cuba, que visavam acabar com o colonialismo espanhol, mas não eram capazes de problematizar o que representaria o controle estadunidense. Essas conspirações acirravam as tensões internas na ilha, ligadas ao temor de sublevações escravas e a queda do preço do açúcar no mercado internacional. Junto a isso, a Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865), evidenciou a disputa que havia entre escravistas sulistas e industriais do norte, sendo os primeiros os mais ligados a elite cubana. A derrota destes, com a abolição da escravidão, em 1865, fez com que a elite proprietária cubana reavaliasse sua postura anexionista, preferindo manter-se como colônia da Espanha, mas exigindo desta uma série de benefício para um fim paulatino da escravidão – que visualizavam como inevitável.

Como resposta, a coroa espanhola atendeu as reivindicações reformistas da elite cubana, mas também promoveu um sensível aumento dos impostos. Com a intenção de impedir um movimento abrupto – talvez revolucionário – os grandes proprietários cubanos reformistas acabaram por serem prejudicados pela metrópole. Mais prejudicados ainda foram os pequenos e médios proprietários de engenhos da região central e oriental da ilha (que não

contavam com muitos escravos) e foi entre eles que surge mais forte o sentimento de independência. Esse segmento nunca foi favorável as teses anexionistas e viu nessa situação de mais intensa exploração, a necessidade da emancipação política.

Essas tensões políticas foram acompanhadas de intensas manifestações culturais nas mais diversas áreas, desde a publicação mais intensa – mas não regular – de periódicos, até o florescer da poesia, história, novela e filosofia cubana. Exponente disso, foi a reforma da Universidade de Havana, que desde 1728 era dirigida por freis dominicanos e não havia se modernizado para responder aos desafios do final do século XIX (LE RIVEREND, 2007, p.53). Essa intensa atividade cultural sofria influência dos EUA, uma vez que a matriz cultural europeia já vinha em declínio desde a metade do século XIX.

É importante destacar que o processo de independência cubano, foi o mais tardio de todas as colônias espanholas, e se estendeu por exatos trinta anos, no final do século XIX. Enquanto a maioria das colônias ibéricas se tornou independente no início do século – dentro do quadro das Guerras Napoleônicas – Cuba só alcançaria a independência formal (e limitada) em 1898.

Com a derrota da corrente reformista, ganharam espaço lideranças não pertencentes a elite de Havana, que começaram a organizar o movimento de independência. Entre eles se destacam Carlos Manuel Céspedes, Francisco Vicente Aguilera e Pedro Figueiredo. Céspedes era favorável a iniciar o levante pela independência imediatamente, mas outros proprietários da parte oriental da ilha entendiam que deveriam se dedicar mais aos preparativos, pois o número de homens e armas ainda era pequeno.

No ano de 1868, a coroa espanhola descobre a conspiração e Céspedes precipita o início do conflito, se rebelando contra o poder colonial, em 10 de outubro deste ano. No início de 1869, os independentistas já havia tomado a cidade e Bayamo e organizado um governo provisório. Este elaborou uma constituição (10 de abril de 1869) e Céspedes foi escolhido como presidente da República de Cuba. A adesão ao movimento foi intensa contando com a participação de elementos das camadas populares (trabalhadores urbanos, camponeses e escravos libertos) e proprietários de terras descontentes com a política colonial. Entre os elementos populares, ganharam destaque por sua liderança militar Antônio Maceo, Guillermo Moncada e Máximo Gómez.

Ainda que existisse divergências quanto a atribuições políticas, a força da unidade se dava pelo descontentamento com a Espanha. Exceção foram os grandes proprietários de terra e escravos das regiões de Havana, Matanzas e Pinar del Rio (parte ocidental da ilha), que preferiam manter relações com a coroa (são os reformistas derrotados da década de 1860).

Um exército invasor foi organizado, sob comando do General Máximo Gómez para entrar na região que ainda apoiava os espanhóis, mas por falta de mantimentos tal operação foi suspensa, quando já se encontrava nas proximidades.

O aceno do governo espanhol com a possibilidade de uma paz negociada, fez surgir fissuras entre as lideranças e Céspedes foi deposto, em 1874, vindo a morrer em seguida em batalha. Outros presidentes se sucederam, mas a divisão entre as lideranças trouxe a instabilidade política. Em 1878, foi assinado entre a coroa espanhola e parte das lideranças cubanas o *Pacto de Zanjón*. Por este acordo chegava ao fim a Guerra dos Dez Anos e a Espanha prometia atender algumas reivindicações. Chefes como Maceo não aceitaram o pacto e exigiam a abolição da escravidão. Sem apoio Maceo sai de Cuba para tentar reorganizar as forças com emigrados cubanos. Portanto, apesar da proclamação da República, esta viveu dez anos em luta armada com a metrópole, que conseguiu com que as lideranças cubanas se dispersassem, esvaziando o movimento. Os custos espanhóis gravitaram entre 80.000 mil soldados mortos e US\$ 500 mil em gastos. (SWEEZY; HUBERMAN, 1960, p.27)

Como saldo positivo, a primeira guerra de independência de Cuba, trouxe à tona a urgência da abolição da escravidão. A indústria açucareira precisava se modernizar; o preço dos escravos era cada vez mais alto, devido as pressões britânicas e; muitas das lideranças da guerra libertaram seus escravos, que lutaram lado a lado pela independência de Cuba. A Espanha decretou em 1880, um prazo de seis anos para que a escravidão fosse extinta, o que marcou o início de uma nova configuração social. Os escravos libertos passaram a constituir o proletariado cubano. Muitos proprietários de terras e engenhos tiveram suas finanças arruinadas pela guerra e se transformaram em pequenos industriais ou apenas produtores de cana de açúcar. Entre essa duas classes sociais – proletariado e burguesia, um segmento médio (ou pequena burguesia) crescia junto com seu empobrecimento.

As promessas espanholas pactuadas não foram cumpridas e as perseguições foram severas. Os proprietários de terras se dividiram em dois partidos: o Liberal (chamado também de Autonomista) de caráter reformista e o de cunho conservador, União Constitucional. A disputa era para eleger representantes para o parlamento em Madrid, onde pouco ou nada podiam frente a deputados e senadores espanhóis. É neste cenário de disputas políticas pouco significativas – pois nenhum dos partidos propunha mudanças – que começaram os preparativos para a segunda fase de guerra pela independência.

Nesta fase, a figura central foi José Martí, condenado em 1869 (aos dezesseis anos) a trabalhos forçados, por fazer parte dos apoiadores da primeira guerra de independência. Exilado em 1871, morou na Europa, mas percorreu toda América Latina, estabelecendo

contatos com vários movimentos progressistas. Fixou moradia nos EUA, em 1880, onde depurou seu pensamento a respeito dos interesses imperialistas norte-americanos sobre Cuba e toda América Latina. Em 1892, fundou o Partido Revolucionário Cubano com o intento de reunir trabalhadores cubanos e antigas lideranças militares (Máximo Gómez e Antonio Maceo) residentes nos EUA. O objetivo era organizar uma força revolucionária para o movimento de independência.

[...] Jamás hubo en América, de la independencia acá, asunto que requiera más sensatez, ni obligue a más vigilancia, ni pida examen más claro y minucioso, que el convite que los Estados Unidos potentes, repletos de productos invendibles, y determinados a estender sus dominios en América, hacen a las naciones americanas de menos poder, ligadas por el comercio libre y útil con los pubelos, para ajustar una liga contra Europa, y cerrar tratos con el resto del mundo. De tiranía de España supo salvarse la América española; y ahora, después de ver con ojos judiciales los antecedentes, causa y factores del convite, urge decir, porque es la verdad, que ha llegado para la América española la hora de declarar su segunda independencia. (MARTÍ, 2009, p. 89).

Em Cuba, antigas lideranças da Guerra dos Dez Anos, articuladas com uma nova geração de independentistas estava disposta a seguir o Partido Revolucionário Cubano. Em 24 de fevereiro de 1895, se produziram levantes em várias regiões da ilha, enquanto Maceo desembarcava na parte oriental da ilha e Martí e Gómez no sul. O entusiasmo com o retorno de lideranças experientes ao país trouxe a aderência de elementos tanto da pequena burguesia, como de trabalhadores rurais e urbanos. O Partido Autonomista, por sua vez, continuava a defender os princípios de reforma e luta pacífica.

Gómez e Maceo foram escolhidos como as lideranças militares e Martí partiria para o exterior para angariar apoio a causa cubana. Entretanto, na batalha de Dos Ríos, 19 de maio de 1895, Martí foi morto. Assim, a independência perdia seu grande articulador e teórico – *el Maestro* – que se aproximava de Bolívar no intuito de libertar toda a América Latina da dominação imperialista europeia e norte-americana. Ainda assim, o movimento prosseguiu e as lideranças resolveram leva-lo a todo o território da ilhas. Sob a liderança de Gómez e Maceo se organizou a marcha *Invasão do Ocidente ao Oriente* e, na medida em que iam avançando, mais adeptos recebiam em suas fileiras armadas. Em 1º de janeiro de 1896, entraram na antiga província de Havana, onde Gómez permaneceu e Maceo partiu até Pinar del Rio, para tomar o extremo ocidental do país. Em 22 de março do mesmo ano, a marcha foi dada por concluída, apesar de ainda haver focos de resistência.

Em um pequeno combate em Havana, Maceo foi ferido mortalmente por soldados espanhóis, mas apesar da perda, a guerra continuou e Gómez conseguiu organizar um

Conselho de governo. A presidência coube a Salvador Cisneros Betancourt que formulou uma Constituição para consolidar a independência. A resistência dos colonialistas ganhou força quando a Espanha enviou o general-capitão Valeriano Weyler, que adotou uma forte política de repressão. “[...] la concentración de los campesinos en el pueblos y las ciudades para evitar su relación con los mambises y minimizar la base de sustentación de estos era una alternativa (ZEQUEIRA, 2009, p.8). Os campos foram despovoados e a população camponesa obrigada a viver em cidades fortificadas guarnecidas pelo exército espanhol. Houve a redução da produção agrícola e, apesar da fome e da morte de aproximadamente 300 mil pessoas (LE RIVEREND, 2007, p.72) os “libertadores” cubanos dominavam quase a totalidade do território da ilha.

Os EUA sempre tiveram um interesse estratégico por Cuba. A capacidade portuária, a localização central no Mar do Caribe e a proximidade com o canal do Panamá, fazia com que ansiassem em anexá-la. O embaixador norte-americano chegou a oferecer de forma secreta US\$ 100 milhões a coroa espanhola pela ilha, mas não obteve sucesso (JENKS apud SWEEZY; HUBERMAN, 1960, p.27). Os interesses econômicos também eram relevantes, pois na segunda metade da década de 1890, mais de 10% da produção de açúcar de Cuba era proveniente de propriedades de norte-americanos.

Os interesses norte-americanos passaram a ser ameaçados em Cuba, devido a duração da guerra de independência. Assim, o governo dos EUA resolveu intervir, respondendo a opinião pública de seu país, que se mostrava solidária com a população cubana. Usando como pretexto a explosão de um barco da marinha americana – *Maine*, aportado na Baía de Havana – supostamente por espanhóis, em fevereiro de 1898, em abril sem declaração de guerra, os EUA se envolvem no conflito, apoiando os libertadores cubanos. O que estava sendo posto em prática, ainda que de forma tardia, era a Doutrina Monroe (“*A América para os americanos*”), garantindo os interesses dos capitais norte-americanos no mercado latino-americano, que poderiam ser ameaçados pelos objetivos das lideranças cubanas.

La lucha por la plena independencia fue el objetivo esencial de los revolucionarios del 68 y del 95 y constituyó la base de una política exterior basada en tradiciones y principios de defensa de la independencia, la nación, la soberanía, la solidaridad con los pueblos hermanos y el antimperialismo que han sido fuente fundamental de la política exterior de la Revolución Cubana. (ALLENDE, 2008, s/p).

A guerra contra a Espanha foi decidida pela competência do exército libertador cubano, sob a liderança de Calixto García (que substituiu Maceo, como comandante-em-chefe), atingindo-se a paz pelo Tratado de Paris, em dezembro de 1898. Entretanto, os políticos norte-

americanos souberam explorar as discórdias entre os cubanos e, desta forma, garantiram o isolamento das antigas lideranças, abrindo caminho para ocupação de Cuba pelos EUA (ROMANOVA, 1968). Fizeram o mesmo, em negociação com os espanhóis, quanto a Porto Rico e Filipinas (pelos quais pagaram US\$ 20 milhões para Espanha) e, desta forma, conseguiram consolidar seu projeto de “*mare nostrum*”

O que se seguiu ao Tratado de Paris, assinado entre Espanha e EUA – sem consulta as lideranças cubanas – foi a tentativa de anexação da ilha. Os espanhóis entregaram o comando da ilha para o General norte-americano John Brooke. Rapidamente se iniciaram as campanhas anexionistas que encontraram um contraponto no espírito patriótico, criado por mais de trinta anos de guerra pela independência. O General Brooke foi substituído pelo General Leonard Wood, que em 1901 convocou uma Assembleia Constituinte (com representantes cubanos eleitos) para aprovar a constituição e um anexo – a Emenda Platt. Por essa emenda, Cuba concedia o direito dos EUA intervirem em assuntos internos da ilha, sempre que considerassem seus interesses ameaçados<sup>7</sup>. Wood deu a possibilidade ou da aprovação da emenda ou da ocupação militar por tempo indeterminado, o que resultou em uma votação favorável à emenda de 17 a 11. Importante frisar que desta emenda, ainda subsiste um item, que é o território de Guantánamo, cedido até 1999 para os EUA, mas que ainda não foi devolvido. Entretanto, o Congresso norte-americano já havia declarado, em abril de 1898, que permaneceria em Cuba até que essa se encontrasse pacificada (ROMANOVA, 1968).

Os EUA impuseram Tomás Estrada Palma como presidente, em 1902, impedindo o candidato identificado com os patriotas de concorrer às eleições. No ano seguinte assinaram com Cuba o Tratado de Reciprocidade, que dava tratamento preferencial aos produtos norte-americanos no mercado cubano, mas não destinava tratamento igual no mercado norte-americano para produtos de Cuba<sup>8</sup>. Com esses instrumentos de dominação, os capitais dos EUA começaram a adquirir mais terras produtoras de cana de açúcar e tabaco, engenhos, ferrovias e outros segmentos da economia cubana. Em 1895, os EUA haviam investido, US\$ 50 milhões em Cuba; no ano de 1909 a cifra já ultrapassava US\$ 200 milhões (LE RIVEREND, 2007, p.82).

Em 1906, por falta de capacidade administrativa, Palma pediu a intervenção dos EUA, que o substituiu por Charles Mangoo. Este governo fez gastos em obras públicas não urgentes e deixou os cofres públicos endividados. Em 1909, foi eleito pelo Partido Liberal, José

<sup>7</sup> Os EUA interviram em Cuba enviando tropas e navios de guerra em 1906-1909, 1912, 1917-1920 e 1933-1934.

<sup>8</sup> Por tal tratado, os produtos cubanos tinham uma redução na tarifa alfandegária de 20% para entrar no mercado norte-americano. Os produtos provenientes dos EUA ganharam por sua vez uma redução de 20% a 40% no mercado cubano, o que tornou mais barato a compra de açúcar, pelas indústrias refinadoras norte-americanas.

Miguel Gómez, *el Tiburón*, que deu continuidade na forma de administrar, buscando corromper a população com uma política de favores. Em 1912, ocorreu um grande levante dos *Independientes de color*, que reunia cubanos negros e mestiços. Gómez reprimiu o movimento e conseguiu matar as lideranças, mas mesmo assim, neste ano os norte-americanos desembarcavam novamente na ilha. O governo foi ocupado por Mario García Menocal, *el Mayoral*, que pôs em prática uma política duramente conservadora. Este governo foi marcado pela organização dos trabalhadores, influenciados pela vitória bolchevique e revoltados pela situação de penúria e exploração a que estavam submetidos. A economia cubana em meio a I Guerra Mundial era alvo de forte especulação financeira – elevando o custo de vida – com o aval do governo de Menocal. Com o apoio do governo norte-americano, este se reelegeu em 1917, sob forte oposição dos liberais. Os EUA novamente intervieram em Cuba (até 1920) e enviaram o General Enoch Crowder para mediar as disputas políticas internas.

Em 1921, o preço do açúcar sofreu uma grande queda no mercado de Nova Iorque, ocasionando o desemprego e a falência de pequenos e médios comerciantes em Cuba. Em contraste, as companhias americanas e os grandes empresários cubanos, seguiram acumulando capitais, por meio do comércio exterior entre os dois países, recaindo o peso da crise sobre as camadas mais frágeis economicamente. Com esse cenário, foi eleito presidente, em 1921, Alfredo Zayas, *el Chino*, que em nada alterou a política de corrupção e favorecimento dos grandes capitais, apesar de conseguir construir um falso sentimento de liberdade política e de expressão.

Neste governo se fortaleceram as manifestações descontentes dos trabalhadores e da pequena burguesia com a criação da *Irmandade Ferroviária de Cuba*. O movimento estudantil também passa a figurar como forte ator social, principalmente com a criação da Federação Estudantil Universitária (FEU), pelo estudante marxista *Juan Antonio Mella*. Impulsionados pela revolução de outubro na Rússia, estes setores adquirem a consciência da luta de classes e a necessidade da luta armada para a transformação social. O governo Zayas respondeu com a repressão e convocação de eleições, que desde a independência foram marcadas pelas práticas fraudulentas.

O novo presidente General Gerardo Machado, assume com a promessa de reformas, para a “regeneração” da sociedade cubana. O discurso era uma resposta as manifestações de classes que vinham se multiplicando. Em 1925, foi fundado o Partido Comunista de Cuba e a Confederação Nacional de Trabalhadores de Cuba, que de pronto iniciaram a organização de grandes greves no setor açucareiro e ferroviário. O governo Machado respondeu com uma dura repressão e assassinato dos dirigentes das associações de classe. Paralelamente, tratou de

eliminar (fisicamente) seus principais opositores da arena política, já mostrando as intenções de se perpetuar no poder. Em 1828, alterou a Constituição, prolongando o mandato presidencial para seis anos.

O movimento estudantil, rapidamente mostrou-se contrário as alterações constitucionais, no que foi seguido pelo Partido Comunista. O cenário de crise econômica (queda do preço do açúcar e desemprego) aumentou as manifestações e tensões sociais, ao que Machado respondeu com o assassinato de Mella, em 1929, que havia sido também fundador do Partido Comunista. O fato acirrou os ânimos e a quebra da bolsa de Nova Iorque deteriorou mais ainda a situação econômica em Cuba. A primeira metade da década de 1930, foi marcada pelo acirramento da questão social, com as manifestações estudantis contra a ditadura de Machado e a propagação das greves operárias, reivindicando melhorias. A situação se tornou insustentável, a ponto dos EUA intervirem novamente na política interna Cubana. O novo embaixador em Cuba, Summer Welles, foi incumbido da função de convencer Machado a entregar o poder, uma vez que se mostrava incapaz de conter as tensões sociais.

Em Havana, iniciou-se uma greve dos trabalhadores de transportes, que se alastrou por outros tantos setores, paralisando praticamente as atividades econômicas em Cuba. O exército que até então tinha sido um dos pilares de sustentação do governo de Machado, exigiu em agosto de 1933, sua renúncia. Machado fugiu para os EUA e um governo provisório de caráter conservador assumiu, mas sem promover alterações necessárias para conter as tensões sociais e os descontentamentos políticos. No mês seguinte, este governo seria substituído por uma petrarquia (com apoio do movimento estudantil e dos militares) que destituiu os militares que participaram do governo de Machado. Nesse contexto, ganhou importância o sargento Fulgêncio Batista, que designado como Coronel, iniciou a reestruturação do exército cubano. Um dos integrantes da petrarquia – Ramón Grau San Martí – foi designado como presidente, enquanto os EUA tentavam intimidar as manifestações enviando navios de guerra para a costa cubana.

O governo de Grau San Martí não teve sucesso em conter os levantes de trabalhadores que ocorriam na capital do país e no interior. Os militares machadianos (destituídos) tentaram um golpe, mas foram contidos pelo exército liderado por Batista, que com o apoio dos EUA, efetivou um golpe de Estado, levando a presidência, em janeiro de 1934, Carlos Mendieta. A partir de então iniciou-se uma onda repressiva contra os movimentos populares (estudantil e trabalhador). Os partidos políticos, por sua vez, não representavam os anseios de grande parte da população, que almejava uma Constituição que contempla-se questões de proteção social.

O rearranjo político somente conseguiu convocar eleições, que em 1936, levaram Miguel Mariano Gómez à presidência, com apoio de Batista. Entretanto, desentendimentos do presidente como o exército levaram a sua deposição no mesmo ano.

Em 1940, uma nova Constituição foi elaborada. Aparentemente, a Carta atendia as reivindicações populares, eliminando o latifúndio e prevendo a reforma agrária. Contudo, as leis não passaram de manobra política, para conter a onda de greves e manifestações que vinham ocorrendo há quase uma década. Se sucederam no poder os governos de Fulgêncio Batista (1940-1944), Grau San Martí (1944-1948) e Carlos Prío Socarrás (1948-1952) todos marcados pela corrupção, enriquecimento ilícito, favorecimento aos capitais norte-americanos. O apoio aos aliados na II Guerra Mundial, se converteu em anticomunismo no pós-Guerra, onde as relações com os interesses norte-americanos se fortaleciam, que segundo D'Estéfano (2002) “la neocolonia surgía cuando el imperialismo había aprendido a establecer otros mecanismos de dominio y de paso, había rectificado sus maneras de imponerse.”

A situação econômica e social em Cuba era de pobreza e miséria. Na década de 1950, a média da renda *per capita*, mais baixa nos EUA era de US\$ 829 (no estado do Mississippi), enquanto em Cuba a renda era de pouco mais US\$ 300 (SWEEZY; HUBERMAN, 1960, p.16). De acordo com o censo cubano de 1953, 43% da população vivia na área rural e dessa 54% não possuía instalações sanitárias. Em todo o país, somente 35% das residências dispunha de água encanada. Doenças como febre amarela, tifo, malária, tuberculose e sífilis, na década de 1950, ainda representavam epidemias. A educação, obrigatória por oito anos, não era provida pelo Estado, que não disponibilizava instalações, professores nem material, resultando em um índice de analfabetismo total acima dos 25%.

O desemprego vinha se ampliando desde a década de 1930 e, em pelo censo de 1953, 75% da força de trabalho cubana, encontrava-se desempregada. Essa realidade em muito é resultado de uma estrutura econômica agroexportadora, monocultora e latifundiária. Os postos de emprego na lavoura estavam diretamente relacionados as flutuações do mercado consumidor mundial de açúcar. Além do mais, a colheita da cana de açúcar é uma atividade sazonal, que dura apenas entre três e quatro meses do ano, ficando o camponês ou o operário da usina de açúcar desempregado a maior parte do tempo. Mesmo assim, a cadeia produtiva do açúcar, não conseguia absorver mais que 25% da força de trabalho e a remuneração era baixa (SWEEZY; HUBERMAN, 1960, p.23).

Estavam marcadas para junho de 1952, eleições presidenciais. Dos três candidatos, Batista se apresentava em último lugar nas pesquisas de opinião. Motivado por uma possível derrota, assumiu o comando da Forças Armadas e deflagrou um golpe militar (fato que já

tinha protagonizado também em 1934). É nesse contexto, que Fidel Castro entra na cena política cubana. Advogado e candidato a deputado, teve seus planos interrompidos pelo golpe de Batista. Com isso compreendeu, que pela via pacífica e eleitoral não era possível fazer mudanças políticas responsáveis pela transformação econômica e social.

Passou a partir de então, a organizar um grupo para luta armada. A maioria eram estudantes com menos de trinta anos, que foram treinados por quase um ano, enquanto se buscava angariar fundos para a aquisição de armas e munição. O alvo da ação seria o Quartel Moncada – o segundo em tamanho e capacidade do país – localizado na cidade de Santiago de Cuba, província oriental da ilha. No dia 26 de julho de 1953 foi efetuado o ataque, mas a inexperiência militar fez com que erros cometidos ocasionassem em mortes durante o confronto com as guarnições. Os sobreviventes foram executados no local e os que fugiram logo forma capturados e enviados para a prisão.

Ainda que tenha sido um fracasso tático, estrategicamente a tentativa de tomar o quartel Moncada despertou os interesses da população por uma possível resistência ao regime ditatorial de Batista. Fidel, Raul e outros integrantes foram capturados e encarcerados. Fidel obteve a permissão de fazer sua própria defesa no julgamento, do que resultou o texto conhecido como *“A história me absolverá”*. Mais que um texto jurídico de defesa de um réu, Fidel elaborou uma análise histórica das estruturas cubanas, destacando a situação de miséria e exploração econômica, ressaltando as práticas políticas corruptas

Es un principio elemental de derecho penal que el hecho imputado tiene que ajustarse exactamente al tipo de delito prescrito por la ley. Si no hay ley exactamente aplicable al punto convertido, no hay delito. [...] Quién le ha dicho que nosotros hemos promovido alzamiento contra Poderes Constitucionales del Estado? Dos cosas resaltan a la vista. En primer lugar, la dictadura que oprime a la nación nos es un poder constitucional, sino inconstitucional; se engendró contra la Constitución, por encima de la Constitución, violando la Constitución legítima de la república. [...] En segundo lugar, el artículo habla de Poderes, es decir, plural, no singular, porque está considerando el caso de una república regida por un Poder Legislativo, un Poder Ejecutivo y un Poder Judicial, que se equilibran y contrapesan unos a otros. Nosotros hemos promovido rebelión contra un poder único, ilegítimo, que ha usurpado y reunido en uno solo los Poderes [...] (CASTRO, 2007, p.18).

Com um julgamento feito a portas fechadas, Fidel foi condenado a 15 anos de prisão; Raúl a 13 anos e; os outros prisioneiros a penas mais curtas. Enquanto isso, Batista tentava conter a oposição por meio da censura à imprensa e reprimir as greves operárias e o movimento estudantil. Batista convocou e se candidatou as eleições de 1954, mas o candidato Grau San Martí, desistiu da corrida eleitoral. Eleito, portanto, sem concorrentes, Batista anistiou os prisioneiros. Fidel se tornou o centro das atenções políticas em Cuba. A imprensa

e a população queriam ouvi-lo, mas a ditadura bloqueava pela censura todos os meios possíveis. Foi então que Fidel rumou para o México, onde compreendia que teria condições de organizar forças, homens e armas para lutar contra o regime de Batista.

No México é que se deu o encontro com o médico argentino Ernesto “Che” Guevara, que ali se encontrava entre os membros do Movimento 26 de julho (MR-26-7). Este já tinha percorrido grande parte da América Latina e se envolvido em movimentos de oposição com cunho revolucionário. Conheceu Raúl no México e aderiu a ideia de deposição da ditadura de Batista. Isso se deve a sua característica internacionalista, mais do que a identificações político-partidárias (LÖWY, 1999).

Fidel fez uma viagem estratégica aos EUA, onde se encontrou com cubanos ricos e conseguiu arrecadar recursos suficientes para comprar armas, munição e treinar um grupo para uma futura invasão da ilha. Em fins de novembro de 1956, partiam no iate *Granma* 82 guerrilheiros armados para desembarcar em Cuba e derrubar o governo de Batista. Estavam articulados com movimentos oposicionistas em Cuba e contavam com uma rede de colaboradores. Entretanto, um atraso na viagem de dois dias fez com que o desembarque fosse um desastre, restando vivos apenas 12 combatentes, que se entrincheiraram no monte Turquino.

A estratégia a partir de Sierra Maestra passou a ser a guerrilha rural angariando o apoio dos camponeses que viviam sem assistência do Estado e sob as arbitrariedades do governo de Batista (GÁLVEZ, 1979; GIMENEZ, 1959). Assim, na medida em que o exército rebelde avançava e dominava determinado território a reforma agrária era realizada, mobilizando desta forma o apoio do campesinato a causa revolucionária<sup>9</sup>. A assistência médica chegou também aos camponeses junto com os revolucionários, que conseguiram aparelhos de raio X e remédios, levando aos mais ermos locais atendimento aos enfermos e as crianças (JIMENÉZ, 2009). Tais ações já anunciavam a revolução socioeconômica que viria a se aprofundar pós-1959.

Além da questão agrária e da saúde, a educação recebeu atenção, sendo organizadas em dois anos mais de 30 escolas rurais, sob o comando de Che Guevara (SADER, 2011). O impacto era forte, pois na região de Sierra Maestra, o Estado não garantia nenhum dos direitos básicos para a vida digna, como enunciada na Constituição de 1940<sup>10</sup>. Merece destaque também o comportamento dos soldados rebeldes, que diferentemente das tropas do governo,

<sup>9</sup> Em certa medida é possível identificar alguma semelhança com as táticas da Grande Marcha de Mao Tsé-Tung (VISACRO, 2009).

<sup>10</sup> Promulgada em julho de 1940, de caráter democrático-burguês, foi considerada avançada no contexto latino-americano da época. Ver [http://www.ecured.cu/Constituci%C3%B3n\\_de\\_1940](http://www.ecured.cu/Constituci%C3%B3n_de_1940).

respeitavam as famílias e pagavam pelos produtos que necessitavam. Em contraste com os abusos e saques das tropas de Batista, o exército rebelde passa a contar com o apoio do campesinato, não só para escondê-lo, mas também com o ingresso de camponeses em suas fileiras.

Concomitante a isso, no meio urbano as posições se radicalizam e um assalto armado foi realizado ao palácio presidencial. O fracasso de tal iniciativa resultou na morte de mais da metade dos envolvidos, mas representou que a guerrilha rural não estava sozinha e que o governo de Batista teria que lidar com várias frentes, mesmo as até então moderadas.

Mostrando profundidade estratégica, o MR-26-7 lança a partir de Sierra Maestra um Manifesto<sup>11</sup>, onde são apresentadas as manobras principais do grupo guerrilheiro para derrotar a ditadura de Batista. Dentre elas: conclamava a população cessar o pagamento de impostos; anunciava uma greve geral; conclamava os militares a se unirem ao exército rebelde e; anunciava as campanhas militares de Raúl Castro e de Juan Almeida na Província do Oriente. O que estava em jogo, segundo o próprio documento, era uma guerra total e “sem quartel”.

A greve geral organizada pelo movimento urbano de apoio à guerrilha fracassou em abril de 1958 por questões de planejamento e comunicação. Batista aproveitou para lançar uma dura ofensiva militar (mais de dez mil soldados) em Sierra Maestra, em maio. Os equipamento e armamentos modernos como bazucas e bombas de napalm compunham o arsenal das tropas do governo. A proporção de armamentos e munição desvantajosa para os rebeldes que contavam com apenas 300 homens. A seu favor tinham apenas os discursos inflamados de Fidel, o terreno conhecido e propício para uma guerra de guerrilha, a causa que acreditavam e tinham lideranças que espelhavam tais causas. Bem diferente do exército de Batista, composto de mercenários, soldados mal pagos e comandantes corruptos. Após dois meses e meio de combate e com o fim das remessas de armas pelos EUA (oficialmente desde março) as forças governistas saíram em retirada, com mais de mil mortos e armas, tanques, jipes, morteiros e metralhadores perdidos para o exército rebelde. O tratamento dado aos prisioneiros conquistou a simpatia não só da população, mas também dos prisioneiros, os

---

<sup>11</sup> Manifesto “Al pueblo de Cuba”, conhecido como Manifesto de Sierra Maestra, tornado público em 12 de julho de 1957, foi um documento resultante de uma discussão de dois dias entre Fidel Castro, Raúl Chibás Ribas (presidente do Partido Del Pueblo Cubano – Ortodoxo) e Felipe Pazos Roque (ex-presidente do Banco Nacional de Cuba). Castro os convidou a subir a Sierra Maestra para discutir a luta contra a ditadura e o papel da oposição. Entre outros pontos decididos, se acordou em organizar um governo no exílio Pazos com apoio do DR-13, do Partido Ortodoxo, do Partido Autêntico, da Organização Autêntica e da Federação Estudantil Universitária, subscreveu em outubro de 1957, em Miami, que pretendia dar unidade aos setores revolucionários, decidindo o programa político da revolução. O documento intitulado “Acuerdo de la Junta de Libertación de Cuba”, ficou conhecido como “Pacto de Miami”. Como foi feito a revelia do MR-26-7, seus membros foram contrário e iniciaram articulações para propor um candidato próprio para o Governo Provisório em Armas.

quais muitos começaram a colaborar com informações táticas do exército de Batista, dando aos rebeldes vantagem na antecipação de posições militares.

Reforçando a vitória, a frente oposicionista<sup>12</sup> a Batista lança o Pacto de Caracas, onde estavam enunciados os principais passos após a tomada do poder: luta armada, governo provisório para encaminhamento democrático, desenvolvimento social e cumprimento de compromissos internacionais.

A partir de agosto de 1958, as forças rebeldes deixam as trincheiras de Sierra Maestra para tomar a capital divididas em três colunas (Fidel Castro, Raúl Castro e Che Guevara) iniciam uma marcha de proporções épicas, principalmente pela inferioridade numérica e de armamentos. Guevara e Camilo Cienfuegos cumprem o compromisso de tomar a província de Las Villas, ponto central da Ilha. Raúl Castro foi responsável por tomar a província do Oriente pelo norte e também Guantánamo, enquanto a tropas chefiadas por Fidel, entravam em Santiago de Cuba, antes da noite de Natal. Em 1º de janeiro, na madrugada, Batista foge de Cuba (vai para a República Dominicana), entregando o poder para uma Junta Militar, liderada pelo General Eulogio Castillo. A Junta tentando perpetrar um golpe, nomeou Carlos Piedra (juiz mais antigo do Supremo Tribunal) como presidente da República.

Pocos minutos después de haber asumido la presidencia, Piedra ordenó el cese del fuego en todos los frentes, propuso la formación de un régimen que “restablezca la paz y la tranquilidad” en esta nación asolada por dos años de guerra civil, apeló a los insurgentes por cooperación y pidió “sabiduría por parte de todos”. (BATARD, 2005, p.11-12).

No dia seguinte, o comandante Che Guevara consegue controlar Santa Clara, capital da província Las Villas e Raúl Castro toma o Quartel Moncada, sem disparar nenhum um tiro e ainda consegue a rendição de 5.000 mil soldados (FRANKLIN, 2015). Fidel Castro utilizando as ondas de rádio, alerta a população cubana quanto a manobra de Batista e deixa claro que a luta só se encerraria com a rendição total do exército.

Cualesquiera que sean las noticias procedentes de la capital, nuestras tropas no deben hacer alto al fuego por ningún concepto. Nuestras fuerzas deben proseguir sus operaciones contra el enemigo en todos los frentes de batalla. Acéptese solo conceder parlamento a las guarniciones que deseen rendirse. Al parecer se ha producido un golpe de Estado en la capital. Las condiciones en que ese golpe se produjo son ignoradas por el Ejército Rebelde. El pueblo debe estar muy alerta y atender solo las instrucciones de la Comandancia General. La dictadura se ha

---

<sup>12</sup> Os principais grupos signatários, além do MR-26 de julho, são: o Partido Democrata, a Resistência Cívica, a Federação dos Estudantes, a Organização Autêntica, o Partido Ortodoxo, o Diretório Revolucionário 13 de Marzo, a Unidade Operária, a Federação dos Estudantes Universitários, Partido Autêntico e o Grupo Montecristi.

derrumbado como consecuencia de las aplastantes derrotas sufridas en las últimas semanas, pero eso no quiere decir que sea ya el triunfo de la Revolución. Las operaciones militares proseguirán inalterablemente mientras no se reciba una orden expresa de esta Comandancia, la que solo será emitida cuando los elementos militares que se han alzado en la capital se pongan incondicionalmente a las órdenes de la jefatura revolucionaria. (BELL, 2006, p.11)

No dia 2 de janeiro, na sacada do prédio do *Ayuntamiento*, na praça central de Santiago de Cuba, Fidel Castro anuncia o triunfo da Revolução.

La Revolución empieza ahora, la Revolución no será una tarea fácil, la Revolución será una empresa dura y llena de peligros, sobre todo, en esta etapa inicial, y en que mejor lugar para establecer el Gobierno dela República que en esta fortaleza dela Revolución; para que se sepa que este va a ser un gobierno sólidamente respaldado por el pueblo en la ciudad heroica y en las estribaciones dela Sierra Maestra, porque Santiago está en la Sierra Maestra. En Santiago de Cuba y en la Sierra Maestra tendrála Revolución dos mejores fortalezas. (CASTRO, 1959, s/p.)

Novamente, Santiago de Cuba se fazia como palco inicial de transformações que avançariam do oriente da ilha até a parte ocidental na capital Havana – o processo de Independência também se iniciou no oriente.

### 2.3 TRIUNFO E (NÃO)RECONHECIMENTO DA REVOLUÇÃO

Desde Santiago de Cuba, tem início a *Caravana de La Libertad*, com a qual Fidel percorreu o território cubano (de Santiago de Cuba a Havana), entre os dias 2 e 8 de janeiro de 1959.

[...] Fidel con seu presencia en pueblos y cidades, a seu paso havia la capital, quis corresponder al cariño y la confianza depositada en el movimiento revolucionário por una ciudadanía agradecida, también sabia que era fundamental consolidar cada una de las posiciones conquistadas hasta ele momento, y a ello se dedica en essa jornadas de febril atividade. (BATARD, 2005, p. 109).

O objetivo, portanto, de percorrer grande parte do território nacional, estava em reafirmar a identificação dos ideais e atos revolucionários como os anseios da população. Se organizou uma grande cadeia radiofônica (com o aparato da emissoras que cobriam todo o país) como forma de dar orientações a população. Foi também um momento de planejamento e organização, como o início do planejamento para erradicação do analfabetismo, com a liderança de Armando Hart Dávalos<sup>13</sup>. Importante também a organização de guarnições

<sup>13</sup> Fundador do Movimento Nacional Revolucionário e do Movimento 26 de Julio. Junto com outros tantos presos políticos foi libertado dia 1º de janeiro de 1959.

militares para defender as conquistas e combater focos de resistência. Fidel Castro pode ter contato com os sindicatos locais, ouvir e dar opiniões.

A FEU de Havana e de Santiago de Cuba lançaram documento de apoio a revolução, enquanto a Frente Obrero Nacional Unida (FONU) convocou um greve geral (revolucionária) – respondendo ao chamamento de Fidel Castro, como maneira de consolidar a vitória da revolução. As massas encabeçadas pelos revolucionários, ocuparam quartéis e postos policiais por todo o país. O objetivo era romper com o regime anterior, inicialmente de forma física e simbólica. Importância essencial tiveram os periódicos *Revolución*<sup>14</sup>, do MR-26-7 e o *Hoy*<sup>15</sup>, periódico do Partido Socialista Popular (PSP). Ao mesmo tempo, na República Dominicana<sup>16</sup>, começaram articulações para sufocar a Revolução Cubana. O presidente Rafael Trujillo lançou a ideia de uma “legião estrangeira” para combater os revolucionários cubanos e quaisquer outros na América Latina, contando com o imediato apoio dos EUA, ainda que de forma velada (CANTÓN; DUARTE, 2006).

Enquanto Fidel Castro percorria o país em Caravana, em Havana se organizava o novo governo do presidente Manuel Urrutia Lleó<sup>17</sup> e seu gabinete<sup>18</sup>, composto de nomes com histórico de lutas contra a ditadura de Batista e membros do Exército Rebelde. Fidel Castro (não tinha cargo no gabinete) foi designado como Comandante Chefe das Forças de terra, mar e ar. Para primeiro-ministro, Urrutia aceitou a indicação proposta por Fidel Castro de José Miró Cardona<sup>19</sup>. O governo foi instalado na biblioteca da Universidade do Oriente e teve como primeiro ato oficial, a visita ao túmulo de José Martí. Seguiram-se medidas

<sup>14</sup> A partir de então, seria a primeira edição legal, mas tal periódico já era editado, de forma clandestina, entre 1953 e 1958.

<sup>15</sup> Inicia sua terceira época. Durante a ditadura de Batista tinha sido substituído pela *Carta Semanal*, entre 1953 e 1958.

<sup>16</sup> Cuba e República Dominicana romperam relações diplomática em 26 de junho de 1959. No mês de agosto, um avião C-47 dominicano (pilotado pelo mesmo piloto responsável pela fuga de Batista) aterrisou na cidade de Trinidad. Os dez tripulantes foram presos e apreendidas armas e munição.

<sup>17</sup> Presidente da Terceira Sala Penal de Audiências de Santiago de Cuba, votou pela absolvição dos participantes da expedição do iate Granma. Seu voto se baseou na Constituição de 1940 que prevê a resistência a qualquer medida governamental que diminua, altere ou adultere direitos individuais constitucionais. Foi presidente entre janeiro e julho de 1959, quando por divergências com Fidel Castro renunciou ao cargo, sendo substituído por Osvaldo Dorticós Torrado, então ministro da Ponência e Estudo das Leis Revolucionárias.

<sup>18</sup> Roberto Agromonte, ministro de Estado; Angel Fernández, ministro da Justiça; Julio Martínez, ministro da Salubridade e Assistência Social; Faustino Pérez, ministro de Recuperação de Bens Mal versados; Luis Buch, ministro da Presidência e secretário do Conselho de Ministro; Raúl Cepero, ministro do Comércio, Manuel Fernandez, ministro do Trabalho, Armando Hart, ministro da Educação; Luis Orlando Rodriguez, ministro de Governabilidade (hoje do Interior); Manuel Ray, ministro de Obras Públicas (hoje da Construção); Humberto Sorí, ministro da Agricultura.

<sup>19</sup> Miró permaneceu no cargo até 13 de fevereiro de 1959, quando renunciou. Fidel Castro assumiu o cargo e a Lei Fundamental foi alterada, ampliando os poderes do primeiro-ministro, que mais do “reperesentar” a política geral do Governo, passaria a dirigi-la. Em 1961, Miró foi eleito por duas organizações de exilados em Miami (Frente Democrática Revolucionária e Movimento Revolucionário do Povo) como chefe do Conselho Revolucionário, que era uma tentativa de estabelecer um governo provisório no exterior, para tentar o reconhecimento internacional e depois tomar o poder em Cuba.

emergenciais tais como: a aprovação da Lei Fundamental do Estado Cubano, baseada na Constituição de 1940, com adequações necessárias para a revolução; dissolução do Congresso (o Conselho de Ministros assumiu as funções legislativas) e extinção dos mandatos executivos.

Mais de 1500 pessoas, entre oficiais e apoiadores do regime de Batista foram presos e submetidos aos Tribunais Revolucionários. Os tribunais seguiram o Regulamento de Regime Penal, elaborado em Sierra Maestra, em fevereiro de 1958<sup>20</sup>. O governo ainda dispôs que o Banco Nacional de Cuba congelasse operações (e suspendesse inclusive cheques) realizadas em favor de funcionários do governo de Batista. Assim também, no setor sindical, para combater o gangsterismo foram retirados todos os dirigentes.

A chegada de Fidel Castro em Havana foi envolta em um clima de vitória e euforia. Contudo, em seu discurso, o Comandante teve o cuidado de alertar a população quanto as dificuldades que estavam por vir e ao mesmo tempo salientar a identificação de todos com a revolução.

Creo que es este un momento decisivo de nuestra historia: la tiranía ha sido derrocada. La alegría es inmensa. Y sin embargo, queda mucho por hacer todavía. No nos engañamos creyendo que en lo adelante todo será fácil; quizás en lo adelante todo sea más difícil. [...] Mi gran preocupación es que en el extranjero, donde esta Revolución es la admiración del mundo entero, no tenga que decirse dentro de tres semanas, o cuatro semanas, o un mes, o una semana, que aquí se volvió a derramar sangre cubana para consolidar esta Revolución, porque entonces no sería ejemplo esta Revolución [...] Es verdad que en casi todas las revoluciones, después de la lucha, viene otra, y después viene otra —y observen la historia de todas las revoluciones, en México y en todas partes. Sin embargo, parecía que esta iba a ser una excepción, como ha sido una excepción en todo lo demás; ha sido extraordinaria en todo lo demás, y quisiéramos que también fuera extraordinaria en el hecho de que no se disparara más un tiro aquí; y creo que se logrará, creo que la Revolución triunfará sin que se dispare más un tiro, ¿saben por qué? Porque es realmente admirable el grado de conciencia que se ha desarrollado en el país, el civismo de este pueblo, la disciplina de este pueblo, el espíritu de este pueblo; realmente, me siento orgulloso de todo el pueblo, tengo una fe extraordinaria en el pueblo de Cuba. Vale la pena sacrificarse por nuestro pueblo. (CASTRO, 1959).

A fuga de Batista e o triunfo da revolução tiveram grande repercussão no exterior. Muitas embaixadas cubanas foram ocupadas por exilados e na América Latina manifestações (que se fundiram com os festejos de Ano Novo) se converteram em atos políticos de apoio a revolução. A Venezuela foi o primeiro país a reconhecer o Governo Revolucionário de Cuba<sup>21</sup>. A identificação dos dois países estava no fato da Venezuela recém ter conseguido derrubar a ditadura Pérez Jiménez (1952-1958). A Revolução Cubana representava para os

<sup>20</sup> Este por sua vez se baseava na Lei Penal de Cuba em Armas, de 28 de julio de 1896.

<sup>21</sup> No dia 23 de janeiro, a primeira viagem oficial de Fidel Castro foi a Venezuela, aceitando o convite presidencial para os festejos do primeiro aniversário da deposição de Marco Pérez Jiménez. Nessa ocasião recebeu o título de “filho ilustre de Caracas”.

venezuelanos que eles não estava sozinhos em sua vitória na América Latina. O presidente provisório da Venezuela, Edgar Sanabria, junto com o corpo diplomático cubano fez um brinde ao triunfo da revolução e anunciou que no dia 2 de janeiro, um avião levaria exilados de volta a Cuba. A Federação Estudantil Universitária da Venezuela organizou caravanas de carros, caminhões e motocicletas em Caracas. (BUCH; SUÁREZ, 2009, p.41). A esse reconhecimento se seguiram o de outros 14 países latino-americanos, EUA (7 de janeiro), República Árabe Unida, Holanda, Bélgica, Grã-Bretanha e República Federal da Alemanha. Ainda em Caracas, Fidel Castro fez um discurso na Universidade Central, onde

A los estudiantes, que tan extraordinariamente han honrado a nuestro pueblo en la tarde de hoy, quiero decirles, para finalizar, una cosa: tengan la seguridad de que somos hombres conscientes de nuestra responsabilidad con nuestra patria, de nuestra responsabilidad con los pueblos oprimidos y de nuestro deber ineludible de solidaridad con todos los pueblos del continente americano; que somos revolucionarios, y que ser revolucionario no es llamarse así como se llaman muchos. Ser revolucionario es tener una postura revolucionaria en todos los órdenes, dedicar su vida a la causa de los pueblos, dedicar su vida a la causa de la revolución de los pueblos, a la plena redención de los pueblos oprimidos y explotados. [...] Como el poder para nosotros no ha significado un baño de rosas ni un paseo, como para nosotros el poder no significa riquezas, ni somos hombres que nos dejamos arrastrar por ningún género de vanidad, sino que para nosotros el poder es sacrificio, más sacrificio, porque ahora estamos luchando más que cuando estábamos en la Sierra Maestra, ahora tenemos menos descanso que cuando estábamos en la Sierra Maestra, ahora tenemos más trabajo que cuando estábamos en la Sierra Maestra, hemos bajado al llano decididos a seguir luchando en el terreno que sea necesario. (CASTRO,1959).

As relações do governo revolucionário com os EUA, desde o início se mostraram tensas. O embaixador dos EUA, Earl T. Smith, recebeu 72 horas para deixar o país com todo o corpo diplomático da embaixada. Sua permanência em Cuba se tornou insustentável, não só por sua colaboração aberta com a ditadura de Batista, mas por ser a voz da reação mundial em favor daqueles considerados criminosos de guerra pela revolução (torturados e assassinos do governo Batista), que estavam sendo julgados pelos Tribunais Revolucionários. Era responsável também por muitos translados clandestinos de colaboradores de Batista, que eram recebidos como heróis nos EUA. Teve participação, também, na fundação da primeira organização contra-revolucionária (de exilados cubanos), "*Rosa Blanca*". (CANTÓN; DUARTE, 2006, p.16). Em 10 de janeiro, chegou a Havana Philp W. Bonsal, novo embaixador norte-americano.

O reconhecimento do governo revolucionário de Cuba pelos EUA não significou que articulações subterrâneas não viessem sendo organizadas mesmo antes do triunfo da revolução. Os revolucionários sempre deixaram claro o caráter nacionalista, anti-imperialista

e terceiromundistas de suas convicções e ações. Dessa forma, em janeiro de 1959, os EUA já se negou a devolver criminosos de guerra do regime de Batista, assim como o dinheiro levado dos cobres públicos pelos funcionários batistianos. Cuba respondeu expulsando de seu território as missões das forças armadas americanas, que haviam dado treinamento para o exército da ditadura deposta.

No início do mês de fevereiro, iniciaram as ameaças do governo norte-americano em reduzir a quota do açúcar cubano no mercado dos EUA. No mesmo mês, um avião pilotado por um cidadão norte-americano é detido ao tentar entrar em território cubano. Seguiu-se a isso, a negativa do Conselho de Segurança Nacional de crédito para Cuba estabilizar sua moeda, enfraquecida pelos saques ilegais feitos pelo governo de Batista. A intenção norte-americana era forçar uma crise financeira que enfraquecesse a revolução.

Aún le quedaban, sin embargo, al imperialismo poderosos recursos en nuestro país. Las empresas monopolistas, los terratenientes y burgueses eran dueños de la nación. Aparte de la economía, todos los medios de divulgación masiva se encontraban en sus manos y nuestra sociedad estaba infestada de ideología reaccionaria (BATARD, 2005, p. 110).

Um dos primeiros problemas quanto as relações internacionais de Cuba se deu pelos salvo-condutos aos integrantes do governo de Batista para que esses deixasse o país. O presidente Urrutia e o Ministro de Estado Agromonte eram contrários que criminosos de guerra e os que lesaram o erário público pudessem sair do país. Contudo, tal postura feria a Convenção de Direito de Asilo, da qual Cuba era signatária. Isso ameaçava o reconhecimento internacional do governo revolucionário e, ponderando, o Conselho de Ministro, concedeu os salvocondutos solicitados (BUCH; SUÁREZ, 2009, p. 66).

Em 15 de abril de 1959, Fidel fez sua primeira viagem ao exterior como primeiro-ministro. Viajou aos EUA, Canadá e Argentina, onde participou da Reunião dos 21 Chefes de Estados dos governos americanos. Nos EUA, a convite da Association Newspaper Editor, declarou ao Comitê do Senado de Relações Exteriores que as relações de Cuba e EUA dependiam de um tratamento de plena igualdade (FRANKLIN, 2015, p.32). Fez uma série de discursos em rádio, televisão, no Central Park e em Universidades (Harvard, Columbia e Princeton), inclusive um encontro com o vice-presidente Richard Nixon. Denunciou as ditaduras latino-americanas, explicou as causas da Revolução Cubana e afirmou que Cuba manteria uma posição independente nas Nações Unidas. Na sequência de sua viagem foi à Argentina, onde participou da Reunião do Conselho Econômico da Organização dos Estados

Americanos (OEA) , seguindo viagem para o Uruguai e Brasil. Em seu discurso no Central Park, Fidel Castro foi enfático

No en vano están aquí nuestros hermanos de todo el continente y eso dice mucho; no en vano están aquí los dominicanos y esa si es una prueba definitiva que califica a un gobierno. Los pueblos no están jamás con la injusticia, los pueblos no están jamás con la crueldad, los pueblos no están jamás con la inmoralidad, los pueblos no están jamás con el despotismo; la presencia multitudinaria de los cubanos, la presencia multitudinaria de los latinoamericanos en el Parque Central de Nueva York, con la presencia nutrida de norteamericanos, es el mejor argumento, en favor de la revolución democrática, humanista y justiciera de Cuba. [...] Porque los pueblos tienen una percepción muy clara para conocer a los hombres, los pueblos tienen una inteligencia muy clara para distinguir a los hombres, los pueblos no pueden ser confundidos fácilmente, los pueblos comprenden con la razón, pero sobre todo comprenden con el corazón. Que vengan aquí los dictadores de América. Que vengan aquí y convoquen al pueblo, que vengan aquí y convoquen a sus propios compatriotas; que vengan aquí y le hablen a la opinión pública de Estados Unidos y de la América entera. Que vengan a comparecer ante todas las asociaciones de periodistas que quieran preguntarles acerca de todas las cosas de su país. Que vengan a responder todas las preguntas que les hagan. Que vengan a ver si reúnen un pueblo. A ver si pueden explicarse, a ver si pueden responder. Tendrán que pagar alquileres, tendrían que gastarse millones de pesos y no reunirían ni a 1000 personas. Porque es difícil encontrarse 1 000 personas que tengan el cinismo y el poco pudor de vender su presencia en favor de las tiranías. [...] No dejemos que los dictadores tomen la ofensiva, no dejemos que las dictaduras se movilicen contra el ideal democrático, movilicemos el ideal democrático, que es más fuerte y más poderoso contra las dictaduras, movilicemos la opinión, movilicemos a todos los corazones americanos y las dictaduras se desploman (APLAUSOS). Desde aquí decimos que Cuba y el pueblo de Cuba y los cubanos, dondequiera que estemos, seremos solidarios con los anhelos de liberación de nuestros hermanos oprimidos. (CASTRO, 1959.)

Os EUA pressionaram Cuba de todas as formas, sejam econômicas (quota do açúcar) quanto militares (CIA apoiando os contrarrevolucionários). Em junho de 1959, o senador George Smathers (democrata) propôs uma emenda para redução da quota de açúcar cubano. Logo após, o governo norte-americano criticou a Lei de Reforma Agrária, principalmente, quanto aos termos de compensação. No mesmo mês, quatro incursões aéreas, vindas da Flórida bombardeiam engenhos de açúcar e causaram a morte de 2 pessoas nas ruas de Havana. O ataque a Havana foi assumido perante o FBI pelo ex-chefe da Força Aérea (do governo de Batista), Pedro Luis Díaz Lanz, mas seu pedido de extradição foi negado pela justiça norte-americana (FRANKLIN, 2015, p.37).

Em meio a tais tensões, as relações diplomáticas entre Cuba e URSS foram reestabelecidas em 7 de maio de 1960<sup>22</sup>. Isso não impediu que, antes mesmo, em fevereiro de 1960, durante a visita do vice primeiro-ministro soviético, Anastas Mikoyán, os dois países

---

<sup>22</sup> As relações entre Cuba e URSS haviam sido rompidas em 1952, quando do golpe de Estado de Fulgêncio Batista.

firmassem acordos comerciais de grande porte. A URSS forneceria petróleo (e seus derivados), assim como também máquinas, ferro, fertilizantes e farinha de trigo. Além disso se comprometeu em comprar 5 milhões de toneladas de açúcar (em cinco anos e concederia crédito de US\$100 milhões (a juros de 2,5% a.a.).

Quanto ao petróleo soviético, em junho com a chegada do primeiro carregamento, as refinarias estrangeiras instaladas em Cuba (Shell, Esso e Texaco) se negaram a processá-lo, alegando questões administrativas e gerenciais. Imediatamente o governo as nacionalizou. Apenas oito dias depois, o presidente dos EUA, Eisenhower, cancelou a quota de açúcar cubano para o ano de 1960, deixando de compra 700 mil toneladas, ao que Nikita Kruchov respondeu imediatamente, se comprometendo a comprar e ainda oferecendo apoio militar aos cubanos, caso fosse necessário, em uma possível invasão da ilha (FRANKLIN, 2015, p. 40-41). Em julho ainda, Cuba e China firmam seu primeiro acordo comercial, onde os chineses se comprometeram a comprar 500 mil toneladas de açúcar, nos próximos cinco anos. Dessa forma portanto, Cuba se torna um ator estratégico dentro da lógica da Guerra Fria. Por pressão econômica dos EUA, os países socialistas acabam por se aproximar de Cuba que tinha a necessidade vital de manter suas exportações para avançar nas transformações que a revolução se propunha.

Cuba seguiu as nacionalizações de propriedades norte-americanas: empresas industriais e agrárias e bancos (First National Bank of Boston, First National City Bank of New York e Chase Manhattan), em setembro (BRAVO, 2003). No mesmo mês, Fidel discursou na Assembleia Geral da ONU, denunciando a classificação de Cuba como “perigo vermelho”, criticou a postura da OEA, protestou contra a maneira da ONU intervir no Congo (atual Zaire), apoiou a independência de Angola e Gana, o desarmamento e a entrada da China<sup>23</sup> (comunista) no Conselho de Segurança. A participação de Cuba em foros multilaterais ficou caracterizada desde então: muito mais que denunciata (como alegavam alguns), como uma postura independente e claramente terceiro-mundista. Fidel analisou em seu discurso as agressões dos EUA, logo após o triunfo da revolução.

La primera circunstancia que por nuestra parte fue considerada como un acto inamistoso fue el hecho de que se le abrieran de par en par las puertas de este país a toda una pandilla de criminales que habían dejado ensangrentada a nuestra patria; hombres que habían llegado a asesinar a cientos de campesinos indefensos, que no se cansaron de torturar a prisioneros durante muchos años, que mataron a diestro y siniestro, fueron recibidos aquí con los brazos abiertos. Y a nosotros aquello nos extrañaba. ¿Por qué ese acto inamistoso por parte de las autoridades de Estados

<sup>23</sup> Cuba foi o primeiro país latino-americano a reconhecer o governo comunista da República Popular da China, 28 de setembro de 1960.

Unidos hacia Cuba? ¿Por qué ese acto de hostilidad? En aquel momento no lo comprendíamos perfectamente; ahora, nos damos cuenta cabal de las razones. ¿Correspondía esa política a un tratamiento correcto, con respecto a Cuba, de las relaciones entre Estados Unidos y Cuba? No, porque los agraviados éramos nosotros, y los agraviados éramos nosotros por cuanto el régimen de Batista se mantuvo en el poder con la ayuda del gobierno de Estados Unidos; el régimen de Batista se mantuvo en el poder con la ayuda de tanques, de aviones y de armas proporcionadas por el gobierno de Estados Unidos; el régimen de Batista se mantuvo en el poder gracias al empleo de un ejército cuyos oficiales eran instruidos por una misión militar del gobierno de Estados Unidos; y nosotros esperamos que no se le ocurrirá a ningún funcionario de Estados Unidos negar esa verdad. (CASTRO, 1960).

No mesmo discurso, explicitou o quanto a OEA servia de instrumento norte-americano, ao invés de representar (e proteger) os países latino-americanos.

Acudimos a la ONU. La ONU tiene facultades para conocer esas cuestiones; la ONU es, dentro de la jerarquía de las organizaciones internacionales, la máxima autoridad; la ONU tiene autoridad, incluso, por encima de la OEA. Y además, a nosotros nos interesaba que el problema estuviera en la ONU, porque nosotros comprendemos la situación en que se encuentra la economía de los pueblos de América Latina, la situación de dependencia de Estados Unidos en que se encuentra la economía de los pueblos de América Latina. La ONU conoce la cuestión, pide una investigación a la OEA; la OEA se reúne. Muy bien. ¿Qué era de esperarse? Que la OEA protegiera al país agredido; que la OEA pudiese condenar las agresiones políticas a Cuba; y, sobre todo, que la OEA pudiese condenar las agresiones económicas a nuestro país. Eso era de esperarse. Nosotros, al fin y al cabo, éramos nada más que un pueblo pequeño de la comunidad latinoamericana; nosotros, al fin y al cabo, éramos un pueblo más, agredido; [...] (CASTRO, 1960).

Por fim, explicitou o imperialismo norte-americano, no continente.

Los problemas que describíamos sobre Cuba pueden aplicarse perfectamente a toda la América Latina. El control de los recursos económicos de América Latina por los monopolios, que cuando no son dueños directamente de las minas y se encargan de la extracción, como en el caso del cobre de Chile, de Perú o de México, el caso del zinc de Perú y de México, el caso del petróleo de Venezuela, es porque son dueños de los servicios públicos, de las compañías de servicios públicos, como ocurre en Argentina, en Brasil, en Chile, en Perú, en Ecuador, en Colombia, o dueños de los servicios telefónicos, como ocurre en Chile, en Brasil, en Perú, en Venezuela, en Paraguay, en Bolivia, o porque si no comercializan nuestros productos, como ocurre con el café de Brasil, de Colombia, de El Salvador, de Costa Rica, de Guatemala, o con el banano, explotado y comercializado, además de transportado por la United Fruit Company, en Guatemala, en Costa Rica, en Honduras, o como con el algodón de México, o el algodón de Brasil ejercitan el monopolio en las más importantes industrias del país. (CASTRO, 1960).

As tensões na relações de Cuba e EUA seguiram em um crescente. O governo cubano apresentou uma reclamação oficial a ONU contra os EUA, ao que a administração Eisenhower respondeu com o embargo parcial do comércio com Cuba (19 de outubro de 1960), proibindo exportações, com exceção de alimentos e medicamentos. Cuba rebateu

nacionalizando as propriedades norte-americanas restantes na ilha e se retirou do Banco mundial, do qual era membro desde sua fundação, em 1945. A tensão aumentou quando a marinha norte-americana, por ordem presidencial, se deslocou para o mar do Caribe com a ordem de proteger Nicarágua e Guatemala, de uma possível exportação da revolução cubana. Tal manobra tinha a clara intenção de intimidação<sup>24</sup> e demonstração de força militar dos EUA na região. Servia para dissuadir o governo cubano quanto ao apoio a movimentos revolucionários e, também, pressioná-lo quanto as medidas que vinha tomando internamente, contrárias aos interesses do capital norte-americano (RAMOS, 2006). Mais tarde se soube que, essa manobra da marinha dos EUA, fazia parte dos planos de treinamento norte-americano dos exilados cubanos, para a invasão da Baía dos Porcos.

Beirando o limite do conflito, os EUA romperam relações diplomáticas com Cuba, em 3 de fevereiro de 1961. A embaixada da Suíça ficou responsável pela representação diplomática e consular. Pelo lado cubano, a embaixada da Tchecoslováquia, representaria Cuba em Washington. O Brasil se ofereceu para mediar as relações entre os dois países, mas os EUA recusou a proposta. O clima se acirrou quando aviões B-26 atacaram as defesas cubanas. Esses aviões eram provenientes da Nicarágua e causaram a morte de sete pessoas. No dia seguinte, 16 de abril, em discurso no funeral, Fidel Castro declara o caráter socialista da Revolução Cubana (FRANKLIN, 2015, p.57).

Eso es lo que no pueden perdonarnos, que estemos ahí en sus narices ¡y que hayamos hecho una Revolución socialista en las propias narices de Estados Unidos! ¡Y que esa Revolución socialista la defendemos con esos fusiles!; ¡y que esa Revolución socialista la defendemos con el valor con que ayer nuestros artilleros antiaéreos acribillaron a balazos a los aviones agresores! (...) Compañeros obreros y campesinos, esta es la Revolución socialista y democrática de los humildes, con los humildes y para los humildes. Y por esta Revolución de los humildes, por los humildes y para los humildes, estamos dispuestos a dar la vida. (CASTRO, 1961.)

A partir de então, os conceitos históricos e sistêmicos da Guerra Fria estariam fortemente presentes em toda América Latina. O reconhecimento do governo revolucionário cubano pelos EUA não significou a aceitação de sua existência, tampouco das medidas que almejavam soberania e desenvolvimento.

---

<sup>24</sup> De acordo com Azevedo e Herbold (1986, p.65), as forças norte-americanas foram mobilizadas, para intervenção ou intimidação, 58 vezes na América Latina, entre 1946-1972. Destas, 53 na região da América Central e Caribe, sendo 42 vezes pós-Revolução Cubana.

### **3 CUBA DURANTE A GUERRA FRIA: SOCIALISMO E TERCEIROMUNDISMO (1959-1991)**

Com o conflito bipolar, pós-II Guerra Mundial, diversas regiões no mundo são palco de tensões e conflitos. O embate ideológico e, por vezes militar entre o capitalismo e o socialismo se estendeu pelos continentes americano, africano e asiático. Na América Latina, a Revolução Cubana trouxe a Guerra Fria para o *Mare Nostrum* norte-americano, devido sua aproximação com o bloco socialista. O caso cubano repercutiu como exemplo para os movimentos de libertação nacional, que se identificavam com os ideais nacionalistas e anti-imperialistas.

O objetivo desse capítulo, portanto, é analisar a construção da projeção internacional cubana com suas características socialistas e terceiromundistas. Serão observadas as pressões norte-americanas, bem como o envolvimento de Cuba no processo de descolonização afro-asiática e a solidariedade pragmática que caracterizou a política externa do governo revolucionário cubano. Também serão analisados a postura cubana frente aos desafios dos anos 1980, com a administração Reagan nos EUA e de Gorbachov na URSS.

#### **3.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO, O ISOLAMENTO E O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL (1959-1975)**

Com a deposição de Batista, a revolução precisava de medidas internas que dessem respostas imediatas a população e o reconhecimento internacional para colocar em andamento o projeto revolucionário. Internamente, era preciso uma série de medidas que aliviassem os trabalhadores e aplacassem a situação de pobreza e miséria, gerada pela sistema econômico de exploração apoiado pelos governos anteriores.

Dos 6 milhões de habitantes, 4 milhões compunha a População Economicamente Ativa (PEA). Dessa, 45% estavam desempregados. Das 194 mil mulheres que declaravam ter ocupação, 75% era em trabalhos domésticos. A distribuição de renda, apresentava forte concentração, com 50% da população recebendo 11% da riqueza e 5% recebendo 27% da riqueza nacional. Na estrutura fundiária, 75% das terras agrícolas eram de 25 mil proprietários e 10% desses concentravam 45% da terra. Segundo o censo de 1953, 85% dos campesinos

não eram proprietários e 3% das propriedades ocupavam mais de 60% das terras agriculturáveis. Apenas, 114 proprietários controlavam 20% das terras agriculturáveis. (GONZÁLES, 1994, p.68; LÓPEZ, 1983, p.11; MARTINEZ, 1994, p.49-50).

Na área de educação, dominava o setor privado, resultando em que 66% da população entre 5 e 24 anos não tinha assistência escolar e 78% dos jovens que viviam em zonas rurais nunca tinham ido a escola. O analfabetismo era de 23,6% e o ensino primário atingia apenas 45,9% da população em idade escolar. O setor de saúde estava concentrado na capital, (63% das instalações de saúde). Expectativa de vida era de 61 anos. A concentração demográfica se dava com 51% da população vivendo na zona urbana, sendo que 21% do total em Havana. O aluguel de habitações representava até 40% dos salários urbanos, criando imensos bairros marginais às grandes cidades, caracterizados pela miséria e péssimas condições sanitárias (LÓPEZ, 1983, p.11).

Para atacar os problemas como o analfabetismo, a falta de atendimento médico e o problema habitacional, o governo revolucionário iniciou a transformação pela zona rural (CHE, 2010). Após o desfile de milícias revolucionárias rurais<sup>1</sup>, em 1º de maio de 1959, em Havana, dia 17 do mesmo mês foi decretada a Lei de Reforma Agrária. Essa limitava o tamanho das propriedade e impedia a exploração dos camponeses, pelo princípio de a terra deveria ser de quem trabalhasse nela. Não sendo mais permitido o arrendamento nem propriedade com mais de 30 *caballería*<sup>2</sup>. É importante assinalar, que tal lei atingiu quatro grandes empresas norte-americanas, que controlavam mais de 700 mil hectares (52,16 *caballería*) em Cuba.

Inteligente y pacientemente, venciendo muchas dificultades, desde el mismo día del triunfo, Fidel preparó al país para asimilar la ley que transformó las bases sociales y económicas de Cuba. Comprometió con la medida a todos os grupos políticos, a la prensa, a los grandes, medianos y pequeños sectores privados, y a todo el pueblo. La ley se preparó discretamente, por una comisión presidida por Fidel, y fue aprobada por el Consejo de Ministro, no sim la moderada discordancia del ministro de Agricultura, comandante Humberto Sorí Marí, aliado a los sectores latifundistas afectados. (BUCH; SUÁREZ, 2009, p.198)

Foi criado o Instituto Nacional da Reforma Agrária (INRA) – que incorporou o Banco de Fomento Agrícola e Industrial – que organizou as Zonas de Desenvolvimento Agrário, comandadas por elementos do Exército Rebelde. Essa era uma maneira de organizar a

<sup>1</sup> As milicias populares voluntárias (urbanas) foram criadas, inicialmente, em Havana, como o mesmo objetivo das rurais, permitir que a população defendesse a revolução de forma armada de ataques internos e externos.

<sup>2</sup> Essa unidade de medida de superfície apresenta grande variação de país para país. Em Cuba equivale a 13,42ha.

resistência ao ataque das grandes companhias estrangeiras que perderam os latifúndios e iniciaram uma série de ataques midiáticos ao Estado, agora proprietário das terras.

Como este programa de realizaciones era seguido con hostilidad creciente por el imperialismo yanqui, los créditos comerciales de Estados Unidos fueron suprimidos y las importaciones necesarias al país se vieron considerablemente afectadas. Esto obligó a la Revolución a adoptar severas medidas de austeridad. Pero no lo hizo a costa de los sectores humildes del pueblo como suele ocurrir en el mundo capitalista. Se suprimieron las importaciones de bienes superfluos y se estableció una distribución igualitaria de los productos esenciales que, sin lugar a dudas, fue una de las medidas más justas, radicales y necesarias implantadas por la Revolución, que habría de enfrentar en los años futuros una lucha desesperada por la supervivencia. (CASTRO, 1976, p.87)

A resposta da administração norte-americana – pressionada pelas empresas Atlántica del Golfo, Grupo Rionda, Cuban American Sugary y la United Fruit Sugar Company (NUREDDIN, 2004) – foi suprimir a quota do açúcar e o abastecimento de combustíveis, no claro intento de enfraquecer o processo revolucionário. A resposta imediata do governo cubano foi nacionalizar as empresas norte-americanas<sup>3</sup>. As nacionalizações tiveram seu ápice no segundo semestre de 1960, quando o governo cubano nacionalizou o setor industrial, o comércio e o sistema bancário (GARCIA, 2005).

[...] era imprescindible porque la experiencia del pueblo cubano y la de otros pueblos demuestra que los instrumentos utilizados por los explotadores deben ser destruidos en su totalidad, si el pueblo quiere de verdad que su revolución triunfe, o sea, que se produzca un cambio radical en su historia. (LE RIVEREND, 2007, p.108)

Desse forma, o Estado cubano tomou o controle produtivo e financeiro do país e conseguiu reduzir drasticamente a capacidade de ingerência imperialista. A partir de então foi possível colocar em andamento um projeto de desenvolvimento econômico e social de acordo com os princípios anunciados no período insurrecional da guerrilha. O esforço era em direção a industrialização, substituição de importações e diversificação da pauta de exportações, para fugir da dependência dos produtos primários. Com esse planejamento, o governo revolucionário deixava claro o perfil terceiromundista na busca pelo desenvolvimento. Entretanto, nessa conjuntura, as relações com a URSS ganham dimensões não esperadas no início da Revolução, mas foram precisamente essas relações e com os demais com os países

---

<sup>3</sup> A Lei nº 122, de 3 de março de 1959, foi a primeira a intervir em propriedades norte-americanas. Essa lei interveio na Cuban Telephone Company, afiliada da International Telephone and Telegraph Corporation (ITT), anulando as concessões feitas pelo governo de Batistas em março de 1957 e proibindo a demissão de funcionários.

do bloco socialista, que deram à Cuba condições de seguir adiante na construção de seu modelo de desenvolvimento.

Ainda em novembro de 1959, foi criado o Instituto Cubano do Petróleo (ICP) responsável por estudos de viabilidade para Cuba tornar-se produtor de petróleo. Até então, o país dependia das grandes empresas transnacionais que eram proprietárias de poços no exterior, controlavam as transportadoras de combustível, as refinarias e as distribuidoras, sendo portanto, os preços monopolíticos. Este era um problema central a ser resolvido, pois quando a revolução se propõe a lutar contra o imperialismo (dentro dos ideais martinianos) é exatamente esse tipo de obstáculo que deveria ser resolvido: o enriquecimento do centro capitalistas, à custa das riquezas naturais da periferia.

Era também necessário para a defesa da revolução uma reforma militar que eliminasse a estrutura herdada da ditadura e que trouxesse maior identificação com o programa revolucionário. O Ministério da Defesa Nacional foi dissolvido, em 16 de outubro de 1959, e conseqüentemente também o Exército, a Marinha de Guerra, a Polícia Nacional e o Estado Maior Conjunto, sendo substituídos, respectivamente, pelo Exército Rebelde, a Força Aérea Rebelde, a Marinha de Guerra Revolucionária e a Polícia Nacional Revolucionária, todos ligados, a partir de então, ao Ministério das Forças Armadas Revolucionárias (MINFAR).

El gran problema a resolver era transformar una estructura militar copiada de otros países, extremadamente costosa al fisco. La experiencia de la guerra civil y los errores cometidos en los meses iniciales fueron fuentes principales para la reorganización institucional. La Revolución podía acometer el diseño y la vertebración de un ejército moderno y eficiente que garantizara la defensa adecuada del país. La capacidad estaba probada: la guerra había sido ganada por un ejército irregular, nacido casi de nada, a un ejército profesional, bien equipado, con el apoyo logístico y asesoramiento de la mayor potencia militar de la historia humana: los Estados Unidos. (BUCH; SUÁREZ, 2009, p. 272)

Depois de vencida a resistência pessoal de Raúl Castro em assumir cargos burocráticos, este foi nomeado Ministro das Forças Armadas Revolucionárias. Sua posição sempre foi contrária a institucionalização de suas funções. De fato, exercia o comando do Exército Rebelde desde o triunfo da revolução, mas já havia recusado o cargo de Ministro da Defesa Nacional. Era inegavelmente, o segundo chefe militar da revolução, tendo demonstrado liderança e estratégia na frente oriental, comandando a Segunda Frente Oriental *Frank País*<sup>4</sup>. Entretanto, sua nomeação não foi isenta de oposições, sendo inclusive

---

<sup>4</sup> O nome da Frente era uma homenagem ao professor Frank Isacc País Garcia, chefe de Ação e Sabotagem do MR-26-7 e membro de sua Direção Nacional. Líder estudantil, fundou a Acción Libertadora Nacional em 1954, que propunha a luta armada contra a ditadura de Fulgêncio Batista. Em novembro de 1956, quando do

questionada fortemente pelo chefe militar, Hubert Matos (membro do M-26-7), da província de Camagüey. O fato pode ser considerado a primeira forte dissidência entre os revolucionários, uma vez que esse além de renunciar a seu cargo, ainda organizou uma rebelião militar, que rapidamente foi desarticulada pelo governo (BUCH; SUÁREZ, 2009, p.305).

Uma série de medidas macroeconômica foram realizadas para adequar as instituições cubanas com os planos de desenvolvimento concebidos pelo governo revolucionário. Em fevereiro de 1960, o Banco Nacional de Cuba<sup>5</sup> assumiu as funções do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BANDES) e em abril se fundou o Banco para o Comércio Exterior de Cuba (BANCEC). Este último além de ser responsável pelo equilíbrio da balança comercial, deveria também impulsionar a produção de bens para exportação. Ambos os bancos trabalhava em coordenação com a Junta Central de Planificação (JUCEPLAN) responsável orientar e supervisionar a política econômica (FORMENTO, 2009).

Em meio a institucionalização do regime revolucionário, haviam questões políticas e ideológicas para serem resolvidas. A luta de classes se intensificava na mesma em que o governo avançava com suas transformações para a construção de uma verdadeira revolução social. Tão complexo quanto isso, eram as querelas entre os próprios revolucionários. O elo era a liderança de Fidel, que ainda que fosse de grandeza considerável, não era capaz de neutralizar outras variáveis, ao menos de forma imediata. Fidel intentava sim a unidade dos revolucionários (BUCH; SUÁREZ, 2009, p. 356), mas sabia que deveria ser construída ao longo do tempo, muito lentamente.

Os principais grupos de revolucionários estavam no Movimento 26 de Julho, no Diretório Revolucionário 13 de Maio (DR-13-M) e no PSP, os quais com maior ou menor participação (ao seu modo) lutaram contra a ditadura de Batista. O MR-26-7 pode ser considerado mais atuante, por apostar na luta armada. O PSP, composto por uma pequena burguesia urbana, apostou em uma saída política durante todo período da ditadura. Nem mesmo a luta contra o governo de Batista uniu essas forças e com o triunfo da revolução o anseio de Fidel parecia difícil de ser cumprido. Esse desejo de Fidel vem do exemplo de José

---

desembarque os expecionários do Gramna, organizou um levante em Santiago de Cuba, para distrair as forças do regime de Batista. Foi responsável por manter a atividade clandestina de apoio a guerrilha em Sierra Maestra, enviando, armas, medicamentos e recrutando adeptos. Foi assassinado em 30 de julho de 1957, pelas forças governamentais.

<sup>5</sup> Dirigido por Ernesto Che Guevara, que acumulava também a função de diretor do Departamento Industrial do INRA.

Martí, que conseguiu unir os setores independentista na luta contra a Espanha. Entretanto com sua morte prematura, as desavenças enfraqueceram rapidamente o movimento.

O sectarismo veio tanto dos elementos de comunistas quanto dos reformistas. Os comunistas foram os primeiros a serem boicotados, com tentativas de isolá-los da estrutura de governo. Para que isso não ocorresse foi essencial a habilidade de Fidel e o apoio de Che e Raúl. Os mais conservadores dos revolucionários atacavam tanto os comunistas quanto os membros do PSP, demonstrando efetivamente sua incompatibilidade com a revolução. Entre os comunistas e o PSP também havia certa desconfiança sectária, motivada pelo histórico de estratégias. Quando os membros do PSP passaram a ocupar altos cargos na administração estatal, os comunistas passaram a levantar suspeitas sobre a formação ideológica e a origem social destes revolucionários. De tudo, o mais perigoso desses sectarismo estava em polarizar os revolucionários e permitir que opositores da revolução se escondessem sob a bandeira do anticomunismo (BUCH; SUÁREZ, 2009)

Para ministro de Estado, o presidente Urrutia havia nomeado Roberto Agramonte, político do Partido Ortodoxo, de tendência fortemente conservadora. Este nada alterou na prática da política exterior cubana, que seguiu com os olhos voltados para o Norte antes de qualquer ação. O ministro se limitou a administrar o ministério com a mesma estrutura herdada da ditadura. Foi substituído, em julho de 1959, por Raúl Roa (representante de Cuba ante a OEA), que ficaria conhecido como *Chanceler da Dignidade*. Este encarnou de forma total os princípios revolucionários na condução do Ministério, seguindo a linha de pensamento de Fidel Castro quanto a reciprocidade de tratamento entre as nações. É importante destacar, que a política externa cubana tem um forte perfil das visões não só de Fidel Castro, mas também Ernesto Guevara e Raúl Castro (KAPCIA, 1988). Um dos tantos méritos de Roa esteve em conjugar esses perfis e colocá-los em prática na ação externa de Cuba.

En su trabajo diplomático, en medio de circunstancias extraordinariamente tensas y difíciles, cuando se requería la decisión rápida ante situaciones no previstas, Roa supo siempre interpretar de manera cabal la línea y las posiciones de Fidel. Durante los días heroicos de Girón, en las Naciones Unidas, se enfrentó a los enemigos de Cuba y América para lanzarles al rostro la firme decisión de nuestro pueblo de combatir hasta morir y su profunda convicción de que alcanzaríamos – como alcanzamos – la victoria. (HART, 2008, p. 163).

É importante destacar, que a política externa cubana sempre foi planejada por Fidel Castro, ainda que seja institucionalizada e operada pelo Ministério das Relações Exteriores (MINREX). A personalidade e estilo político de Castro se refletem na ação externa cubana, de

acordo com sua percepção do internacional. De acordo com Bethell (1998, p.209), “la influencia de Castro en sus colaboradores y en muchos ciudadanos ha sido el hecho político más notable de la historia contemporánea de Cuba”. Seu anseio pela prática, para além do discurso, levaram Cuba a ter um papel preponderante no sistema internacional durante a Guerra Fria, não subordinando suas ações de forma imediata a URSS. Mais do que isso, a política externa cubana rumava para a solução de problemas históricos quanto a seu perfil.

La Revolución , y con ella nuestra política exterior, ha roto totalmente las dos contradicciones que matizaron la Cuba colonial primero y la república dependiente después: 1) las relaciones excluyentes con otros países, y 2) las relaciones contradictorias en sí mismas, primero con España y luego con los Estados Unidos (D'ESTÉFANO, 2002, p.59).

Entretanto, é preciso ponderar a presença de Fidel Castro na tomada de decisões da política externa, sob pena de uma supervalorização da determinante de *personalidade*, que ainda que deva ser considerada em todos os processos histórico, não deve ser encarada como decisiva, não ao menos de forma isolada.

Fidel Castro diseñó el marco de la política exterior cubana. Él toma las decisiones más audaces y arriesgadas... la política exterior cubana no sería lo que es sin Castro, pero tampoco sería lo que es si solo Castro fuera responsable por ella. En las decisiones de política exterior se combinan tanto factores personales como organizativos (ALZUGARAY, 2011, p.2).

Um mês depois de sua posse, Raúl Roa já demonstrou toda sua habilidade e fervor político, na Reunião de Ministro Exteriores da OEA, em Santiago do Chile, ao denunciar os planos de agressão e isolamento de Cuba. Na sessão de 7 de outubro de 1961, Roa fez duras críticas à delegação da Guatemala que havia acusado (pela segunda vez) o governo cubano de se intrometer em assuntos internos. Denunciou que os EUA utilizavam a Guatemala como campo de treinamento de para contrarrevolução de cubanos apoiadores do regime de Batista o mesmo mercenários

En el aeropuerto de La Aurio [na Guatemala] se han visto aviones de bombardeo com insignas cubanas. Es rumos público que tiene la doble misión de servir para agredir Cuba o para simular una agresión cubana contra Gualtemala (CUBA, 1961, p.11).

Por meio da I Declaração de Havana (2 de setembro de 1960) o governo cubano denunciou os acordos da OEA e acusava os governos americanos que tentavam isolar Cuba como inimigos da paz e dos povos. Defendeu também sua postura solidária com as lutas de

outros povos contra as ditaduras, em resposta direta às acusações do governo dos EUA, de que Cuba estava intervindo em assuntos internos, principalmente da República Dominicana e do Haiti (AZEVEDO; HERBOLD, 1986, p.61). Isso tudo acirrava a tensão entre os governos de Havana e Washington, culminando a tentativa de invasão da ilha pela *Playa Girón* (na Baía dos Porcos), com a *Operação Pluto*<sup>6</sup>. Contrarrevolucionários exilados nos EUA e mercenários foram detidos, inicialmente por milícias locais, e posteriormente derrotados pelo exército cubano. O fato se deu entre os dias 17 e 19 de abril de 1961, logo após a declaração do Comandante Fidel Castro, sobre os planos de desenvolver em Cuba o primeiro Estado Socialista da América.

Os EUA seguiram as pressões ao governo revolucionário cubano por meio da OEA. Desde a V Reunião de Chanceleres da Organização (agosto de 1959), a administração norte-americana buscava a aprovação (ou complacência) dos Estados americanos para uma possível intervenção militar na ilha. As reuniões seguintes permaneceram fiéis aos princípios da carta de fundação da instituição e, somente na VIII Reunião de Chanceleres (janeiro de 1962) é que o governo cubano foi excluído da OEA, sob alegação que seu alinhamento com o marxismo-leninismo era incompatível com o sistema americano. Nessa reunião, em Punta del Este, no Uruguai, 14 dos 21 países votaram pela expulsão de Cuba, Por sua vez, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México se abstiveram, por considerarem que tal medida feria o princípio de não-intervenção em assuntos internos. A suspensão do governo revolucionário foi uma maneira de pressionar Cuba, deixando claro que ela estava rumando por um caminho estranho a tradição ocidental, ou seja, ao bloco capitalista. Serviu também como aviso aos demais países do continente. A atitude da OEA, somada ao bloqueio econômico imposto pelos EUA colocava Cuba cada vez mais próxima da órbita soviética (KAPCIA, 2008, p.113).

[...] la inserción de Cuba en el mundo, su apertura y la diversificación de las relaciones exteriores eran objetivo esencial, lo era especialmente en relación con América Latina, pues por vez primera en su historia Cuba estaba en condiciones de desplegar una política verdaderamente latinoamericanista en lugar de la panamericanista. Fue precisamente en este terreno donde se produjeron las primeras acciones de los Estados Unidos en la OEA, que culminaron con nuestra suspensión de dicho órgano y con la imposición de la ruptura paulatina de relaciones por parte de América Latina. (ALLENDE, 2008)

---

<sup>6</sup> A invasão foi organizada com apoio da CIA, foi executada pela Brigada 2506, com aproximadamente 1200 homens (contrarrevolucionários exilados), sob o comando dos agentes da Agência, Grayston Lynch e Willian Robertson. Imediatamente ao desembarque, Fidel Castro decreta “estado de alerta nacional”. Dois navios norte-americanos (carregados de homens e armamentos) são afundados por aviões cubanos. Aviões bombardeiros, pilotados por norte-americanos, carregados de napalm e explosivos são derrubados e em menos de 72 horas após o início da invasão, Fidel Castro proclama a vitória, com mais de 1000 prisioneiros (SAUNDERS, 2003; RAMONET, 2007; MÉNDEZ, 2014; FRANKLIN, 2015).

A frente do MINREX, o chanceler Raúl Roa teve o desafio reformar o Ministério, para poder enfrentar os desafios que se apresentavam, principalmente o risco de isolamento de Cuba. Em 1959, ainda chamava-se Ministério de Estado. Possuía uma estrutura que refletia os interesses políticos e econômicos, da classe dominante de Cuba, associada ao capital norte-americano. Existiam apenas dois Departamentos: um para América Latina e o mundo e outro para Organismos Internacionais. A política exterior de Cuba era “[...] calco más o menos disimulado de la política exterior de Estados Unidos, según el grado de presión que el movimiento popular ejerciera sobre el gobierno de turno (ALZUGARAY, 2008, p.165).

Em dezembro de 1959, o governo revolucionário aceitou a proposta de Roa e a chancelaria passou a se chamar Ministério das Relações Exteriores (MINREX). Para além disso, foi necessário uma mudança gradual de rompimento com o passado, que revolucionasse a estrutura burocrática do Ministério, sem afetar a profissionalidade, mas que essa passasse por uma profunda transformação de mentalidade. Os desafios estiveram nos foros multilaterais (OEA, ONU e Movimento dos Países Não-Alinhados) e na reorientação das relações exteriores, que foram marcadas entre 1959-1965, ampliação de parceiros diplomáticos, mas também por muitos rompimentos.

O MINREX tinha o desafio de buscar acesso a mercados (de abastecimento e financiamento) que pudessem suprir os déficits causados pelo rompimento e bloqueio norte-americano. Entretanto, a política externa cubana também necessitava de maior elaboração, para não ser apenas reativa, e sim ser resultado de um embasamento elaborado teoricamente para a tomada de decisões. Para esse suporte, foi criado o Instituto de Política Internacional, ligado ao Ministério, para assessoramento de pesquisa científica da política externa.

Em 1958, dos 49 países que Cuba tinha relações diplomáticas, 21 eram americanos. Até 1965, Cuba ampliou suas relações, atingindo 65 países, mas apenas 2 eram americanos, estando os outros distribuídos nos continente da Europa (11), da África (13) e da Ásia (10). Nesse mesmo período, 21 países romperam relações com Cuba, enquanto essa rompeu com apenas 2 Estados: República da China<sup>7</sup> e República Dominicana. Os números demonstram uma transformação radical nas relações exteriores de Cuba e exigia sobremaneira um grande esforço por parte do corpo diplomático. Quanto ao rompimento com a República da China<sup>8</sup>, o

<sup>7</sup> Interessante ressaltar que o governo de Taiwan foi dos primeiros a reconhecer o triunfo da revolução, por meio de comunicação oficial de sua embaixada em Havana, dia 6 de janeiro de 1959, antes mesmo da chegada de Fidel Castro a capital.

<sup>8</sup> Em resposta as manobras políticas dos EUA na OEA para o isolamento de Cuba, foi convocada, em 2 de setembro de 1960, uma Assembleia Geral Nacional, em Havana, que contou com a participação de quase 1 milhão de pessoas. Entre os pontos tratados, com as mãos erguidas, foi decidido o rompimento com a

chanceler Raúl Roa, em sessão da ONU, em outubro de 1961, não só apoiou a representação da República Popular da China na Organização, como também acusou os EUA de utilizar o governo nacionalista de Taiwan, como instrumento de pressão contra a Revolução Chinesa.

La Republica Popular de la China és la expresión política de una realidad geográfica, económica, social, cultural y militar que representa por sí sola una constelación de poder con irradiaciones universales. [...] La llamada Republica de China ejerce una jurisdicción ficticia sobre una isla que pertenece geográfica y históricamente a la China continental, y cuya expresión política se debe exclusivamente, a los cañones de la Séptima Flota norte-americana [...] (CUBA, 1961, p. 17).

Para além das pressões militares contra Cuba, os EUA lança mão da Aliança para o Progresso (ALPRO), a partir de março de 1961, como forma estratégica de envolver os países latino-americanos em planos de desenvolvimento, sob a égide norte-americana. Com objetivos oficiais de desenvolvimento econômico e social, a ALPRO estimularia a industrialização e diversificação das economias latino-americanas, promovendo também maior justiça social, por meio de reformas tributárias e redistribuição da propriedade da terra. A redistribuição das terras visava acabar com o latifúndio improdutivo – não interessante ao capitalismo – e suprimir os grandes proprietários de terras, alvos das críticas dos revolucionários.. A estratégia era a modernização do capitalismo latino-americano e a criação de um segmento de pequenos e médios proprietários – de origem camponesa – para que esses assumissem o papel conservador da sociedade. Além disso, o significado efetivo da Aliança era a proteção dos investimentos norte-americanos e o controle social sobre a região, como forma de evitar o alastramento de movimentos revolucionários. Os resultados foram a maior concentração de renda das elites locais e a perpetuação de governos autoritários, aliados dos EUA. Guevara analisou a ajuda norte-americana, comparando-a com a soviética.

[...] mientras podemos podemos usar o crédito socialista para nuestro desarrollo industrial de la manera que mejor nos parezca, Estados Unidos concede crédito a ala América Latina de tal modo que este se recibe unicamente si se invierte, como Estados Unidos acepte o considere conveniente. Esta es la diferencia entre el crédito colonial y un crédito que promueve el desarrollo. (GUEVARA, 1982, p.89).

As relações cubano-soviéticas serviram não somente para evitar o isolamento da ilha – como arquitetavam os EUA por meio da OEA e da maioria dos governos latino-americanos – como também serviu como forma de reconhecimento e projeção internacional do governo

cubano no cenário internacional de Guerra Fria. Os vínculos entre os dois países remontam ao século XVIII, quando Cuba ainda era colônia espanhola e a Rússia um império czarista. Os primeiros contatos se deram por viajantes russos e a solidariedade para com a independência cubana, contou inclusive com a participação de russos (LE RIVEREND, 1989). Com a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, a solidariedade toma um caráter classista devido ao internacionalismo proletário. O ideário revolucionário russo se difundiu entre os trabalhadores cubanos e foi de grande importância para criação de uma base ideológica que fundaria o primeiro Partido Comunista de Cuba, em agosto de 1925, resultante da fusão do movimento trabalhista com o marxismo-leninismo.

Com II Guerra Mundial, motivado pela vitória soviética sobre o fascismo as relações conheceram certo avanço, mas sempre limitadas pela presença dos EUA. Em 17 de outubro de 1942, foram estabelecidas as relações diplomáticas entre os dois países, que segundo discurso, dias antes, do Ministro da Defesa Nacional de Cuba

Es justo, es honrado, es moral, mantener relaciones con la URSS. El heroísmo ruso, en la lucha atroz por defender la dignidad del hombre ha avivado las simpatías de nuestro pueblo. Aliados somos de aquel otro en la aspiración, y deseamos prestarle nuestra ayuda leal, dentro del marco de nuestras posibilidades. El pueblo ruso ha contenido a la barbarie, y esa acción inmortal por siempre tendrá que agradecer la humanidad quizás si allí se haya decidido buena parte, la salvación de la humanidad. (Frente, nº2, boletín quincenal, 15 de octubre de 1942).

Dos treze países latino-americanos que estabeleceram relações com a URSS durante a II Guerra Mundial, Cuba foi o primeiro a tornar pública sua decisão. Contudo, durante o conflito, as relações oscilaram entre a cooperação e as tensões diplomáticas. Foi fundado em Cuba o Instituto de Intercâmbio Cultural Cubano-Soviético, que iniciou a edição da Revista *Cuba y URSS*, veículo de difusão da cultura soviética. No mesmo ano, o governo cubano começou a reter correspondências e diplomatas soviéticos para fiscalização. Os pedidos das autoridades russas de que fossem respeitado o Direito Internacional, que concede imunidade aos funcionários diplomáticos, não foram atendidos por diversos governos cubanos. O ápice dos acontecimentos se deu quando, um mês após o golpe de Batista, em 2 de abril de 1952, as relações diplomáticas entre os dois países foram rompidas. A influência norte-americana deve ser considerada não só nesses acontecimentos diplomáticos, mas também na limitação da relações econômicas entre Cuba e URSS. De acordo com o economista soviético

De análisis de la situación de las relaciones económicas internacionales de Cuba antes de la revolución, resulta evidente el indiscutible hecho de que Estados Unidos, mediante la inversión de capitales en la esfera de la producción, por una parte, ha

profundizado y fortalecido el desarrollo unilateral de Cuba como productor de azúcar; por otra parte, con ayuda de tratados de 'reciprocidad' y de cuotas azucareras a la Isla a su mercado interno. El comercio exterior se ha convertido en un eslabón importantísimo en el sistema de servidumbre de las relaciones cubano-norteamericanas, las cuales han sido en fin de cuentas, el factor principal que ha privado a Cuba de la posibilidad de desarrollar una economía nacional independiente. (BEKAREVICH, 1970, p. 22)

A Revolução Cubana iniciou uma nova fase dessas relações e, já em fevereiro de 1960, se realizou uma exposição soviética sobre ciência, tecnologia e cultura, quando se firmou o primeiro acordo comercial entre os dois países. Em dezembro do mesmo ano, foi firmado entre Cuba e a URSS um acordo de colaboração cultural e científica que contemplava áreas como educação, ciência, literatura, rádio e televisão. Na prática, vários ministérios e organizações de ambos os países elaboravam planos anuais para colaboração e intercâmbios culturais (POKROVSKAIA, 1989). Ainda em 1960, ocorreu a primeira visita de uma delegação esportiva cubana à URSS, para estudar detalhadamente a cultura física, sua estrutura e métodos do sistema educação física. Como resultado dessa visita, em fevereiro do ano seguinte, foi criado em Cuba (pela Lei nº 936) o Instituto Nacional de Deporte, Educación Física e Recreación (INDER), que tinha por objetivo a direção e a planificação do esporte e da educação física em âmbito nacional, assim como possui poderes para estabelecer relações internacionais. O Instituto terminou com o esporte profissional, criou escolas esportivas infantis, introduziu no país a prática da ginástica laboral, jogos universitários, agrícolas e militares. Na década de 1970, com a entrada de no Conselho Econômico de Ajuda Mútua (CAME), a URSS passou a enviar materiais e equipamentos desportivos, assim como especialistas de outros países socialistas prestavam ajuda técnica para construção dos centros de treinamento (SIMAKOV, 1989).

Na década de 1970, Fidel Castro analisou as relações

Las relaciones naturales y ya históricas que surgieron entre el pueblo glorioso que llevó a cabo la primera revolución socialista en el mundo y el pequeño país que realizó la primera revolución socialista en el continente americano, se consolidan y desarrollan cada vez más, constituyendo el símbolo y el ejemplode una época nueva en la vida de los pueblos. (CASTRO, 1977)

A visão soviética, se traduzia formalmente diplomática, como um jogo estratégico da Guerra Fria. De acordo com Brejnev, em visita a Cuba em 1974,

Nos ligan lazos totalmente diferentes a los habituales en el mundo de capital. Cuba no es para la Unión Soviética objeto de explotación ni de inversión de capitales, no es una base estratégica o lo que se domina esfera de influencia. Nuestra amistad y

nuestra afinidad es expresión de la naturaleza socialista de nuestros países, la viva materialización de los magnos principios del internacionalismo socialista. (Granma, 30 de enero de 1974)

As relações com a República Popular da China, foram gestadas lentamente após o triunfo da revolução, sendo que o governo cubano manteve inicialmente relações diplomáticas com a República da China. Para além das identificação ideológica de algumas lideranças com o processo revolucionário chinês, as pressões norte-americanas foram um propulsor para o acercamento sino-cubano. Quando da suspensão da quota do açúcar cubano, o governo comunista da China se prontificou em comprar a produção cubana, antes mesmo da URSS. Em maio de 1960, ao ler a I Declaração de Havana, Fidel Castro anuncia o estabelecimento de relações com Pequim<sup>9</sup> e o rompimento imediato com o governo de Taiwan.

[...] desde de este instante, en uso de su soberanía y libre voluntad, expresa al gobierno de la República Popular China, que acuerda establecer relaciones diplomaticas entre ambos os países y que, por tanto quedan rescindidas las relaciones que hasta hoy Cuba había mantenido con el régimen títere que sostiene en Formosa los barcos de la Séptima Flota yanqui. (CASTRO, 1960)

Em novembro do mesmo ano, uma delegação cubana, liderada por Ernesto Che Guevara fez visita oficial a Pequim, quando a China concedeu o primeiro empréstimo à Cuba, em um montante US\$60 milhões. Esse capital foi investido na compra de 24 fábricas produção de têxtil, produtos químicos e eletrônicos. O governo chinês também se comprometeu em comprar 1 milhão de toneladas de açúcar cubano, a um preço cinco vezes mais elevado que o do mercado mundial. Evidentemente, o apoio econômico chinês à Cuba tinha o interesse político-ideológico de pressão aos EUA. Ainda em 1960, Cuba armamentos chineses (baterias anti-aéreas, canhões e basucas), ao mesmo tempo em que se intensificavam as relações de intercâmbio cultural, com envio de professores de espanhol e chinês (HERNÁNDEZ, 2010).

Internamente, os contrarrevolucionários seguiram com atos de sabotagem e assassinatos, tendo as montanhas de Escambray, na província de Camagüey (tradicionalmente conservadora, devido ao grande número de latifundiários) como principal trincheira de oposição. Chegou a se organizar a II Frente Nacional de Escambray, que desarticulada pelo governo, originou outro foco opositor na província Las Villas, que se estendeu para Sancti Spiritus e Matanzas. Apenas em 1965, o governo revolucionário conseguiu efetivamente

---

<sup>9</sup> O estabelecimento oficial das relações diplomática se deu em setembro de 1960, com a abertura das respectivas embaixadas.

eliminar a resistência armada e interna a revolução. Restaram os movimentos de exilados com os ataques aéreos.

A resistência se deu tanto por parte das milícias de camponeses como por parte do exército, que conseguiram debelar o foco. Nesse momento, em fevereiro de 1962, por meio da II Declaração de Havana, o governo cubano oferecia sua solidariedade a todos os povos latino-americanos que quisessem levar a diante sua revolução. Essa é a gênese da solidariedade pragmática, que irá caracterizar a política externa cubana nas décadas seguintes. Ainda que já declarado o caráter socialista da revolução, essa postura de Cuba reflete bem mais o sentimento terceiomundista (e anti-imperialista) que são a base tanto da revolução, como de sua atuação internacional. Sua identificação com os movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo, levaram Cuba a atuar de forma cooperativa e pragmática no processo de descolonização afro-asiático, gerando grande projeção internacional e lhe garantindo posição de liderança.

A reação dos EUA foi de decretar o embargo (ou bloqueio) total<sup>10</sup> ao comércio com Cuba, a partir de 7 de fevereiro de 1962. Por meio da resolução nº 3447, o presidente Kennedy, excetuava, oficialmente o comércio de alimentos e medicamentos, entretanto, na prática, estes produtos estavam também sobre embargo (FRANKLIN, 2015; CANTÓN; DUARTE, 2006.)

Entre 16 e 29 de outubro de 1962, Cuba protagonizou um dos momentos mais tensos da Guerra que até então era Fria. Um avião de espionagem norte-americano, fotografa rampas soviéticas de lançamento de mísseis nucleares, em solo cubano. No dia 22, o presidente Kennedy em pronunciamento televisivo, alertou o mundo para o perigo de uma guerra nuclear. Ordenou o bloqueio naval<sup>11</sup> à ilha, para evitar que mais armas entrassem no país, aumentou o contingente militar na Flórida e dobrou o efetivo militar<sup>12</sup> da Base de Guantánamo. Fidel Castro, antes mesmo do pronunciamento do presidente dos EUA, declara “alarme de guerra”<sup>13</sup> e concentra a artilharia antiaérea no litoral de Havana. Nesse momento, Cuba contava com aproximadamente, 30 mísseis nucleares soviéticos e com 43 mil soldados da URSS. A tensão estava no fato que uma agressão à Cuba poderia ser vista pela URSS como uma agressão ao bloco socialista. Dia 26, Nikita Kruschov então enviou uma mensagem a Kennedy, se comprometendo a retirar os mísseis de Cuba, caso os EUA se comprometessem

<sup>10</sup> As exportações norte-americanas para Cuba já estavam proibidas desde 19 de outubro de 1960.

<sup>11</sup> Foram deslocados para o cerco a ilha, 238 navios, 8 porta-aviões, 2 cruzadores, 13 submarinos, 65 navios anfíbios e 32 navios auxiliares (CANTÓN; DUARTE, 2006, p.110).

<sup>12</sup> A base que contava com 8 mil soldados, passou a ter 16 mil. Inciou obras de engenharia em caráter de urgência e a evacuação de todos os funcionários civis (CANTÓN; DUARTE, 2006, p.109).

<sup>13</sup> Em Cuba é um grau acima do “alerta de guerra”.

não invadir a ilha, por fim ao bloqueio naval e retirar mísseis nucleares que estavam na Turquia. No dia seguinte, a Casa Branca comunicou sua aceitação da proposta soviética e dia 29, os mísseis soviéticos já estavam desmontados e sendo transportados para a URSS (FRANKLIN, 2015, p.78-79; JIMENÉZ, 2014).

Os soviéticos entram em acordo com os norte-americanos, mas sem consultar o governo cubano. As relações cubano-soviéticas sofreram um forte abalo (GARCÍA, 1976) e para os cubanos, a ilha foi ignorada nas negociações, por complexo da URSS de grande potência e porque os soviéticos sabiam que os cubanos não acatariam facilmente o desfecho das negociações (JIMENÉZ, 2014, p.347). o governo chinês também criticou Moscou, que respondeu acusando os chineses de desejarem a guerra nuclear entre URSS e EUA. Ocorreu que essas duas grandes potências sabiam que não poderiam correr o risco real de um confronto militar. A Guerra Fria se encontrava em um período de *détente* e coexistência pacífica e a URSS não insistiria em uma tensão de tal magnitude com os EUA em nome de Cuba. A ilha possuía um valor estratégico para o bloco socialista, mas não a ponto de levar adiante um fato que ameaçava – ao menos teoricamente – resultar em uma guerra nuclear.

Além disso, pode-se compreender do fato, que Kruschov tinha uma política ousada – de caráter quase aventureiro – e utilizou Cuba para criar um suposto atrito com os EUA e pressioná-los a fazerem concessões em plena Guerra Fria. O líder soviético considerava a administração norte-americana de Kennedy fraca e não capaz de participar de um jogo calculado e de fortes tensões, contudo, teve que recuar de sua retórica frente a mobilização militar norte-americana com o cerco militar a Cuba. Essa postura questionável – e irresponsável – resultou, inclusive, em sua queda.

Para Cuba, a Crise dos Mísseis representou bem mais que o protagonismo nas tensões da Guerra Fria. A partir de então, a ilha assumiu um papel central nas relações internacionais, inclusive reforçando seus traços terceiromundistas.

O conflito entre Cuba e Estados Unidos se inseriu no duplo contexto dos eixos Leste-Oeste e Norte-Sul, pois, a revolução cubana, ao proclamar-se socialista, havia se introduzido no interior do confronto entre os dois sistemas políticos e ideológicos que dividiam a cena internacional: o sistema socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o sistema capitalista, liderado mundialmente pelos Estados Unidos da América. Mas, por outro lado, o fato de Cuba pertencer ao conjunto dos países latino-americanos a inseriu necessariamente no campo dos países em desenvolvimento, ela que já havia sido uma das fundadoras do movimento dos países não alinhados. Essa tríplice inserção fez de Cuba, portanto, uma peça importante do jogo político internacional ao longo de toda a Guerra Fria. (CABRAL, 2015, p.10)

As relações sino-cubana eram, inevitavelmente, influenciadas pelas diferenças entre China e URSS. Depois da discordância com os soviéticos devido a Crise dos Mísseis, o governo chinês lançou uma série de mobilizações e atos públicos de solidariedade à Cuba, o que foi muito bem recebido na ilha. A tentativa chinesa era explorar o descontentamento de Cuba com a atitude soviética de negociar com os EUA sem a participação cubana. A China procurava reduzir a influência da URSS ou a menos fazer um contraponto a liderança soviética dentro do bloco socialista. Naquele momento, Cuba era o melhor instrumento e o governo revolucionário tentava equilibrar suas relações com Moscou e Pequim. Para Cuba era necessário, frente as pressões norte-americanas, um aliado sólido econômico e militarmente. Mesmo que os chineses vissem Cuba como instrumento soviético, o que ocorria era que a liderança de Fidel Castro tentava ampliar a liderança e o protagonismo do país no Terceiro Mundo.

Ainda no início dos anos 1960, Cuba estabeleceu relações diplomáticas com uma série de países no continente asiático, com os quais possuía identificação ideológica ou que se apresentavam como potenciais aliados políticos e parceiros comerciais. Assim, estabeleceu relações com a República Democrática da Coreia, a República Socialista do Vietnã, o Reino do Camboja, o Reino do Laos, a República da Mongólia, a República Democrática Socialista do Sri Lanka e com a Indonésia. Foram estabelecidos acordos de cooperação econômica, comercial e tratados de amizade. Para Cuba essa região, assim como outras, tinha o papel estratégico de diversificar e ampliar suas relações exteriores. Ainda que representassem apenas 4% da produção mundial, muitos países asiáticos tinham um histórico comum de dominação colonial europeia e imperialismo norte-americano, além de serem membros do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Em 1963, objetivando dar continuidade ao desenvolvimento do setor rural, o governo cubano aplicou a segunda Reforma Agrária. Com a primeira, seguiram sendo proprietários aqueles que possuíam até 30 *caballerías*. Esses proprietários reduziram sua produção e concediam apoio aos contrarrevolucionários. Dessa vez, a Reforma Agrária eliminou todos os proprietários que detinham propriedades rurais com mais de 5 *caballerías*, reduzindo assim, a força econômica (e política) dos pequenos e médios proprietários que não viam com bons olhos o avanço dos direitos e o fim da exploração da mão de obra camponesa.

Os problemas econômicos se davam, também, por questões do próprio planejamento. Che Guevara comandando o ministério da Indústria<sup>14</sup> teve que buscar alternativas de correção

---

<sup>14</sup> Che foi ministro da Indústria entre fevereiro de 1961 e abril de 1965 (TAIBO, 1995).

as contradições da economia cubana (CASTAÑEDA, 2007). Na medida em que se apostou na diversificação da produção de produtos primários, as plantações de cana-de-açúcar foram reduzidas. Ocorreu a redução da produção de açúcar, em um momento que o país ainda dependia das divisas da exportação desse produto. Assim também, na medida em que novos setores foram incluídos no mercado de consumo, Cuba carecia de produtos para o mercado interno, sendo forçada a aumentar suas importações, uma vez que o processo substitutivo de importações traria resultados somente em médio prazo. Entretanto, a alteração do perfil agroexportador e a melhoria das condições de vida da população (com aumento salarial e redução das tarifas) eram compromissos da revolução e as contradições geradas eram desafios os quais o governo precisou vencer.

O período de transição entre a sociedade capitalista e a socialista varia em tempo devido a peculiaridades próprias de cada país. Essa é fase onde os elementos capitalistas vão enfraquecendo e desaparecendo, enquanto os elementos socialistas começam a se consolidar e ampliar. Depois da transição, as estruturas econômicas e sociais tendem a ser muito similares nos diversos países socialistas, mas sempre com peculiaridades entre países que atravessaram esse período já sendo industrializados e aqueles que ainda possuíam relações semi-feudais.

De acordo com a teoria marxista, essa fase de transição não pode ser feita se a estrutura política for outra que não a ditadura do proletariado. É uma fase de enfrentamento entre o capitalismo e o comunismo, onde o primeiro já foi derrotado, mas ainda não aniquilado e o segundo já nasceu, mas ainda não triunfou. Importante fazer uma distinção entre socialismo e comunismo, ainda que seja corrente, é interessante recorrer aos clássicos. Lênin deixa claro

A lo que se acostumbra a denominar socialismo, Marx lo llama ‘primeira’ fase o fase inferior de la sociedad comunista. Por cuanto los medios de producción se convierten en propiedad *común*, puede emplearse la palabra ‘comunismo’ siempre y cuando que no se pierda de vista que éste *no* es el comunismo completo. (LENIN, 1963, p.453).

Portanto, o período de transição é aquele que vai desde a derrota das estruturas capitalistas e as forças sociais que as mantém (o imperialismo e seus sócios nacionais) até quando se estabelece de maneira definitiva as novas formas de propriedade, as relações de produção e o início da construção do comunismo, então pode se chamar de socialismo. Apesar desse período de transição possuir leis comuns, apresentam-se singularidades de cada país, de acordo com o desenvolvimento histórico de suas estruturas, dada a riqueza e diversidade de cada caso.

No se puede olvidarse que una de las diferenciais entre las ciencias de la naturaleza y las de la sociedad consiste en que mientras las abstracciones de las leyes físicas o químicas representan procesos ineluctables, la intervención del hombre – clases y grupos sociales – introduce en el campo de las leyes de la sociedad, variaciones que, sin negar la vigencia de aquéllas, complican su funcionamiento y condicionan la forma en que rigen el proceso histórico. (RODRÍUEZ, 1979, p. 10).

O caso cubano é exemplar, pois do início de 1959 ao final de 1960, passou de país capitalista subdesenvolvido – com uma economia colonial de *plantation* – a um país de transformações radicais que visavam o desenvolvimento econômico e social. Inicialmente, não estava a frente de tal processo um partido, tampouco podia se identificar uma hegemonia da classe trabalhadora, ainda que a propriedade, por meio das nacionalizações, tenha se tornado estatal. Cuba enfrentou os desafios internos típicos da fase de transição e a pressão externa, somada a proximidade geográfica com os EUA. Se os elementos internos foram aos poucos sendo neutralizados, as ameaças externas conheceram um crescente constante. Foi necessário a institucionalização de estruturas e uma estratégia internacional de inserção, que garantissem o reconhecimento e a sobrevivência do regime revolucionário cubano.

Para a construção do socialismo em Cuba, o governo revolucionário apostou na organizações sociais. Entre os anos de 1959 e 1963, foram criadas as Milícias Nacionales Revolucionarias (MNR), a Federación de Mujeres Cubanas<sup>15</sup> (FMC), os Comites de Defensa de la Revolución<sup>16</sup> (CDR), Unión de Pioneros de Cuba (UPC), a Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP) a Unión de Jóvenes Comunistas<sup>17</sup> (UJC) e a Unión de Periodistas de Cuba (UPEC). Permitindo a organização e participação de variados setores na construção de um novo modelo social, o governo cubano garantiu apoio e legitimidade interna para seguir nos rumos do desenvolvimento nacional. Os primeiros setores a se organizarem são os mesmo que pouca participação tinham nos governos anteriores à revolução.

Las revoluciones no nacen del cerebro de los individuos [...]. La Revolución, desde luego, necesita de organizaciones y guías, hombres que inicien las acciones en el momento oportuno y orienten con decisión, claridad y firmeza a las masas que constituyen la fuerza que rompe los viejos moldes y abre camino al avance de la historia. (BATARD, 2005, p. 118)

No plano econômico era necessário a modernização do setor produtivo. O início foi dado pelo setor do açúcar, na tentativa de atingir uma produção de 10 milhões de toneladas no

<sup>15</sup> Importante na luta pela igualdade de gênero dentro da sociedade cubana de forte sentimento patriarcal.

<sup>16</sup> Responsáveis pela fiscalização social quanto a ilícitos e cuidados com a saúde e educação.

<sup>17</sup> Seus membros inicialmente eram oriundos do DR-13-M e PSP.

anos de 1970 (atingiu 8,5 milhões de toneladas). Planos agrícolas foram elaborados para regiões isoladas da ilha, mas que detinham potencial produtivo. Plantas industriais foram construídas em diversas províncias, como forma de garantir o crescimento e o desenvolvimento econômico, concedendo postos de trabalho para a população. Os setores termoelétricos e de construção civil receberam especial atenção. O primeiro garantindo abastecimento de energia e o segundo construindo moradias por meio das microbrigadas<sup>18</sup>, assim como também a construção de escolas no meio rural.

Junto com isso, o desenvolvimento cultural por meio das artes, do aumento das produções editoriais, do desenvolvimento plástico e poético. Novos compositores musicais e talentos na dança com apoio dos concursos da *Casa de las Américas*<sup>19</sup>, surgiam ao mesmo tempo em que se estimulava a pesquisa universitária e científica, inclusive com uma reforma universitária que criou diversas e distintas carreiras, desde a área das exatas, naturais e humanas. Essa era a forma mais segura e orgânica desenvolver uma sociedade baseada no internacionalismo proletário marxista-leninista, onde a teoria e a prática são obrigatórias para o sucesso da revolução (LEÓN; ARÓSTEGUI, 2006).

As relações com a China sofrem certa tensão em fins de 1964 e início do ano seguinte. Entre novembro e dezembro de 1964, o governo cubano organizou uma reunião dos partidos comunistas latino-americanos, em Havana. O objetivo era fortalecer e dar unidade aos movimentos revolucionários na região, dentro de um espírito internacionalista. Os chineses viram nesse evento uma intromissão da URSS (por meio do PCUS) no movimento comunista internacional e acusaram Cuba de se subordinar aos anseios “imperialistas” soviéticos (HERNÁNDEZ, 2010). Ernesto Guevara vai à China poucas semanas depois, na tentativa de esclarecer a situação e tentar reduzir as tensões bilaterais, por meio de um diálogo que levasse a compreensão mútua. Mao Tsé Tung se negou a receber do dirigente cubano. O governo cubano respondeu com críticas que evidenciavam a incapacidade de China e URSS concertarem posições frente a um inimigo comum. As relações entre sino-cubanas sofreram um forte esfriamento a partir de 1965, refletindo no não apoio chinês na criação por Cuba da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América (OSPAAAL<sup>20</sup>), na

---

<sup>18</sup> Cada trabalhador cubano que desejasse poderia participar dessas atividades forma voluntária, fora de seu expediente de trabalho. Che Guevara foi o grande incentivador desses projetos.

<sup>19</sup> Com o objetivo de fomentar o panamericanismo, a instituição foi criada pelo Conselho de Ministro em 28 de abril de 1959, por meio da Lei 299. Com personalidade jurídica e ligada ao Ministério da Educação, fomenta a intergarção sócio-cultural, cumprindo a função estratégica de evitar o isolamento cultural de Cuba.

<sup>20</sup> A OSPAAAL pode ser encarada como a representação da liderança cubana no Terceiro Mundo. O governo cubano foi protagonista na Organização, tornando-a expressão de sua solidariedade internacionalista.

suspensão das trocas comerciais de açúcar por arroz e nos discursos cheios de críticas de ambas as partes.

Esses fatos acabaram por fortalecer as ligações de Havana com Moscou. O distanciamento sino-cubano correspondia a realidade da Guerra Fria. Cuba precisava de apoio militar e econômico e este só poderia vir ou da URSS ou da China. Como as duas potências socialista disputavam obcecadamente a liderança do movimento revolucionário mundial, inevitavelmente, Cuba teria – ainda que a contragosto e consciente dos riscos – que optar por uma das duas (HERNÁNDEZ, 2010). O modelo socialista chinês, não era bem aceito por algumas lideranças cubana, que consideravam como fracassadas as tentativas de industrialização acelerada e discordavam frontalmente da Revolução Cultural.

No âmbito político, uma nova organização era necessária para a participação e condução do processo revolucionário. Uma série de sindicatos foram criados no XIII Congresso de la Central de Trabajadores de Cuba e, em 1965 foi criado o Partido Comunista de Cuba<sup>21</sup> (PCC), com a ideia de unificação partidária<sup>22</sup>. Importante ressaltar, que a fundação do PCC não se deu por pressão da URSS, mas sim refletia uma crescente identificação das lideranças cubanas com o comunismo e sua convicção de avançar na construção de uma sociedade comunista. Inclusive a política da URSS era de que os partidos do bloco usassem a terminologia de “Democracia Popular”, guardando apenas para si os termos “socialista” e “comunista” (KAPCIA, 2008, p.74). Ainda que Cuba se aproximasse cada vez mais da URSS, sempre buscou manter uma posição de relativa independência, para não tornar-se mais um satélite soviético (AUGUST, 2014, p.149). o papel inicial do partido era dar unidade as forças políticas envolvidas na revolução e institucionalizar a participação popular, por meio dos Órgãos de Poder Popular (OPP). Contudo, a criação do partido foi mais uma tentativa de institucionalização do movimento revolucionário, pois efetivamente, suas atividades começaram apenas uma década depois. A liderança de Fidel Castro dava conta da unidade necessária e os outros órgãos populares se dedicavam aos problemas mais específicos (VISENTINI, et al., 2013).

Eleições foram organizadas para os OPP e o I Congresso do PCC, em dezembro de 1975, além de discutir o programa do partido, elaborou um Anteprojeto de Constituição.

---

<sup>21</sup> Em 1925, havia sido fundado o primeiro Partido Comunista Cubano, que na década de 1940 trocou de nome para Partido Socialista Popular (PSP). Com o golpe de Batista, em 1952, o PSP foi colocado na ilegalidade.

<sup>22</sup> A primeira tentativa de unidade se deu com a constituição, em 1961, das Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), formadas pelo M-26-7 (Fidel Castro), o DR-13-M (Faure Chomón) e o PSP (Blas Roca). Por questões de sectarismo que se sobrepuseram a integração das forças, em 1962, se iniciou uma nova tentativa de unidade, com a criação do Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURSC). Somente em 1965, o M-26-7, o DR-13-M e o PSP, conseguiram fundar o atual PCC, com o objetivo de dar unidade ao governo revolucionário.

Esses acontecimentos de ordem política contavam com a participação dos membros dos sindicatos e do partido, além de promover uma ampla participação na discussão com a massa da população. O número de filiados ao partido passou de 50 mil no ano de sua fundação, para mais de 400 mil, quando do I Congresso (BETHELL,1998). O PCC passou a ser um partido governante de fato e a cumprir o papel de institucionalização e organização burocrática, que reforçou os vínculos com a URSS, via Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

O PCC se tornou o órgão dirigente máximo e, assim, passou a controlar as demais organizações estatais e de massa. Seu papel era (e ainda é) o de estimular e contribuir para as melhorias de todo aparato estatal, controlando seu funcionamento e o cumprimento das diretrizes. A ação do partido se dá por meio da elaboração de planos gerais sobre questões basilares do desenvolvimento político, econômico, social e cultural. Os próprios membros do partido acabam por ocupar cargos no Estado, baseados em um misto de autoridade moral e atos de vanguarda em todo tipo de tarefa pública (HARNECKER, 1979). Entretanto, o Partido não ocupou uma posição de domínio hegemônico frente a sociedade. Mais que um partido de representação, precisou ser um partido de ação, ou seja, os militantes deveriam ser atuantes no seio da sociedade, demonstrando (desde jovens) comprometimento com a construção de seu entorno social, para depois poderem ascenderem a cargos por aprovação das massas (população em geral, que não necessariamente seja militante).

*Esta participación directa del pueblo en la gestión estatal, este Estado proletario dirigido por un Partido marxista-leninista, intimamente ligado a la massa de la cual surge y en la cual se apoya para su fiscalización y control constituye, sin duda la esencia de la democracia socialista, dictadura sólo para los que se oponen al avance de la Revolución. (HARNECKER, 1979, p. 467)*

Na década de 1970, analisando a construção do Estado, sob a direção do partido, Raúl Castro destacou o caráter de participação popular

*[el Estado] Organizó al pueblo y le dio armas y le enseñó a manejarlas para que se defendiera. Las masas han participado en la discusión de todas las cuestiones más importantes de la Revolución, de sus leyes principales, y ahora comienzan a participar en la discusión de los planes economicos hasta nivel de unidades de producción y servicios. (CASTRO, 1974).*

Como resultado do I Congresso do PCC, foi dado início efetivo ao processo de construção do socialismo, devendo-se destacar a aprovação da Constituição de 1976<sup>23</sup>, a

---

<sup>23</sup> Por meio de referendo, com voto universal de 98% dos eleitores, sendo 97,7% favoráveis ao texto constitucional (AUGUST, 2014, p.152).

planificação da economia e o sistema de representação política, por meio das Assembleias Populares. Fidel Castro foi eleito presidente de Cuba<sup>24</sup> e tomou posse em 2 de dezembro de 1976. As eleições ocorridas em Cuba, em 11 de setembro de 1976, contaram com 5.382.804 de eleitores de um total de 5.655.837, tendo portanto um índice 95,2% de participação, sob o slogan “*A decidir y a gobernar con el poder popular*” (BUSSI; CARDOZA, 1977). Quanto ao processo eleitoral, Blas Roca, presidente da Comissão Nacional Eleitoral de Cuba, declarou a Revista Bohemia

Mientras que los gobiernos sometidos al imperialismo en América Latina destrazan las libertades, anulan la democracia y establecen métodos bárbaros de terror, que tienen su expresión más acabada en las feroces acciones de la junta fascista de Chile, el pueblo cubano levanta su hermoso ejemplo de unas elecciones democráticas, profundamente democráticas, en que cada ciudadano libremente, por su propia voluntad, ha depositado su voto determinante para elegir a los delegados que lo representarán en las Asambleas Municipales de Poder Popular (BOHEMIA, 1976, p. 38).

Quanto a política externa, a Plataforma Programática do PCC, assimilou as ideias de Fidel Castro (já expressas em sua obra *A história me absolverá*), elaborando os princípios de uma política exterior independente e diversificada, baseada nos princípios de não-intervenção, respeito a soberania e igualdade entre os Estados; apoio, solidariedade e cooperação com as lutas de libertação nacional; solução pacífica de conflitos, o que se traduzia em “un anti-imperialismo consecuente” (ALLENDE, 2008).

As relações econômicas de Cuba com a URSS eram de extrema importância para a sobrevivência interna do regime revolucionário. Em dezembro de 1972, os dois países assinaram um acordo pelo qual foram adiados até 1986, os pagamentos dos créditos soviéticos concedidos à Cuba. Entre 1973-1976, os créditos da URSS para cobrir o déficit da balança comercial entre os dois países, foram concedidos sem juros, além de subsídios entre 1960 e 1974 para a exportação do açúcar cubano, que alcançavam quase US\$ 4 bilhões (BETHELL, 1998, p.224).

A integração de Cuba no CAME, a partir de 1972, planificou a economia cubana, que passou a trabalhar por meio da coordenação das economias socialistas, lideradas pela URSS. Com uma divisão internacional do trabalho, o CAME objetivava a integração dos países socialista para o desenvolvimento econômico e social, além do progresso tecnológico. A agricultura cubana conheceu um forte avanço, entre 1959-1974, no que diz respeito a mecanização: em 1973, apenas 4% da produção era manual, o que contrasta com os 100%, em

---

<sup>24</sup> Desde de julho de 1959, ocupava o cargo de 1º ministro.

1958. O aumento da produção em 40% se deve não só à mecanização, como também a ampliação dos setores de energia e transporte. A planificação econômica também refletiu no crescimento industrial, que conheceu um crescimento acima de 10%, na primeira metade da década de 1970 (RODRIGUEZ, 1980, p.57).

Cuba possuía deficiências em sua infraestrutura, que precisavam ser sanadas para que se rumasse para o desenvolvimento socioeconômico. Antes de 1959, a infraestrutura estava a cargo do Ministério de Obras Públicas, que mal versava os fundos públicos (de acordo com o governo revolucionário), com desvios, superfaturamentos e contratos que favoreciam a funcionários do Estado e a empresas privadas. Eventualmente, eram feitas obras na tentativa de angariar a simpatia da população e reduzir as possíveis tensões sociais, mas em geral, somente as grandes cidades eram atendidas, por exemplo com luz elétrica, que tinha sua geração e distribuição controlada por um consórcio estrangeiro de capitais de investidores e industriais (LÓPEZ, 1983, p.9).

O setor industrial era dominado pela indústria açucareira (70%) que possuía 150 centrais de beneficiamento do produto, todas elas construídas na década de 1920. Essas se concentravam na parte oriental da ilha, onde estavam os latifúndios canavieiros. A indústria alimentícia com uma maior modernidade, fabricava leite condensado, cerveja, conservas, cigarros e sorvetes. A indústria pesqueira, mesmo com as vantagens insulares do país, inexistia. Na capital, Havana, se concentravam as indústrias de tabaco, que exportava *in natura* e charutos. A indústria ligeira, espalhada por todo território, se resumia a pequenas fábricas de sapatos, confecções têxteis, perfumaria e artes gráficas, sendo em sua grande maioria artesanais. A indústria química contava com apenas duas refinarias de petróleo e uma fábrica de vidros. Os fertilizantes eram produzidos em baixa quantidade e qualidade, uma vez que a elite proprietária de terras não demonstrava interesse de tratar o solo.

Com o triunfo da Revolução o panorama começaria a mudar, mas era mais de meio século de atraso e subdesenvolvimento com que teria que se tratar. Inicialmente, foi dada atenção para a construção de casas e hospitais nas zonas rurais, concomitante a construção de escolas e instalações industriais. Para tanto, a cooperação dos países do bloco socialista foi essencial. No setor de materiais de construção, antes da revolução existiam apenas três centros produtores (um em Santiago de Cuba e dois em Havana), mas a partir de 1959, equipamentos soviéticos e alemães (da RDA) alteraram o cenário dos canteiros de obras com maquinarias e equipamentos. Desde fábricas de cimento até indústria para processamento de caolín (proveniente da extração de mármore). Em 1967, foi criado o Ministério da Construção e no quinquênio (1971-1975) foram instaladas 97 plantas industriais, entre elas duas novas fábricas

de cimentos, doze de porcelanas e uma de plásticos. No quinquênio seguinte, os investimentos dobraram e passou-se a investir em uma maior automatização da indústria, com destaque para a indústria de concreto, carbonato de cálcio e gesso e poliespuma. Para o período de (1980-1985), os investimentos se concentrariam a aprimorar alguns setores como o de extração de mármore, produção de moveis sanitários, indústria de alumínio e concreto para construções pré-fabricadas (LÓPEZ, 1983, p. 17).

No setor habitacional, de 1959 a 1980 foram construídas mais de 290 mil casas. Devido a escassez de mão de obra, frente a grande demanda por habitação, na década de 1970 o movimento Microbrigadistas se ampliou. Esse era composto por trabalhadores não da construção civil, que eram liberados de seu trabalho para se incorporarem as microbrigadas de construtores. Calcula-se que essa mão de obra foi responsável por mais de 25% da construção de casas, escolas e mercados. No setor agrícola, foram construídos mais de 2500 instalações agrícolas (aviários, criatórios de suínos, casas de tabaco, criação bovina e leiterias) durante a década de 1970. Tais obras foram acompanhadas pela construção de casas, escolas e hospitais na área rural.

A identificação e aproximação de Cuba com os países do Terceiro Mundo e do Movimento dos Países Não-Alinhados<sup>25</sup> (MNA) foi importante para superação das deficiências estruturais internas e vital para a sobrevivência do projeto revolucionário, que ganhou projeção internacional. Os vínculos da Revolução Cubana com o Terceiro Mundo se deram por diversos fatores políticos e ideológicos, mas também pelo momento histórico. Quando do triunfo da revolução, fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, na Ásia e na África os processos de descolonização eram efervescentes, do mesmo modo que as ditaduras latino-americanas, que haviam suplantado governos de iniciativas nacionalistas.

Na Assembleia Geral de 10 de outubro de 1961, o chanceler Raúl Roa analisou o processo de descolonização, deixando claro o caráter terceiromundista de Cuba.

El heroico pueblo de Argelia continúa desangrándose, sin que el Gobierno de Francia pase de las ofertas a los hechos. Francia jamás podrá vencer militarmente al pueblo argelino. [...] Las maquinaciones imperialista para la secesión de la provincia de Katanga, de la Republica del Congo, se están desarrollando en el sombra. [...] El Gobierno Central del Congo, reconstruido y apuntalado por el parlamento, no es todavía suficientemente fuerte para resistir otra embestida del neocolonialismo,

---

<sup>25</sup> Idealizado em 1955, na Conferência de Bandung, na Indonésia, por 29 países (dos continentes africano e asiático) teve sua primeira Reunião de Cúpula em 1961, em Belgrado, Iugoslávia, a convite dos primeiros-ministros da Birmânia (atual Mianmar), do Ceilão (atual Sri Lanka), da Índia, da Indonésia e do Paquistão. O objetivo era constituir um grupo de países que se distanciasse dos confrontos entre URSS e EUA, de acordo com os princípios neutralismo e pacifismo. Desde então, as reuniões de Chefes de Estado e de Governo ocorrem a cada três anos.

parecida a la que precedió al vil asesinato de Patricio Lumumba. [...] Las atrocidades perpetradas por la autoridades portuguesas en Angola e Mozambique, con el concurso solapado de las potencias de la OTAN, especialmente en el primeiro de dichos territorios, donde el lujo de horrores acrece por días, deben ser detenidas y sancionadas. Los habitantes de Bechuania, Rhodesia, Nyasalandia y Kenia padecen opresión, miseria y atraso bajo la dominación británica. Igual acontece en Ruanda Burundi sometida al yugo de Bélgica. En Irián Ocidental, territorio que pertenece a Indonesia, se ciernen nubes preñadas de peligros. Em la Unión de África del Sur y en territorio de África Sudoccidental bajo su despótico mandato, se ha organizado la discriminación racial como esencia del poder, que se ha impuesto como finalidad el exterminio de la población negra. (RODRÍGUEZ, 1986, p.263).

Cuba passou a ocupar uma posição de liderança no Terceiro Mundo, mas seu interesse vital estava na segurança nacional para manutenção do regime, sendo assim, recebiam maior atenção suas relações com URSS e EUA. As relações com o Terceiro mundo eram tratadas em proporção direta com sua contribuição para segurança. A posição de destaque que Cuba ocupava, a transformou em um dos objetos centrais do conflito Leste-Oeste. No entanto, sua dependência em relação a URSS significou que não poderia ter um ativismo neutro no Terceiro Mundo (LEOGRANDE, 1982). Inicialmente, a atitude cubana foi classificada pelo autor como “romântica e relativamente não sofisticada” (p.169), uma vez que almejava expandir o número de países revolucionários. Tal postura gerou, conseqüentemente, tensões e discordância com a URSS, que na década de 1960, apostava na coexistência pacífica. O objetivo cubano de exportar a revolução correspondiam a uma postura defensiva, para romper o isolamento diplomático (e econômico) na América Latina, resultante de sua suspensão da OEA.

Resultante da Conferência de Bandung, a Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina<sup>26</sup>, que ficou conhecida por Tricontinental, teve sua V Reunião<sup>27</sup> realizada em Havana, em janeiro de 1966. Além de tratar da descolonização afro-asiática, a reunião aprovou<sup>28</sup> a criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). O objetivo era fornecer apoio militar aos movimentos revolucionários latino-americanos. O apoio teve destaque na Argentina (Montoneros), no Brasil (VAR e MR8) e no Uruguai (Tupamaros). Fidel Castro, em seu discurso na Tricontinental, exalta a solidariedade revolucionária em escala mundial, como forma de vencer o imperialismo

Hemos tenido oportunidad de conocer la situación concreta de cada uno de los pueblos que luchan y, sobre todo, hemos tenido la oportunidad de ver cómo se

<sup>26</sup> Diferente da Conferência de Bandung, essa não era composta pelos governantes dos países, mas sim por movimentos de esquerda e anti-coloniais.

<sup>27</sup> As quatro primeiras foram realizadas no Egito (1957), na Guiné (1960), em Tanganica (1963), em Gana (1965).

<sup>28</sup> Proposta feita pelo então delegado, Salvador Allende, deputado chileno do Partido Socialista Chileno.

acrecienta la solidaridad de los pueblos entre sí, cómo crece la fuerza del movimiento revolucionario a escala mundial, y cómo crece y podrá crecer en los tiempos venideros la ayuda de unos pueblos a otros, la ayuda de todos los pueblos a cada uno de los pueblos que luchan, la ayuda – a una escala y a un nivel que no conoció nunca antes la humanidad – de los pueblos unos a otros. Y cómo a pesar del poderío militar y técnico de los imperialistas, será incuestionablemente mucho más poderosa la fuerza unida de los pueblos revolucionarios. (CASTRO, 1966).

A política externa cubana nos anos 1960, contava nesse momento com um forte ativismo, que não raras vezes discordava da URSS. O apoio cubano aos movimentos revolucionários armados da América Latina (países centro-americanos e países andinos e platinos), da África (Congo e Argélia) e da Ásia (Vietnã do Norte) somava-se a crítica aos movimentos e partidos que não optavam pela luta armada, como o caso dos partidos comunistas alinhados com a URSS. As tensões entre Havana e Moscou, atingiram seu ápice em 1968, com os soviéticos retardando a entrega de produtos como o petróleo, mas frente o apoio de Fidel à intervenção soviética na Tchecoslováquia, as relações se normalizaram (BETHELL, 1998, p.223).

Contudo, os esforços norte-americanos, via ALPRO conseguiram conter e evitar o cenário propício para o alastramento de movimentos revolucionários e a política externa cubana, terminou por recuar (entre 1968 e 1972) em seus anseios de exportar a revolução. A partir de 1972, Cuba altera sua forma de agir na América Latina, passando a ter uma política hemisférica mais tolerante frente a diversidade ideológica, apostando no rompimento de seu isolamento, não mais através de revoluções, mas por uma diplomacia ativa e terceiromundista. Depois da deposição de Salvador Allende, Cuba percebeu o quanto arriscado seria seguir apostando em uma política externa de apoio aos movimentos guerrilheiros. Com a ascensão de governos nacionalistas no México, Colômbia e Venezuela, Cuba passa da estratégia de confrontação para a solidariedade (KAPCIA, 2008, p.120), passando a fazer parte do Sistema Econômico Latino-Americano<sup>29</sup> (SELA).

Ao entrar no MNA, em 1964, Cuba ganhou papel estratégico para URSS, que almejava utilizá-la como elo entre o bloco socialista e o Terceiro Mundo. Entretanto, tal posição trazia o risco de Cuba parecer um instrumento imperialista soviético, mas ao mesmo tempo representava os ideais internacionalista e terceiromundistas na prática. A partir de então, a revolução cubana ultrapassa seu caráter latino-americano e ganha forma – por meio de sua política externa – como uma revolução de vanguarda do Terceiro Mundo (KAPCIA,

---

<sup>29</sup> Criado em 1975, com sede em Caracas, integrado por 27 países de América Latina y el Caribe: Argentina, Bahamas, Barbados, Belice, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Haití, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Perú, República Dominicana, Suriname, Trinidad y Tobago, Uruguai e Venezuela.

2008, p.122). Importante ressaltar, que ainda que as políticas externas de Cuba e URSS sejam semelhantes, a política externa cubana nunca foi uma repetição da soviética. As semelhanças se devem a perspectivas comuns e conclusões similares (AZICRI, 1988, p.206). Por serem países socialistas, seguiam o marxismo-leninismo em suas análises teóricas, mas possuíam suas idiossincrasias, seus regimes operacionais e seu contexto social. Independente do suporte econômico e militar recebido dos soviéticos, Cuba manteve sua política externa com um caráter globalistas, projetando o internacionalismo proletário e o nacionalismo revolucionário (AZICRI, 1988, p.209).

Entre os meses de maio e julho de 1972, Fidel Castro, visitou Guine, Argélia, Bulgária, Romênia, Hungria, República Democrática Alemã, Tchecoslováquia e URSS. Nessas viagens foram tratadas questões internacionais, sobre o cenário político e econômico dos anos 1970. Dentre os principais temas de conversação estavam as relações bilaterais, as lutas anti-imperialistas dos movimentos de libertação nacional, o MNA, o G-77, o desarmamento, a atuação da ONU, assim como a conjuntura da América Latina, Ásia, África e Oriente Médio (MINREX, 1972).

Para além disso, Cuba teve fundamental papel no processo de descolonização continente africano, seja por meio de assistência técnica ou militar, ultrapassando as expressões de solidariedade retórica e atingindo comprometimento humano e físico de recursos. Contra o imperialismo português, colaborou com rebeldes de Angola (MPLA), da Guiné-Bissau (PAIGC) e de Moçambique (FRELIMO). A primeira participação cubana na África foi de caráter militar, quando no início dos anos 1960, enviou de armas e medicamentos à *Front de Libération Nationale*, na Argélia, que enfrentava o exército francês. A política externa cubana, também desenvolveu forte afinidade com o governo Lumumba na República Democrática do Congo (KAPCIA, 2008). Em 1961, começou a funcionar primeira missão militar cubana na África e, em 1963, os cubanos enviaram pela primeira vez soldados para atuar na guerra de fronteira entre Argélia e Marrocos. A respeito da África subsaariana, a primeira missão militar a funcionar foi em Gana, em 1961. Guevara e Roa tiveram papel estratégico nas atuações cubanas no continente africano e nos contatos com as lideranças políticas dos movimentos de libertação nacional.

No continente asiático, Cuba estabeleceu relações diplomáticas, ainda na primeira metade da década de 1970, com Bangladesh, Afeganistão, Maldivas, Malásia, Myanmar, Nepal e Austrália<sup>30</sup> (CHAMERO, 2003). A identificação mais forte do governo de Havana

---

<sup>30</sup> As relações com a Austrália se davam apenas no nível consular. Somente em 1989 é que foram estabelecidas relações diplomáticas plenas.

estava com o governo comunista do Vietnã do Norte e com os rebeldes (Vietcong) Vietnã do Sul em sua luta anti-imperialista. Frente ao descaso inicial tanto da URSS, como da China, para com o caso do Vietnã, esse passou a figurar no discurso diplomático cubano. Na Assembleia Geral da ONU, em, 15 de outubro de 1965, o chanceler Roa pronuncia

[...] Cuba apoya, además, los cuatro puntos formulados por la República Democrática de Viet Nam y las declaraciones del 6 de abril de 1965 del Frente Nacional de Liberación de Viet Nam del Sur. El Gobierno Revolucionario de Cuba entiende que en el escenario de esta Asamblea debn plantearse esos problemas y que la Organización de las Naciones Unidas puede contribuir al restablecimiento de la paz y la seguridad en el Sudeste de Asia, si pone todo su peso en favor de las legítimas demandas de la República Democrática de Viet Nam y del Frente Nacional de Liberación de Viet Nam del Sur (RODRÍGUEZ, 1986, p. 271).

A política externa cubana não apoiava a descolonização afro-asiático, como também utilizava dos organismo internacionais para denunciar as intervenções imperialista, que desrespeitavam o princípio de não-intervenção, em suas tentativas de bloquear movimentos que buscavam a soberania e a autonomia nacional.

### 3.2 3.2 PROJEÇÃO INTERNACIONAL E SOLIDARIEDADE PRAGMÁTICA (1975-1991)

Apesar dos desafios, Cuba estava conseguindo estruturar, internamente, o desenvolvimento necessário para seu projeto nacional. Entre 1960 e 1985, o PIB cubano apresentou um crescimento de 3,5%, enquanto a média latino-americana foi de 1,8%. A produtividade teve crescimento de 2% e o crescimento industrial por habitante atingiu 2,9%. O desemprego caiu para 6% e o analfabetismo para 1,9%, enquanto a expectativa de vida chegava aos 75 anos.

Esses resultados se devem a participação de Cuba no CAME, que apesar de especializar a economia cubana na agroindústria, garantiu mercados, abastecimento (matéria-prima e manufaturados) e cooperação tecnológica (MARTINEZ, 1994; AYERBE, 2004). A integração de Cuba com o CAME fortaleceu sua economia, além de aumentar projeção internacional, principalmente entre os países do bloco socialista e os afro-asiáticos. As relações econômicas com a URSS eram cada vez mais intensas, sendo que em 1975, os soviéticos representam 45% do comércio exterior cubano, saltando para mais de 60%, no início dos anos 1980 (BETHELL, 1998, p.224).

Os princípios e objetos da política externa cubana (ALZUGARAY, 2011; DOMÍNGUEZ, 2009; FERNÁNDEZ, 2003) podem ser definidos hierarquicamente da seguinte forma: a política externa cubana possui cinco objetivos, hierarquicamente colocados: (a) a sobrevivência do governo revolucionário; (b) o desenvolvimento econômico; (c) a influência sobre governos; (d) a influência sobre os movimentos marxistas-leninistas e; (e) o apoio à revolução no mundo. Para atingir os dois primeiros, as relações com a URSS se mostraram necessárias, principalmente frente às pressões e ataques dos EUA. Os três últimos objetivos, trouxeram a necessidade de uma política externa que buscasse a diversificação de suas relações exteriores. Assim, Cuba desenvolveu o perfil internacionalista de sua política exterior, que se revestiu muito mais de terceiro-mundismo, do que apenas um ativismo motivado pela sobrevivência.

Entretanto, também é necessário destacar que Cuba foi sujeito – e não objeto – nas relações internacionais, desde o triunfo da revolução, em 1959. O governo cubano sempre encarou o processo revolucionário em Cuba como autêntico e autóctone. De fato, não foi conduzido pelo Partido Comunista, nem resultou da ocupação soviética, como no Leste Europeu. Cuba tinha sim a percepção de como revoluções do Terceiro Mundo podiam tomar um caráter marxista-leninista (BETHELL, 1998, p.221). Sua política externa, com matices nacionalistas, combinou *realpolitik* com altruísmo, transformando a ilha caribenha em um país influente no sistema internacional. Por diversas vezes, como em Angola, Etiópia, Nicarágua e Vietnã, Cuba foi muito mais atuante no apoio aos movimentos revolucionários, que a URSS, sacrificando, não raras vezes, questões econômicas internas, em nome de resultados políticos (DOMINGUEZ, 2009, p.14-15). Nos anos 1970, manteve sua política externa com o caráter mundial de sempre, alterando métodos e ampliando seu espectro de atuação. A diversificação de parceiros, garantiu para Cuba resultados, tanto no âmbito econômico quanto político.

Fidel Castro, já em 1959, expõe a importância da solidariedade entre os povos, diferenciando-a dos atos de intervenção na soberania

Se nos ha preguntado si creemos que las revoluciones deben exportarse y hemos respondido que no, que las revoluciones no pueden exportarse, que las revoluciones no se exportan, que las revoluciones se hacen por los propios pueblos, que los propios pueblos son capaces de conquistar su libertad. Pero hay algo que los pueblos oprimidos necesitan y es la solidaridad, hay algo que los pueblos oprimidos necesitan y es el sentimiento de los demás pueblos. (CASTRO, 1959)

Na América Latina, apesar das sanções da OEA, diversos governos, no início da década de 1970, mantiveram relações bilaterais com Cuba. Entre eles se destacam o Peru, o Chile e a Argentina. O primeiro com um governo militar nacionalista, teve uma postura quase confrontacionista com os EUA; o segundo, com a eleição de Salvador Allende, se aproximou de forma mais sistemática, ainda que breve e; o governo de Perón promoveu substanciais relações comerciais. A mudança da política externa cubana nesse período se deve não só as frustrações da década anterior, mas correspondia a hierarquia de prioridades e a mudanças políticas internas nos países latino-americanos. Com a Argentina, manteve relações satisfatórias, devido a importância das exportações açucareiras, mas com o Chile, por exemplo, após o golpe militar de 1973, o afastamento foi total. De fato, a partir da segunda metade da década de 1970 – com a consolidação dos Regimes de Segurança Nacional – as relações de Cuba com a América Latina reduzem em intensidade, mantendo a influência cubana em nível modesto (DOMÍNGUEZ, 2009, p.47). Em 1975, se anularam várias sanções coletivas interamericanas sobre Cuba e diversos países implementaram relações comerciais com a ilha, destacando-se Argentina e México no período de 1975-1980. Esse cenário durou até 1978, quando o envolvimento cubano na África começou a gerar temores no continente (MARTÍNEZ, 1983).

Cuba necessitava de relações que alavancassem e modernizassem sua economia, principalmente no setor industrial. Nesse sentido, as relações com o bloco socialista foram significativas, ainda que não imune a pequenas discordâncias com a Polônia e a Iugoslávia. A identificação ideológica e a liderança da URSS tiveram papel determinante nas relações cubanas com o bloco, impulsionando a especialização e integração das economias planificadas.

[...] el intercambio con los países capitalistas se reduce en un 40,5% del intercambio total em 1975 a un 26,6% en 1980, lográndose además un saldo positivo en la balanza comercial con estos países para dicho año. Por otra parte, se obtiene una tasa de crecimiento del intercambio con el campo socialista del 10,3% [1976-1980] anual al tiempo que se logra en general un equilibrio aproximado entre el ritmo de crecimiento de importaciones y exportaciones así con una mayor diversificación de las exportaciones. (RODRÍGUEZ, 1983, p.63)

É possível, portanto, observar a inserção de Cuba na divisão internacional socialista do trabalho de forma mais intensa a partir do quinquênio de 1976-1980. Em abril de 1976, Cuba e URSS assinam um acordo de Cooperação Econômica e Tecno-Científica que somado ao estabelecimento de um preço mínimo para o açúcar cubano, colocavam Cuba em uma situação econômica favorável. No mesmo ano, foi estendido a Cuba o princípio de Programa

Completo do CAME, que consistia em disposições para instrumentalizar condições de colaboração para o desenvolvimento. O resultado interno foi imediato e, entre 1976-1980, o salário médio cresceu 9,6%, e a reforma salarial subiu em média 10% os salários dos trabalhadores administrativos, técnicos e dirigentes. A seguridade social cresceu 3,8%, a dieta calórica e proteica, 9,3% e 4,3%, respectivamente. Também foram construídas mais de 80 mil moradias com crédito concedido pela URSS. (RODRÍGUEZ, 1983, p.65)

Desde triunfo da revolução, o comércio de açúcar e petróleo com a URSS tiveram o papel de reduzir a pressão norte-americana – via bloqueio – sobre o comércio exterior de Cuba. Os demais países socialistas contribuía abastecendo o setor industrial cubano, com matérias-primas e maquinaria, além de assistência técnica, não só na área econômica, mas também para projetos científicos e culturais. O crédito era facilitado para os cubanos e os preços pagos pelos produtos cubanos (açúcar e níquel, principalmente) eram acima da média do mercado capitalista.

No período de 1976-1985, o setor industrial foi privilegiado, com investimentos públicos dentro da lógica de integração da economia cubana no CAME. Concomitantemente, se deu o fortalecimento dos mecanismos de controle macroeconômico interno, por meio de um marco institucional que permitia o processo de reformas econômicas necessárias, que resultaram em um crescimento 5,3% a.a. Foram reestruturados os organismos de administração estatal, foi criado o Comitê Estatal de Finanças e se promoveu a reorganização das empresas públicas. Isso permitiu uma maior descentralização governamental, que se refletiu na nova divisão administrativa<sup>31</sup> do território (GARCÍA, 2005).

---

<sup>31</sup> Até então permanecia a divisão em seis províncias (Pinal del Río, La Habana, Matanzas, Las Villas, Camagüey e Oriente), herdadas ainda do século XIX. A partir de 1976, Cuba foi dividida em quatorze províncias (Mapa 2): Pinal del Río, La Habana, Ciudad de La Habana, Matanzas, Cienfuegos, Villa Clara, Sancti Spíritus, Ciego de Ávila, Camagüey, Las Tunas, Granma, Holguín, Santiago de Cuba e Guantánamo. Em agosto de 2010, a província de La Habana foi dividida em duas: Artemisa e Mayabeque, passando o país a ter 15 províncias e 168 municípios.

**Mapa 2 - Divisões político-administrativas**



Fonte: CUBA - Sítio del Gobierno de la República de Cuba. Elaborado por Ludmila Losada (2016).

Nos anos de 1981-1985, já sob a Nova Guerra Fria da administração de Reagan, a URSS aumentou sua cooperação técnica com Cuba, para modernização de diversos setores como, siderurgia, transportes, petrolífero, alimentício, agrícola e de comunicações. A Bulgária colaborou com a presença de mais de 6 mil técnicos no mercado cubano, que estavam distribuídos na construção da indústria alimentícia, de transportes e de comunicação. O governo húngaro contribuiu também na indústria têxtil e farmacêutica, além da fabricação de peças de ônibus e na modernização do setor agrícola. No ano de 1981, os búlgaros concluíram com os cubanos a construção de uma fábrica de implementos agrícolas (PETUSHOV, 1985, p. 64).

A República Democrática Alemã (RDA) fomentou a indústria química, ligeira e de construção civil. Em 1981, montaram uma fábrica de cimento e uma de cerâmica, que figurava entre as maiores da América Latina. A colaboração da Polônia se deu nas áreas de construção de barcos, indústrias de celulose e fundição. A Romênia, entre 1980-2, vendeu para Cuba mais de mil tratores e seguiu fomentando a indústria mineira e química. Além disso, os países do CAME colaboraram levando cubanos para práticas industriais em suas empresas. No início da década de 1980, existiam 5000 cubanos na RDA e mais de 4500 na Tchecoslováquia, que por dois anos teriam teorias e práticas nas empresas desses países (PETUSHOV, 1985).

A colaboração com os países do CAME resultou também na elaboração de um plano de desenvolvimento científico e técnico acelerado para Cuba, até 1990. Das diversas áreas, tiveram maior concentração geologia e agricultura (ampliação da produção de cítricos e outras variedades de cana), além da construção de máquinas para as indústrias. No setor agrícola, era

mais vantajoso para os países do CAME – que eram responsáveis por 70% das exportações de açúcar de Cuba – dedicar-se a produção de outras culturas agrícolas, mais propícias a seu clima. Além disso, entre 1981-5, concederam créditos a Cuba (em dólares) para que pudesse comprar equipamentos e maquinários em qualquer mercado. O Banco Internacional de Investimentos do CAME concedeu créditos para Cuba construir uma fábrica de conservas de cítricos, transformando-a na primeira abastecedora deste produto no bloco (PETUSHOV, 1985, p. 64). Na área de mineração a URSS tem principal interesse e construiu uma fábrica com capacidade de extração de 30 mil toneladas/ano de níquel e cobalto, em Holguín, principal província mineradora de Cuba. Toda essa colaboração demonstra a divisão internacional do trabalho e política de especialização produtiva dentro do bloco socialista.

As relações com a China conheceram um forte distanciamento, desde de 1967, entretanto, a partir de 1982, os dois países voltaram a se acercar recompondo as relações bilaterais. Isso se deve muito ao XII Congresso do Partido Comunista Chinês (PCCH), que decidiu por mudanças nos princípios fundamentais da política externa chinesa, principalmente, quanto a desideologização e multilateralismo. Os respectivos Partidos Comunistas exercera, importante papel no relançamentos das relações bilaterais, criando uma ambiente de confiança para o aumento das trocas econômicas e comerciais. Se os modelos econômicos dos dois países guardavam grandes diferenças, foi a vontade político que tornou possível a reaproximação sino-cubana. Até 1989, se deram uma série de vistas ministeriais de ambos os lados, culminando com o apoio cubano ao governo chinês, quanto aos acontecimentos em Tiananmen, em uma demonstração de autonomia de Cuba frente a URSS (HERNÁNDEZ, 2010).

Os países da América Latina, África e Ásia contavam com pouca participação cubana, no que se refere estritamente ao comércio exterior, se comparados aos países do CAME, ainda que sempre figurasse nos discursos do Estado. Em 1970, o comércio exterior de Cuba com essas regiões, representava apenas 4,2%, aumentando para 9%, em 1980. Apesar disso, Cuba tinha programas de colaboração técnica com esses países, principalmente os de mais baixo PIB. Os programas de cooperação médica, remontam a 1962, quando enviou o primeiro grupo de médicos ao exterior, para ajudar a Argélia, recém-independente. Cuba também colaborou com a fundação de várias escolas de medicina em países tais como Angola, Etiópia, República Democrática Popular do Iêmen. Cuba prestou apoio para países como Vietnã do Norte e Angola na aérea de agricultura e saúde, fomentando a plantação de cana-de-açúcar e construindo hospitais. Na área de saúde e educação, Cuba não só enviou também médicos e professores cubanos aos países dos três continentes – para programas de saúde pública e de

apoio a erradicação do analfabetismo – como também recebeu estudantes universitários para os mais diversos cursos de graduação. Na área de construção, Cuba construiu com seus técnicos enviados, mais de 3 mil casas em Angola, além de pontes e escolas. No Vietnã do Norte organizou 10 granjas de criação de gado, hospitais e um hotel. No Peru, atingido constantemente por terremotos, Cuba construiu 6 hospitais (PETUSHOV, 1985).

Essa política de solidariedade, correspondia a necessidade de aliados nos foros multilaterais, além de ser uma forma de projeção internacional simpática a opinião pública internacional. Dessa maneira, Cuba ganhava não só reconhecimento por suas obras, como também alastrava padrões políticos e sociais entre os países do Terceiro Mundo, que cada vez mais a tinham como liderança e exemplo.

Con su lealtad a la causa de la independencia nacional, con su fervorosa solidaridad a los pueblos que luchan contra el dominio de los monopolios transnacionales, con su ayuda económica y técnica prestada pece a tener recursos propios escasos, Cuba se ha granjeado las simpatías de la gente sencilla del mundo entero. Los objetivos cardinales que se plantea en su política exterior –la paz y el progreso social, un orden económico internacional justo – son afines y entrañables a los pueblos de los países emergentes. (PETUSHOV, 1985, p.69)

A solidariedade cubana para com o continente africano se deu inicialmente por meio de assistências técnicas, que envolviam a área da agricultura, educação e saúde (LOPEZ, 2002). Desde, 1974 equipes médicas cubanas estavam presentes situadas na República Democrática do Congo. Em 1975, trabalhadores cubanos, da construção civil, construíram três escolas secundárias na Tanzânia, com os próprios recursos. Em outubro de 1978, Cuba assinou um acordo com Moçambique e enviou 600 técnicos, treinados de agricultura, educação (além de fornecer forneceu 290 bolsas de estudo para trabalhadores e estudantes em Cuba), construção civil e indústria, para auxiliar na reconstrução do país, pós-independência. Em 1977, 300 médicos cubanos chegaram a Etiópia, como parte de um programa de cooperação técnica, científica e econômica e, no ano seguinte, os dois países assinaram um memorando de cooperação técnica e econômica para assistência cubana nas áreas de assistência à agricultura, criação de gado, irrigação e comércio. Dos 10 mil trabalhadores cubanos enviados a Angola, em 1979, um terço eram médicos, além de analistas econômicos para assistir à estruturação regime revolucionário angolano (FALK, 1986, p.101).

Quanto a participação militar cubana na África na década de 1970, esta teve diversos efeitos para sua projeção internacional e em suas relações com a URSS (GARCÍA, 1989). A participação de tropas cubanas no continente traduzia os princípios terceiromundistas e de solidariedade, além de ser um palco um tanto distante, nesse momento, das atenções das

superpotências da Guerra Fria. Contudo, a participação cubana no continente africano não teria sido possível sem apoio soviético, que aumentou a cooperação econômica e militar com a ilha (LEOGRANDE, 1982, p.172). Dois importantes conflitos que Cuba esteve presente com tropas militares, apresentaram estratégias e resultados diferentes para a imagem do país, junto ao Terceiro Mundo: Angola (1975) e Etiópia (1977).

Em Angola, após a Revolução do Cravos, que derrubou o governo de Salazar (1933-1974), três forças políticas estavam constituídas, com seus respectivos apoiadores: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de caráter marxista, contava com apoio da URSS e de Cuba; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que contava com apoio do Zaire, dos EUA e da China e de países ocidentais e; a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), com apoio da África do Sul e também da China. O apoio cubano ao MPLA se dava desde a década de 1960, com programas instruções militares e tática de guerrilha (DIAZ-ARGUELLES, 2009).

Mesmo com a independência negociada com Portugal, os três grupos entraram em conflito imediatamente a queda do Salazarismo. O MPLA declarou a independência dia 11 de novembro de 1974, enquanto a FNLA rumava com tropas mercenárias e apoio chinês e da CIA para atacar a capital Luanda. O MPLA, com apoio de tropas cubanas rechaçou o ataque e impôs o recuo dos aliados de Washington e Pequim. Ao mesmo tempo, a UNITA atacava o centro do país, com ajuda do exército da África do Sul. A partir de então se intensificou a presença militar cubana na guerra civil angolana, chegando a ter entre 20 mil e 36 mil soldados cubanos<sup>32</sup>, na denominada “Operação Carlota” (DOMÍNGUEZ, 2009; LEOGRANDE, 1982; VOLSKY, 1981.). A presença dos EUA e da China no conflito reforçou a presença cubana e soviética na África. Além da importância estratégica de Angola no Atlântico Sul, essa contava com riquezas minerais como ferro, petróleo e diamantes (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

Em outubro de 1975, Cuba e MPLA assinaram um tratado de assistência, onde o governo cubano prestaria assistência para educação, agricultura e transporte. Naquele período, 400 tropas de combate cubanas chegavam semanalmente a Angola, alcançando a um número

---

<sup>32</sup> Já existiam soldados cubanos na África, desde a década de 1960. Em abril de 1965, Ernesto “Che” Guevara viajou secretamente para a África, com destino ao Congo. Três meses depois se encontrou com 200 soldados cubanos que haviam se deslocado de navio desde Havana, levando armas e munição para treinar guerrilhas do Conselho Nacional da Revolução do Congo a, que lutavam contra Moise Tshombe – apoiado pela Bélgica – sediado em Katanga. Guevara deixou a África em 1965, decepcionado com as políticas tribais. Entretanto, centenas de soldados cubanos permaneceram e foram do Congo para o Congo Brazzaville. A partir dali, os cubanos foram para a província angolana de Cabinda, de onde auxiliavam as guerrilhas anti-coloniais (VOLSKY, 1981, p.60).

em janeiro, de 1000 soldados por semana, o que resultou no controle das cidades mais importantes de Angola (FALK, 1986, p.88). O alto número de tropas cubanas foi decisivo para a vitória do MPLA, uma vez que a FNLA e a UNITA não contaram assistência. Em fevereiro de 1976, a Organização da Unidade Africana (OUA) reconheceu, Antônio Agostinho Neto, líder do MPLA como legítimo governante de Angola, que contou com a presença militar cubana até 1985<sup>33</sup>. A política externa cubana para África, colocou o país em uma escala de presença militar maior do que a que foi adotada na década de 1960. Essa política africana resultou para Cuba no apoio do Terceiro Mundo, proporcionou maior credibilidade o bloco socialista, e principalmente, lhe deu acesso a África, um continente de fortes aliados potenciais.

Se a participação cubana em Angola foi bem recebida pelo Terceiro Mundo, sua presença na Etiópia não teve os mesmo custos, nem resultados. Inicialmente, Cuba apoiava o movimento irredentista eritreu, desde o fim dos anos 1960. Em 1974, o imperador Haile Selassie foi deposto na Etiópia, por um golpe militar, que fundou a república. O novo governo foi composto por uma junta militar (DERG), que colocou em prática uma política de reforma agrária e fechamento de bases militares dos EUA no país, contando com o reconhecimento cubano. À frente da direção do DERG estava o coronel Mengistu Haile Marian – que tinha certa proximidade com o Movimento Socialista Pan-etíope – que teve que enfrentar os movimentos separatistas da Eritreia e de Ogaden, este último de maioria somali. As lideranças de Moscou e Havana imaginaram criar uma confederação de governos marxistas no Chifre da África, unindo Etiópia, Somália, Iêmen do Sul e Djibuti (VOLSKY, 1981, p.69). No entanto, Moscou e Havana teriam antes que solucionar, por um lado, as diferenças entre Somália e Etiópia, e por outro, as guerrilhas entre Etiópia e Eritreia, que contava com a Frente de Libertação do Povo da Eritreia (FLPE). Uma vez que nas três regiões os grupos dominantes eram de corte marxistas, URSS e Cuba esperavam que fosse tarefa simples, pois, além disso, foram os soviéticos e os cubanos que encorajaram, anteriormente, os movimentos nacionalistas somali e eritreu foram os soviéticos e os cubanos (VOLSKY, 1981, p.70)

---

<sup>33</sup>Em verdade, os cubanos permaneceram militarmente em Angola, oficialmente, até 1988. Merece destaque a participação cubana na Batalha de Cuito Cuanavale (novembro/1987-março/1988). Na província de Cuando-Cubango (sul de Angola), ocorreu o confronto entre as FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), apoiadas pelas FAR, contra a UNITA, que contou com o apoio do exército sul-africano. A vitória das FAPLA, culminou com a assinatura por parte do MPLA e da UNITA, dos acordos em Nova Iorque, em dezembro de 1988, que originaram a resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, levando à independência da Namíbia e ao fim do regime de segregação racial na África do Sul. A vitória do governo do MPLA, com apoio cubano, tem um peso simbólico muito expressivo, pois representou em última instância, uma vitória militar socialista sobre as forças militares capitalistas.

A Somália contava com apoio soviético – muito por descaso dos EUA – que lhe prestou auxílio militar (com envio de armas) e em troca armazenava mísseis, dispunha do espaço aéreo e acesso portuário. Desde a independência, em 1960 a Somália reclamava a região de Ogaden, de maioria somali, que estavam organizados em um movimento guerrilheiro separatista. Em julho 1977, sob a influência dos EUA, Egito e Arábia Saudita, a Somália invade – com 40 mil soldados – a Etiópia em apoio aos guerrilheiros separatistas. Nesse momento, Cuba tentou mediar o conflito, mas a Somália se mostrava contrária a qualquer acordo, inclusive expulsando assessores militares soviéticos de seu território, rompendo o Tratado de Amizade, de 1974, com a URSS. Em janeiro de 1978, tropas somalis tomaram as cidades Jijinga e Harar. URSS e Cuba passaram a apoiar então a Somália, inicialmente com o envio de 50 conselheiros militares cubanos. Em março o governo etíope lançou uma contraofensiva que obteve o êxito de retomar a cidade de Jijinga, apesar da continuidade do conflito. A participação cubana se deu com tanques, artilharia e especialistas em aviação, além de aproximadamente 15 mil soldados (FALK, 1986, p.97). A vitória da Etiópia com apoio do campo socialista levou a Somália para órbita dos EUA.

Quanto a Eritréia, essa província apresentava importância geográfica estratégica para a Etiópia, devido ao acesso ao Mar Vermelho. A participação de soldados cubanos na ofensiva etíope é controversa (VOLSKY, 1981, p.73), sendo mais plausível que a Etiópia tenha contado apenas com assessoramento soviético-cubano. O certo é que, mesmo com o fim do conflito convencional, tropas cubanas permaneceram na Etiópia para treinamento dos militares do país. O total de tropas diminuiu de 17 mil, em 1978, para aproximadamente 12 mil em 1980 (VOLSKY, 1981, p.74).

Os custos para Cuba de seu envolvimento militar na África podem ser ponderados. Financeiramente, algumas países ocidentais retiraram seus acordos de empréstimos a Cuba, principalmente Canadá e República Federal da Alemanha (RFA) alegando o princípio de não intervenção (FALK, 1986, p.106). As relações cubano-africanas foram basicamente de assistência técnica e militar<sup>34</sup>, com resultados positivos para Cuba em longo prazo. A

---

<sup>34</sup> Estima-se que em outubro de 1979, um quinto dos militares cubanos estavam no exterior. Na África, onde havia um estímulo de carreira por parte do governo cubano, estava distribuídos: em Angola (19 a 20 mil soldados); em Benim (20 conselheiros de segurança); no Congo (400 conselheiros militares); na Etiópia (12 a 15 mil soldados); na Guiné (400 conselheiros militares); na Guiné-Bissau (100 conselheiros militares); na Guiné Equatorial (100 conselheiros militares); em Moçambique (1000 conselheiros militares); em Serra Leoa (100 conselheiros militares). Quanto aos civis: em Angola (6 mil); em Cabo Verde (15); no Congo (150); na Etiópia (1200); em Guiné (60); em Guiné-Bissau (100 a 150); na Guiné Equatorial (30); em Madagascar (10); em Moçambique (400 a 600); em São Tomé e Príncipe (100); na Tanzânia (60 a 70).<sup>34</sup> Aproximadamente um quinto das forças armadas cubanas estava no exterior, e os soldados eram estimulados a servir na África para impulsionar sua carreira. (VOLSKY, 1981, p.74).

participação cubana estava baseada efetivamente nos princípios terceiromundistas e de solidariedade, que se mostrava pragmática na medida em que, os países africanos poderiam trazer benefícios econômicos, uma vez que o continente é rico em recursos naturais, tão escassos em Cuba.

Se a ajuda cubana no âmbito econômico não era tão significativa quanto no âmbito militar, o governo de Cuba apostou no envio de equipes especializadas para seus na África, Ásia (Vietnã do Norte) e América Latina (Jamaica, Granada e Nicarágua). Esse tipo de auxílio, mostrava o perfil de solidariedade pragmática cubana, pois não só contribuía nas relações bilaterais, como também beneficiava a posição internacional de Cuba (KIMCHE, 2016). Além disso, quando os países receptores dessas ajudas eram financeiramente fortes (por exemplo, os produtores de petróleo), Cuba recebia pagamento pelas equipes enviadas. Dessa forma, Cuba criava possibilidades de ampliação de suas relações comerciais, podendo inclusive reduzir parcialmente sua dependência econômica em relação à União Soviética. Deve-se considerar também, a identificação étnica-cultura de Cuba com o continente africano, que servia de ponte para a construção da identidade política-ideológica por meio de governos marxistas-leninistas e de perfil terceiromundista. Internamente, o engajamento cubano na África serviu também para demonstração interna do espírito revolucionário para as novas gerações.

Ainda assim, o envolvimento militar cubano na África suscitou desconfianças, de o quanto os cubanos estavam sendo utilizados pelos soviéticos. Na primeira metade da década de 1970, Moscou não considerava – pelo menos publicamente – Angola e Etiópia, como países de peso em sua competição com os EUA. Porém, é possível que na perspectiva soviética, se pudessem ser colocado nesses países governos marxistas, sem seu envolvimento direto, seria certamente uma vantagem estratégica. Assim, ao não impedir as ações cubanas e fornecendo suprimentos militares, a URSS estaria utilizando a Cuba no que Moscou percebia como uma proposta “sem perdas” (VOLSKY, 1981, p.64). A URSS ao utilizar Cuba como “mandatária” evitaria as críticas ocidentais que uma participação direta sua (os de membros dos Pacto de Varsóvia) suscitaria por parte do Ocidente. Ademais, sabia da facilidade cubana em invocar questões ligadas a identidade étnica e solidariedade terceiromundista com os países africanos. Não menos importante, a URSS reconhecia as capacidades linguísticas e de adaptabilidade climática das forças cubanas (SILVA, 2012, p.85). Entretanto é necessário destacar, que Cuba estava bem longe de ser “mandatária” ou “fantoche” soviético, possuía seus próprios interesses – que por vezes eram convergentes com os soviéticos. É essa convergência que permitiu ações conjuntas em todos os continentes. Mesmo assim quando

havia falta de entendimento, Cuba manteve sua autonomia, como bem pode-se comprovar pelo cubano apoio em Angola à facção mais independente do MPLA, adversária da facção apoiada pelos soviéticos, após a morte de Agostinho Neto (VOLSKY, 1981, p 77). Ainda quanto a autonomia cubana frente aos países socialistas, é importante destacar que a atuação cubana por diversas vezes esteve em oposição tanto à URSS quanto à China.

[...] las relaciones con estos países [socialistas] siempre estuvieron matizadas e influidas por diferencias sustanciales de criterios sobre las concepciones de la construcción del socialismo, y la aplicación de los principios del internacionalismo. Vale mencionar a modo de ilustración la oposición soviética a la acción internacionalista en Bolivia; o las serias diferencias con China a causa de algunas de sus acciones o no acciones durante la guerra de Vietnam; los sucesos relacionados con la microfracción que involucraron a las Embajadas de la URSS y Checoslovaquia; las grandes diferencias públicas con Yugoslavia, la crítica cubana a una política de coqueteo con los Estados Unidos en busca de beneficios económicos como en los casos de Rumanía y Polonia. Sólo con la consecuente política cubana, de principios, con la práctica de la discusión de las diferencias con plena transparencia y la seguridad de que Cuba nunca traicionaría los intereses globales del socialismo, a los cuales estaba dispuesta a subordinar los suyos propios, se logró una relación ascendente. (ALLENDE, 2008)

Deve-se considerar também, que para a política externa cubana, além das questões ideológicas, tais ações reforçavam sua projeção internacional, principalmente como país do Terceiro Mundo e serviam como experiência militar adquirida. Os países africanos que contaram com a colaboração militar cubana, sabiam que está baseava-se em uma solidariedade pragmática e não em intenções obscuras de ocupação imperialista. Para além disso, a presença das tropas cubanas na África – de acordo com alguns observadores – contou o consentimento de Washington, que entendia os soldados cubanos cumpriam um papel estabilizador na política africana (VOLSKY, 1981, p.78). As tropas cubanas permaneciam protegendo as instalações e outras diversas propriedades ocidentais. Além disso, deve-se considerar a complexidade na tomada de decisões no âmbito da política externa. É exatamente essa complexidade que gera o debate quanto ao papel de Cuba durante a Guerra Fria e mesmo depois dela.

La política exterior de los estados se determina generalmente por una serie de variables principales internas y externas, que favorecen o entorpecen la capacidad de toma de decisiones y el logro de los objetivos tácticos y estratégicos de dicha política. Un elemento clave y decisivo que condiciona la toma de decisiones y la proyección internacional de un estado radica en el o los intereses nacionales y/o vitales, que a su vez están dados por factores históricos, geográficos, económicos, ideológicos, políticos, éticos o filosóficos. La naturaleza social e ideológica del poder político y la coyuntura histórica determinan, en alto grado, la esencia de esos intereses e incluso su variación positiva o negativa (NUREDDIN, 2004, p.2).

No período de 1975-1977, Cuba desfrutou do prestígio da vitória, sendo elogiada por países africanos e estabelecendo relações diplomáticas e/ou comerciais com Botsuana, Burundi, Cabo Verde, Chade, Etiópia, Maurício, Níger, São Tomé. Neste período, Fidel Castro visitou de Castro a sete países africanos: Líbia, Somália, Etiópia, Tanzânia, Moçambique, Angola e Argélia. Entretanto, o governo de Havana também foi alvo de críticas, como em 1978, quando o presidente Mobuto, do Zaire, acusou os cubanos de estarem invadindo seu território.

Apesar da intervenção cubana em Angola ter sido bem vista pelo Terceiro Mundo – como uma ação anti-imperialista, a participação na guerra da Etiópia não obteve a mesma reação. Ao contrário, o envio de tropas à região do chifre africano foi vista por muitos dos países não-alinhados como um favor geopolítico feito para a URSS, na busca por ocupar um lugar no Segundo Mundo. Após as reações negativas de alguns países do Movimento dos Não-Alinhados, Cuba percebeu que seu papel de mediadora entre o Terceiro Mundo e o campo socialista tinha tanto benefícios, quanto riscos (LEOGRANDE, 1982, p.172-173). Os benefícios estavam em ampliar sua presença internacional, como um país atuante e presente nos diversos continentes, seja por meio de cooperação técnica ou ajuda militar. Entretanto, os riscos eram de se indispor com alguma nação amiga ou ainda ter sua presença militar entendida como uma ato imperialista soviético e, portanto, ter seus militares expulsos de algum país. Enquanto o primeiro risco podia ser considerável, o segundo se mostrava pouco provável, devido ao perfil da ajuda militar demonstrado por Cuba (VOLSKY, 1981, p.79)

O MNA apresentou reservas quanto a atuação cubana na África e de forma geral a seu apoio a movimentos marxistas no Terceiro Mundo. Em 1979, quando da VI Conferência<sup>35</sup> de Cúpula do MNA, em Havana, foi o momento de apogeu e declínio de sua influência no Terceiro Mundo. Apogeu por ter sido eleita como presidente do MNA, mas o declínio veio pela recusa dos demais países em aceitar sua proposta de abandono da neutralidade para adoção de uma proximidade natural entre os países subdesenvolvidos e o bloco socialista (LEOGRANDE, 1982, p.174). A proposta de cubana evidenciava sua opção de inserção com os países socialista, como uma via de superação do subdesenvolvimento, buscando a modernização de seu setor produtivo e a ascensão como país do Segundo Mundo. Se os ideais nacionalistas e anti-imperialistas a aproximavam do Terceiro Mundo, o marxismo-leninismo e a cooperação técnica-econômica, a colocavam mais próxima do bloco socialista. A reunião

---

<sup>35</sup> As outras Conferências tinham ocorrido no Cairo (1964), em Lusaka (1970), em Argel (1973) e em Colombo (1976).

em Havana expôs as contradições e o dilema da dualidade de inserção internacional cubana. A política externa de Cuba se identificava tanto com o campo socialista, quanto com o Terceiro Mundo, apesar de não ter uma estratégia bem definida para lidar com as tensões e contradições, que surgiam entre os dois grupos. Para Fidel Castro, o não-alinhamento, não resultava necessariamente em neutralidade frente aos blocos capitalistas e socialistas (FRANKLIN, 2015, p.193).

Em dezembro de 1979, Cuba também sediou a Reunião Ministerial do Grupo dos 77<sup>36</sup> (G-77). Como resultado, foi elaborada a Declaração de Havana, onde os membros exigiam que os países desenvolvidos concedesse maiores ajudas financeiras aos países subdesenvolvidos. A Declaração foi apresentada e aprovada pela Assembleia Geral da ONU, por 118 votos favoráveis e 6 contra (Bélgica, EUA, França, Grã-Bretanha, Japão e RFA). Foi mais uma oportunidade para a política externa cubana evidenciar seu caráter terceiromundista, principalmente em um momento que sofria críticas.

Na América Latina, a participação cubana foi bem mais limitada, se comparada com os exemplos anteriores. Por ser considerada área de influência dos EUA, tanto por soviéticos, quanto pelo MNA, os cubanos pouco contaram com o auxílio soviético para o envolvimento em países latino-americanos. Entretanto os soviéticos não podiam ignorar o fato de Cuba ser intermediadora da presença e das relações da URSS com a região e, portanto, tiveram que se envolver em conflitos que, em princípio, não eram sua prioridade em regiões de influência notoriamente norte-americana. De acordo com Isulza (1987, p.86), “mientras la URSS podía adoptar, y de hecho lo hizo, una postura de segundo plano en Centroamérica, la relación más antigua y estrecha de Cuba con los movimientos revolucionarios y su cercanía a la región hacían imposible esa conducta.”

Os regimes de segurança nacional percebiam Cuba como um risco de expansão do socialismo, muito devido sua atuação mais efetiva em exportar a revolução na década de 1960, e mais ainda com a participação de tropas cubanas na África. Assim, retorno do temor de que a ilha voltasse a ter intenções de uma ação externa ativa – na promoção da revolução, dificultava a reintegração de Cuba no continente latino-americano (LEOGRANDE, 1982, p. 180). Ainda que pesassem tais dificuldades, ao final dos anos 1970, a presença cubana na

---

<sup>36</sup> O grupo foi criado em junho de 1964, por 77 países que emitiram uma Declaração Conjunta ao fim da reunião da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra. Se caracteriza por ser uma organização intergovernamental de concertação e articulação de posições para promover o interesse econômico e ampliar a capacidade negociadora. Em 1979, na reunião em Havana, já era composto por 119 países.

América Latina era considerável, devido sua influência no Caribe, por meio do fornecimento de técnicos na construção civil, educação e saúde (REINOSA, 1999).

No Caribe, Jamaica e Granada se apresentavam como possíveis palcos para estruturação de regimes socialistas próximos a Cuba, trazendo assim, possibilidades de aliados frente ao isolamento que sofria no continente<sup>37</sup>. Na Jamaica (e em Trinidad e Tobago também), que manteve a estrutura colonial inglesa, mesmo após a independência em 1962, a partir da década de 1970, iniciam-se movimentos de contestação ao imperialismo do capital internacional (DOMÍNGUEZ, 2009). Esses movimentos eram compostos por desempregados, trabalhadores negros e pela pequena burguesia. Contaram também com a participação de alguns militares, mas as manobras norte-americanos, com o apoio do Partido Trabalhista Jamaicano, conseguiram sufocar as reivindicações populares e anular os esforços cubanos, permanecendo a Jamaica como membro da Comunidade Britânica e afastando-se do MNA (BRIGNOLI, 1986).

Granada se tornou independente em 1974, sob o governo de Eric Gairy, apoiado pela ex-metrópole inglesa. A oposição representada New Jewel Movement (anti-imperialista) organizou uma greve geral, que resultou em sua vitória eleitoral, em 1976, com 48,8% dos votos (AZEVEDO; HERBOLD, 1986, p. 92). Em março de 1979, por meio de um golpe de Estado, Maurice Bishop chega ao poder, declarando o desejo de fazer de Granada, o segundo país socialista do continente. A rainha da Inglaterra reconheceu o novo governo, como o primeiro governo popular da Comunidade Britânica e Cuba prestou auxílio imediato para a construção de um aeroporto, com fins de desenvolver o setor de turismo. Os EUA ainda que não tenham se oposto diretamente, recusou auxílio financeiro ao novo governo e manteve pressões financeiras sobre a pequena ilha. A retórica do New Jewel Movement era aberta incondicionalmente anti-imperialista, alinhando Granada ao campo socialista (DOMÍNGUEZ, 2009). Contudo, a maior preocupação de Washington estava no auxílio cubano (que havia enviado trabalhadores e equipamentos) para a construção do aeroporto na ilha, que poderia ser utilizado para o envio de tropas cubanas a outros países, segundo os temores de Washington (LEOGRANDE, 1982, p.182).

O presidente Bishop procurou dialogar com a administração norte-americana, o que foi visto pelos mais radicais como um risco ao processo revolucionário. Em outubro de 1982, Bishop foi assassinado e um novo governo liderado pelo então vice-presidente assumiu o

---

<sup>37</sup> Nos anos 1960, devido ao apoio cubano aos movimentos revolucionários, as relações diplomáticas com todos os países da América Latina foram rompidas, com exceção do México. Contudo, nenhum dos movimentos apoiados por Cuba chegou ao poder. As relações com o México também acabaram por se deteriorar (em menor medida) entre 1964-1970. (DOMÍNGUEZ, 2009).

controle do país, radicalizando o processo revolucionário socialista. Diante disso, um grupo de pequenos países antilhanos<sup>38</sup> pediram a intervenção direta dos EUA na região, ao que tiveram como resposta do governo Reagan, o envio 20 navios e 7500 soldados por parte do governo norte-americano (ROETT, 1983). Depois de vencida a resistência, tropas norte-americanas permaneceram em Granada até as eleições de 1984.

Mais do que um perigo, Granada era um mau exemplo que, portanto, precisava ser afastado. Estando os EUA sob um governo francamente intervencionista, essa atitude não surpreendeu. Com isso pretenderam deixar bem claro ao mundo, e em particular aos antilhanos e centro-americanos, que continuavam a considerar-se senhores do destino dessa região. (AZEVEDO; HERBOLD, 1986, p.94)

Na América Central, a Frente Sandinista de Libertação Nacional<sup>39</sup> (FSLN) da Nicarágua, contou com forte apoio cubano na luta contra a ditadura dos Somozas, aliados dos EUA. A FSLN aglutinava os diversos grupos políticos (trabalhadores, maoístas, socialistas, burguesia antisomozista), que contaram também com apoio de setores progressistas da igreja católica, inclusive na luta armada. A queda da ditadura Somoza, em julho de 1979, levou ao poder uma Junta Provisória, que seria substituída apenas, em 1983, quando foi eleito presidente, Daniel Ortega, líder da FSLN. Os EUA financiaram os movimentos contrarrevolucionários (“os contra”) em um momento que tanto Cuba, quanto a URSS, tinham dificuldades para manter uma presença militar que fosse suficiente para defender o governo sandinista. Cuba já havia enviado em novembro de 1979, 1200 professores para a Nicarágua. Em 1983, são 4000 cubanos no país, entre eles, 200 assessores militares, 2000 professores, 500 médicos e outros são técnicos da construção civil e da agricultura. Portanto, a participação cubana na Nicarágua se deu muito mais em caráter de auxílio para organizar a economia nicaraguense, por meio do envio de milhares de conselheiros e técnicos. O governo cubano aconselhou Ortega a constituir um política econômica moderada, que preservasse o setor privado, mantivesse o relacionamento cordial com os EUA e angariasse, dessa forma, a confiança do sistema financeiro internacional. O fato é que Cuba queria evitar que a Nicarágua se tornasse o ponto focal da nova Guerra Fria. (DOMÍNGUEZ, 2009; LEOGRANDE, 1982).

---

<sup>38</sup> Barbados, Dominica, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente, St. Kitts e Nevis.

<sup>39</sup> Fundada em 1960, tinha como referência o guerrilheiro Augusto Cesar Sandino, que organizou a guerrilha que conseguiu a retirada dos marines norte-americanos, em 1933. Defendendo a soberania da Nicarágua e a redistribuição de terras, foi assassinado em 1934, sob as ordens do Chefe da Guarda Nacional, Anastácio Somoza.

Mesmo que Cuba tivesse abandonado a política de “exportar a revolução” da década de 1960, a revolução na Nicarágua, junto com os crescentes movimentos revolucionários em El Salvador e Guatemala, trouxeram os cubanos novamente para o cenário latino-americano. Diferente dos anos de 1960, onde apoio cubano se dava por um voluntarismo revolucionário, no fim dos anos 1970, o auxílio cubano era oferecido apenas às guerrilhas latino-americanas, que tivessem com forte base política e oportunidade real – na visão de Cuba – de tomar o poder. Ainda assim, era necessário que o governo cubano dosasse esse apoio com cuidado para não invalidar os progressos cubanos na busca do fim do isolamento hemisférico, exatamente no momento que administração Reagan assumia com um discurso que prometia uma linha mais dura no tratamento contra Cuba e guerrilhas de esquerda na América Latina<sup>40</sup> (LEOGRANDE, 1982, p.184).

As relações de Cuba com a Europa Ocidental (capitalista) tiveram importância, na medida em que pós-Guerra Fria seriam importantes parceiros comerciais de Cuba. Historicamente, as relações com a Espanha sempre foram o contato mais forte da ilha com o velho continente. No final do século XIX, a Europa Ocidental (predominantemente a Espanha) era o destino de apenas 10% das exportações cubanas, sendo que os EUA abarcavam praticamente os outros 90%. Mesmo pós-independência e o controle dos EUA sobre Cuba, a Europa nunca deixou de figurar como parceiro comercial. No pós-II Guerra Mundial, se intensificaram as correntes comerciais, principalmente da produção de açúcar, baseado na valorização da moeda cubana (ligada ao dólar americano) frente as enfraquecidas moedas europeias.

Em 1959, as exportações cubanas para Europa chegavam a 30% e as importações 18%. Até 1959, Cuba tinha relações diplomáticas com apenas 19 países europeus, mas logo após o triunfo da revolução, as relações foram estabelecidas com todos os países, à exceção da República da Irlanda. O comércio entre 1959 e 1985 quadruplicou e se restringimos aos países da Comunidade Econômica Europeia (CEE), o crescimento foi de quase seis vezes (SALSAMENDI, 1994). No imediato pós-revolução, os índices se solidificaram para algo em torno de 20% de exportações e 12% de importações. As exportações cubanas sempre baseadas no açúcar, principalmente para as refinarias britânicas, mas também para Alemanha, França e Bélgica. Quando se inicia a política hostil dos EUA contra Cuba, esta procura reforçar os laços comerciais com a Europa, tendo como principais parceiros na década de 1960, o Reino Unido, a Alemanha e, posteriormente, a Espanha. A Europa atingiu 15% do comércio exterior

---

<sup>40</sup> Por meio da Iniciativa de Defesa Estratégica (projeto “Guerra nas Estrelas”), que resultaria na Nova Guerra Fria.

cubano, sendo responsável por aproximadamente 20% das importações e 10% das exportações (MUÑIZ, 1994). Essa redução do comércio entre Cuba e Europa, não se deveu apenas ao aumento das trocas comerciais com cubano-soviéticas. A redução foi também influenciada pelo bloqueio norte-americano, que passou a dificultar as transações monetárias, devido a restrições de conversão, levando ao encarecimento das importações cubanas provenientes da Europa ocidental. Ao chegar a década de 1980, nos últimos cinco anos a participação europeia no comércio exterior cubano foi de 6% a 7%, constituindo-se a maior parte de importações cubanas de equipamentos industriais. As exportações cubanas se concentraram em pescados, minerais e tabaco.

As relações de Cuba com a CEE se iniciam oficialmente em 1988, quando dos acordos entre esta e o CAME. Entretanto, sempre foram relações um tanto instáveis, pois estiveram sempre expostas a fatores externos, sejam conjunturais ou estruturais. A Espanha teve importância crucial para a consolidação das relações Cuba-CEE, devido não só aos laços históricos que a unem a Cuba, mas também pela forte identidade cultural, mantida mesmo pós-independência. Contudo, a posição que a Espanha ocupa dentro da CEE, desde seu ingresso, determinam o papel dessa como mediadora das relações Cuba-UE. Em seu período de transição para a democracia (1975-1985)<sup>41</sup>, pós-período franquista, a Espanha apostava na aceitação de sua entrada na CEE, como a via mais segura para a consolidação de sua democracia. Desde o final da II Guerra Mundial, tinha sofrido um relativo isolamento por parte dos países da Europa Ocidental e via, portanto, no processo de integração europeu, o caminho mais vantajoso, não só para suas estruturas políticas e econômicas, senão também para sua projeção internacional (AZOPARDO, 2009, p. 123).

Em julho de 1977, o governo espanhol fez o pedido formal de adesão a CEE. Para tanto, iniciou um forte processo de adequação interna (“europeização”) de suas estruturas para ter sua solicitação aceita, apenas em junho de 1984. Tanto os governos do PSOE (Partido Socialista Obrero Español) quanto o PP (Partido Popular) levaram adiante políticas de ajuste neoliberal, se distanciando muito de seu discurso social-democrata de Estado de bem-estar social (ANDERSON, 2014). Além disso, sua aceitação como membro da OTAN, em 1982, constituiria pedra angular da política exterior espanhola, representando sua renúncia a qualquer identificação terceiro-mundista ou mesmo neutralista (FERNADÉZ, 2002). Com essas características, é que a Espanha se converteu no principal interlocutor da CEE com a América Latina e, mais especificamente, com Cuba a partir da dissolução da URSS.

---

<sup>41</sup> O período de transição é considerado desde 1975, quando da morte do general Francisco Franco, até seu ingresso na CEE, em 1985. (FERNADÉZ, 2002)

É necessário ressaltar que a Espanha desempenhou um papel muito ativo para a derrocada do socialismo no Leste Europeu e inclusive na URSS. Quanto a esta última, o presidente espanhol Felipe Gozález fez a primeira vista oficial do governo espanhol a URSS em 1986 e recebeu Mikail Gorbachov em Madri, em 1989. Por ocupar a presidência da CEE, apoiou institucionalmente as mudanças e reformas que ocorreram na URSS na década de 1980 (MUÑIZ, 1994). A Espanha teve o mérito de chamar a atenção dos outros países da CEE para o cenário regional ainda nos anos 1980. Os projetos industriais que eram no número de 25, entre 1976-1980, chegaram a 54, no período de 1980-1985. As exportações cubanas para a Europa ocidental entre 18% e 20% do total cubano, na primeira metade da década de 1980. Entretanto, as mudanças que ocorriam no contexto Leste-Oeste eram naquele momento muito mais vitais para a Europa como bloco de integração. Isso pode ser percebido na II Cúpula de San José (Guatemala), realizada em fevereiro de 1987, quando apenas quatro ministros de relações exteriores europeus se fizeram presentes (Espanha, Dinamarca, Países Baixos e Bélgica). Contudo, isso não impediu os investimentos de empresas privadas no mercado latino-americano. A Espanha presidiu, em dezembro de 1991, a primeira Reunião Conjunta de Chanceleres dos países da OTAN com os países do extinto Pacto de Varsóvia, sob os auspícios do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte<sup>42</sup> (CCAN). Essa postura e posição da Espanha é que vai caracterizá-la no pós-Guerra Fria como interlocutora europeia com a América Latina e Caribe (REINOSA, 1999).

A política externa cubana, no período, para a região da Ásia-Pacífico se desenvolveram por meio de relações políticas e relações econômico-comerciais. As relações política se desenvolviam no âmbito do MNA, na proximidade com os governos socialista da região (além da China, Mongólia, Coreia do Norte, Laos, Camboja e Vietnã) e por meio da solidariedade cubana aos movimentos de libertação nacional, nos quadros do processo de descolonização. As relações econômico-comerciais, ainda que não fossem de grande envergadura, se comparadas as demais regiões, tinham importância quanto a cooperação técnica-científica (CHAMERO, 2003).

A importância de Cuba, nas guerras da península da Indochina, se deu não apenas pela identidade ideológica, mas principalmente pela postura de liderança cubana no Terceiro Mundo. Cuba ocupou uma posição de vanguarda ao prestar solidariedade e denunciar as agressões do imperialismo norte-americano ao Laos, Camboja e Vietnã. Quanto a este último, Cuba chegou a instalar embaixada na selva no sul Vietnã, em 1969, para apoiar o movimento

---

<sup>42</sup> A criação do CCAN foi uma resposta da OTAN a uma série de pedidos de adesão à Organização por parte dos países membros do antigo Pacto de Varsóvia.

revolucionário vietcong. Em 1973, Fidel Castro fez uma visita oficial ao Vietnã do Norte, onde pode comprovar o esforço bélico e a estratégia militar dos vietnamitas. Após o término dos conflitos, Cuba desempenhou importante papel na reconstrução econômica dos países da Indochina, prestando ajuda no campo técnico-científico, destacando-se as Brigadas de médicos, que foram enviadas a partes remotas dos países. Essa solidariedade cubana gerou a concertação com os países da região, para a defesa dos interesse políticos e econômicos do Terceiro Mundo, em Organismo e Conferências internacionais. O apoio dos países asiáticos à Cuba se deu tanto na condenação ao bloqueio norte-americano e o voto contrário a condenação de Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU. As exceções são Japão e Coreia do Sul.

No âmbito econômico, os principais parceiros de Cuba foram Japão e Índia (além da China). Antes mesmo do triunfo da revolução, o Japão já figurava entre os principais sócios comerciais de Cuba, sendo um dos principais locais de origem das importações cubana, principalmente de tecnologia para o setor açucareiro. Cuba por sua vez exportava para o Japão açúcar, frutos do mar, café, tabaco, níquel e rum. Nos anos 1960 e 1970 o intercâmbio comercial se intensificou e resultou, no final dos anos 1980, em uma considerável dívida comercial. As relações com a Índia contavam com um impulso da pessoal de amizade de Fidel Castro e Indira Ghandi (e depois Rajiv Ghandi). Além disso, a proximidade e concertação dos dois países no MNA, se traduziram em um intenso intercâmbio financeiro e comercial entre os dois países, ao menos até a primeira metade da década de 1980.

No decorrer dos anos 1980, a política externa cubana se deparou com diversos desafios no cenário internacional. A eleição de Ronald Reagan certamente foi potencializadora de todos esses desafios, na medida em que se propunha relançar o conflito leste-oeste (MARTINS, 1999). Sabendo que a URSS não teria condições de acompanhar a corrida armamentista do projeto “Guerra nas Estrelas” e ao mesmo tempo apoiar os regimes socialistas do terceiro mundo, os EUA pressionaram Cuba, que passou a ser acusada de ser representante dos interesses soviéticos no continente americano. O governo cubano sentiu sua segurança ameaçada, ao ser colocado com principal alvo do combate ao comunismo internacional, exatamente no momento em que as relações com a URSS passavam por uma série de discordâncias. A política externa cubana precisava ser mundial para garantir, primeiramente, a segurança do regime (assediado pelo bloqueio), fugindo de um possível isolamento. Apesar de ser um pequeno Estado, as lideranças cubanas conseguiram transformá-la em um grande ator internacional, tendo a convicção que quanto maior sua projeção internacional, menos a vulnerabilidade externa.

As relações cubano-soviéticas mesclavam a hegemonia da URSS com um considerável grau de autonomia de Cuba<sup>43</sup>. Em muitos assuntos e conflitos os soviéticos se envolveram foi por mérito de Cuba, sem a qual a URSS não teria interesse nem possibilidades de participação<sup>44</sup>. Para a URSS, Cuba desempenhava o papel de modelo, vanguarda, intermediário, sócio e partidário (DOMÍNGUEZ, 2009, p.242). Ainda assim, Cuba até a metade dos anos 1980, já tinha demonstrado, por conta própria, mundialmente seu peso político e sua liderança terceiromundista.

Sus líderes llamaron la atención del mundo; su política debían seguirla de cerca estadistas de todos los países; a su pueblo se le podía encontrar en todo el globo. El escenario de la revolución cubana se havia hecho universal porque sus preocupaciones y su política afectaban a millones de amigos y enemigos suyos en muchos países. (BETHELL, 1998, p.227)

Entretanto, Cuba não podia seguir prestando apoio aos governos socialistas e ao mesmo tempo tentar normalizar as relações com seus vizinhos latino-americanos. Mesmo que decidisse por seguir sua política externa ativa em apoio aos países do Terceiro Mundo, necessitava concentrar seus recursos para as dificuldades econômicas que se mostravam não tão distantes, com as reformas da Perestroika soviética.

A fines de la década de los 80 Cuba había roto el aislamiento de América Latina y restablecido las relaciones a nivel de Embajadas con casi todos los países con excepción de algunos centroamericanos y caribeños; había expandido sus relaciones con África y Asia y Medio Oriente, regiones en que la posición de principios de la Revolución Cubana le valió respeto y reconocimiento generalizados. Tenía relaciones con más de 130 países. (ALLENDE, 2008)

Contudo, a deterioração dos termos de troca aumentou o déficit comercial cubano, principalmente no setor de bens. Ainda que tenha ocorrido um aumento de fluxo de capitais dos países socialistas para Cuba, na primeira metade dos anos 1980, se observou a redução de suas reservas internacionais, devido a sua dívida externa com os países capitalistas, que atingiu US\$3.990 bilhões em 1985 e US\$6,1bilhões, em 1989<sup>45</sup>. Soma-se a isso, as restrições de crédito dos países ocidentais, motivada pela política norte-americana. Os países do CAME,

---

<sup>43</sup> As relações entre Cuba e URSS tiveram vários pontos de discordância, tanto no âmbito ideológico, quanto no âmbito prático de atuação internacional. Pode-se destacar, entre outros, a contrariedade de algumas lideranças soviéticas ao apoio cubano aos movimentos armados na América Latina e aos movimentos de libertação nacional na África e na Ásia. Os cubanos por sua vez, discordavam entre outros pontos, das relações da URSS com os países do Leste Europeu, da pouca ajuda enviada às revoluções do Terceiro Mundo e dos planos da Perestroika e da Glasnost.

<sup>44</sup> As habilidades de guerra de guerrilha dos cubanos, permitiram a presença socialista, onde a URSS não tinha condições militares de atuação.

<sup>45</sup> Há divergências quanto a esses valores, podendo serem maiores ou menores.

por sua vez, passaram a sofrer com a desorganização produtiva, que resultou no atraso de abastecimento para Cuba, de petróleo, farinha de trigo e peças de reposição para maquinarias. É possível observar uma aproximação comercial entre os países do CAME e a Europa Ocidental crescente desde os anos 1970, acompanhada da redução do comércio intra-CAME. As exportações dos membros do CAME para Europa Ocidental representavam, 20,2% em 1970, 25,6% em 1980, atingindo 50% em 1989. Ao mesmo tempo, as exportações intra-CAME que eram de 60% em 1970, se reduziram para 50,7% em 1980 e 20% em 1989 (REBELO, 1989). Os efeitos sobre a economia cubana das transformações nas relações Leste-Oeste, foram imediatos e deve-se somar a isso, o monopólio estatal cubano do comércio exterior do país e as empresas estatais que possuíam a gestão administrativa centralizada, com pouca flexibilidade e agilidade para concorrer no mercado internacional (GARCÍA, 1992).

No período de 1986-1989, os recursos cubanos foram investidos prioritariamente no setor exportador, como forma de angariar divisas internacionais e retomar as importações necessárias. Esse cenário econômico se dava no mesmo momento que o campo socialista começava a mostrar os sinais de desgaste e fragilidade, tanto político como econômico, acarretando em dificuldades de abastecimento para Cuba insumos essenciais para sua produção. Cuba encerrou os anos 1980 com sérias dificuldades econômicas, que só não eram maiores do que as que passaria na década seguinte.

#### **4 POLÍTICA EXTERNA CUBANA NO PÓS-GUERRA FRIA (1991-2016): DIFICULDADES E DESAFIOS**

Este capítulo propõe a análise das dificuldades internas e externa enfrentadas por Cuba, com a dissolução do bloco socialista e da URSS. Aborda também política externa cubana, no período pós-Guerra Fria, com o objetivo de verificar as linhas de ação internacional do governo, para superar e resistir ao cenário adverso que se constituiu com a unipolaridade no Sistema Internacional, resultante da dissolução da URSS. Ainda analisará os principais parceiros comerciais cubanos, cujas relações permitiram a entrada de capital para manutenção das políticas do governo revolucionário.

##### **4.1 AS DIFICULDADES DO PERÍODO ESPECIAL E DO FIM DO SÉCULO XX (1991-2000)**

Nos anos 1980, o cenário internacional foi de transformações tanto políticas (Nova Guerra Fria) quanto econômicas (a estruturação de megablocos comerciais), condicionando a política externa de Cuba, que começava a sentir os efeitos da Nova Guerra Fria, no que concernia a ajuda econômica recebida da URSS. Ainda assim, a Ilha desfrutava de apoio soviético nas áreas militares, tecnológicas e energéticas. Para o regime cubano, essa parceria cubano-soviética era vital tanto no âmbito militar-diplomático, quanto no econômico.

Entre 1959-1989, a produção de riqueza em Cuba teve um crescimento médio de 4,5%, tendo o Estado um papel de regulação da atividade econômica, planificação sobre os mecanismos de mercado e produtor de bens e serviços. A economia cubana, apesar de sua modernização, manteve forte dependência de financiamento externo e de importações de bens de produção, que afetavam diretamente em sua capacidade produtiva e exportadora. Em 1989, as exportações representavam 29% do PIB e as importações 41%. Desse forma, a busca manutenção de reservas internacionais, sempre esteve presente entre os objetivos centrais. Os investimentos foram diversos, na tentativa de promover transformações produtiva. Aumentou-se a produção de capital e se ampliou a infraestrutura física e logística, com a construção de estradas, eletrificação do país (chegando a 92%) e se aumentou a capacidade de carga mercante da frota de 58 mil toneladas, para 1,4 milhão de tonelada. Esse processo de

modernização foi acompanhado pelo investimento em capital humanos, com a formação e qualificação nas áreas da cultura, educação, esporte e saúde, reduzindo a taxa de desemprego de 20% para 4%, nesses trinta anos. A taxa de analfabetismo caiu de 20% para menos de 4% e mortalidade infantil de 6% para 1,1%. (GARCÍA, 2005).

Para Cuba, o fim da Guerra Fria representou a interrupção da ajuda econômica soviética e levou a um reordenamento de suas prioridades na política externa, vendo-se obrigada então a buscar, inclusive, novas formas de financiamento. Para tanto, buscou inicialmente, inserir-se em mecanismos regionais latino-americanos e aprofundar relações bilaterais com os países da região. O objetivo crucial era a busca de investimentos externos e o incremento do comércio exterior, por isso sua política externa sempre atuou no sentido de angariar apoio ao fim do bloqueio<sup>1</sup> econômico imposto pelos EUA. As dificuldades em Cuba se multiplicaram, devido à falta de energia e alimentos, levando a grandes êxodos em direção aos EUA e também alguns distúrbios sociais, não só de indivíduos contrários ao regime. Esse período que se estendeu por mais de uma década ficou conhecido como “*Período Especial*”.

Além da perda de seu principal parceiro – político, econômico e militar – Cuba ainda enfrentava as dificuldades impostas pelo bloqueio norte-americano, que criava obstáculos às relações internacionais cubanas. Nesse contexto, é que a política externa cubana buscou formas de ação e captação de parcerias estratégicas<sup>2</sup>, que pudessem gerar possibilidades e oportunidades de crescimento econômico e manutenção dos benefícios sociais trazidos pela revolução.

Com a queda do Leste Europeu (1989) e a dissolução da URSS (1991) a situação da economia cubana se alterou de forma abrupta. Em 1989, Cuba recebeu mais de US\$ 6 bilhões de ajuda soviética (mais de 1/3 do PIB cubano), que foram investidos nas mais diversas áreas (ALMENDRA, 1998; MONREAL, 1991). Três anos depois, essa ajuda financeira deixou de existir. O PIB cubano caiu 75%; as importações 70% e as exportações 80% (PEREZ-LÓPEZ 2008.) O PIB reduziu em mais de 35%. Soma-se a isso um déficit fiscal de mais de 30% do PIB e a redução de 30% na aquisição diária de calorias por parte da população. A produção de

---

<sup>1</sup> Na literatura acadêmica cubana existe um forte esforço para mostrar a diferença entre embargo econômico (termo utilizado pelos EUA) e bloqueio econômico. Entre outros ver BRAVO. Olga Miranda. **Cuba/USA: nacionalizaciones y bloqueio**. 2ª ed. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2003 e DIÉGUEZ, Andrés Zaldívar. **Bloqueo: el asedio económico más prolongado de la historia**. La Habana: Editorial Capitan San Luis, 2004.

<sup>2</sup> As parcerias estratégicas se diferenciam das parcerias da cooperação sul-sul. As parcerias estratégicas, de forma geral, não observam identificação política e ideológica. No caso de Cuba é necessário relativizar, entretanto durante o período especial, o governo cubano buscava parceiros que lhe garantissem efetivamente incorporação de novos processos produtivos, acesso a tecnologias, diversificação e ampliação dos mercados de exportação, novos investidores e criação de novos postos de trabalho.

açúcar – principal fonte de exportação – teve uma redução<sup>3</sup> de 40%, representando a menor colheita dos últimos trinta anos (MESA-LAGO 1994, 375).

Desde 1972, Cuba era membro do CAME tinha em seus membros<sup>4</sup> seus principais parceiros econômicos, investidores e fonte de crédito para projetos de desenvolvimento. No período de 1959-1989 a URSS representava 63% do comércio cubano, com um déficit de 13.839 milhões de pesos e concedia 6.611 milhões de pesos em crédito. Os demais países membros correspondiam a 12,4% do comércio, com um déficit de 2.876 milhões de pesos e concediam 500 milhões pesos de crédito. Dos países do CAME se importava 63% dos alimentos, 86% das matérias primas, 98% dos combustíveis e 80% de maquinarias e equipamentos. Para CAME se vendia 63% da produção de açúcar, 73% do níquel exportado pelo país, 95% dos cítricos e 100% de eletrônicos (GARCÍA, 2005; MARTINEZ, 1994; RODRÍGUEZ, 1992). O CAME foi dissolvido oficialmente em junho de 1991 (antes mesmo da URSS), representando a ruína do bloco socialista europeu (REBELO, 1989).

Com o fim do bloco socialista, a capacidade de importação da economia cubana caiu de US\$8 bilhões de dólares em 1989 para US\$2,2 bilhões em 1992. Nesse período, a capacidade de exportação caiu 73%, em uma economia onde o setor externo e o comércio exterior são de fundamental importância. Só o abastecimento de combustíveis caiu em 50%. Importante destacar que Cuba exportava açúcar bruto e, no mercado internacional, mais da metade das compras são de açúcar refinado (branco). Um dos principais produtos cubanos teria então dificuldade de colocação nas transações comerciais, por limitações técnicas de refino. Ocorreu de fato que, após 1991, Cuba esteve a mercê do mercado internacional globalizado e capitalista, liderado pelos EUA (PETRAS, 2004b). Teve início então o “Período Especial”, caracterizado pela escassez de alimentos e combustíveis, aliada a perda do poder de compra e a desvalorização monetária, geraram a necessidade por parte do governo de políticas de austeridade e racionamento.

O IV Congresso do PCC, em outubro de 1991, modificou os objetivos da política externa cubana, retirando a importância do internacionalismo proletário e o apoio a guerras de libertação nacional, substituindo-os por ações na busca por investimentos, promoção da cooperação internacional, esforços de diálogo com as mais distintas regiões e busca de apoio

---

<sup>3</sup> A redução se deve não apenas a queda de investimentos estatais na agricultura açucareira, mas também corresponde a uma mudança de política de Estado. O governo cubano passa a investir na exportação de serviços (médicos e medicamentos) e no setor de turismo, como uma forma de superar a dependência do mercado externo de commodities.

<sup>4</sup> Os membros do CAME eram: URSS, Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia (1949), República Democrática Alemã (1950), Mongólia (1962), Cuba (1972), Vietnã (1978).

da comunidade internacional para o fim do bloqueio norte-americano. (DOMÍNGUEZ, 2011). É certo que os princípios basilares de não-intervenção permaneceram vigentes.

Como consequência da bipolaridade, Cuba não participava das organizações capitalista, como Banco Mundial, FMI, BIRD, OEA, tampouco dos processos de integração econômica. Em 1991, desafio cubano estava em sobreviver no sistema internacional, sem a URSS e em um cenário que apontava para maiores restrições políticas (além das econômicas) contra o modelo gestado desde a década de 1960, onde ela estaria exposta a uma ordem unipolar do capitalismo. A economia cubana estava integrada desde a década de 1970 ao CAME, onde existia a fixação de preços e não utilizava-se de divisas internacionais para as trocas comerciais, o que garantia uma certa previsibilidade econômica (LUENGO, 1993). A partir de 1991, Cuba passaria a conviver – praticamente sozinha – com a realidade do capitalismo globalizado neoliberal (ISQUIERDO, 2009; MARTÍNEZ, 2009).

O reordenamento político pós-Guerra Fria, por sua vez, descongelou o Conselho de Segurança da ONU, mas os países membros da instituição agiam de forma ambígua: mostravam certa displicência com o descumprimento de resoluções por parte de alguns países, ao mesmo tempo em que fortaleciam sanções para outros países, inclusive permitindo intervenções militares, como no caso do Kuwait e da Somália. Tal postura da ONU trazia preocupações para Havana, que temia uma possível investida norte-americana sobre o Caribe, usando talvez inclusive a OEA.

Fidel Castro denominou o período de “período especial em tempos de paz” ou apenas “período especial crítico” (GRANMA 1992, p.5). Isso porque Cuba passou a ter fortes dificuldades em manter os níveis sociais e de consumo individuais, que possuía durante a Guerra Fria. Os abastecimentos de energia, combustíveis, produtos agrícolas e industriais chegaram a níveis críticos, exigindo um forte racionamento. O Produto Social Global<sup>5</sup> decaiu 5% em 1990 e 25%, em 1991 (SALAZAR 1994, 309). Os níveis de desemprego entre a PEA (População Economicamente Ativa) saltaram de 7,9% em 1989 para 35,2% em 1993, atingindo seu maior nível desde 1959 (MESA-LAGO, 1998).

Com a queda do muro de Berlim, a URSS seguiu inicialmente de forma regular suas relações comerciais com Cuba. O que não ocorreu no caso da RDA, que de imediato deixou de existir e era até então o segundo parceiro comercial de Cuba. O governo da Alemanha reunificada anulou (de forma unilateral) os tratados comerciais com Cuba, que perdeu um importante mercado de importação de produtos alimentícios (MUÑIZ, 1994). Deve-se pensar

---

<sup>5</sup> Esse indicador contabiliza apenas o setor primário e secundário, não considerando o setor de serviços. Era o índice utilizado pelos países do CAME.

a respeito da dependência cubana em relação ao mercado dos países socialistas, principalmente se focarmos no caso específico do açúcar. Antes da revolução, Cuba era apenas um país monoprodutor e exportador (herança colonial). Após declarar o caráter socialista de sua revolução, Cuba assumiu o papel de fornecedor de açúcar para os países socialistas, ao mesmo tempo em que estes investiram em seu desenvolvimento industrial e científico. Portanto, ainda que pese a importância da agroexportação, Cuba teve sua estrutura produtiva alterada e diversificada. Entretanto, isso era possível dentro da lógica bipolar da Guerra Fria, mas como fim do bloco socialista, Cuba se viu novamente dependente de seu caráter agroexportador, com uma estrutura industrial que servia para abastecer o mercado interno (MARTÍNEZ, 1994).

Essa base industrial era altamente dependente de tecnologia e assistência externa. As dificuldades para se adaptar a nova realidade internacional ainda incluíam alguns vícios no setor produtivos, como gastos elevados com energia, uma vez que essa sempre foi subsidiada pelos países da CAME. Cuba, portanto, desenvolveu um setor industrial pouco preocupado com competitividade e equilíbrio financeiro, pois não estava inserida no mercado capitalista, que era bem mais dinâmico. Dos desafios do período pós-Guerra, a adaptação a concorrência e sustentabilidade de seu modelo, eram os mais urgentes e de difícil solução, devido a uma lógica e mentalidade incorporada por trinta anos de relações com o bloco socialista.

A situação do comércio exterior se tornava cada vez mais delicada e a URSS honrou apenas 50% dos intercâmbios acordados com Cuba para 1991. No ano seguinte, as importações das ex-repúblicas soviéticas caíram mais de 70%, comparadas a 1989. Cuba passou a conviver com os preços de mercado para seus produtos, não contando mais com os subsídios do bloco socialista. O açúcar e o níquel que custavam em 1990, US\$ 200 e US\$ 700 a tonelada, respectivamente, caíram para US\$ 185 e US\$ 580, em 1992. Os produtos importados por Cuba, por sua vez tiveram uma sensível alta, como por exemplo, o petróleo e o trigo de US\$ 112 e US\$ 82, respectivamente, em 1990, para US\$ 142 e US\$ 114, em 1992. (SALAZAR, 1994, p.310).

As áreas de saúde e educação, que foram as mais fortes conquistas da Revolução Cubana também sentiram os efeitos do período especial. Na saúde, a falta de medicamentos importados agravou os casos de tuberculose e sífilis, bem como aumentou a mortalidade entre a população acima de 60 anos (OCHOA, 2009). Na educação, as matrículas de estudantes decaíram no ensino médio (pré-universitário) 34% e no educação superior quase 50%. Essa queda pode ter vários fatores, mas a possibilidade do trabalho por conta própria, frente a uma carreira universitária, mostra mais possibilidades de ganhos econômicos, inclusive em moeda

estrangeira. Além disso, faltavam materiais didáticos, como papel, lápis e deterioração da infraestrutura das escolas e ginásios desportivos. Sendo a saúde e a educação as principais vitórias da revolução, a crise dos anos 1990 ao atingir tais áreas colocam o governo revolucionário na iminência de uma reforma estrutural de seu modelo de desenvolvimento econômico para manutenção dos direitos sociais (RODRÍGUEZ, 1992).

Os russos acordaram, em 1992, com o governo cubano a retirada de tropas militares (“Brigada Independente”), estacionadas em Cuba desde 1962. Cuba condicionou tal ação, à retirada simultânea das tropas norte-americanas de Guantánamo. Seis meses depois os russos se retiraram e os norte-americanos permaneceram, gerando o descontentamento de Havana com Moscou. A Rússia de fato entrava no período pós-Guerra Fria com a intenção de se afastar de Cuba, para reduzir os gastos e aumentar seu capital político com os países capitalistas, como bem comprovam seus votos contra Cuba nas sessões da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1992 e 1993.

Simultaneamente, os EUA recrudesceram as medidas de isolamento da Ilha, com a aprovação da Cuban Democracy Act<sup>6</sup>, dificultando as relações econômicas de Cuba. Também como parte dessa estratégia, observa-se o aumento do financiamento para grupos de cubanos exilados em Miami fortalecerem a rádio e TV Martí e construírem a Rádio Miami Internacional, com uma frequência que alcançasse a ilha (AZICRI, 1998). Esses grupos anti-castristas exercem um forte papel político dentro dos EUA e cumprem um papel político-ideológico (anacrônico) mais importante ainda, para a política externa norte-americana contra Cuba.

La desaparición de la URSS tuvo un impacto muy negativo sobre todo el movimiento comunista y obrero internacional, debilitó considerablemente sus fuerzas, su capacidad de reacción, impactó también al Movimiento de Países No alineados, que se debilitó considerablemente. Dio más posibilidades al imperio de imponer sus criterios a escala global: limitación de la soberanía, introducción de la selectividad en el tema de los derechos humanos; preeminencia de los criterios de protección de los derechos humanos sobre los de no injerencia en los asuntos internos y respeto irrestricto a la soberanía, la justificación de la llamada injerencia humanitaria, y otros muchos conceptos contrarios al derecho internacional. (ALLENDE, 2008)

A “nova ordem” internacional, que o presidente Bush anunciara, mostrou cada vez mais as dificuldades cubanas para sobreviver ao novo cenário. Economicamente, Cuba passou a sofrer com a deterioração dos termos de troca, conseqüente da queda dos preços de seus

---

<sup>6</sup> Conhecida como Lei Torricelli, foi aprovada pelo presidente dos EUA, em setembro de 1992 e proíbe, entre outros pontos: que embarcações aportem nos EUA, se tocaram portos cubanos nos 180 dias anteriores; que filiais de empresas norte-americanas, sediadas em outros países, tenham relações comerciais com Cuba; que empresas de terceiros países exportem para os EUA produtos que contenham algum componente cubano, etc.

produtos de exportação (açúcar, níquel e cítricos). Soma-se a isso, a estruturação da União Europeia (UE), que além de uma política agrícola protecionista, deslocou grande parte de seu capital, para investimentos na Europa Oriental, Portugal, Grécia e Espanha (SANTOS, 1996). Não só a falta de capital para investimento atingiu Cuba, mas também o cancelamento de projetos de ajuda ao desenvolvimento cubano, especialmente por parte da Alemanha e da Suécia (MESA-LAGO 1994, 378). Para a manutenção de tais projetos, os países europeus colocaram condicionantes políticos inaceitáveis para a manutenção da soberania cubana (FERNÁNDEZ, 2002).

Apesar disso, é possível observar o aumento da participação europeia no comércio exterior cubano. Em números absolutos, o comércio com a Europa Ocidental se manteve com uma média de US\$800 milhões, sendo destino de 37% das exportações cubanas. Entretanto, se analisado o peso específico da Europa como parceiro comercial, essa demonstrou um crescimento considerável. Em 1991, correspondia 11% do comércio exterior cubano e, em 1992, atingiu 22%. No ano seguinte, a Europa abarcou mais de 25% da atividade comercial cubana, sendo 18,5% das exportações e 25% das importações (MUÑIZ, 1994).

Entretanto, em 1992, as relações Cuba-UE sofrem um certo esfriamento, como efeito da Lei Torricelli, que além de reforçar o bloqueio contra Cuba, tinha o claro interesse de desencorajar terceiros governos a manter relações de cooperação e comerciais com Cuba. As empresas europeias e subsidiárias estadunidenses, localizadas fora dos EUA foram afetadas e é possível se observar o início da redução do comércio desses com Cuba. O comércio tinha por base, principalmente a produtos alimentícios e medicamentos (SECADE, 2003, p.3).

A carestia do Período Especial trouxe fortes tensões sociais, com dissidências inclusive entre os revolucionários e fortalecimento de focos contrarrevolucionários, ainda que de forma pontual e personalizada. Pode-se afirmar que no geral, o governo seguiu contando com apoio popular<sup>7</sup>, mas a relação de confiança era delicada. Em 1992, o governo lançou mão então de reformas políticas, com a Reforma da Constituição (julho) e a Lei Eleitoral (outubro), esta última ampliando a participação política com voto direto, secreto e facultativo. Foram criados também “Consejos Populares”, como forma de ampliar a participação popular na estrutura administrativa local. O trabalho por conta própria passou a ser permitido, assim como a contratação de trabalhadores, para pequenos serviços (VÁZQUEZ, 2004) . Medidas descentralizadoras também acompanharam as reformas e atingiram a economia e o comércio

---

<sup>7</sup> Deve-se considerar que muitos descontentes migraram em 1994, em um terceiro êxodo em direção aos EUA. Anterior ao êxodo do Malecón, quando 20 mil cubanos saíram da Ilha, ocorreu o êxodo de Camarioca, em 1965 e o êxodo de Mariel, em 1980, quando 250 mil e 130 mil cubanos, respectivamente, saíram de Cuba em direção a Miami.

exterior, sendo que este último, permanece dirigido e controlado pelo Estado, mas deixou de ser monopólio estatal (CUBA, 1992). Concomitantemente, ainda em 1992, ocorreu a racionalização do aparato administrativo do Estado, com a redução do número de ministérios, passando de 50 para 32 e sendo criado o Ministério de Inversão Estrangeira e Colaboração Econômica.

Os programas lançados pelo governo cubano, em setembro de 1990 e julho de 1993, tiveram como ponto central, a importância do investimento estrangeiro como um meio para a reativação econômica e modernização industrial e das relações comerciais.

Los objetivos centrales al promover la participación de capitales extranjeros en la economía cubana persiguen lograr el incremento y diversificación de las exportaciones de bienes y servicios, beneficiarse de la experiencia y sistemas de comercialización modernos, que poseen empresas extranjeras, movilizar recursos financieros adicionales, adquirir tecnologías modernas, sobre todo eficientes energéticamente y recuperar y mantener puestos de trabajo. (CASTILLA, 1994, p.64)

Com exceção da produção de açúcar, educação, saúde e seguridade social, todos os outros setores se tornaram passíveis de investimento estrangeiro. Para isso, Cuba aprovou a possibilidade das empresas mistas<sup>8</sup>, com capital estatal e estrangeiro. Segundo o vice-presidente do Comitê estatal de cooperação econômica,

Las empresas mixtas e asociaciones económicas operarán solamente en moneda libremente convertible y pagarán un impuesto sobre las utilidades netas de un 30% y un 25% de impuesto sobre la nómina pagada del personal cubano. Existen según la ley vigente otros pequeños impuestos relativos a documentos, licencias de automóvil, sellos, etc. La parte extranjera podrá repartir al exterior sus utilidades sin restricción alguna y sin aplicación de impuestos. (CASTILLA, 1994, p.65)

Em 1992, essas associações já superavam o número de 60, em ramos como turismo e indústria (prospecção e extração de petróleo e mineração). Espanha, França, Itália e Holanda era os principais investidores.

La política cubana para la cooperación se rige por los mismos principios que inspiran nuestra política exterior. Para esta en estos momentos la principal prioridad es contribuir para salvaguardar las conquistas alcanzadas por nuestro país en el desarrollo del proyecto social iniciado hace más de 30 años y sentar las bases para la superación de la dificultades que coyunturalmente atraviesa nuestra economía y continuar el desarrollo de país. [...] En lo externo Cuba tiene entre sus tareas principales la ampliación, desarrollo, diversificación y fortalecimiento de las relaciones bilaterales y multilaterales de nuestro país. En este marco especial importancia ocupa la inserción de Cuba en la Economía Mundial. (ALLENDE, 1994, p.85)

<sup>8</sup> As empresas mistas já eram uma realidade nos países do CAME desde a década de 1970 (REBELO, 1989).

O desafio político para Cuba esteve em conviver com os instrumentos de mercado (neoliberal), amplamente contraditório com a planificação econômica socialista que vinha sendo executada, pelo menos nos últimos vinte anos (AGAFONOW; HAARSTAD, 2009). Deve-se considerar também, que a cooperação entre Cuba e UE era importante não só para ambos como também para países do Terceiro Mundo onde a UE possui projetos de cooperação. Dessa forma, por exemplo, foi possível potencializar as relações europeias com o Caribe, o que contemplaria os desejos integracionistas cubanos (REINOSA, 1999).

Sobre a reinserção de Cuba na economia internacional também é necessário se dizer que Cuba sempre teve uma economia internacionalizada. Isso se deve entre tantos fatores, a escassez de recursos naturais para satisfazer muitas de suas necessidades. É verdade, que antes da revolução, a inserção cubana se dava por uma modalidade neocolonial, onde sua economia estava vinculada a dos EUA e regida pelas leis de mercado. Após o triunfo da revolução, Cuba se inseriu economicamente na economia dos países da CAME, em um outro tipo de dependência, caracterizadas por vantagens mútuas, que permitem classificar essa relação como interdependência. Somente 15% de suas relações comerciais mundiais se davam com países de economia de mercado. Todo resto estava concentrado com URSS e os países socialistas (SALSAMENDI, 1994).

Por isso, é preferível tratar como inserção da economia cubana em uma nova situação internacional, onde de 15% até 1989, para 100% em 1992, das relações econômicas se darem sob uma economia de mercados (SALSAMENDI, 1994, p. 78) Isso se deu como uma estratégia realista – e não tática ou conjuntural – para adaptar-se a nova realidade internacional da Guerra Fria. A abertura para o capital estrangeiro também não foi algo baseado na urgência ou na exceção devido ao desmoronamento do bloco socialista. De acordo com o presidente da Câmara de Comércio de Cuba

Al finales de la década de 70 y principios de la del 80, determinados análisis condujeron a la apreciación de que en ciertos aspectos, las relaciones con la URSS habían llegado a un determinado límite, y que para el impulso hacia nuevas fuentes de ingresos y nuevos niveles de desarrollo, sin que la URSS fuera a dejar de ocupar el lugar principal que tenía, se requería nuevas concepciones, n nuevas fuentes de capital. (SALSAMENDI, 1994, p.78)

Isso demonstra o quanto os dirigentes e centros de estudo e pesquisa cubanos sempre estiveram atentos as mudanças do cenário internacional e o quanto o país se mantém disposto a buscar fontes diversas para sequencia de seu projeto nacional. A busca por tais

investimentos, fez com que Cuba concedesse uma grande diversidade de oportunidades de negócios tais como empresas mistas, produções cooperadas, acordos de tecnologia, gestão e comercialização e contratos especiais (como no caso do petróleo). Só não estão incluídos nessas possibilidades, participação de capital estrangeiro na educação e saúde pública e na produção de açúcar bruto. O governo cubano por meio do Comitê Estatal de Finanças (CEF) concede, de acordo com o caso, isenção tributária, ao menos para o período de amortização do investimento. Soma-se a isso a livre transferência dos lucros para o exterior, o que não é tão simples em outros países latino-americanos.

O comércio exterior também passou por diversas modificações para a inserção cubana nas novas condições do cenário internacional. O Estado deixou de ter o monopólio do comércio exterior, o que aumentou em muito o número de agentes econômicos ligados a essa atividade (quatro vezes mais se comparamos 1987 e 1993). Ocorreu também o desenvolvimento de uma estrutura comercial e financeira (com consultorias e Zona Franca), podendo as empresas promoverem o autofinanciamento em moeda estrangeira. Passaram a fazer parte da pauta de exportações serviços ligados a construção, produção de açúcar, esportes, saúde e educação.

Em 1987, eram 107 empresas estrangeiras com representações em Cuba. Ao final de 1993 já eram 496. Portanto, ainda que sob bloqueio norte-americano e sem mais a existência do bloco socialista (seus principais parceiros comerciais), Cuba conseguiu atrair o interesse de investidores internacionais. Demonstrativo disso, foi a XI Feira Internacional de Havana ocorrida em 1993, que contou com a participação de 45 países (no ano anterior foram 33 países participantes). Aproximadamente 1200 empresas estrangeiras tinham stands, duplicando os números do ano anterior. Onze países participaram pela primeira vez, entre eles, Jordânia, Israel e Rússia, além de um stand da UE (SALSAMENDI, 1994). Isso se deveu a postura franca de busca por parcerias por parte de Cuba.

A reforma constitucional incluiu além do fim do monopólio estatal sobre o comércio exterior, a possibilidade de *joint-ventures*, a possibilidade de posse e circulação de dólares na economia interna, o recebimento de remessas de divisas vinda do exterior por parte de familiares<sup>9</sup>, incentivo governamental a atividades que trouxessem investimentos em moedas fortes (como turismo e indústria farmacêutica). A posse da terra também sofreu modificações com a criação das UBCP e empresas mistas começaram a atuar na economia cubana, contando com um novo sistema tributário e bancário.

---

<sup>9</sup> No período de 1992-1997 as remessas cresceram 240% (JARAMILLO, 1999).

Quanto a remessa de divisas vinda do exterior, está se tornou a segunda fonte de arrecadação (depois do turismo) de moeda forte por parte do governo. Isso injetou capital na economia cubana trazendo uma série de transformações, como o aumento do poder aquisitivo de uma parcela da população, que passou a demandar serviços (restaurantes, oficinas de conserto, lazer) o que fortaleceu o trabalho por conta própria. Ainda que tal medida gere um certo desequilíbrio (ou diferenciação) social considerável, o Estado detém o monopólio do câmbio das moedas, guardando para si parte desse capital que passou a entrar no país. A Lei de Investimentos (Lei nº77/95) não permitiu, entretanto, que o capital estrangeiro invstisse nas áreas de saúde, educação e defesa. Contudo já é possível encontrar em Cuba, escolas privadas de ensino de línguas estrangeiras, que atendem a um mercado de estudantes, filhos de funcionários de corporações transnacionais, presentes na ilha por meio das empresas mistas.

Como forma de resistência as adversidades do cenário pós-Guerra Fria, internamente o país se organizou e mobilizou a população para manter a segurança, a soberania e a autodeterminação. Buscou redistribuir igualmente as dificuldades e os ajustes econômicos, assim como garantir níveis de segurança alimentar e energética para os cubanos. Como forma de complementar o esforço do governo, a ilha promoveu a associação com o capital privado estrangeiro, objetivando reativar a economia nacional, promover acumulação de capital para o comércio exterior e, de forma mais ampla, a (re)inserção da economia cubana no mercado mundial. As empresas mistas passaram a atuar principalmente nos setores da indústria, turismo, com destaque para o capital espanhol, canadense e italiano. O esforço do governo cubano esteve no sentido de articular os setores mais dinâmicos da economia nacional com a economia internacional, gerando capital para as complementaridades econômicas. Nesse sentido, os investimentos cubanos foram no setor de turismo, na produção (e possível) comercialização de produtos farmacêuticos e agrícolas (de alta biotecnologia) e a formação de equipes médicas de profunda especialização.

Para atingir tais objetivos, as lideranças políticas cubanas remodelaram a política externa, como forma de redesenhar a projeção internacional da ilha. Como princípios básicos foram seguidos a soberania, a preservação das conquistas do socialismo e a busca pela inserção segura no Sistema Internacional. Imediatamente a estes, e como maneira de atingi-los, Cuba procurou agir internacionalmente, angariando apoio para derrubar o bloqueio econômico e político imposto pelos EUA, que objetiva sufocar o regime e a economia cubana.

Por meio da diplomacia econômica<sup>10</sup>, a ilha tentou localizar e estabilizar os vínculos para seu desenvolvimento. Em curto prazo, necessitava de parcerias e investimentos que garantissem não só a sobrevivência social, mas também que fossem suficientes para reativar sua economia. Em médio prazo, almejava alcançar a produção ampliada e autossustentada de seu desenvolvimento econômico, para normalizar as demandas básicas de uma sociedade acostumada como o modelo de abastecimento criado pela revolução e praticado por décadas com ajuda soviética.

Para revigorar sua economia promoveu a diversificação geográfica de seu comércio exterior fez dos países europeus os principais parceiros de Cuba no setor de turismo, assim como de investimentos estrangeiros. Essas relações se deram por parte do setor empresarial europeu, apesar governos da Europa não concederem estímulos ou proteção a essas relações. É possível observar que o capital financeiro está intimamente ligado (e várias vezes submetidos) as relações políticas de poder. Entretanto, por contradições do sistema capitalistas, não raras vezes ignora tais relações de poder e obstinadamente visa apenas o lucro e a rentabilidade. Dessa característica é que Cuba se beneficiou, porque os empresários europeus viam possíveis vantagens no mercado cubano. Além disso, as ONGs levaram adiante, de sua forma, os projetos de cooperação.

Como forma também de diversificar suas relações, Cuba também estabeleceu contatos com diversos atores estatais e não-estatais (do extinto Primeiro e Segundo Mundo), que além de respeitarem o sistema político cubano, pudessem servir de obstáculo a possíveis agressões de atores hegemônicos. Aproximou-se dos países subdesenvolvidos da África, Ásia e América (defensores da não-intervenção e da autodeterminação), em uma clara tentativa de explorar o conflito Norte X Sul, para estruturar relações de cooperação Sul-Sul<sup>11</sup>. Para ter maior legitimidade institucional, Cuba trabalhou para que as instituições internacionais triangulassem ou organizassem essas iniciativas.

Assim, passou a atuar nos foros multilaterais, como forma de resistir a unipolaridade, apontando e defendendo a necessidade da reforma no Conselho de Segurança, participando ativamente na Assembleia Geral da ONU, na Cúpula da Terra, na Conferência dos Chefes de

---

<sup>10</sup> O termo diplomacia econômica é utilizado nesse trabalho, como sinônimo de diplomacia comercial. Sua ação é de promoção comercial do país no exterior, tanto por ações políticas (relações governamentais e/ou empresariais), quanto por ações de logística, na busca por informações para promover o comércio exterior. A diplomacia econômica e comercial é, entre outras funções, a promoção e divulgação do comércio, de investimentos e do turismo, por exemplo.

<sup>11</sup> A expressão cooperação Sul-Sul será utilizada neste trabalho com a compreensão que são relações entre países que possuem uma visão crítica quanto a sua marginalização, seja econômica ou política, no sistema internacional. Esse tipo de cooperação surge das interações entre países periféricos, os quais demandam políticas de equidade econômica e social e buscam espaço político por meio da coordenação de suas ações.

Estado Ibero-americanos e na Conferência sobre os Direitos Humanos. Pode-se perceber a alteração da postura da diplomacia cubana, que deixa de apostar no bilateralismo, para construir o multilateralismo, deixado de lado durante o período da Guerra Fria. Na mesma lógica, aproximou-se de atores não-estatais, como partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos e capital privado estrangeiro, que podiam prestar apoio moral a “causa cubana” e promover atos de solidariedade que dessem visibilidade às agressões norte-americanas. Exatamente essa multiplicidade de relações fez com que a solidariedade para com Cuba ganhasse novas qualidades e mais efetividade, projetando-a no cenário internacional. Servia para resolver tanto problemas pontuais de abastecimento – decorrentes do bloqueio – como de escudo para possíveis agressões militares.

Cuba buscou a integração com o mercado de seu entorno (seu mercado natural, América Latina e Caribe). Rapidamente as importações provenientes da América Latina passaram de 7% para 47%, contando também com maior participação dessa nos investimentos estrangeiros em Cuba. Importante notar que as possibilidades que se apresentam para Cuba, se fazem não só por necessidade, se não também por potencialidades encobertas pelo período da Guerra Fria. Na Constituição de 1992, em seu artigo 12, o intento integracionista com a região ficava clara

[...] su voluntad de integración y colaboración con los países de América Latina y el Caribe, cuya identidad común y necesidad histórica de avanzar juntos hacia la integración económica y política para lograr la verdadera independencia, nos permitiría alcanzar el lugar que nos corresponde en el mundo. (CUBA, 1992)

Cuba manteve relações satisfatórias com todos os países latino-americanos, ainda que Argentina, Chile, Costa Rica e Uruguai, tenham votado contra Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU, em uma resolução proposta pelos EUA, em 1992. Merece destaque as relações com o México, que investiu pesadamente na indústria têxtil<sup>12</sup> cubana e a cooperação na área da saúde com a Nicarágua. Com o Mercado Comum do Caribe (CARICOM), em 1993, Cuba formou uma Comissão Conjunta, para estudar as possibilidades de intercâmbio econômico e cultural. Apesar das pressões do Congresso norte-americano, essa Comissão conseguiu aumentar as trocas comerciais nas áreas da indústria açucareira, pecuária e pesca (NÚÑEZ, 1997).

Fidel Castro foi convidado para diversas cerimônias de posse de mandatários no continente, o que resultou em uma cobertura midiática positiva, quanto a participação cubana

---

<sup>12</sup> O Canadá também investiu largamente na indústria têxtil cubana, além dos investimentos na extração de níquel e exploração de petróleo. Politicamente, reagiu energicamente contra a Lei Torricelli e votou favoravelmente a resolução da ONU contra o bloqueio econômico norte-americano.

na região. Isso resultou em melhores entendimentos governamentais e maior aproximação de Cuba com os movimentos sociais da América Latina. Frente a isso, a política norte-americana para Cuba se recrudescceu devido ao fortalecimento da imagem da ilha, que recuperava apoio e ganhava novos parceiros entre governos progressistas (OLIVA, 2010). A presença cubana no continente entrava em uma nova etapa, mas permanecia com os mesmos princípios que sempre pautaram sua política externa para a região.

[...] los principios y objetivos de política exterior en la región han sido el nacionalismo latinoamericano, el anti panamericanismo y el antiimperialismo, así como la destrucción de los vestigios neocoloniales en la región y la solidaridad con los pueblos, movimientos y gobiernos que pretenden oponerse a la hegemonía de Estados Unidos; es decir, con aquellos que pretenden la independencia económica y autonomía política. (DOMÍNGUEZ, 2011, p.13)

Na América Latina, merecem destaque as históricas relações com o México, que sempre tiveram um forte peso político-diplomático para Cuba. Desde a revolução o México, junto com o Canadá, foram os únicos países que não romperam relações diplomáticas com o governo revolucionário. Para o México, essas relações sempre foram uma forma de mostrar independência frente aos EUA e, ao mesmo tempo a garantia que Havana não teria pretensões revolucionárias em seu território. Para Cuba, as relações com os governos mexicanos sempre foi a manutenção de suas relações no cenário latino-americano, além de representarem a não unanimidade do bloqueio norte-americano. As relações se desenvolveram sempre em tons amistosos, até o governo Salinas Gortari (1988-1994), que se aproximou dos EUA, principalmente via NAFTA, afastando-se relativamente de Cuba, inclusive mantendo contatos oficiais com líderes da Fundação Nacional Cubano-Americana<sup>13</sup> (FNCA). As relações econômicas e comerciais entre os dois países sempre foram modestas, mas a partir de 1991, se observa um incremento nas importações cubanas vinda do México e o investimento de capital mexicano no setor de telefonia<sup>14</sup>, têxtil, turismo, vidros e cimento (CHABAT; VILLASANA, 2003).

As relações com a UE estavam pautadas no desejo de seus governos de que Cuba passe por transformações mais profundas que a conduzissem para uma economia de mercado e um sistema político multipartidário. Ocorreu que ao contrário dos EUA que apostava em uma política de isolamento de Cuba, os europeus apostavam que o desenvolvimento e

---

<sup>13</sup> Fundada em julho de 1981, seus membros fundadores tiveram ligação com o governo de Batista e participaram desde Miami, de diversos ataques à Cuba, sendo que alguns deles foram inclusive agentes da CIA.

<sup>14</sup> O grupo mexicano Domus S.A. comprou 49% das ações da Empresa de Telecomunicações de Cuba (ETECSA).

aprofundamento de relações econômicas e políticas seria o caminho mais seguro e pacífico para uma transição completa de Cuba ao capitalismo. Por isso, as relações com a UE ainda que muitas vezes contenham certas condições ou recomendações, em geral não são explícitas, buscam o diálogo consensual e respeitam os princípios de autodeterminação e soberania (SECADE, 2003, p.5).

Durante a presidência espanhola de 1995, na UE retomou conversações com Cuba, apesar das pressões norte-americanas, usando de todo aparato institucional que dispunha. Entretanto, orquestradas pelo presidente espanhol González, do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE), essas conversações foram dominadas por projetos de cooperação condicionados a reformas econômicas que levassem Cuba a uma economia de mercado e a descentralização de sua estrutura política. Sobre essa estratégia, Fidel Castro comentou que

[...] todo empezó muy bien en una época en que existía el campo socialista, la URSS y todo, y el país no estaba apretado. Entonces había una cierta amistad. Luego, cuando desaparece la URSS [...] Felipe [González] y sus amigos nos quieren “salvar” con consejos que todo que el que los ha seguido se ha hundido, que son consejos como la globalización neoliberal [...] Todos esos consejos, en el orden político y en el orden económico, han hundido a los países (RAMONET, 2007 p.498).

Os intentos espanhóis se limitaram a recomendações. O governo espanhol ofereceu ao governo cubano conselheiros políticos e econômicos que pudessem contribuir para o futuro da Ilha, nos difíceis anos iniciais da década de 1990. A isso, Fidel explica

Te agradecemos mucho; es decir no le hicimos un rechazo [...] pero sabíamos muy bien que el PSOE había estado asesorando a Gorbachov. Los primeros consejeros de Gorbachov fueron la gente de Felipe, y un día Gorbachov, hablando conmigo [...] habla con admiración de Felipe González: “Felipe, un socialista”. Yo hacia rato que me sabía de memoria que Felipe González no tenía nada de socialista, en absoluto. Y Felipe feliz, estaba mandando su gente a asesorar allá a Gorbachov (RAMONET, 2007 p.497).

Na África, a presença cubana deixou de ser militar, mas manteve a tradição e a diversidade, tendo estreitas relações de cooperação econômica e cultural com mais de uma dezena de países da África subsaariana. Encaminhou vínculos econômicos com o Irã, Egito, Síria e Argélia, no Oriente Médio, além de apoiar a causa Palestina e condenar as sanções da ONU contra o Iraque e a Líbia.

No continente asiático, pontualmente, pode-se verificar acordos comerciais com a Rússia e as novas repúblicas da Ásia Central, quanto a exportação de açúcar e fornecimento de petróleo; a continuidade das relações de cooperação científico-tecnológicas e militares com

China, Coréia do Norte e Vietnã, além do incremento e aproximação com a Índia, Indonésia e Coréia do Sul. As relações sino-cubanas estiveram condicionadas pelas diferenças nos modelos econômicos, apesar de Havana ter sido o principal destino de delegações chinesas (governamentais e empresariais) na América Latina.

Em novembro 1993, o presidente chinês Jiang Zemin a Havana, marcando o relançamento das relações entre os dois países, que entravam em uma fase de crescimento e consolidação (HERNÁNDEZ, 2010). Em meio as dificuldades econômica enfrentadas por Cuba, os acordos de abastecimento assinados, demonstram forte vontade política por parte do governo chinês em contribuir para reerguer a economia caribenha, uma vez que naquele momento não existiam garantias de pagamento. A isso se seguiu acelerado intercâmbio comercial e concessões de crédito chinês, que foram acompanhados das vistas de Fidel e Raúl Castro à Pequim, em 1995 e 1997, respectivamente. Para além disso, a primeira viagem do mandatário chinês para América Latina, teve Cuba como destino, em uma demonstração de força política para o regime cubano, em um momento que os EUA se colocava como vencedor da Guerra Fria. Dessa forma, ao se aproximar de Cuba, a China iniciava sua presença no continente de forma mais ativa, tanto política, quanto economicamente.

A China se colocava em uma postura um tanto prepotente em relação a Cuba, querendo que o regime aplicasse reformas a seu estilo. Para os dirigentes chineses, as reformas cubanas eram apenas uma resposta conjuntural com o objetivo de sobrevivência e não uma mudança no seu modelo de desenvolvimento socialista. A visita de Fidel Castro, em 1995, teve caráter fortemente político e tinha como objetivo o diálogo com a alta cúpula do PCCH, para retomar a natureza das relações sino-soviética. Os negociadores diretos (quadros médios) estava minando as relações, desconsiderando os aspectos ideológicos e focando nas questões econômicas. O líder cubano obteve sucesso nas conversações e se observou um avanço na compreensão chinesa das particularidades cubanas, baseadas na amizade e solidariedade entre as duas nações.

Para cooperação militar, com intuito de garantir sua defesa, Cuba buscou a cooperação com os países socialistas remanescentes (China, Coréia do Norte e Vietnã). A preocupação com a segurança veio desprovida do discurso confrontacionista, por considerar que com o término da Guerra Fria, esse tipo de postura pouco angariaria de cooperação efetiva para os assuntos militares, ou pior, atrairia a desconfiança em relação às reais intenções da ilha. Cuba sempre foi vista como uma ameaça militar a estabilidade da região, por isso o governo cubano moderou o tom dos discurso e declarações quanto a seus acordos de cooperação na área de defesa e segurança.

Como resultados positivos dessa nova postura externa, podemos apontar a reeleição cubana no Conselho Econômico e Social da ONU; aprovação da Assembleia Geral da resolução A/47/271 (UN, 2012) que condena o bloqueio norte-americano, em 1992; o respaldo dos países do Movimento Não-Alinhados às reivindicações cubanas e; o rechaço internacional da Lei Torricelli. Nas votações contra o bloqueio norte-americano a Cuba, o apoio internacional apresentou crescimento considerável: em 1992, 53 países votaram a favor da resolução apresentada por Cuba contra o bloqueio; em 1997, a resolução já obteve 152 votos a favor e; em 1998, 157.

A participação de Cuba na ONU se pautou, a partir dos anos 1990, no apoio a reforma da organização, principalmente tornando o Conselho de segurança mais representativo e com limite ao poder de veto. Uma composição que seja adequada ao cenário pós-Guerra Fria inclui inclusive em questões de segurança para Cuba. Nesse sentido, participa da Comissão de Desarmamento, no âmbito da Assembleia Geral. Nos programas de cooperação internacional, Cuba tem papel destacado por seu histórico e, durante o período especial, recebeu ajuda alimentar (pelo Programa Alimentar da FAO) quando o governo cubano solicitou (JARAMILLO, 1999). Por meio da ONU, Cuba consegue se inserir nas discussões mundiais e interferir em negociações com o FMI e Banco Mundial, nas reuniões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC<sup>15</sup>).

Cuba por sua vez, precisou rever nível de solidariedade prestado pelo país, mudando o teor se comparado aos anos quentes da Guerra Fria. Deixou de ter o caráter militar, mas manteve o discurso anti-imperialista, mesmo com a capacidade material reduzida. Com isso, Cuba deixou de ser vista como uma ameaça armada por alguns governos e conseguiu aumentar a legitimidade (interna e externa) de sua resistência, ante a ingerência norte-americana que se tornava cada vez mais explícita.

Para a remodelagem da política externa cubana, não só a Chancelaria atuou, mas também as instituições econômicas governamentais, principalmente no que concernem as novas relações com o capital privado estrangeiro. A permissão da circulação de dólares<sup>16</sup> na economia cubana foi além de uma resposta ao crescimento do mercado “negro”<sup>17</sup>, mas também uma tentativa do ministério da Economia, de acumular moeda forte, para o comércio exterior cubano (VALDÉS 1993). Foi instituída também, a partir de 1994, a dualidade

---

<sup>15</sup> O ECOSOC é composto por 54 membros, eleitos para um mandato de três anos, pela Assembleia Geral.

<sup>16</sup> Decreto-lei 140, de 13 de agosto de 1993, permitiu entre outros pontos: a posse de dólares por cubanos; algumas operações econômicas poderiam ser feitas em dólar; contas bancárias em dólares; etc.

<sup>17</sup> O termo mercado “negro” é utilizado aqui para referir-se a atividades econômicas não oficiais. Segundo Valdés, no ano de 1992, dos US\$ 21 milhões que circularam nas transações de bens de consumo em Cuba, apenas 1/3 foi no mercado oficial.

monetária, com a criação do Peso Cubano Conversível (CUC)<sup>18</sup> e a manutenção do Peso Cubano (CUP) (HIDALGO; DIOMEADIOS, 2014; MASCARÓS, 2004). Portanto, pode-se observar que tanto as medidas econômicas, quanto a política externa cubana no período especial buscou a manutenção da soberania nacional, a auto-sustentabilidade, a projeção do socialismo cubano e a ampliação da capacidade produtiva de sua economia (HERRERA; NAKATANI, 2003) . Isso foi possível, entre outros fatores, pelo apoio e respaldo popular, consciente e organizado, da maioria dos cidadãos e das instituições da sociedade civil.

Contudo, mesmo conseguindo colocação para suas principais exportações e abrindo mercados para produtos não tradicionais, Cuba não conseguiu superar as assimetrias do comércio internacional, principalmente a deterioração dos termos de troca. Teve que conviver com a dívida externa crescente e o congelamento dos créditos e da ajuda para o desenvolvimento, vindos dos principais países capitalistas (MARTÍNEZ, 2004).

O êxito da política externa cubana, durante o período especial, foi a conservação e ampliação do espaço que Cuba ocupa no sistema Internacional. Junto com isso, os dirigentes cubanos conseguiram evitar que, internamente, a crise geopolítica e econômica da Ilha, se transformasse em crise social, o que desestabilizaria o regime, assim como nos países do Leste Europeu. Muito por causa disso, Cuba segue sendo vista, por alguns movimentos políticos mundiais, como um símbolo de resistência da autodeterminação e de crítica as estruturas hegemônicas de poder.

A partir de meados de 1995, fase pós-período especial, a política externa cubana começou a mostrar resultados positivos, ainda que insuficientes. O esforço interno e a ação externa de Cuba trouxeram novos parceiros políticos e comerciais, mas também atraíram mais ainda mais a atenção dos EUA para bloquear as iniciativas de sobrevivência econômica da ilha (FERNANDÉZ, 2003). O PIB apresentou m crescimento de 3,7%, entre 1994-1996, com um coeficiente de investimento de 7,8% do PIB. (JARAMILLO, 1999).

Foi com esse intento, que a administração democrata norte-americana, aprovou a Lei Helms-Burton, em 1996, para dificultar o comércio exterior cubano e os investimentos externos<sup>19</sup>. Na prática, tal lei ampliou as medidas restritivas a Cuba, já iniciadas pela Lei Torricelli, de 1992, mostrando a continuidade de pressões contra o governo de Castro. A lei

---

<sup>18</sup> Nesse momento, CUC1,00 equivaleria a CUP25,00 e sua conversão com o dólar americano se daria na proporção 1:1. Em ambas conversões são observadas variações de mínima significância.

<sup>19</sup> O Cuban Liberty and Democratic Act, ficou conhecida como Lei Helms-Burton, porque foi proposta pelos senadores Jesse Helms do Partido Republicano e Dan Burton do Partido Democrata. Essa lei foi uma resposta imediata dos EUA a pressão dos exilados cubanos. A Força Aérea Cubana teria perseguido e derrubado dois aviões não autorizados – oriundos de Miami, do grupo anticomunista *Hermanos al rescate* – que distribuíam panfletos contra-revolucionários, dentro do espaço aéreo cubano.

Helms-Burton impôs uma série de condições para que Cuba fosse considerada democrática pelos EUA, além autorizar o direito de propriedade àqueles que tiveram seus bens confiscados pela revolução e, ainda, criava a possibilidade de se processar judicialmente investidores internacionais de Cuba<sup>20</sup>. De caráter claramente extraterritorial, a lei teve efeito imediato, coagindo e afugentando potenciais capitais, que iriam se instalar na ilha, principalmente com projetos de desenvolvimento industrial.

Dessa forma, já a partir do início do ano 1996, o processo de acercamento entre Cuba e a UE conheceu outra interrupção, por parte dos europeus, que alegavam violações dos direitos humanos por parte do governo cubano. Isso levou a interrupção, no mês de maio, do diálogo bilateral sobre o processo de formulação (já aprovado pelo Parlamento Europeu) de um Acordo Marco de Cooperação Cuba-UE. Por um lado, isso correspondeu a pressão exercida pelos EUA, que com suas leis de caráter extraterritorial visavam inibir a aproximação entre Europa e Cuba. Por outro lado, se deveu ao fato também de os europeus desejarem uma mudança profunda nas políticas internas cubanas, diferentes das que ocorriam com o objetivo de aperfeiçoar o socialismo (DALMAU, 2000, p.117). Por meio da adoção do critério de Posição Única em sua Comissão de Direitos Humanos, a UE procurava impedir que as relações bilaterais de seus países com Cuba se desenvolvessem e fossem uma alternativa ao bloqueio imposto pelos EUA, demonstrando dessa forma o atrelamento político do Atlântico norte.

Isso em muito se deve a vitória do PP (Partido Popular), que levou a política governamental a uma postura mais conservadora e próxima aos EUA. Junto com Silvio Berlusconi da Itália e Tony Blair do Reino Unido, José Maria Aznar compunha os principais pontos de apoio da política republicana norte-americana na Europa. O reflexo nas relações com Cuba foi imediato, uma vez que Aznar promoveu vistas e conversações com grupos contrarrevolucionários nos EUA, principalmente, aceitando dinheiro para sua campanha presidencial da FNCA.

É importante frisar que essa pressão europeia sobre Cuba ocorreu exatamente na década em que Cuba mais promoveu mudanças relacionadas a suas estruturas, tais como desde a descentralização da economia transformando-a em uma economia mista, a possibilidade de trabalho por conta própria, abertura para investimentos estrangeiros, mudanças na estrutura agrária e a retomada de diálogos com a Igreja Católica. Dessa forma, é possível entender que muito da postura europeia se deve a suas relações com os EUA.

---

<sup>20</sup> A alegação norte-americana não possui nenhum caráter legal, reclamando apenas que os atuais investidores estariam enriquecendo com os bens daqueles que foram desapropriados.

Em 1996, EUA e UE chegaram a um entendimento sobre seus investimentos transatlânticos tão satisfatórios para os países europeus, que a UE retirou a queixa do Painel da OMC, quanto ao caráter extraterritorial da Lei Helms-Burton. Além disso, o Congresso norte-americano concedeu, em 1998, pelo Entendimento Brittan-Eizenstad, a não penalização de investidores europeus que tivessem investidos em propriedades em Cuba, que os EUA reclamam como “ilegalmente expropriadas”. Em contrapartida, a UE se comprometeu a partir dessa data de não mais investir em tais propriedades reclamadas pelos EUA. Isso representou o questionamento, pela primeira vez, por parte da UE da Lei de Nacionalizações<sup>21</sup> de Cuba. Soma-se a isso, que em dezembro de 1996, o Conselho da UE adotou uma Posição Comum sobre Cuba, alegando a necessidade da transição para democracia e o respeito aos direitos humanos, como condições para o desenvolvimento das relações bilaterais. Essa foi uma medida claramente política e inédita, pois a UE nunca havia condicionado suas relações com outros países (SECADE, 2003, p.7).

Contudo, tal estratégia norte-americana, de ingerir nas relações Cuba-UE não teve seu sucesso pleno, pois como comentou o Ministro de Relações Exteriores de Cuba, Roberto Robaina Gonzales

[...] la Posición Comum no ha podido impedir el lógico y notable incremento de los vínculos de cooperación, comerciales, culturales y en otros campos que la mayoría de los países miembros de la Unión Europea han logrado desarrollar con Cuba a nivel bilateral. Cuba está muy satisfecha de estas relaciones individuales con esos países, algunos de los cuales han comenzado a dar señales positivas sobre la necesidad que tiene la Unión Europea de resolver esta papable contradicción entre lo que ella dice y hace y lo que dice y hace sus miembros a título individual con relación a Cuba (DALMAU, 2000, p.117)

Historicamente, a UE sempre teve uma posição contrária ao bloqueio norte-americano contra Cuba. Pode-se portanto observar uma postura oscilante e por vezes contraditória entre a UE e seus países membros. Por exemplo, ainda que as relações com Cuba estejam estabelecidas oficialmente desde de 1988, somente quinze anos depois, em 2003, a UE abriu uma Delegação em Cuba com nível de encargos de negócios. O próprio EUA possuía sua Seção de Interesses em Cuba, desde 1977. Mesmo assim, as relações comerciais, o turismo e os investimentos europeus se desenvolviam em Cuba de forma permanente mas tímida, pois as condicionantes apresentadas pela UE para Cuba, a colocam numa postura defensiva.

Las condicionantes políticas que la UE quiere imponer a Cuba son selectivas y discriminatorias y constituyen una injerencia inaceptable en los asuntos internos de

---

<sup>21</sup> Lei n° 851, de 1959.

Cuba. Cualquier observador imparcial que haya seguido la política de Cuba sabe que nunca el gobierno cubano aceptará tales condiciones. No se las ha aceptado a los Estados Unidos, que mantienen un bloqueo económico, comercial, financiero desde hace más de cuatro décadas, que tienen la capacidad, desde apenas 90 millas, de agredir militarmente a nuestro país, y tanto han mostrado claramente, en reiteradas ocasiones, que tienen la voluntad política de hacerlo, mucho menos se lo aceptaría a una Europa que se ha mostrado incapaz de enfrentar por sí sola las crisis de los Balcanes [...]. (SECADE, 2003, p.9)

Esse afastamento da UE em relação a Cuba, na segunda metade dos anos 1990, ocorreu paradoxalmente no momento que o Congresso norte-americano eliminou o limite de remessa de cubanos residentes nos EUA para seus familiares em Cuba e também eliminou as restrições de viagens de cidadãos norte-americanos a Cuba. Concomitantemente a essas medidas, as relações comerciais Cuba-EUA começaram a se estabelecer, ainda que sob fortes restrições. Se limitaram praticamente a produtos alimentícios, transportados por barcos norte-americanos. Isso resultou que empresas norte-americanas pudessem fazer o que suas subsidiárias no exterior estavam proibidas, assim como o transporte marítimo aos portos cubanos. “Estamos sin lugar a dudas ante la aplicación de una nueva versión de la Doctrina Monroe, aceptada en silencio por los países miembros de la UE” (SECADE, 2003, p.11).

Em fins de 1999, Cuba junto com outros países caribenhos, passou a fazer parte do Grupo Ásia-Caribe-Pacífico (ACP) que estava em conversações com UE para um acordo de preferências comerciais. O primeiro texto apresentado pelo UE foi considerado pela totalidade dos 71 países ACP como sendo muito politizado, mas as negociações avançaram e as modificações realizadas no projeto foram satisfatórias. No início de 2000, Cuba fez o pedido formal de adesão como membro pleno da Convenção de Lomé, condicionada à análise do texto final. Paralelamente a isso, por iniciativa da Finlândia, que presidia a UE à época, no segundo semestre de 1999, se retomou o diálogo político com Cuba com uma ampla agenda que inclui temas como direitos humanos, imigrações e xenofobia, além da cooperação econômica e comercial.

Com a presidência de Portugal na UE o processo tornou-se mais complicado. Ainda que um grande número de países europeus fosse favorável a aproximação com Cuba, alguns países invocaram a Posição Única europeia, como forma de bloquear um possível entendimento. Ao mesmo tempo, ocorreu em Genebra, a reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU, onde a República Checa apresentou um projeto que criticava Cuba, mas não fazia nenhuma menção as leis de caráter extraterritorial dos EUA. Os países da UE

aprovaram tal projeto por maioria, o que levou a Cuba reagir, retirando sua candidatura como membro pleno da Convenção de Lomé (Acordo de Contonu<sup>22</sup>).

Como parte de la orquestación instrumentada por Españã en los marcos comunitarios, también fue condicionada la entrada de Cuba en el Acuerdo de Cotonú, lo cual implicó que la Isla prescindiera de un grupo de acuerdos comerciales preferenciales y de la cooperación de la Unión, supuestamente destinados al desarrollo. Así, Cuba pasó a ser el único país miembro de ACP que no firmó debido a los condicionamientos impuestos por la UE. (AZOPARDO, 2009, p.149)

A América Latina seguiu sendo era alvo de interesses norte-americanos (EUA e Canadá) e europeus, principalmente, Inglaterra, França, Holanda e Espanha. Merece destaque o acercamento do Canadá com Cuba, em uma demonstração de política externa pragmática e equilibrada. Desde os anos 1970, Cuba possuía consulados e Oficina comercial no Canadá. As relações políticas nunca foram intensas, mas as relações econômicas, provenientes dos investimentos canadenses no setor de turismo cubano, mantiveram os dois países próximos na década de 1980. Com as mudanças políticas na Europa Oriental e as pressões norte-americanas sobre o governo canadense, o país passa condenar Cuba por violação dos direitos humanos. Entretanto, por possuir uma posição já consolidada como investidor no mercado cubano, na segunda metade dos anos 1990, o Canadá inicia o discurso de reintegração de Cuba ao sistema interamericano, por meio da OEA, ao que tinha apoio dos países caribenhos e um apoio condicionado dos países sul-americanos.

Em um cenário latino-americano, dominado pelo regionalismo da formação de blocos, Cuba foi fundadora da Associação de Estados do Caribe<sup>23</sup> (AEC), em 1994, e passou a integrar a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1998. Nesta última, assinou 11 Acordos de Complementação Econômica com os países membros, que envolviam promoção comercial e superação de obstáculos técnicos ao comércio (ROMERO, 2015). Na AEC, Cuba liderou o projeto regional de prevenção e redução dos riscos de desastres, assim também foi a grande incentivadora do Comitê de Turismo Sustentável, que em 1998, correspondia a 25% do PIB e 20% dos empregos (JARAMILLO, 1999). Com o CARICOM, fundado em 1973, Cuba estabeleceu uma Comissão Conjunta para a aproximação institucional e, em 1996, iniciaram-se as negociações para um acordo de Comércio e Cooperação (ALFONSO, 2005).

---

<sup>22</sup> Assinado em 2000, substituiu a Convenção de Lomé. É um acordo comercial entre a UE e os países da ACP.

<sup>23</sup> A AEC tem como objetivo a cooperação e concertação entre os países do Caribe. Conta com 25 membros plenos e 7 membros associados.

Para além do já existente Pacto Andino (1969), na década de 1990, foi instituído o Mercosul, que ganhou personalidade jurídica, em 1995 e o NAFTA, que entrou em vigor em 1994. Com o Mercosul e com o Mercado Comum Centro-Americano<sup>24</sup> (MCC), Cuba assinou acordo sobre comércio e investimento, em 1998. Cuba mostrava disposição para se inserir na América Latina, contribuindo para a integração e o desenvolvimento. Mesmo durante o período especial manteve a cooperação solidária com os países da região, tendo em 1999, 34 brigadas com 920 trabalhadores entre médicos, enfermeiras e pessoal técnico, distribuídos entre Guatemala, Haiti, Honduras e Nicarágua. Ademais, em 1998, foi fundada a Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM), que recebeu no primeiro ano mais de 900 alunos da Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Honduras, República Dominicana e Venezuela.

As relações com a China tiveram importância econômica, na medida em que Cuba contou com investimentos chineses para modernizar sua infraestrutura. Entre 1990-1994, a China investiu US\$1,8 bilhão na construção de ferrovias para transporte de minérios (CARDOZO, 2006). Cuba aproveita-se de um momento em que os investimentos chineses se expandiam na América Latina e Caribe, além do histórico de sua proximidade política-ideológica. Ainda que a balança comercial fosse favorável para China, essa importou mais US\$100 milhões de Cuba (CARMONA, 2011).

Em 1998, a visita do Papa João Paulo II a Cuba, frustrou os anseios da administração norte-americana e surpreendeu as lideranças cubanas. A expectativa de Washington era que o Papa conseguisse fortalecer a oposição a Castro, levando a derrocada do regime, ao estilo polonês. O que os EUA ignoravam é que a Igreja Católica nunca teve grande tradição em Cuba, se comparada com os outros países da América Latina. Protestantes eram em número de praticantes, bem superiores aos católicos, além de mais da metade da metade da população ser praticante de religiões afro-cubanas (GOTT, 2006). As maiores dificuldades entre o Vaticano e Havana, tinham sido diminuídas em 1992, quando em revisão da Constituição, o Estado cubano deixou de ser ateu e passou a ser secular. Depois de cinco dias e cinco encontros de massa ao ar livre, o Papa em Havana fez uma forte referência ao quanto o bloqueio era injusto e eticamente inaceitável. A declaração papal frustrou os planos de Washington, que no mesmo momento ainda teve que lidar com o escândalo Lewinski.

Outro importante e pontual fato diplomático foi o caso de Elián Gonzáles, menino cubano de cinco anos, encontrado perto da costa da Flórida, agarrado em uma bóia, em novembro de 1999. Sua mãe e outras oito pessoas que estavam em um bote morreram

---

<sup>24</sup> O MCC foi fundado em 1960 e seus membros são: Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador.

afogadas. Imediatamente, a família materna de Elián (exilada em Miami) exigiu a guarda da criança, mas o pai Juan Miguel – um cubano fiel ao regime – e exigiu o retorno de seu filho a Havana. O fato serviu de propaganda política tanto para os EUA como para Cuba, tendo esta última saído vitoriosa (RAMONET, 2006). O resultado positivo se deve não só ao retorno de Elián, em julho de 2000, mas também porque expôs as cisões da comunidade exilada cubana nos EUA, além de atrair a atenção da opinião pública e investidores econômicos para o fim do bloqueio. O desfecho foi tão negativo internamente para os EUA, que os democratas perderam a Casa Branca para os republicanos. A política de auxílio a contra-revolução da comunidade de exilados cubanos passou a ser revista por Washington e questionadas pelos eleitores norte-americanos.

#### 4.2 SÉCULO XXI: NOVOS DESAFIOS E NOVAS PARCERIAS (2001-1016)

Na virada do século XX, comemorada em Cuba, adequadamente, em 2001, Fidel Castro continuou suas viagens diplomáticas, que envolviam não só encontros de alto nível, mas também longos discursos para as massas (com grande número de jovens) dos países subdesenvolvidos. O teor de suas falas deixou de ter o fervor do marxismo revolucionário, para ser crítico audaz do neoliberalismo globalizado (GENTILI; SADER, 2009; PETRAS et.al., 2004a). Condenou o racismo e defendeu a indenização por parte das potências hegemônicas, de todos os povos que foram escravizados ou tiveram suas riquezas nacionais dilapidadas pelo imperialismo.

Apesar da boa projeção internacional cubana, em 2003, o governo cubano tomou uma atitude drástica contra dissidentes, o que lhe rendeu fortes críticas internacionais, tanto de personalidades intelectuais, quanto de parceiros comerciais. A condenação à morte de três balseiros foi a maneira que o governo encontrou para desencorajar uma série de distúrbios que vinham ocorrendo, desde a publicação de manifestos contra as medidas econômicas do governo, até o sequestro de embarcações e aviões. O saldo diplomático negativo se deu nas relações com os países da União Europeia, que desde 1996 – por causa da lei Helms-Burton – vinham atuando de forma autônoma em relação a política externa norte-americana, inclusive condenando abertamente o bloqueio. Com as execuções os países europeus se aproximam novamente dos EUA e as relações com Cuba passam por um relativo esfriamento.

Ao mesmo tempo em que aumentava a pressão norte-americana, a América Latina passou a figurar como um parceiro de grande potencial político e econômico. Desde o início

dos anos 90, Cuba buscava inserir-se em mecanismos regionais latino-americanos e aprofundar relações bilaterais com os países da região. No Caribe, Cuba aderiu a diversas instituições, que fortalecem seu entorno geográfico, com parcerias institucionais. Desde 1994 participava da Organização de Turismo do Caribe (OTC), depois de resolver questões políticas reconhecendo os governos de Granada, São Vicente e Antígua e Barbuda. Promoveu também uma aproximação mais sistemática com os membros do CARICOM, sendo que estes último chegaram a ter votação unânime contra o bloqueio norte-americano em votações na Assembleia Geral da ONU. Destas associações, Cuba se beneficiou com a cooperação comercial e também com apoio político contra os EUA. Contudo, somente a partir dos anos 2000, é que o cenário político se tornou favorável para os interesses de cooperação cubanos. A ascensão de governos de esquerda (ou ao menos identificados com essa tendência) favoreceu as parcerias de Cuba, principalmente com Bolívia, Venezuela e Brasil. Esse cenário se apresentou como uma nova possibilidade de reestruturação das relações interamericanas cubanas, pois além das possibilidades de abastecimento de energia e alimentos, surgiu também como um novo fôlego político para o esforço cubano, que já durava mais de uma década.

Com a Venezuela as trocas se iniciaram no fornecimento de petróleo (principal fonte de energia na ilha, que não conta com alternativas) venezuelano em troca de cooperação na área de medicina e segurança. Cuba com essa parceria atingiu dois objetivos: a solução para o abastecimento de energia e ao mesmo tempo reforçou sua imagem internacional, por meio da solidariedade (principal bandeira da política externa cubana) com o envio de médicos para a “*Misión Barrio Adentro*”, do governo venezuelano. O governo venezuelano se tornou o principal parceiro econômico de Cuba, não só no campo petrolífero, mas também em projetos sociais de longo prazo.

Dessa aproximação sistemática entre Cuba e Venezuela, surgiu a ideia de criação da Aliança Bolivariana para a Nossa América-Tratados de Comércio para os Povos (ALBA-TCP<sup>25</sup>), durante a III Cúpula das Américas, em 2001, em Québec, quando o presidente Hugo Chávez se posicionou contrário a proposta norte-americana da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A proposta venezuelano contou com o apoio cubano e, no mesmo ano, durante a III Cúpula da AEC, a proposta foi apresentada oficialmente, como uma alternativa de integração econômica, social e cultural para os países da América Latina e Caribe (ARMENTEROS; RIVERÓN, 2006). Em 2004, a ALBA entrou em vigor, tendo como

---

<sup>25</sup> A ALBA veio institucionalizar a parceria já existente entre Cuba e Venezuela e agregar outros países que possuam semelhanças ideológicas e dificuldades resultantes das pressões imperialistas neoliberais.

membros Cuba e Venezuela, as quais se juntariam a Bolívia, em 2006, a Nicarágua, em 2007, Dominica e Honduras, 2008, Equador, São Vicente e Granadinas e Antígua e Barbuda, em 2009<sup>26</sup>. Os objetivos são complementação econômica, por meio da cooperação regional; a defesa da soberania sobre os recursos naturais, a preservação da identidade latino americana, tudo isso por meio de uma bem articulada concertação política (ROSA, 2010; ALTMANN, 2008, ASIEN, 2008).

O regionalismo aos moldes da ALBA, propõe uma nova forma de inserção da região no sistema internacional, tendo uma postura extremamente crítica ao imperialismo norte-americano e ao subdesenvolvimento proveniente das relações Centro-Periferia (GUTIÉRREZ, 2009). Soma-se a isso, os princípios bolivarianos de união entre países latino-americanos e caribenhos, que se refletem nos projetos e empresas *grannacionais*, que visam potencializar as vantagens comparativas para superação das assimetrias (SÁNCHEZ, 2011; ROZOS, 2009). Assim, vagas em universidades, capacitação técnica e intelectual, profissionais da saúde e educação, recursos naturais, entre outros fatores, recebem especial atenção dentro do bloco. Por meio das Missões Sociais (CARBALLO, 2015; D'ELIA; QUIROZ, 2010), Cuba e Venezuela cooperam em políticas públicas nas áreas de alimentação, comunicação (*Telesur*, *ALBATV*) educação (*Robison*, *Yo sí puedo*) e saúde (*Barrio Adentro*, *Milagro*), realizando trocas de profissionais (médicos e professores, principalmente). Foram também instituídas, entre os membros do bloco, empresas *granacionais* para operarem em áreas estratégicas<sup>27</sup>, com objetivos e princípios de funcionamento, opostos as empresas transnacionais (OLIVEIRA, 2012). A ALBA possui também a PETROCARIBE<sup>28</sup>, instrumento pelo qual a Venezuela fornece petróleo aos países membros a preços subsidiados (CORDOVA, 2008).

Com o Brasil as relações entre os dois países conheceram uma verdadeira mudança, passando do apoio discreto para a cooperação efetiva, sob a política externa do governo Lula (2003-2010). Efetivaram-se acordos na área petrolífera (com a participação da Petrobras<sup>29</sup>) e portuária (com financiamento do BNDES para a construtora Odebrecht) que já estão sendo

<sup>26</sup> Em 2012, aderiram San Cristóvan y Nevis, Granada e Suriname.

<sup>27</sup> As empresas granacionais abrangem um total de 12 áreas, sendo elas: Alimentação, Meio ambiente, Ciência e tecnologia, Alba-Comércio Justo, Alba-Cultura, Alba-Educação, Telecomunicações, Industria e Mineração, Saúde, Turismo, Transporte e Energia.

<sup>28</sup> O PETROCAIBE consiste numa plataforma institucional criada oficialmente em 2005, iniciativa principalmente venezuelana, que se define como um órgão para a criação de políticas e planos energéticos direcionados à integração dos povos caribenhos, tendo em vista o uso autônomo e soberano de recursos naturais disponíveis no território destes países. (Ver entre outros FERMÍN; MORALES; MORALES, 2010.)

<sup>29</sup> Entre 1998 e 2001, a Petrobras desenvolveu atividades exploratórias no mar cubano. Em 2008 voltou à ilha e adquiriu direitos de exploração em águas profundas cubanas no golfo do México. Na intenção de identificar oportunidades de parcerias, atualmente a Petrobras conta com um escritório de representação no país. (PETROBRAS, 2011)

executados. Em 2008, o Brasil já era o quarto parceiro comercial de Cuba, com trocas comerciais superiores a US\$ 650 milhões, além de US\$ 1bilhão em empréstimos para infraestrutura cubana entre 2003 e 2010<sup>30</sup>. Pelo montante e pelo conteúdo dos investimentos brasileiros, pode-se inferir que tal parceria tem objetivos profundos e de longo prazo, certamente ultrapassando o âmbito apenas econômico-comercial.

Como resultado de sua política externa ativa, Cuba conseguiu ampliar parcerias econômico-comerciais em todos os continentes. Nos anos 2000, os principais parceiros econômicos de Cuba eram os Países Baixos, Venezuela, China, Canadá e Espanha. Nesta mesma década os percentuais de aumento do Produto Interno Bruto cubano foram de 3,8% em 2003, chegando a 12% em 2006, porém em 2007 voltou a diminuir com 7,5% (PEREZ, 2008). Ainda assim, o índice de crescimento cubano foi maior que de países latino-americanos, mesmo sendo isolada e marginalizada pelo bloqueio e pela legislação norte-americana. O fato é que o caráter extraterritorial das leis norte-americana anti-cubanas atraíram em muito a participação de outros países para o mercado cubano, onde vislumbravam lucros provenientes do setor de turismo, mineração e abastecimento (FENOSA, 2012).

Para tentar atrair investimentos produtivos, Cuba lançou uma série de reformas, entre as quais a abertura para empresas transnacionais se instalarem na ilha. O setor de turismo<sup>31</sup> foi o mais bem sucedido, com a instalação de redes hoteleiras europeias, o que além de abrir postos de trabalho, integral (camareiras, cozinheiras, etc.) ou semi-integral (motoristas, guias, etc.) trouxe moedas fortes para a debilitada economia nacional (ARMENTEROS, 2008). Essas reformas foram graduais e bem controladas pelo Estado, que detêm para si a administração de 51% de todos *joint-ventures*<sup>32</sup> que entram no mercado cubano, portanto, o claro objetivo era abrir a economia, sem desistir da essência do socialismo. Estas associações econômicas do capital estrangeiro com o Estado foram bem significativas e eram no número de 20 em 1990, elevando-se para 176 em 1994 e 403 em 2002. (EVERLENY, 2004.)

O governo cubano sabia que deveria reverter o isolamento comercial gerado pelo bloqueio norte-americano, atraindo investimentos estrangeiros para o país que fossem

---

<sup>30</sup> Em setembro de 2003, o presidente Lula em sua primeira viagem a Havana, firmou com o governo cubano 12 instrumentos de cooperação em matéria financeira, turismo, saúde agricultura, pesca, meio ambiente, educação e indústria siderúrgica, e acordos comerciais, no montante de US\$ 200 milhões, financiado em parte pelo BNDES, parte por empresas privadas brasileiras.

<sup>31</sup> A abertura para entrada de turistas se deu já em 1986 e para investimentos estrangeiros nessa área a partir de 1987, mostrando o quanto a administração cubana já estava atenta as possíveis mudanças internacionais e ao mesmo tempo o quanto sua postura frente ao cenário internacional é estratégica.

<sup>32</sup> Estas associações econômicas do capital estrangeiro com o Estado eram no número de 20 em 1990, elevando-se para 176 em 1994 e 403 em 2002.

produtivos e gerassem divisas necessárias para as importações de alimentos e bens de consumo e de produção. Foi com esse mesmo intento que no setor primário de extração conseguiu investimentos chineses para extração de petróleo (nas reservas do Golfo do México) e capital canadense, principalmente, na extração de níquel.

Durante a década de 2000, 75% das exportações cubanas eram destinadas aos Países Baixos, Canadá, China e Venezuela. Já 60% de suas importações eram originárias da Venezuela, China, Espanha, Alemanha e EUA. Pode-se dizer que a política externa cubana abandonou a fase de ofensiva ideológica (da Guerra Fria) e passou para uma fase de angariar parceiros comerciais para solucionar seus problemas estruturais econômicos e financeiros (ARMENTEROS, 2006b).

Os dados do comércio exterior cubano, nos anos de 2006 e 2007 demonstram a diversificação das relações comerciais que Cuba conseguiu construir nos quinze anos de período pós-Guerra Fria (PEREZ-LOPEZ, 2013). No ano de 2006, Cuba importava produtos de quatro continentes, mas ainda privilegiando o continente americano (ARMENTEROS, 2006a), de onde são 50% dos 10 principais países exportadores para Cuba (Tabela 1). Em 2007, o quadro pouco se alterou quanto aos três primeiros parceiros de Cuba, porém ocorreu o significativo ingresso da Federação Russa e da Coreia do Sul, sendo que os países americanos representavam 40%, os europeus e asiáticos 30% cada, no ranking dos 10 principais mercados de origem das importações cubanas (Tabela 2). Na pauta de importações, as máquinas possuem um grande peso, destacam-se produtos intermediários (máquinas mecânicas), produtos alimentícios (cereais), além de combustíveis e fertilizantes.

**Tabela 1 - Importações segundo o país de origem das mercadorias para o ano de 2006**

<b>PAÍS</b>	<b>Milhares de pesos cubanos</b>
Venezuela	2.232.423
China	1.571.130
Espanha	859.625
Alemanha	618.463
EUA	483.591
Brasil	428.255
Itália	417.093
Canadá	351.604
México	235.046
Argélia	227.955

Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información (2013).

**Tabela 2 - Importações segundo o país de origem das mercadorias para o ano de 2007**

<b>PAÍS</b>	<b>Milhares de pesos cubanos</b>
Venezuela	2.243.242
China	1.518.084
Espanha	982.305
EUA	581.657
Canadá	436.723
Itália	391.063
Brasil	382.087
Alemanha	371.730
Coréia do Sul	331.747
Rússia	291.788

Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información (2013).

Quanto aos 10 principais parceiros com quem Cuba comercializava seus produtos, para o mesmo ano de 2006 (Tabela 3), é significativa a pouca participação de países latino-americanos, como destino das vendas cubanas, compondo apenas 30%. No ano de 2007 (Tabela 4), poucas alterações são verificadas, mas merece destaque a entrada do Brasil, como 8º destino das exportações cubanas. A pauta de exportações é ainda extremamente concentrada, no níquel, no açúcar, nos produtos farmacêuticos.

**Tabela 3 - Exportações segundo o último país de destino das mercadorias para o ano de 2006**

<b>País</b>	<b>Milhares de pesos cubanos</b>
Países Baixos	788.045
Canadá	545.381
Venezuela	408.787
China	243.971
Espanha	156.908
Rússia	136.716
Singapura	79.349
Bolívia	59.304
Trinidad e Tobago	51.723
França	51.495

Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información (2013).

**Tabela 4 - Exportações segundo o último país de destino das mercadorias para o ano de 2007**

<b>País</b>	<b>Milhares de pesos cubanos</b>
Canadá	962.966
China	928.320
Venezuela	450.397
Países Baixos	435.514
Espanha	172.533
Rússia	70.570
França	68.461
Brasil	64.293
República Dominicana	32.757
Alemanha	24.259

Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información (2013).

Desde o início do século, ainda sob a liderança de Fidel, a administração cubana já estava sendo executada por elementos jovens (entre 35 e 40 anos de idade) oriundos das Universidades cubanas, que sempre se preocuparam em criar capital humano qualificado para dar continuidade a política de Estado gestada pelo governo. Os ex-combatentes de Sierra Maestra, Angola, ou mesmo da Nicarágua e Granada, já não mais figuravam nos quadros administrativos chaves. Essa mudança era um projeto institucional da revolução, que procurava evitar o mesmo destino da URSS, onde a gerontocracia não abriu espaço político nem administrativos para que novos quadro dessem fôlego modernizador ao governo soviético.

Com a saída de Fidel Castro do poder em 2006, em fevereiro de 2008, Raúl Castro assumiu definitivamente a direção de Cuba (assumindo os cargos de Presidente do Conselho de Ministros e Primeiro Secretário do Comitê Central do PCC), promovendo imediatamente uma reforma ministerial. Assessorado por elementos conservadores das Forças Armadas, afastou antigos colaboradores e não se mostrou, inicialmente, entusiasmado com possíveis conversações com a administração norte-americana.

A política externa sob o governo de Raúl Castro, que dedica-se com afinco a dimensão econômica, trouxe como forte intento o desenvolvimento das exportações e, ao mesmo tempo, a substituição das importações. Comprometeu-se em aumentar a credibilidade internacional do país, fazendo cumprir todos os compromissos contraídos no mercado internacional. Além de ampliar os sócios comerciais, estabilizar os mercados já existentes, fomentando a vocação exportadora dos setores já tradicionais, dedicando-se a exportação de bens e serviços de maior valor agregado (GONZÁLEZ, 2009).

Para isso, contribuiu o cenário internacional em transformação e, principalmente o cenário latino-americano de convergência política (com governos progressistas) e incremento da integração e protagonismo da região. A condenação do bloqueio norte-americano desde 1960, ultrapassa o âmbito do discurso e se torna efetivo que as iniciativas de (re)incorporação de Cuba ao sistema interamericano. O anacronismo da política externa estadunidense anti-Cuba é exposto não só por atores regionais e internacionais, mas também por setores norte-americanos, que identificam tal postura muito mais como um ato de política doméstica, do que uma posição de segurança frente a suposta “ameaça cubana” à estabilidade do continente americano (CORONADO; GONZÁLEZ, 2011).

No âmbito interno, Raúl Castro promoveu uma série de medidas para “atualizar” o modelo de desenvolvimento cubano e adequar Cuba a realidade conjuntural, tanto latino-americana como global (BOHRER; FONSECA; BALARDIN, 2012). O serviço de telefonia

celular, assim como a venda de computadores e eletrodomésticos supriram anseios imediatos por tecnologia da população em geral. A possibilidade de compra de casas próprias pertencentes ao Estado, a entrega de terras para cooperativas e produtores particulares criou novas modalidades de propriedades, inexistentes desde a revolução. Quanto a agricultura, o objetivo é a elevação da produtividade e a conseqüente redução dos preços dos produtos agrícolas. Junto com isso, o Estado aumentou os preços pagos aos agricultores por alguns produtos agrícolas, carne e leite principalmente, como forma de aumentar o poder aquisitivo deste setor. Com esse mesmo intento, foram reajustadas as aposentadorias e os salários dos trabalhadores da saúde e da educação.

Na política externa, o chanceler Felipe Pérez Roque, identificado com a tradicional postura cubana de denúncia dos abusos norte-americanos foi afastado, em 2009 do MINREX, sendo substituído por Bruno Rodríguez Parrilla. Essa mudança permitiu avanços significativos nas relações com a União Europeia, o fortalecimento das relações Sul-Sul, a aproximação estratégica com Brasil, Venezuela e a normalização das tradicionais relações amistosas com o México (CORONADO; GONZÁLEZ, 2011).

O tema dos direitos humanos, tão caros à Cuba e sempre utilizados como instrumentos de pressão contra o governo cubano, conheceram um avanço com a abertura do diálogo com a Espanha no âmbito das Nações Unidas. Junto com isso, em 2008 em Havana, foi firmada uma Declaração conjunta com a Comissão Europeia, que visa explorar os potenciais de cooperação em educação, meio ambiente, ciência e tecnologia, medicina e esportes.

Os projetos de cooperação solidária cubana sempre trouxeram prestígio capital diplomático. Por meio de projetos na área da saúde, educação, agricultura e meio ambiente (onde possui um desenvolvimento científico-tecnológico considerável e reconhecido), Cuba encontrou uma forma pragmática e legítima de se inserir nos debates continentais e extracontinentais. Os programas de prevenção contra acidentes e desastres naturais também tem encontrado um terreno fértil na América Latina e Caribe. A região tradicionalmente afetada por furacões conta com a expertise cubana, que teve sucesso contra os furacões Dennis e Ivan em 2005, evacuando mais de dois milhões de pessoas das áreas de riscos e tendo custos humanos bem inferiores aos dos EUA, se comparados com a tragédia do Katrina, que possuía a mesma potencia. A experiência cubana já tinha feito diferença nos desastres do Haiti (furacões e terremotos), onde brigadas de médicos, desde 1998, prestam ajuda humanitária em administrando hospitais, atendendo em postos de saúde e realizando cirurgias com suas equipes médicas (CORONADO; GONZÁLEZ, 2011, p.56).

Depois de treze anos sem se reunir, foi convocado em agosto de 2009, por Raúl Castro, o VI Congresso do Partido Comunista Cubano. O tema econômico era central, com propostas de novas medidas para direção econômica do país. Junto com isso, a restrição da temática econômica, deixando as discussões sobre relações sociais e sobretudo da esfera política, faziam parte das discussões diárias da população (ESTRADA, 2013, p. 56). Ao término do Congresso, em abril de 2011, mais de trezentos postulados para a política econômica, que resultaram em uma compilação denominada *Lineamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución*, ou simplesmente, *la actualización del modelo*. Com o objetivo de manter e sustentar o projeto socialista do país, o documento trata de temas como comércio, turismo, políticas externa, agrícola, industrial, ciência e tecnologia e políticas macroeconômicas (FERNANDES, 2013).

O bloqueio norte-americano exigiu de Cuba uma política externa que fosse mais ativa e inovadora para marcar sua presença e participação no cenário internacional. Por ter um Estado organizado de forma centralista, Cuba conseguiu absorver os impactos das mudanças internacionais, formulando sua política externa sem conflito de interesse internos. A centralização política, portanto, foi positiva para que o país desenvolvesse estratégia e objetivos claros, que resultam em uma política exterior consistente. Com um discurso anti-imperialista, teve forte atuação na busca por cooperação internacional e a manutenção de seu sistema político-social interno (DOMÍNGUEZ, 2004). Sob a liderança de Raúl Castro, é possível perceber modificações na política externa, não somente quanto aos objetivos, mas também quanto ao perfil de atuação, ainda que os princípios históricos tenham sido mantidos.

Por un lado, el nuevo Presidente va a menos cumbres y eventos cimeros, lo cual sin duda le resta protagonismo a la diplomacia cubana. Por otra parte se puede percibir que hay una firme voluntad de ir priorizando la búsqueda y consolidación de aliados económicos. No quiere decir esto que se reste importancia al enfrentamiento político ideológico con el imperialismo. Lo que sí quiere decir es que en la medida que el proceso de reformas en Cuba vaya avanzando, habrá que hacer ajustes a la política exterior para que apoye mejor el proceso interno. (ALZUGARAY 2011, p.46)

Essa nova fase da política externa cubana visou desenvolver uma estratégia de promoção de serviços (inclusive de profissionais) com a venda de projetos e soluções tecnológicas, com atenção especial para a busca de novos mercados para serviços médicos e a indústria farmacêutica. Nesse sentido, busca acordos internacionais de cooperação e complementação econômica, para poder desenvolver as exportações de produtos de maior nível tecnológico e valor agregado (HERNANDÉZ, 2009).

Concomitante a isso, a política externa econômica trabalhou para atingir maior racionalidade e qualidade nas importações, junto com o processo de substituição de importações, buscando identificar os reais potenciais nos setores agrícola, industrial, serviços e recursos humanos. A substituição de importações no setor industrial foi ocorrendo por meio de acordos com empresas exportadoras de maquinaria, buscando cooperação tecnológica e assistência técnica para peças de reparo e reposição.

Quanto a dívida externa, Cuba tentou dinamizar os processos de reordenamento dos pagamentos, para reduzir o efeito negativo sobre a economia nacional. Coerente com isso, assegurou que novos financiamentos só sejam feitos se estiverem incluídos no Plano da Economia Nacional (CUBA, 2011, p.18) e que não resultem em mais prejuízo a situação financeira do país. Os capitais estrangeiros são buscados, como complemento aos investimentos estatais, principalmente em atividades dinâmicas, que tragam resultados sociais. Os investimentos estrangeiros mais atrativos para Cuba são os que trazem acesso a tecnologia e podem contribuir para a capacidade produtiva e exportadora da ilha. Os capitais de médio e longo prazo podem alavancar o desenvolvimento de setores produtivos que geraram novas fontes de empregos. Para tanto, busca-se promover associações com o capital estrangeiro em Zonas Especiais de Desenvolvimento. Entretanto, essas novas modalidades de associações entre o público e o privado representam um desafio para os dirigentes cubanos e quanto a isso, os Lineamentos (CUBA 2011, p.20) do VI Congresso do Partido Comunista apontam para a necessidade de fiscalização do cumprimento de todas as normas, procedimentos e compromissos.

Os investimentos estrangeiros no setor de turismo cubano, correspondem a realidade caribenha, onde em alguns países representa 50% do PIB. Em Cuba, no período de 1990 a 2011, ingressaram em Cuba US\$36 bilhões. Em fins dos anos 1980, os ingressos de turismo representavam 4% do total de exportações de bens e serviços e tiveram um crescimento para 32%, em 1997, e 41% em 2001. O ingresso de turistas, entre 2000 e 2011, em Cuba, cresceu 4% e os capitais provenientes desse setor, 2,3%. Observou-se um decréscimo, se comparados aos números do período de 1990-1999, quando as porcentagens eram de 19% e 23%, respectivamente<sup>33</sup>.

Os motivos da redução podem ser motivados, primeiramente, por uma mudança metodológica da ONEI, no cálculo de capital ingressante. Também pode-se atribuir a redução do ingresso de capital, via setor de turismo, a redução do número de turistas europeus

---

<sup>33</sup> Os dados são da Oficina Nacional de Estatística e Informação (ONEI). <http://www.one.cu/>

(caracterizados por grandes gastos) em 20%, entre os anos de 2004 e 2011. Isso se mostra um tanto contraditório, uma vez que o euro (assim como a libra e dólar canadense) estavam valorizados em relação ao CUC (PÉREZ, 2004). Alguns especialistas apontam a falta de investimentos em atividades turísticas extra-hoteleiras, que não resumam a apenas as belezas naturais do litoral cubano (FIGUERAS, 2013). Ainda assim, setor de turismo foi responsável pela abertura de diversos postos de trabalho (diretos e indiretos), que triplicaram entre 1990 e 2011. Deve-se considerar também a circulação de moedas fortes, que impulsionam a economia.

Outro setor que merece destaque e está relacionado com a entrada de divisas é o setor de trabalhadores por conta própria<sup>34</sup> (*los cuentapropistas*). Em 1994, eram quase 150 mil trabalhadores nesse setor, atingindo a cifra de 400 mil em 2012. A composição desse trabalhadores é diversificada, mas tem destaque as pessoas sem vínculo empregatícios, os aposentados e os funcionários estatais. Esses três grupos representavam 30%, 22% e 28%, respectivamente, do setor em 1995. Em 2011, os números se alteraram para 68%, 15% e 17%, respectivamente. Estão distribuídos nas mais diversas áreas da economia, com destaque para o percentual de: restaurantes (paladares) 15%, transportadores (*boteros e roteros*, taxistas e micro-ônibus) 18%, arrendatários (que alojam turistas) 5%. (PÉREZ; PONS, 2013). Essa modalidade econômica resulta na circulação interna de moeda forte, que ainda que cause algumas diferenças sociais, é tributada e regulada pelo Estado. Dessa forma, o governo cubano consegue atender a demandas individuais da população e ao mesmo tempo criar receita tributária para manutenção dos direitos sociais e atividades estratégicas, que se mantém sob controle do Estado cubano.

No Informe Central do VI Congresso do PCC, está expressa a estratégia estatal

El incremento del sector no estatal de la economía, lejos de significar un supuesta privatización de la propiedad social, como afirman algunos teóricos, está llamado a convertirse en un factor facilitador para la construcción del socialismo en Cuba, ya que permitirá al Estado, concentrarse en la elevación de la eficiencia de los medios fundamentales de producción, propiedad de todo lo pueblo y desprenderse de la administración de actividades no estratégicas para el país. (CUBA, 2011a)

Quanto a solidariedade internacional cubana, que constitui um traço permanente da ação do país, esta passou a ser tratada de forma pragmática e bem mais controlada. Cuba

---

<sup>34</sup> O trabalho por conta própria era permitido em Cuba desde 1978. O setor passou por períodos de estímulo de desestímulo, sendo que, até 2011, diversas vezes foram ampliadas a profissões que eram autorizadas a praticar essa modalidade, assim como os setores de atuação. Essa modalidade de trabalho gera uma economia mercantil dentro do socialismo cubano.

continuou prestando solidariedade, contudo fez um rígido controle econômico e estatístico de custos. As ações de solidariedade que cheguem e saiam de Cuba, passam a estar previstas no Plano da Economia Nacional e, sempre que possível, serão considerados ao menos a compensação dos custos (FARBER, 2012). Pode-se observar, portanto, uma clara mudança no caráter solidário cubano, que antes obedecia a esferas muito mais político-ideológico, passando, a partir de então, a considerar os custos econômicos. Por isso, são priorizados os atos de solidariedade por meio de instituições multilaterais, para que estas chancelem, posteriormente, ajuda e apoio às necessidades nacionais cubanas.

Na América Latina, tem buscado aproximação com os movimentos populares e os governos progressistas para o desenvolvimento de uma atuante política de cooperação Sul-Sul. As iniciativas para estruturação de um modelo social de maior equidade, com maior participação democrática, se desenvolvem sob o lema “*Socialismo do Século XXI*” e tem contado com o apoio participativo dos governos da Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua, principalmente (ALZUGARAY, 2011). A aproximação que se deu, inicialmente, por aspectos sociais e políticos-ideológicos, ganhou conotações de regionalismo, alavancando as relações comerciais (GONZÁLEZ, 2009a).

No que concerne a integração econômica, a prioridade cubana é a participação na ALBA, que prevê cooperação e complementação econômica, para objetivos políticos e sociais comuns. Ainda assim, mostra-se disposta a continuar participando de outras iniciativas regionais, como ALADI e CARICOM, buscando nessas, mercados e apoio diplomático. Com o CARICOM, firmou o Acordo Comercial e de Cooperação Econômica, em 2000, mas que ainda não foi ratificado por todos os membros. As relações Cuba-CARICOM se concentram no comércio de mercadorias, apesar de seu potencial para o setor de serviços (ROMERO, 2010). Em 2014, no âmbito da ALADI foi assinado o ACE n°70, entre Cuba, Bolívia, Venezuela e Nicarágua, como forma de criar condições para a implementação do Espaço Econômico da ALBA (ECOALBA).

Da inserção cubana na América Latina, a fundação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) certamente foi a mais importante e que mais corresponde aos objetivos de sua política externa. A CELAC deve ser entendida como um instrumento de integração política, de 33 países, se apresentando como uma alternativa a OEA e excluindo a presença dos EUA e Canadá (ROMERO, 2010). Cuba desempenhou a presidência em 2013 procurou reforçar a posição do países caribenhos, inclusive na negociações CELAC-China, que tem o compromisso de priorizar as necessidades dos pequenos países. Dessa forma, Cuba consegue atuar em um fórum latino-americano se

mostrando como liderança regional e expandir seus laços políticos. Portanto, a CELAC se converte para Cuba em um meio de maior envergadura para sua política de colaboração.

É possível observar a emergência de um novo regionalismo, alavancado por governos progressistas, que buscam uma melhor inserção no sistema internacional, dadas as condições favoráveis para suas economias produtoras de matéria prima. Este novo regionalismo tem o Estado com ator central na concertação política e na logística de políticas econômicas de desenvolvimento.

Mesmo sendo um país de escassos recursos e fortemente dependente do mercado externo, a cooperação internacional, muitas vezes envolta em princípios humanísticos de solidariedade, sempre foi um aspecto da política externa que o governo cubano não abandonou. Isso faz de Cuba um dos países que mais coopera mundialmente. Em princípio se poderia atribuir isso as características socialista de solidariedade e desinteresse. Contudo, bem mais que isso, o prestígio internacional alcançado por Cuba, devido a suas ações de cooperação, são parte constituinte de suas características de política externa. Inversamente ao seu tamanho, Cuba teve sempre uma política de grande envergadura e importância no sistema internacional. Mesmo que mais próxima de países que possuíam semelhança ideológica, procurou sempre que possível, relações diversificadas em nome do interesse nacional, que em última instância corresponde a defesa da revolução. Se Cuba não exportou sua revolução, os avanços resultados do processo revolucionário na área da saúde e educação são os principais pontos de cooperação. O governo cubano trata essas áreas como condições para o desenvolvimento sustentável e, por isso, são alvo de sua participação em programas regionais, ou mesmo mundiais, o que garante para Cuba projeção e presença internacional.

A colaboração de Cuba, tem obedecido a princípios tais como o respeito a determinação de prioridades pelos países receptores, de acordo com a postura de não ingerência em assuntos internos dos países. Além disso, busca a concertação das ações com forças ou movimentos locais, executando também capacitação de capital humano local, para perpetuação dos projetos. Importante destacar que as ações de cooperação, ainda que contem com a colaboração de vários órgão do governo, é executada diretamente pelo Ministério de Comércio Exterior<sup>35</sup> (MINCEX) e Investimentos Estrangeiro, evidenciando a proximidade da política externa na área de cooperação e com a área política e econômica. Isso gera especulações que tais projetos de cooperação tem um custo altíssimo para os países receptores, mais altos do que talvez em uma cooperação norte-sul. Entretanto, não se pode

---

<sup>35</sup> Criado em 2009, substituiu o Ministério do Comércio Exterior de Cuba, criado em 1961.

pensar nesses programas de cooperação apenas do ponto de vista técnico e econômico. Deve-se agregar o fator político e ideológico que envolve qualquer tipo de cooperação com Cuba. Para os países parceiros, as relações com Cuba sempre tiveram um caráter estratégico de soberania de suas políticas externas, além de resolver problemas estruturais de suas sociedades, como os índices de acesso à saúde e educação.

Assim como todos os países em desenvolvimento, Cuba depende dos investimentos estrangeiros para financiar e sustentar sua economia. Em um cenário de desconfiança, gerado principalmente pela crise de 2008, o país buscou atrair investidores por meio da modernização e descentralização administrativa, além de diversificar seu comércio exterior. Os resultados das alterações na política externa se fizeram sentir, mais consideravelmente, a partir de 2010, como é possível notar por meio da modernização do setor produtivo.

A partir de 2000, mais de 50% do PIB cubano se refere ao comércio exterior (HERNANDÉS, 2015) e dentro disso, a exportação de serviços tem sido a maior fonte de ingresso de capital na ilha, acompanhando uma tendência do comércio mundial. Cuba exportava principalmente serviços de saúde, informática (software) e projetos de engenharia. De acordo com o Centro de Promoción del Comercio Exterior y Inversión Extranjera (CEPEC) de Cuba, os principais destinos de tais serviços são Venezuela, Países Baixos, Canadá, China, Espanha, Panamá, Nigéria e Brasil, em ordem de quantidade. (CEPEC, 2014). Entretanto, as exportações de produtos primários, ainda tem um grande peso na pauta cubana, principalmente de produtos como níquel, açúcar, tabaco, marisco, rum e mel, permanecendo Cuba, diante de alguns mercados como um parceiro agroexportador.

É importante ressaltar, que a busca pela diversificação das parcerias comerciais, Cuba não segue uma lógica linear crescente. Segundo dados da ONEI (Oficina Nacional de Estatística e Informação), em 1990, 80% de suas exportações estavam concentradas em cinco países (URSS, China, Brasil, México e Canadá). Em 2000, essas exportações estavam divididas entre dez países (Rússia, Canadá, Espanha, Alemanha, Holanda, China, Suécia, Bélgica, França e México), voltando a se concentrar em 2010 em apenas quatro países (Venezuela, China, Canadá e Holanda).

Os números do comércio exterior cubano, para os anos de 2010 e 2011, mostram a continuidade na diversificação comercial da política externa de Cuba. Dos 10 principais países de origem das importações cubanas (Tabela 5), 50% são americanos e 30% europeus e 20% asiáticos. Isso poder ser reconhecido como um indicador de sucesso da política externa cubana no continente.

**Tabela 5 - Importações segundo o país de origem das mercadorias para o ano de 2010**

<b>PAÍS</b>	<b>Milhares de pesos cubanos</b>
Venezuela	4.301.862
China	1.223.245
Espanha	785.376
Brasil	444.354
EUA	406.118
México	359.970
Canadá	331.398
Itália	292.133
Alemanha	269.417
Vietnã	266.260

Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información (2013).

**Tabela 6 - Importações segundo o país de origem das mercadorias para o ano de 2011**

<b>PAÍS</b>	<b>Milhares de pesos cubanos</b>
Venezuela	5.902.286
China	1.281.742
Espanha	1.019.677
Brasil	643.082
Canadá	479.257
México	452.850
EUA	430.420
Itália	388.453
França	343.996
Vietnã	308.743

Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información (2013).

Analisando os números, é possível observar que os gastos de Cuba com importação aumentaram (Tabela 6), significativamente. Este aumento está relacionado, em parte, ao volume de produtos agrícolas importados, mas também demonstra maior poder de compra no mercado mundial por parte de Cuba. Canadá e EUA trocaram de posições e a Alemanha foi substituída pela França, como mercado de origem das importações cubanas. Com relação ao Brasil, é possível observar o crescimento nas relações comerciais e de acordo com a Divisão de Inteligência Comercial do Itamaraty, Cuba foi o 67º parceiro comercial brasileiro em 2011. Essa tendência vem se construindo desde 2007 e o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu cerca de 56% até 2011 (BRASIL, 2012). As importações cubanas do Brasil são em sua maior parte de produtos manufaturados, enquanto o Brasil importa de Cuba basicamente, produtos farmacêuticos.

No que tange as exportações cubanas (Tabela 7), o continente africano, figura ainda de forma modesta, como destino dos produtos cubanos. A forte participação dos Países Baixos

nas vendas cubanas mostra o sucesso das relações cubanas com parte da União Europeia. Importante ainda ressaltar que a Venezuela e os Países Baixos quase duplicaram o montante importado no período (Tabela 8). Isso demonstra a diversificação geográfica das relações econômicas de Cuba, independente conotações política e ideológicas, que tem pautado suas relações exteriores no pós-Guerra Fria.

**Tabela 7 - Exportações segundo o último país de destino das mercadorias para o ano de 2010**

<b>PAÍS</b>	<b>Milhares de pesos cubanos</b>
Venezuela	1.716.739
China	680.564
Canadá	604.024
Países Baixos	353.154
Singapura	186.227
Espanha	160.746
França	106.664
Costa de Marfim	93.465
Brasil	57.843
Rússia	57.472

Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información (2013).

**Tabela 8 - Exportações segundo o último país de destino das mercadorias para o ano de 2011**

<b>PAÍS</b>	<b>Milhares de pesos cubanos</b>
Venezuela	2.432.200
China	786.200
Canadá	718.800
Países Baixos	656.400
Espanha	165.400
Nigéria	102.600
Brasil	82.100
Rússia	67.200
Itália	51.100
Alemanha	40.200

Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información (2013).

A aproximação política de Cuba com os países europeus é resultado da ativa participação desta nas Conferências dos chefes de Estado Ibero-americanos, desde 1991, onde tem recebido franco apoio a suas reivindicações frente as pressões norte-americanas, como a condenação, por seus membros, das Leis Torricelli e Helms Button, consideradas unanimemente extraterritoriais. Se este apoio político diplomático não é exatamente uma aliança – e sofrem constantemente oscilações de acordo com os partidos europeus no poder e a pressão norte-americana – ao menos reduzem o isolamento internacional de Cuba e

legitimam sua posição ante aos atos dos EUA. A postura dos países europeus, se deve ao temor destes quanto que a ingerência norte-americana ameace seus investimentos em Cuba.

No cenário latino-americano, Cuba segue exercendo um papel relevante. Frente a iniciativa fracassada da ALCA, os membros da ALBA e do Mercosul tiveram papel crucial na oposição ao projeto norte-americano, destacando-se Cuba como porta-voz dos países caribenhos. A decisão da OEA em sua XXXIX Assembleia Geral, que resultou na resolução de San Pedro Sula (Honduras) de anular a medida adotada de expulsão de Cuba, em janeiro de 1962, trouxe uma nova postura para o organismo latino-americano. Ainda que Cuba tenha recusado o convite para se reintegrar a Organização, é necessário reconhecer a iniciativa independente da OEA frente aos ditames dos EUA.

Cuba goza de prestígio e influência tanto no latino-americanismo como no sul-americanismo como bem comprovam sua ativa participação nos projetos da ALBA e o diálogo constante com os países da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), principalmente em temas que dizem respeito a segurança e cooperação técnica, nos marcos do regionalismo pós-liberal e autônomo. Cuba depende basicamente de seus escassos recursos econômicos provenientes do turismo e do extrativismo, mas principalmente da solidariedade internacional e de apoio a seu regime político e estrutura social. Isso faz com que a ilha atue ativamente de forma solidária, com outras regiões do mundo (em especial o continente africano), enviando profissionais das mais diversas áreas, tais como saúde, educação e engenharia, com intuito de reverter tal postura, em apoio aos temas de sua política externa.

Observa-se, portanto, que Cuba busca no Sistema Internacional parcerias produtivas que gerem emprego e riqueza no país. Ao mesmo tempo, tenta ganhar capital diplomático, por meio da dimensão solidária de sua política externa, contribuindo com seu modelo educacional e de saúde, como forma de fortalecer-se politicamente. Em 2015, Cuba possuía 65 mil profissionais atuando em 89 países e, na ilha, 68 mil profissionais eram formandos, sendo destes 30 mil médicos, provenientes de 157 países.

Nesse modelo de inserção, tenta intensificar as parcerias Sul-Sul<sup>36</sup> com os países latino-americanos e com o continente africano. Entre tantas vantagens potenciais que as parcerias com a África apresentam (no setor primário e de cooperação tecnológica), deve-se destacar a importância numérica desse continente nas votações da Assembleia Geral das Nações Unidas pelo fim do bloqueio econômico. De certa forma, isso também explica a

---

<sup>36</sup> Resultantes da cooperação Sul-Sul.

presença de estrategistas militares cubanos no continente africano, ainda hoje, atuando em consultorias para órgãos de inteligência local.

Internamente, o país vem sendo vitorioso a todos os desafios que se apresentaram desde o início da revolução, ao menos nas tentativas de manutenção dos princípios básicos e na manutenção do amplo apoio da população. Contudo, é no âmbito externo que estão as grandes possibilidades e necessidades cubanas. Para tanto, sua diplomacia tenta ser o mais ágil possível para aproveitar potenciais e interessantes parcerias. Ainda assim, o fim do bloqueio se mostra como condição *sine qua non* para que Cuba possa criar laços econômicos e canais de cooperação para alcançar o pleno desenvolvimento, elevando a qualidade de vida da população e mantendo em funcionamento seus serviços de assistência social, visto pelos cubanos como princípios e necessidades básicas.

Em janeiro de 2014, se realizou em Havana a II Cúpula da CELAC, contando com a presença de 30 dos 33 mandatários da região, com a presença do Secretário-Geral da ONU e também do Secretário-Geral da OEA. O encontro teve forte conotação política com declarações de apoio ao fim do bloqueio à Cuba e também a redução das políticas protecionistas da UE. Ainda que não tenha resultado em medidas concretas para o âmbito econômico, a cúpula teve como consequência o anúncio do abandono da Posição Comum dos países membros da UE quanto a Cuba, facilitando as conversações entre as duas regiões (SERBIN, 2010).

Resultado de uma série de mudanças e demonstrações de vontade política, os Cuba e EUA anunciaram o restabelecimento de relações diplomáticas, no dia 17 de dezembro de 2014, após 53 anos de rompimento. Cuba libertou 53 prisioneiros políticos a pedido dos EUA e esses, libertaram 3 dos 5 cubanos presos, acusados de conspiração e espionagem<sup>37</sup>. Para a administração dos EUA tal atitude representou o reconhecimento da ineficácia das pressões política de mais de meio século. O presidente Barack Obama também buscava atender a setores internos, tanto da população mais jovem cubano-americana, como de grandes empresas dos setores agrícola, cerealífero, de informática e mesmo da Câmara de Comércio Estadunidense, que se mostravam favoráveis a normalização das relações entre os dois países (SANDORO, 2013). O setor de informática almeja entrar no potencial mercado cubano, dominado até então pelos chineses. A administração Obama buscou também melhorar a

---

<sup>37</sup> Foram libertados Gerardo Hernández, Ramón Labañino e Antonio Guerrero, restando presos ainda Fernando González e René González. Os cinco eram agentes de inteligência cubana, que permaneceram infiltrados por mais de uma década na comunidade cubano-americana, na tentativa de descobrir planos de ataque terrorista a Cuba. Em 1998, foram presos pelo FBI e julgados condenados.

imagem do país frente a aliados externos, que há muito não acompanhavam mais os EUA na votações da ONU<sup>38</sup> (WALLERSTEIN, 2015).

As negociações se transcorreram de forma secreta e tiveram a importante articulação do Papa Francisco e do Arcebispo de Havana, cardeal Jaime Ortega. A eles se somou nos esforços de mediação pelos entendimentos entre Cuba e EUA, o primeiro-ministro do Canadá, Stephen Harper e o presidente do Uruguai, José Mujica. A administração Obama reduziu as restrições quanto a remessas monetária familiares (aumentando de US\$550 para US\$2000 por trimestre) para Cuba, viagens desde o território dos EUA e a retirada de Cuba da lista de países que financiam o terrorismo<sup>39</sup>. Também foram permitidas importações de Cuba, com uma quota de US\$400 e a lista de produtos exportáveis para Cuba – antes restrita a alguns alimentos – se ampliou para materiais de construção, equipamentos agrícolas e telecomunicações (LAMRANI, 2014). O mercado cubano apresenta um potencial de US\$6 milhões de dólares anuais para as empresas norte-americanas, principalmente na área de turismo e no setor petrolífero, se comprovadas as reservas em território de Cuba (ARBOLEYA, 2015). Entretanto, mesmo que as relações diplomáticas tenham sido reestabelecidas, o bloqueio econômico à Cuba se mantém e sua revogação depende do Congresso norte-americano, dominado por democratas, ainda hostis ao regime da ilha.

Frente a crescente importância de Cuba na América Latina, os EUA ficavam cada vez isolados em sua postura anacrônica de tratar Cuba, como se ainda estivessem em plena Guerra Fria. A manutenção das relações hostis aumentava a solidariedade internacional à Cuba e deteriorava a imagem dos democratas internas e externamente, em um momento onde a hegemonia do país está desgastada pelos conflitos militares e pelas dificuldades econômicas. Para os EUA o reestabelecimento de relações com Cuba, não traz efeitos negativos – a exceção de alguns discurso belicistas republicanos – e o saldo positivo pode ser colhido nas eleições presidenciais. Para Cuba, a decisão abre novas perspectivas, ainda que não imediatas, mas a possibilidade na queda do preço das importações e fretes internacionais. Deve-se considerar também, que para o governo cubano, a resistência se transformou em vitória, na medida em que os EUA mostraram o ato como uma correção necessária, frente sua estratégia sem resultados de sufocamento do regime revolucionário. Longe de estar isolada, segundo o MINREX, Cuba tem atualmente relações diplomáticas com 194 Estados, dos quais 189 são

---

<sup>38</sup> Em outubro de 2014, pela vigésima terceira vez (consecutiva), os EUA foram derrotados na votação da Assembleia Geral da ONU, com 188 favoráveis ao fim do bloqueio à Cuba.

<sup>39</sup> Cuba figurava nessa lista desde 1982.

membros da ONU. Possui 123 embaixadas (quatro em organismos internacionais) e mais de 30 escritórios consulares. Em Havana, existem 108 embaixadas.

### 4.3 PARCEIROS E RESULTADOS DAS PARCERIAS

Dos objetivos da política externa cubana, a sobrevivência do regime sempre foi o maior desafio, seja pelas pressões norte-americanas, seja pela postura sino-soviética de disputa dentro do campo socialista. As relações comerciais foram o que Cuba tinha de efetivo para a atração de divisas para a manutenção das transformações sociais, promovidas desde 1959. Essa seção irá analisar dados numéricos do comércio exterior cubano, por meio de mapas, com objetivo de identificar seus principais parceiros no período de 1985 a 2013.

As datas se referem aos dados oficiais disponibilizados pelo governo cubano. Ainda, os períodos foram definidos pelos acontecimentos políticos e/ou econômicos que impactaram nas relações comerciais cubanas. Sendo assim, o primeiro mapa ilustra o período de 1985-1991, entre a posse de Mikail Gorbachov e a dissolução da URSS. O segundo mapa, de 1992-1996, procura mostrar os efeitos do Período Especial sobre o comércio exterior de Cuba. O mapa que trata de 1997-2013, reúne a recuperação da economia cubana e suas relações já no século XXI. Os outros dois mapas, referem-se aos 10 principais parceiros comerciais cubanos e a concentração de comércio por continentes, durante todo o período, de 1985-2013

Dada a inconsistência de muitas fontes quantitativas sobre Cuba, se optou por analisar os dados da Oficina Nacional de Estatística e Informação (ONEI), que são apresentados em milhões de Pesos Cubanos (CUP)<sup>40</sup>. Dados do Banco Mundial, da ONU, ou mesmo da CEPAL, são baseados nessa mesma fonte, entretanto apresentam discrepâncias não explicáveis. Portanto, é necessário ponderar a fonte (como qualquer outra), contudo ao se tratar de uma fonte única, as inferências podem ser mais claras pela certeza da autoria.

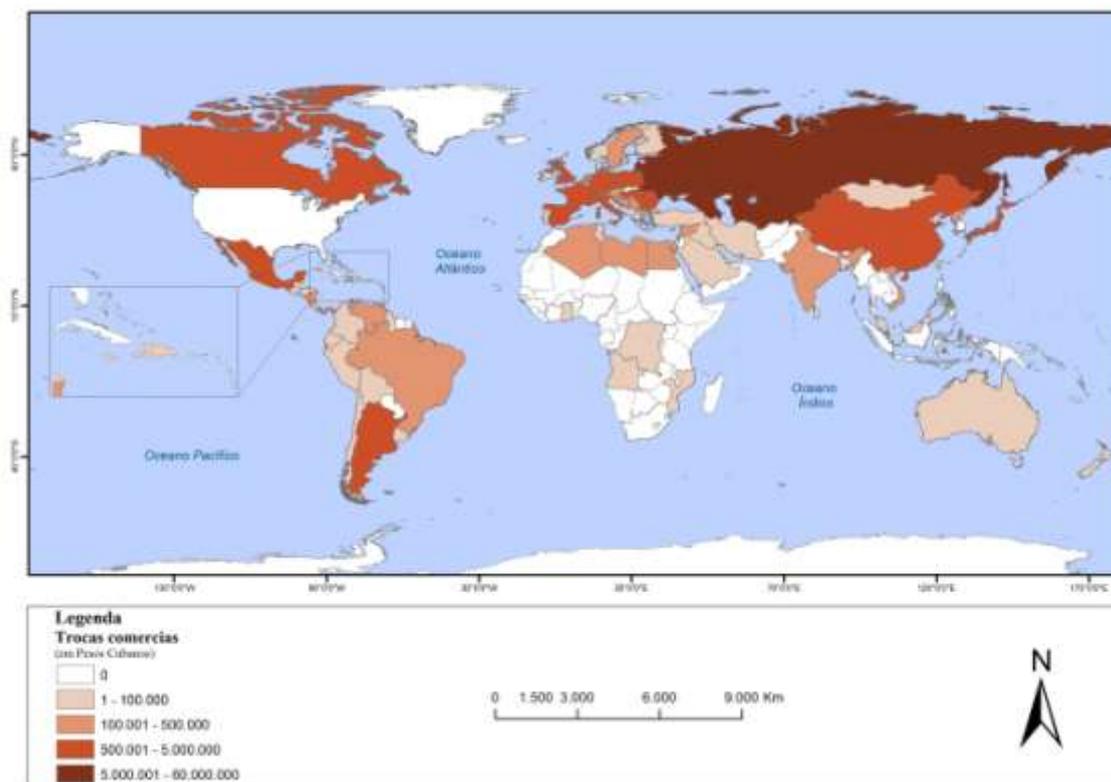
As relações comerciais cubanas entre os anos de 1985-1991 (Mapa 3), começam a apresentar sinais do desgaste e da desorganização dos países do CAME. Ainda que o maior volume de comércio se de com os países membros, as trocas comerciais com a Rússia por exemplo, reduziram-se de CUP9.900.580, em 1985, para CUP4.521.486, em 1991. Sendo que no período 1990-1991, sofreram uma queda de aproximadamente 50%. Se observa o aumento

---

<sup>40</sup> Não foi realizada a conversão para dólares americanos, dado que variação poderia alterar algum dado. Optou-se por manter os dados em Pesos Cubanos (CUP) e para para fins dessa análise pode-se considerar a seguinte conversão: US\$1,00=CUC1,00=CUP25,00. Importante ressaltar, que as empresas estatais, fazem a conversão das três moedas na proporção de 1:1.

da importância de outras regiões, com destaque para países como Canadá, México, Argentina, os países europeus (capitalistas e socialistas), China e Japão, que apresentam volumes de comércio semelhantes.

**Mapa 3 - Comércio Exterior Cubano (1985-1991)**



Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información de La República de Cuba. Elaborado por Ludmila Losada (2016).

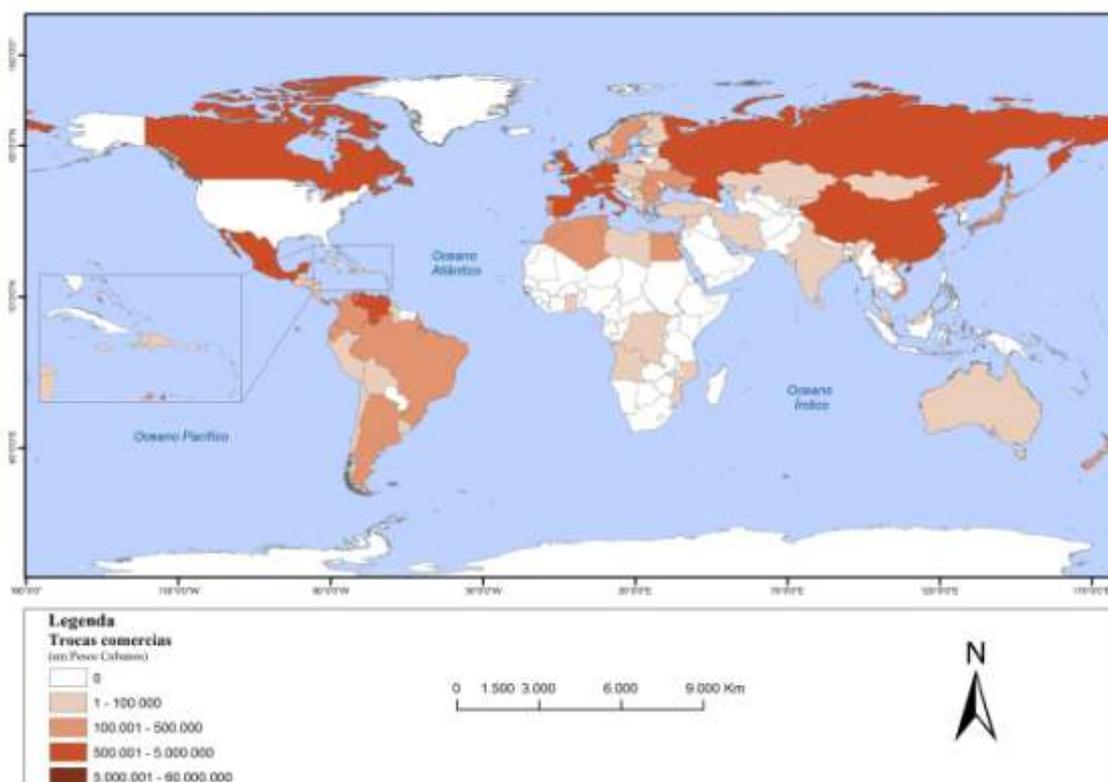
A reaproximação de Cuba com o continente americano, resultou no aumento das relações comerciais, que cresceram de CUP452.403, em 1985, para CUP839.349, em 1990, entretanto, sofrendo a queda para CUP588.261, em 1991, já resultado das dificuldades financeiras cubanas. É necessário ressaltar, que Canadá e México serem parceiros tradicionais de Cuba, sendo os únicos países do continente, que não romperam relações, pós-revolução. O Canadá apresentou aumento de aproximadamente 100% de seu comércio com Cuba e era responsável por quase 50% do valor total da região, em 1991.

Durante o período 1992-1996 (Mapa 4), que se refere ao ápice das dificuldades econômicas em Cuba (Período Especial), é possível observar, primeiramente, a drástica redução da atividade de comércio exterior de Cuba. Sua capacidade de importação se reduziu a partir de 1989, com o desaparecimento dos países socialista da Europa Oriental, e no ano de 1992, a queda se torna ainda mais vertiginosa, com a dissolução da URSS. A América Latina

aumentou seu volume de comércio com Cuba, desde o início do período, passando de CUP794.680, para CUP2.142.883, em 1996. Destaque na América Latina para a Venezuela, que apresentou um aumento de sua participação no comércio exterior cubano de mais de quatro vezes, no que foi acompanhada pelo México, na mesma proporção.

Ao mesmo tempo, Japão e Índia apresentaram redução em comparação com o período anterior, ainda que tenham elevado os fluxos comerciais dentro do período analisado. O Japão reduziu sua participação no comércio exterior cubano em CUP200.000, se comparados os anos de 1985 e 1996, apresentando crescimento entre 1992-1996. A Índia, por sua vez, apresentou um decréscimo de mais de 50% no período de 1985-1996, mas um aumento de quase 100%, entre 1992-1996.

**Mapa 4 - Comércio Exterior Cubano (1992-1996)**



Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información de La República de Cuba. Elaborado por Ludmila Losada (2016).

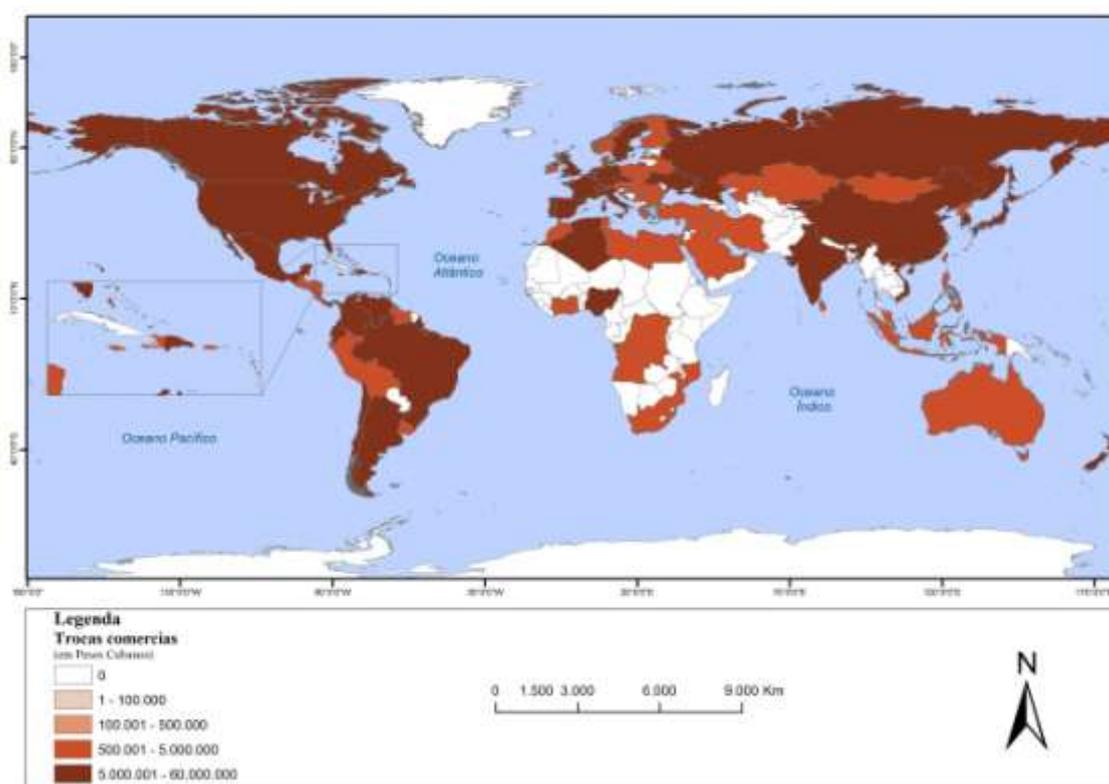
Na África é necessário ressaltar a redução das relações comerciais com a Líbia, em mais de dez vezes, de CUP8.381, em 1992, para CUP760, em 1995<sup>41</sup>. Destaque para as

<sup>41</sup> Os dados do comércio Cuba-Líbia do ano de 1996 não estão disponíveis.

relações comerciais com a Nova Zelândia, que representavam quase 100% do volume de comércio com os países da Oceania, ao longo do período.

O período de 1997-2013 é bem mais extensos se comparados aos analisados anteriormente (Mapa 5). Entretanto, abrange o período de recuperação da economia cubana, bem como suas estratégias de inserção internacional, após as dificuldades da primeira metade da década de 1990. Primeiramente, é possível observar o aumento da atividade de comércio exterior de Cuba, que aumenta de um total de 5.806.351, em 1997, para 19.989.760, em 2013<sup>42</sup>. No continente americano, os EUA passam a figurar nos dados a partir de 2001, com um volume de comércio de CUP4.414, mantendo-se estável ao longo do período.

**Mapa 5 - Comércio Exterior Cubano (1997-2013)**



Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información de La República de Cuba. Elaborado por Ludmila Losada (2016).

Ainda não estão disponíveis os dados a partir de 2014, quando Cuba e EUA reestabeleceram relações diplomáticas comerciais, não sendo possível, portanto, saber se as promessas de flexibilização norte-americanas, quanto flexibilização das restrições comerciais

<sup>42</sup> A partir do ano de 2010, a ONEI passou a considerar casas decimais. Nesse trabalho optou-se por omití-las, dada sua pouca relevância para a análise.

– principalmente da Lei Helms-Burton – surtiram efeito nas relações comerciais entre os dois países.

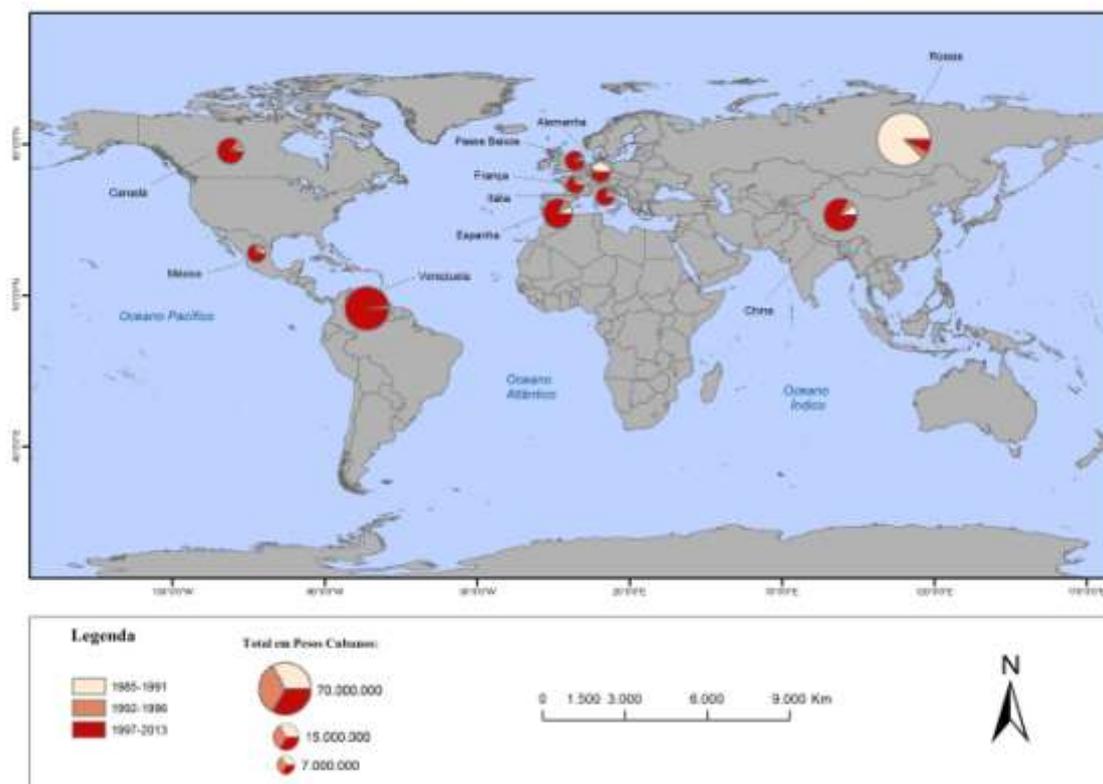
No período analisado, os países da América Latina se consolidam como parceiros comerciais de Cuba, impulsionados pelos processos de integração. Na América do Sul, mesmo os países de menor participação (Peru, Bolívia e Uruguai), apresentaram aumento. Desses, a parceria com o Uruguai aumentou em mais de dez vezes. Os países centro-americanos e caribenhos, também aumentaram sua participação no comércio exterior cubano, com destaque para a República Dominicana, que apesar de variações consideráveis, aumentou em quase 50% o valor de sua participação.

No continente africano, observa-se o aumento da participação de Angola, Moçambique e República Democrática do Congo, Gana e Líbia. Entretanto, os parceiros de maior fluxo comercial são Argélia e Nigéria, sendo a primeira, responsável por CUP 309.646, dos CUP 431.626 que foram comercializados com o continente africano, no ano de 2013. Essa tendência de participação argelina se observa o longo de todo período, com pequenas variações de proporção.

Na Ásia, China, Índia, Japão e Vietnã, apresentaram importante recuperação de seu papel no comércio exterior cubano. China e Índia mantiveram um crescimento constante ao longo do período, sendo a China responsável por CUP 1.877.289 dos CUP 2.763.646 comercializados entre Cuba e o continente asiático. Interessante destacar que a participação da Coreia do Sul ultrapassa em mais de oito vezes, o volume comercializado entre Cuba e a República Popular Democrática da Coreia. A Nova Zelândia reforçou sua presença, apesar de reduzir seu percentual no total comercializado, devido a incremento das relações comerciais de Cuba-Austrália.

Ao analisar os três mapas anteriores, é possível se identificar os dez maiores parceiros comerciais de Cuba (Mapa 6), no período de 1985-2013. Ainda que tenham ocorrido muitas variações é possível, ainda assim, localizar os principais focos do comércio exterior cubano, sendo os principais: Rússia, Venezuela, China e Espanha.

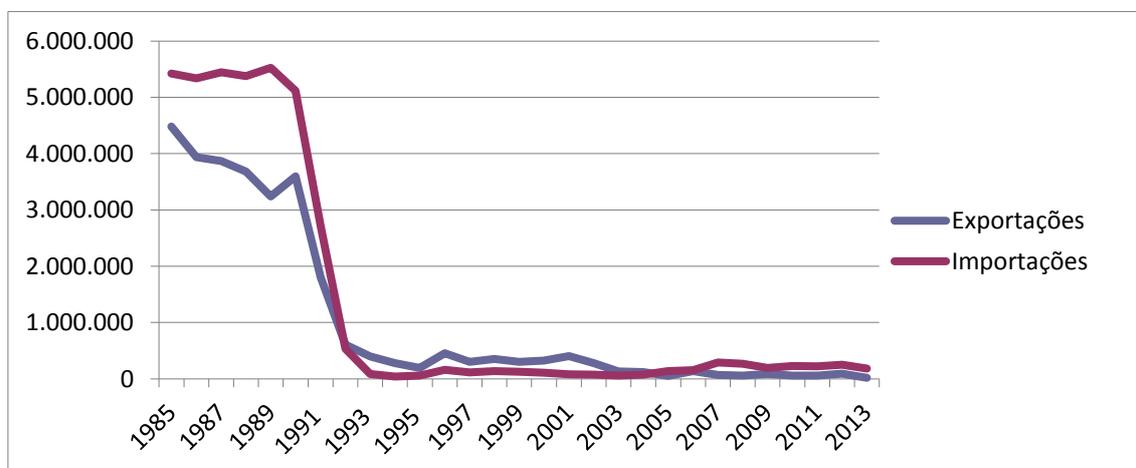
Mapa 6 - Principais Parceiros Comerciais de Cuba



Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información de La República de Cuba. Elaborado por Ludmila Losada (2016).

A Rússia teve um acentuado decréscimo no primeiro período, motivado pela desintegração do CAME, mas apresentou uma tendência de recuperação, se comparada ao período de 1992-1996.

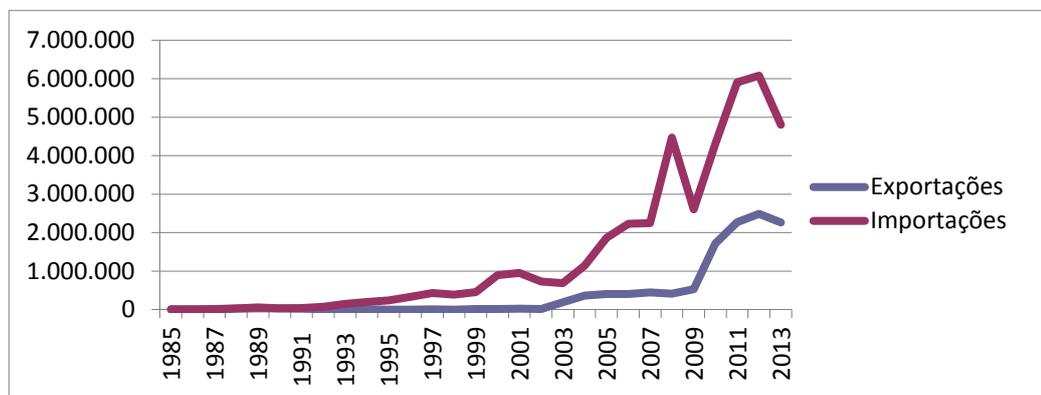
Gráfico 1 - Comércio Exterior Cuba-Rússia



Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información de La República de Cuba. Elaborado por Ludmila Losada (2016).

A Venezuela, se torna a principal parceira comercial de Cuba, antes mesmo da fundação da ALBA, rompendo com os períodos anteriores de participação pouco expressiva.

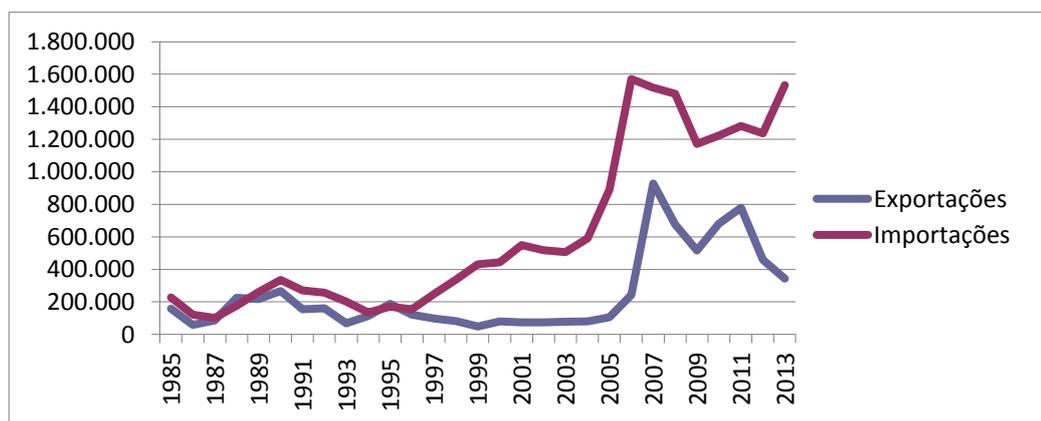
Gráfico 2 - Comércio Exterior Cuba-Venezuela



Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información de La Republica de Cuba. Elaborado por Ludmila Losada (2016).

A China, por sua vez, depois de uma breve redução no período de 1992-1996, passa a comercializar fortemente com Cuba, correspondendo a sua política externa de investimentos na América Latina, fazendo contraponto a presença do capital norte-americano na região.

Gráfico 3 - Comércio Exterior Cuba-China

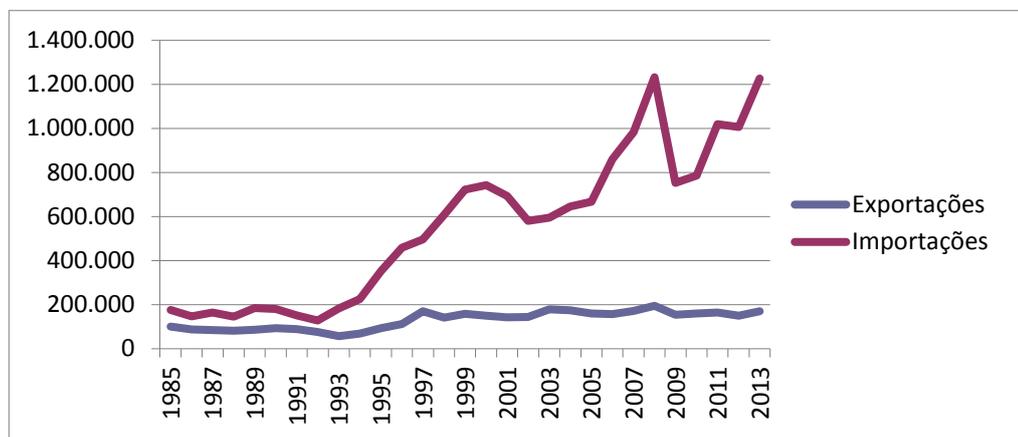


Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información de La Republica de Cuba. Elaborado por Ludmila Losada (2016).

A Espanha manteve sua participação praticamente estável nos dois primeiros períodos analisados, demonstrando maior participação a partir de 1997. A Espanha sendo a ligação entre Cuba e UE, possui além de investimentos no setor de turismo e telefonia, importante

participação no comércio exterior cubano, variando entre 25% e 35% do total comercializado com a ilha.

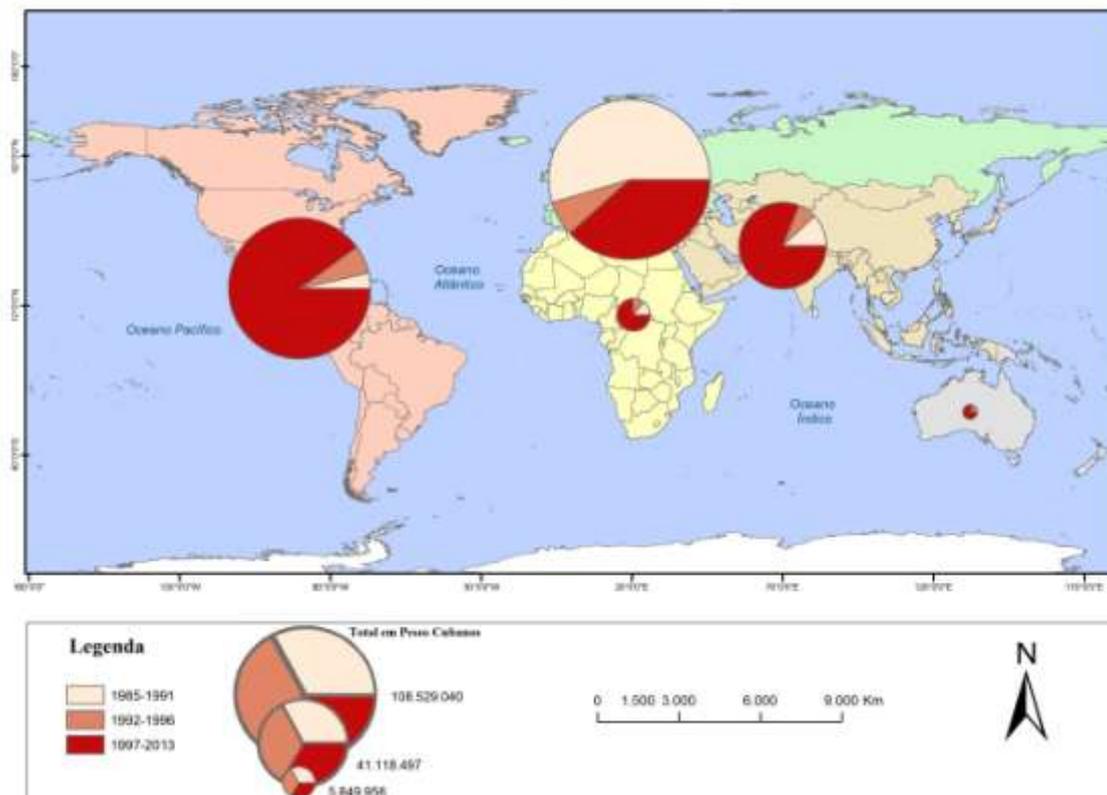
Gráfico 4 - Comércio Exterior Cuba-Espanha



Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información de La República de Cuba. Elaborado por Ludmila Losada (2016).

Deve-se destacar, que apesar de inúmeros programas de cooperação entre Cuba e o continente africano, nenhum país figura entre os dez principais parceiros. Isso pode ser atribuído a força financeira dos dez primeiros e também ao grau de desenvolvimento das economias africanas.

**Mapa 7 - Comércio Exterior Cubano por Continentes**



Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información de La República de Cuba. Elaborado por Ludmila Losada (2016).

Quando analisado a localização geográfica das relações comerciais de Cuba (Mapa 7), o continente europeu, americano e asiático se destacam. Além das questões econômicas e populacionais, deve-se saber que a participação europeia aparece tão expressiva, porque as relações com a Rússia foram contabilizadas como europeias. Ainda assim, a Ásia, com a participação da China e da Índia, demonstram grau significativo de importância no comércio exterior cubano. A grande expressão do continente americano é motivada pelas intensas relações comerciais de Cuba com Venezuela, México e Canadá.

As relações comerciais cubana, portanto, apresentaram no período de 1985-2013, uma expressiva diversificação de parceiros. Isso se torna mais evidente se analisarmos o continente americano, onde Cuba conseguiu romper com o isolamento e a desconfiança de seus vizinhos, ainda que persistam as políticas restritivas norte-americanas. Os EUA figuram no comércio exterior a partir do século XXI, mostrando o quanto o bloqueio econômico tem conotações muito mais políticas, ideológicas e sociais, do que efetivamente econômico-financeiras. Para além, do aumento no número de parceiros comerciais, é também importante ressaltar o

aumento no volume de comércio exterior, que em 1985 era de CUP 14.026.453, chegando a CUP 19.989.760, no ano de 2013. Mesmo se considerada as variações cambiais, ainda assim, é inegável o aumento da participação cubana no comércio global.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Cuba – como a de outros países e regiões da periferia do capitalismo – foi de constante exploração, seja por parte das metrópoles europeias (Espanha, Portugal, França e Inglaterra), seja por parte dos EUA. Com um processo tardio de independência, interrompido pela intervenção norte-americana, Cuba viu seus anseios de autonomia frustrados por mais de meio século. Somente a partir do triunfo da revolução é que o país pode ter um planejamento de desenvolvimento nacional, efetivamente soberano.

Entretanto, os constantes ataques de contrarrevolucionários e as pressões das administrações norte-americanas, fizeram com que Cuba se aproximasse da URSS e do bloco socialista. A Revolução Cubana, que tinha características nacionalistas e anti-imperialistas, após a declaração de seu caráter socialista, entrou no centro do conflito político-ideológico da Guerra Fria. A proximidade com a URSS, trouxe o risco de Cuba novamente estar sob uma relação imperialista. Tal risco não se materializou, devido a competência das lideranças cubanas em manter sua autonomia quanto a organização interna do país e independência de sua política externa. Ainda que, a economia de Cuba dependesse dos recursos provenientes dos países socialistas, para poder modernizar a estrutura produtiva – que até então era de um país monoprodutor e agroexportador – isso não se refletiu em uma postura subserviente frente à URSS.

Ao contrário, Cuba desenvolveu uma política exterior extremamente consistente e assentada em princípios tanto universais, quanto nacionais. Sua atuação nos 1960 e 1970, nos processos de descolonização afro-asiáticos, lhe garantiram a projeção internacional necessária para atrair a atenção soviética e, ao mesmo tempo, deixar claro que não era um Estado subordinado. É preciso ponderar, uma vez que o governo cubano sabia que sua margem de manobra, encontraria limites caso se distanciasse demais dos planos soviéticos. Ao mesmo tempo, os soviéticos sabiam que não poderiam manter com Cuba, as mesmas relações que tinham estruturado no pós-II Guerra Mundial, com os países do Leste Europeu. Cuba não estava sob ditames soviéticos.

A participação cubana nos conflitos africanos, por meio de assistência técnica e militar, proporcionaram para Cuba uma posição de liderança no Terceiro Mundo. A Revolução Cubana tinha, desde o início caráter terceiromundista, que lhe aproximava dos movimentos de libertação nacional. Por vezes, esses movimentos tinham características marxistas-leninistas, o que reforçava os laços com Cuba e possibilitava a participação soviética. Disso decorrem análises que tentam colocar Cuba como mandatária da URSS, na

África, na Ásia e na América Latina. Esse foi o real argumento utilizado para a promoção do isolamento cubano na América Latina e os consequentes regimes de segurança nacional. A hipótese de que Cuba representava o socialismo soviético dentro do continente americano, encontra pouco amparo na realidade, como bem comprovam as ações cubanas, que não raras vezes, despertaram críticas soviéticas. Cuba agia em nome de seu terceiromundismo, com qualidades de internacionalismo solidário, na tentativa ampliar sua projeção internacional, conquistando parceiros e aliados para a manutenção de seu regime.

Sua participação no MNA institucionalizou sua ação terceiromundista e gerou a aproximação com diversos grupos e movimentos, por meio da Tricontinental, da OLAS e mais tarde do G-77. Ao final da década de 1970, Cuba novamente passou a apoiar movimentos revolucionários na América Latina, dessa vez com maior sucesso e mais prudência. Concomitantemente, as mudanças no sistema internacional, reforçaram as pressões sobre a ilha, principalmente com a chegada à presidência dos EUA do republicano Ronald Reagan. A “Nova Guerra Fria” relançou o conflito Leste-Oeste e Cuba voltou a ser foco de críticas e de temores continentais.

A partir da segunda metade dos anos 1980, os governos marxistas-leninistas do Terceiro Mundo começaram a sentir a redução do apoio soviético, uma vez que a URSS estava mais empenhada na “Guerra nas Estrelas” norte-americana (INSULZA, 1987). O governo cubano iniciou um reposicionamento de suas ações, limitando-se mais a projetos de cooperação em áreas como saúde e educação, como uma maneira de manter sua presença e, ao mesmo tempo, reduzir os riscos para as conquistas que tinha obtido na década anterior. O recuo se deu não apenas por questões financeiras, mas também por uma leitura sensível do panorama internacional, que mostrava-se em transição. A URSS já demonstrava sinais de desgaste e as oposições no Leste Europeu começavam a ganhar voz e espaço político, derivados da Glasnost.

A queda do Leste europeu (1989) e a dissolução da URSS (1991), trouxeram para Cuba um cenário adverso, onde seus principais parceiros políticos-militares e sustentáculos econômico-financeiros desapareceram. Além do comércio subsidiado, o bloco socialista representava a segurança e a defesa – em última instância – da ilha. Cuba passou a conviver com a unipolaridade norte-americana, sem o contrapeso da URSS, em um sistema internacional globalizado e neoliberal. As dificuldades internas do Período Especial, trouxeram um clima de instabilidade para o país, com dissidências e distúrbios, motivados pelo desabastecimento e as consequentes políticas de racionamento. A oposição antirevolucionária, reunida em Miami, iniciou uma série de ataques (midiáticos e militares),

na tentativa de aproveitar a conjuntura para a derrubada do governo revolucionário. A política externa cubana foi colocada a prova, sendo o meio mais eficiente para a superação – do quadro econômico interno que se deteriorava – e resistência – frente ao capitalismo internacional que a assediava.

Com uma economia até então integrada aos países do CAME, Cuba precisou fazer reformas estruturais (inclusive constitucional) para dinamizar sua economia, explorando potenciais que até então haviam sido negligenciados. Sua vocação de solidarismo internacionalista lhe valeu para ampliação da cooperação com diversas regiões do mundo. A partir de uma política externa social e humanitária – que enviava profissionais da educação, construção civil e saúde – o país conseguiu paulatinamente atrair parceiros que poderiam suprir suas necessidades mais urgentes e, principalmente, evitar o isolamento internacional. No âmbito interno, a permissão da participação de investimentos externos, principalmente no setor de turismo, resultou na entrada de divisas, possibilitando que Cuba ganhasse poder de compra, para importações de alimentos e bens de produção. Em uma estratégia de articulação entre as políticas interna e externa, o governo cubano sempre investiu em educação, formando profissionais – de excelência reconhecida – e os enviando em seguida para programas de cooperação no exterior. Dessa forma, Cuba estabeleceu relações de outro porte, com significância superior a relações diplomáticas ou comerciais – compartilhando seus avanços e conquistas – que resultam em parcerias profundas.

Os países latino-americanos e alguns europeus se mostraram como os principais parceiros cubanos para a superação das dificuldades do Período Especial. A partir de então, a política externa cubana iniciou uma forte campanha nos organismos multilaterais, denunciando a manutenção do bloqueio norte-americano e de seu recrudescimento, por meio de legislações extraterritoriais, do Congresso dos EUA. Suas relações com os países africanos, por sua vez, garantiram o abastecimento de alguns produtos primários estratégicos, mas principalmente, foram fonte de apoio nas votações da Assembleia Geral, condenando a política norte-americana para Cuba.

Os processos de integração econômica e concertação política na América Latina, garantiram para Cuba, não só sua inserção institucional no continente – depois de quase meio século – com também garantiram parcerias comerciais estratégicas. A ALBA para além de ser um projeto de desenvolvimento humano e econômico, é uma fonte de recursos energéticos essenciais para Cuba. O bloco também proporcionou a articulação de Cuba, com países de forte identificação ideológica, como é o caso da Venezuela, da Bolívia e do Equador. A ALBA propôs como alternativa para a globalização neoliberal, uma integração baseada nos

princípios de complementariedade e solidariedade. Dessa forma, o governo cubano garantiu sua integração soberana no continente e também encontrou aliados estratégicos para enfrentar as dificuldades internas (abastecimento) e externas (bloqueio). A CELAC, por sua vez, se mostrou como uma vitória cubana, em seus intentos de coordenação política autônoma dentro do continente, cumprindo seu papel de contraponto a OEA, que sempre foi um instrumento norte-americano de pressão sobre Cuba. Por não contar com a participação de EUA e Canadá, a CELAC se transformou em um fórum de concertação política e resolução de conflitos, que podem ser resolvidos sem a ingerência dos Estados do norte. Diplomáticamente, a criação CELAC demonstrou a forte articulação política de Cuba e representou uma dura derrota, e até certo isolamento, dos EUA na região.

Em Cuba, as condições de vida se elevaram e já se observa a modernização da economia e da sociedade. Em termos culturais, Cuba sempre esteve integrada mundialmente, com seus artistas, bailarinos e desportistas, impulsionados por órgãos estatais como a *Casa de las Américas* e o ICAP. Ainda que com uma imagem estigmatizada pela Guerra Fria, no período posterior, veio o reconhecimento da excelência artística cubana, resultado dos investimentos do governo revolucionário na educação. Apesar disso, nas Olimpíadas de 2016, se observou uma redução no número de medalhas cubana, que acabou o evento em 18º lugar.

O setor de turismo, tradicional fonte de recursos externos, apresentou aumento substancial, na década de 1990. O fluxo de turistas que chegavam a Cuba, aumentou motivado pelos investimentos cubanos e europeus no complexo hoteleiro e, também, pela redução das restrições norte-americanas. A importância do turismo, reside no valor dos gastos que os visitantes realizam no país, além de ser uma boa forma de maior aproximação de investimentos externos em Cuba. Prova desta relação, está na grande participação espanhola e canadense na economia cubana, não apenas no setor turístico. Contudo, na primeira década dos anos 2000, os números apresentaram certa queda, ao que o Estado cubano e seus parceiros tem respondido com medidas atrativas e modernizadoras.

O PCC, em seu VI Congresso criou estratégias e planejamentos que visavam a ampliação de reformas estruturais. Os trabalhadores por conta própria tem demonstrado a habilidade do governo em reduzir gastos estatais e ao mesmo tempo reduzir pressões sociais. Ocorre que desde o triunfo da revolução, o Estado cubano foi responsável em garantir emprego para toda população. Isso pode ser apontado inclusive como um dos motivos da baixa produtividade da mão de obra cubana. A partir de 2011, com a ampliação dos *cuentapropistas*, o Estado pode concentrar recursos em atividades estratégicas, que por

questões de soberania, não foram entregues para empresas mistas e seguem sendo monopólio estatal.

A política externa passou a atuar de forma mais sistemática na ampliação e diversificação de parceiros comerciais. O objetivo principal era atrair capitais estrangeiros que pudessem, em conjunto com os investimentos estatais, alavancar atividades econômicas dinâmicas, que trouxessem resultados sociais. Nesse sentido, os investimentos estrangeiros mais importantes para Cuba, são os que trazem acesso a tecnologia e podem contribuir para a capacidade produtiva e exportadora do país, bem como investimentos de médio e longo prazo na infraestrutura nacional.

O fim do bloqueio norte-americano ainda se mostra como uma necessidade, apesar de muitos países o desconsiderarem e se mostrarem frontalmente contra, por meio de declarações e votações na ONU. Entretanto, com a vigência do bloqueio, muitos investimentos não chegam a Cuba, temerosos pelas garantias e proteção frente a políticas dos EUA. Nesse cenário, os investimentos chineses, russos e europeus tem absoluta importância por sua força econômica e política, diante da postura intransigente norte-americana, que insiste no bloqueio – um instrumento anacrônico de sufocamento econômico da ilha.

O reatamento das relações diplomáticas Cuba-EUA pode ser considerado um avanço, mas poucos resultados práticos trouxe. Para que se normalizem as relações entre os dois países, mais do que a reabertura das embaixadas, é necessário que se resolvam outras tantas questões. Ainda estão pendentes a política migratória, a remessas de capitais, os vistos turísticos, a devolução da base de Guantánamo e a liberdade dos agentes de inteligência cubana, que cumprem pena nos EUA. O diálogo entre Cuba e EUA, nunca deixou de existir, nem mesmo nos períodos mais tensos da Guerra Fria. A aproximação agora promovida, corresponde a uma resposta política da administração democrata de Barack Obama, que sente-se pressionada pelos republicanos tanto no Congresso, quanto nas eleições de 2016. O reestabelecimento das relações também atende aos desejos dos eleitores da comunidade cubano-americana – principalmente as novas gerações – que classificam de agressiva a política externa norte-americana para a ilha. Soma-se a isto, os interesses de grandes corporações norte-americanas, do setor agrícola e alimentício, em ter acesso ao mercado interno cubano.

É interesse da sociedade cubana o acesso a algumas tecnologias (individuais) capitalistas, sobretudo entre as aqueles indivíduos que nasceram após o triunfo da revolução. Entretanto, uma abertura que ocasionasse a perda de direitos sociais garantidos pelo governo revolucionário, não encontra respaldo nem nos setores mais críticos ao governo. Além disso,

o sentimento revolucionário, que ainda reside na sociedade cubana organizada, trata com cautela qualquer distensão econômica em relação ao capitalismo. O governo cubano vem fazendo as reformas necessárias para atualização de seu modelo de desenvolvimento e sua política externa tem encontrado parceiros econômicos para áreas de cooperação científico-tecnológica. Os primeiros resultados já podem ser percebidos, com o aumento da capacidade produtiva do país e o intenso fluxo comercial com diversas partes do mundo.

Cuba tem seu próprio modelo de revolução e de socialismo. Mesmo a proximidade com os soviéticos, não foi capaz de alterar seu caráter terceiromundista e, o que Cuba ainda representa, por sua autenticidade e resistência, segue causando temores nos segmentos conservadores mundiais. Portanto, Cuba deve ser compreendida e analisada, como um país que fez sua revolução, assentada no nacionalismo, no anti-imperialismo e, por isso, se definiu como terceiromundista. A construção do socialismo em Cuba, esteve intimamente relacionada a sua dimensão internacional e condicionada pelas pressões capitalistas. Sua política externa se desenvolveu com princípios rígidos e de permanente atuação no sistema internacional, sendo muitas vezes de caráter decisivo e não permitindo o isolamento do país.

Cuba promoveu uma revolução social por meio de um sistema educacional de princípios revolucionários – baseados nos sentimentos altruístas martinianos e nos ideais do “homem novo”, de Che. O nacionalismo cubano pós-revolução, se confunde com o socialismo e cria um ambiente de otimismo e confiança. Esse modelo foi forjado nas guerras de independência, no triunfo da revolução e na resistência de quase 60 anos. Como resultado, os cubanos constituíram uma sociedade caracterizada pela persistência e pela capacidade de resistência, frente a invasões militares, agressões paramilitares e mercenárias de exilados, campanhas midiáticas e bloqueio econômico. Se o século XXI trouxe desafios ao modelo cubano, suas instituições e população estão capacitadas e interessadas em superá-los, fazendo ajustes e reformas, para que as conquistas da revolução permaneçam vigentes.

## REFERÊNCIAS

- AGAFONOW, Alejandro; HAARSTAD, Håvard. ¿El socialismo del siglo XXI, una alternativa factible?. **Revista de Economía Institucional**, Bogotá , v. 11, n. 20, p. 287-307. June 2009 . Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0124-59962009000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-59962009000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- ALBA-TCP, *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América / Tratado de Comercio de los Pueblos*. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/>> Acesso em: 20 mar. 2013.
- ALLENDE, Isabel. **Las relaciones internacionales de Cuba**. 2008. Disponível em: <http://www.contextolatinoamericano.com/articulos/las-relaciones-internacionales-de-cuba/#> Acesso em: 20 out. 2013.
- \_\_\_\_\_. Cuba en la cooperación al desarrollo de la Unión Europea: posibilidades de una normalización de las relaciones. In: CUBA. **Cuba en los años 90: su reinserción en la economía internacional y el papel de Europa**. La Habana: Política, 1994. p.85-88.
- ALFONSO, Laneydi Martínez. CARICOM ante el mercado y la economía únicos: los desafíos del nuevo escenario. **Revista del Banco Central de Cuba**. La Habana, año 8, n. 4, p. 4-8, 2005.
- ALMENDRA, Carlos Cesar. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Revolução Cubana: história e problemas atuais**. São Paulo: Ed. Xamã, 1998. p.112-145.
- ALTMANN, Josette. **Alba: ¿un proyecto alternativo para América Latina?** Ed. FLACSO. fev, 2008.
- ALZUGARAY, Carlos Cuba: definiendo estrategias de política exterior en un mundo cambiante (2001-2011). In: SYMPOSIUM **CUBA FUTURES, PAST AND PRESENT**, organized by the Cuba Project Bildner Center for Western Hemisphere Studies. The Graduate Center (CUNY, March 31- April 21, 2011). Disponível em: <[www.cubaproject.org/wp-content/uploads/2011/08/Cuba-and-the-World1.pdf](http://www.cubaproject.org/wp-content/uploads/2011/08/Cuba-and-the-World1.pdf)> Acesso em: 23 mar. 2013.
- \_\_\_\_\_. La creación de una cancillería revolucionaria (1959-1965). In: CAIRO, Ana. **Raúl Roa: imaginarios**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2008. p.165-187.
- AMIN, Samir. **Imperialismo e Desenvolvimento Desigual**.. São Paulo: Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- ANDERSON, Perry. **Historia y lecciones del neoliberalismo**. 2012. Disponível em: <http://deslinde.org.com/Dsl25/historiaylecciones.htm> Acesso em: 02 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **As Linhagens do Estado Absolutista**. 3ªed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2011.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Ed. UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ARMENTEROS, Mercedes García. La economía cubana en el período 2000-2007. **Revista del Banco Central de Cuba**. La Habana, año 11, n. 1, p.6-9, 2008.

\_\_\_\_\_. La paradoja actual de América Latina y el Caribe. **Revista del Banco Central de Cuba**. La Habana, año 9, n. 3. p.2-9. 2006(a).

\_\_\_\_\_. CUBA: desempeño Económico en el 2005. **Revista del Banco Central de Cuba**. La Habana, año 9, n 1, p.2-5. 2006(b).

\_\_\_\_\_. RIVERÓN, Dayamis Muñoz. Tendencias actuales de la integración en América Latina y el Caribe. **Revista del Banco Central de Cuba**. La Habana, año 9, n. 2, p.2-9. 2006.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

ASIEN, Ernesché Rodríguez. **El Banco del Sur y el Banco del ALBA**. La Habana, año 11, n. 1, p.18-21. 2008.

AUGUST, Arnold. **Cuba y sus vecinos: democracia en movimiento**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

AZEVEDO, Elisabeth R.; HERBOLD, Hildegard. **Caribe: o paraíso submetido**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

AZICRI, Max. **Cuba: politics, economics and society**. London/New York: Ed. Elsie Deal/Pinter Publisher, 1988.

AZOPARDO, Raynier P. El papel de España en la UE y su impacto para las relaciones con Cuba. In: **Revista de Estudios Europeos**. La Habana, Vol. XV, n° 55/56 (jul-dic), 2009. p.123-156.

BATARD, Tomás Toledo. **La toma del poder**. La Habana: Editorial Política, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo, Ed. UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. et. al. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

**BOHEMIA.** Genuína democracia y unidad popular. Año 68, n° 42. La Habana, 15 de p.38, oct.,1976.

BOHRER, Marcos; FONSECA, Ludmila L.; BALARDIN, Rafael. **Mudanças Econômicas em Cuba no Século XXI.** III Congreso de Geografía Tropical de la Convención Tropical, Havana, 2012.

BRASIL. **Dados da Divisão de Inteligência Comercial do Ministério das Relações Exteriores.** 2013, Disponível em:

<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDCuba.pdf>>  
Acesso em: 15 mar. 2012.

BRAVO. Olga Miranda. **Cuba/USA: nacionalizaciones y bloqueo.** 2ª ed. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2003.

BEKAREVICH, A. D. **Cuba: las relaciones económicas internacionales.** Moscú: [s.], 1970.

BELL, José. LÓPEZ, Delia. CARAN, Tania. **Documentos de la Revolución cubana 1959.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina.** Tomo B. Barcelona: Crítica, 1998.

BRASIL. Dados da Divisão de Inteligência Comercial do Ministério das Relações Exteriores. 2012. Disponível em:  
<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDCuba.pdf>  
(Acesso em 15 mar. 2012).

BRIGNOLI, Hector Pérez. **Breve historia de Centroamerica.** Madrid: ED. Alianza, 1985.

BRUCAN, Silviu. **La disolucion del poder:** sociologia de las relaciones internacionales y políticas. Ciudad de Mexico: Siglo Veintinuno Editores/SA, 1974.

BUCH, Luis M.; SUÁREZ, Reinal. **Governo Revolucionario Cubano: primeiros passos.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

BUSSI, H.; CARDOZA, L. et. al. **Solidaridad latinoamericana con Cuba.** Cidade do México: Ed. Instituto Mexicano-Cubano de Relaciones Culturales “José Martí”, 1977.

CABRAL. Severino. Os Estados Unidos, a América Latina e o mundo do século XXI: forjando um novo espaço geopolítico. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais.** Porto Alegre, v.4, n.8, p.9-20, jul.-dez. 2015.

CANTÓN N., José; DUARTE H., Martín. **Cuba: 42 años de Revolución**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

CARBALLO, Rodolfo. **Misión Milagro: visión humanista y solidaria**. 2015. Disponível em: <<http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-2213-16/2014-04-01-19-47-07/salud/6309-mision-milagro-vision-humanista-y-solidaria>> Acesso em: 05 nov. 2015.

CARDOZO, Gustavo. **Cuba en la política exterior China**. Buenos Aires: Centro Argentino de Estudios Internacionales. Working Paper Programa Asia-Pacífico nº 024. 2006. Disponível em: <[http://www.caei.com.ar/sites/default/files/24\\_1.pdf](http://www.caei.com.ar/sites/default/files/24_1.pdf)> Acesso em: 14 fev. 2016.

CARMONA, Antonio J. Las relaciones comerciales de China con Cuba. **Observatorio de la Economía y la Sociedad China**. Málaga, n. 15, junho, 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/china/15/ajmc.html>> Acesso em: 14 fev. 2016.

CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2001.

CASTAÑEDA, J. **Che Guevara: a vida em vermelho**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

CASTILLA, Otvavio. Los mecanismos y sectores de la cooperación empresarial. Situación actual y perspectivas futuras. In: CUBA. **Cuba en los años 90: su re inserción en la economía internacional y el papel de Europa**. Habana: Editora Política, 1994. p.64-66.

CASTRO, Fidel. “Del informe al primer congreso del Partido Comunista de Cuba.” **Cuadernos Políticos**, Ciudad de Mexico, n. 7., p.79-97, ene.-mar. 1976. Disponível em: <<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/02/Informe-Central-I-Congreso-del-PCC.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso íntegro pronunciado por Fidel Castro en Santiago de Cuba el 1 de enero de 1959**. Disponível em: <[http://noticias.lainformacion.com/mundo/discurso-integro-pronunciado-por-fidel-castro-en-santiago-de-cuba-el-1-de-enero-de-1959\\_GR1rhbQk6ee14DirgVDwp5/](http://noticias.lainformacion.com/mundo/discurso-integro-pronunciado-por-fidel-castro-en-santiago-de-cuba-el-1-de-enero-de-1959_GR1rhbQk6ee14DirgVDwp5/)> Acesso em: 15 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, a u llegada a La Habana, en Ciudad Libertad, el 8 de enero de 1959**. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f080159e.html>> Acesso em 20 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en el Parque Central De New York, Estados Unidos, el 24 de abril de 1959**. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f240459e.html>> Acesso em 30 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en La Universidad Central de Caracas, Venezuela, el 23 de**

enero de 1959. Disponível em:

<<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f080159e.html>> Acesso em 20 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso Pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la sede de las Naciones Unidas, Estados Unidos, el 26 de septiembre de 1960.** Disponível em:

<<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f080159e.html>> Acesso em 20 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en el Acto Clausura de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Asia, Africa y America Latina (Tricontinental), en el Teatro Chaplin, La Habana, el 15 de enero De 1966.** Disponível em:

<<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/f150166e.html>> Acesso em: 07 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario el Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en el Acto de Masas con motivo de la Clausura del Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba. Plaza de la Revolucion, 22 de diciembre de 1975, "Año Del Primer CONGRESO".** Disponível em:

<<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1975/esp/c221275e.html>> Acesso: 07 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba, en la Apertura de la 79 Reunion del Comité Ejecutivo del Came, en el Salon de Embajadores del Hotel Habana Libre, en La Habana, el 18 de enero de 1977, "Año de la Institucionalizacion".** Disponível em:

<<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1977/esp/f180177e.html>> Acesso em: 12 jan. 2016.

CASTRO, Raúl. **Discurso en Seminario para Delegados del Poder Popular, 22 de agosto De 1974.** Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/autor/raul-castro-ruz/>> Acesso em: 07 fev. 2016.

CEPEC. **Perfil de Cuba: Información Comercial.** La Habana, 2014.

CERVERA, Jesús Arboleya. **La revolución del otro mundo: un análisis histórico de la Revolución Cubana.** La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2008.

\_\_\_\_\_. **El otro terrorismo.** La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

\_\_\_\_\_. **La revolución del otro mundo: un análisis histórico de la Revolución Cubana.** La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2008.

CHABAT, Jorge; VILLASANA, Lus María. La política mexicana hacia Cuba durante el sexenio de Salinas Gortari: mas allá de la ideología. **Foro Internacional.** Ciudad del México v. 43, n. 3, p.683-699, jul.-sep., 2003.

CHAMERO, Olga. **Las Relaciones de la República de Cuba con los países de la región de Asia- Pacífico**. Disponible em:  
<<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/ChameroTriasOlga.pdf>> Acesso em: 09 fev. 2016.

CHE GUEVARA, Ernesto. **Educación y hombre nuevo**. La Habana: Editorial Política, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pasajes de la Guerra Revolucionaria**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

\_\_\_\_\_. **En las Naciones Unidas**. Bogotá: Ed. Ocean Sur, 2007.

\_\_\_\_\_. **Política y Desarrollo**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 1993.

\_\_\_\_\_. **Textos econômicos**. São Paulo: Edições Populares, 1986.

\_\_\_\_\_. **Textos Econômicos: para a transformação do Socialismo**. São Paulo: Ed. Edições Populares, 1982.

CORDOVA, María Isabel Morales. Inauguran sucursal del Banco del ALBA. **Revista del Banco Central de Cuba**. La Habana, año 11, n. 1, p. 22-23, 2008.

CORONADO, Jaime P. & GONZÁLEZ, Pablo. Cuba en el Nuevo sistema interamericano del siglo XXI. In: AYERBE, Luis Fernando (coord.) **Cuba, EUA y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Barcelona: Ed. Icaria, 2011. p.47-68.

CUBA. Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución, 2011. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2011/05/folleto-lineamientos-vi-cong.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Informe Central del VI Congresso do PCC. 2011a. Disponible em:  
<[http://www.pcc.cu/no/congresos\\_asamblea/vi\\_congreso/informe\\_central\\_6to\\_congreso.pdf](http://www.pcc.cu/no/congresos_asamblea/vi_congreso/informe_central_6to_congreso.pdf)>  
Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. CONSTITUCIÓN DE LA REPUBLICA DE CUBA. (1992) Disponible em:  
<<http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm>> Acesso em: 17 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. (MINREX). **Cuba en la ONU: discursos del ministro de relaciones exteriores del Gobierno Revolucionario, Dr. Raúl Roa, en la Asamblea General y en el Consejo de Seguridad**. La Habana: Imprenta Nacional de Cuba, 1961.

CUEVA A. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1977.

DALMAU, Ángel. Cuba y la Unión Europea. In: **Revista de Estudios Europeos**. La Habana, v. XV, n 55/56, p.116-124, jul-dic, 2000.

D'ELIA, Yolanda; QUIROZ, Cristyn. **Las Misiones Sociales ¿Una Alternativa para Superar la Pobreza?** Caracas: Ed Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS), 2010.

D'ESTÉFANO, Miguel. **Política exterior de la Revolución Cubana**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2002.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

DÍAZ, Orlando Borrego. **El trabajo de dirección en el socialismo**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

DIAZ-ARGUELLES, Natasha; **Apoyo de Cuba al movimiento para la liberación de Angola**. 2009. La Habana: Instituto Superior de Relaciones Internacionales "Raul Roa Garcia". (Dissertação de Mestrado).

DIÉGUEZ, Andrés Zaldívar. **Bloqueo: el asedio económico más prolongado de la historia**. La Habana: Editorial Capitan San Luis, 2004.

DOMÍNGUEZ, Ricardo La política exterior cubana hacia América Latina y el Caribe: diálogo con las viejas derechas y las nuevas izquierdas. **Escenarios XXI**. Ciudad de México, año I, n. 8, mar-abr 2011. Disponible em: [www.wcenarios21.com/2011/0059.html](http://www.wcenarios21.com/2011/0059.html) Acesso em: 15 abr. 2014.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. **La política exterior de Cuba (1962-2009)**. Madrid: Editorial Colibrí, 2009.

DONGUI, Halperin. **História da América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1975.

DOUGHERTY, James & PFALTZGRAF, Robert. **Teorias en pugna en las Relaciones Internacionales**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

DOZER, Donald Marquand. **América Latina: uma perspectiva histórica**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1974.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **A Europa de 1815 aos nossos dias**. São Paulo: Ed. Pionera, 1976.

ESTRADA, Oscar F. Cambios en el funcionamiento de la economía cubana después del VI Congreso del PCC. In: Villanueva, Omar P. & PÉREZ, Ricardo T. (comp.) **Cuba: la ruta necesaria del cambio económico**. La Habana: Ed. Ciencias Sociales, 2013. p.56-79.

EVERLENY, O. El papel de la inversión extranjera directa en El desarrollo económico. La experiencia cubana. In: **Reflexiones sobre economía cubana**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

FALK, Pamela S. **Cuban Foreign Policy: Caribbean Tempest**. EUA: Lexington Books, 1986.

FARBER, Samuel. Samuel Farber y la crítica socialista de la realidad cubana. Entrevista. **Revista Sin Permiso**. 22 jan. 2012. Disponible em:  
<http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=4695> Acesso em: 02 fev. 2012.

FERMÍN T., Eudis F.; MORALES GARCÍA, Lucrecia; MORALES MANZUR, Juan Carlos. Petrocaribe: Cooperación energética para el desarrollo de los pueblos del Caribe y Centroamérica (2005-2008). **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**. Caracas. v.5, n. 9, p.12-28, ene.-jun. 2010.

FENOSA, Laia Tarragona. Diez años de Guantánamo: una década para las rebajas jurídicas en Estados Unidos. **Revista CIDOB d'afers internacionals**. Barcelona, n.97/98, p.325-342, abr. 2012.

FERNANDES, Oscar. Cambios en el funcionamiento de la economía después de VI Congreso del PCC. In: PÉREZ VILLANUEVA, Omar; TORRES PÉREZ, Ricardo (comp.) **Cuba: la ruta necesaria del cambio económico**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2013. p.56-80.

FERNANDÉZ, Damián. **Cuba, hablando gran, actuando gran**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003.

FERNANDÉZ, Áurea M. **España, Franquismo y Transición (1939-1982)**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2002.

FIGUERAS, Miguel A. Turismo: pasado, presente y sus impactos en la economía y sociedad. In: PÉREZ, Omar E.; TORRES, Ricardo. (Comp.) **Cuba: la ruta necesaria del cambio económico**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2013. p.204-255.

FRANKLIN, Jane. **Cuba-Estados Unidos: Cronología de una historia**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2015.

FORMENTO, Manuel Castro. **Cuba: mecanismos financieros en el período del socialismo clásico**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

GÁLVEZ, Willian. **Camilo: señor de la vanguardia**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1979.

GARCÍA, Ángel. L.; MIRONCHUK, Piotr. **Esbozo histórico de las relaciones entre Cuba-Rusia y Cuba-URSS**. La Habana: Academia de Ciencias de Cuba/Instituto de Ciencias Sociales, 1976.

GARCIA, Carlos M. **Propiedad social: la experiencia cubana**. La Habana: Ed. Política, 2005.

GARCÍA, Jesus M. **La economía cubana desde el siglo XVI al XX: del colonialismo al socialismo con mercado**. Ciudad de México: CEPAL, 2005.

GENTILI, Pablo & SADER, Emir. (comp.) **La trama del neoliberalismo**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2009

GIMENEZ, Armando. **Sierra Maestra: a Revolução de Fidel Castro**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Zumbi, 1959.

GONZÁLEZ, Fidel Vascós. **Socialismo y Mercado**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

GONZÁLES, Lázaro L. América Latina en la primera década del siglo XXI: posibilidades de ruptura. In: ANDRADE, Luis M. **Pensar Contra a Corrente**. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2009a. p.151-182.

GONZÁLES, Gerardo Trueba. Los cotos del bloqueo de EE.UU. a Cuba. Características y perspectivas. In: CUBA. **Cuba en los años 90: su reinserción en la economía internacional y el papel de Europa**. Habana: Editora Política, 1994. p.67-76.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2006.

GRANMA. 1991-2011. Disponível em: <http://www.granma.cu/> Acesso em: 28 nov. 2011.

GUTIÉRREZ, Gilberto Valdés. **Movimientos antisistémicos y gobiernos populares en la América Latina: nuevos desafíos**. In: ANDRADE, Luis M. **Pensar Contra a Corrente**. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2009. p.183-211

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

HARNECKER, Marta. **Imperialismo e Dependência**. Madri: Akal Editor, 1979.

HART, Armando. Raúl Roa canciller de la dignidad. In: CAIRO, Ana. **Raúl Roa: imaginários**. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, 2008. p.159-164.

HERNANDÉS G., Iris. Las tendencias del comercio internacional y su implicación en la economía en Cuba. **Ciencia & Futuro**. La Habana, v. 5, n. 2, 2015. p.81-95.

HERNANDÉS, Rafael. **Revolución/Reforma y otros contrapuntos cubanos**. In: ANDRADE, Luis M. **Pensar Contra a Corrente**. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, 2009. p. 91-115.

HERNÁNDEZ, Omar P. **Cuba-China: una relación política estratégica en ascenso**. Ciudad de México: Ed. UNAM, 2010.

HERRERA, Rémy; NAKATANI, Paulo. A dolarização cubana: elementos de reflexão para uma desdolarização. **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**. Caracas. v. IX, n. 2, p. 277-296, jun-dic, 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36490214> Acesso em: 17 fev. 2013.

HIDALGO, Vilma; DIOMEADIOS, Yaima. Dualidade monetaria en Cuba: causas e implicaciones de política económica. **Gestión en el Tercer Milenio**, Lima, v. 6, n. 11, p.53-62, 2003. Disponível em: [http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtual/publicaciones/administracion/v06\\_n11/dualidad.htm](http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtual/publicaciones/administracion/v06_n11/dualidad.htm) Acesso em: 28 dez. 2013.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. 25. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KIMCHE, David. A África negra e o Movimento de solidariedade dos povos afro-asiáticos. Disponível em: [www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n8\\_9\\_p93.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n8_9_p93.pdf) Acesso em: 24 mar. 2016

INSULZA, Jose Miguel. CUBA y la URSS en el nuevo contexto internacional. In: FLACSO. **América Latina y la Unión Soviética: una nueva relación**. Buenos Aires: FLACSO/RIAL. Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

ISQUIERDO, Ernesto V. Imperialismo neoliberal: imagen de una muerte anunciada. In: ANDRADE, Luis M. **Pensar Contra a Corrente**. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, 2009. p.212-243.

JARAMILLO, Isabel. **El multilateralismo en la política exterior de Cuba**. Santiago: FLACSO, 1999.

JIMENÉZ, Rubén G. **En octubre del 62: cohetes nucleares ne el Caribe**. La Habana: Casa Editorial Verde Olivo, 2014.

JIMÉNEZ, Sergio del Valle. **Camilo: táctica y estratégia de uma gran vitória**. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, 2009.

KAPCIA, Antoni. **Cuba in Revolucion: a history since the fifties**. London: Contemporary Worlds, 2008.

LAMBERT, Jacques. **América Latina: estruturas sociais e instituições políticas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

LAMRANI, Salim. **Cuba: Obama tomó la decisión más emblemática de su mandato y puso fin a una anomalía de otro tiempo**. 2013. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=193418> Acesso em: 04 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Fidel Castro, Cuba y los Estados Unidos**. La Habana: Editorial José Martí, 2007.

LAS CASAS, Bartolomé. **O paraíso destruído**. 2. ed. Porto Alegre: LP&M, 2007.

LE RIVEREND, Julio. **Breve história de Cuba**. Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciências Sociais, 2007.

\_\_\_\_\_. Raíces históricas de la amistad cubano-sovietica. In: GARCÍA, Ángel. L.; MIRONCHUK, Piotr. (ed.) **Los vínculos ruso-cubanos soviético-cubanos**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1989. p.5-13.

LENIN, V. **Imperialismo fase superior do capitalismo**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/> Acesso em: 14 set. 2013.

\_\_\_\_\_. La revolcion Socialista y el derecho de las naciones a la autodeterminación. In: PCUS. **Marx-Engels-Lenin**. Moscou: Editorial Progreso, 1975. p.77-83.

\_\_\_\_\_. O Estado y la Revolución. In: **Obras Completas**. Tomo 25. La Habana: Política, 1963. p.53-98

LEÓN, Rafael Plá; ARÓSTEGUI, Mely González. (Org.) **Marxismo y Revolución**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales/Centro de Investigación y Desarrollo de la Cuktura Cubana Juan Marinello, 2006.

LEOGRANDE, William M. Foreign Policy, The Limits of Success. In: DOMINGUEZ, Jorge J. **Cuba: Internal and International Affairs**. Beverly Hills/ London/ New Delhi: Sage Publications, 1982. p.167-192.

LÓPEZ, Claudio T. (Comp.) **21 años constroyendo**. Habana: Editorial Científico-Técnica, 1983.

LOPEZ, David Gonzalez. Relaciones Cuba-Africa: marco para un bojeo bibliográfico. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, ano 24, n. 3, p.601-630, 2002.

LÖWY, Michael. **O pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 1999.

LUENGO, F. La desintegración económica del Bloque del Este. **Cuadernos de Historia Contemporánea**. Madrid, n. 15, p.13-26, 1993.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1982

MARTÍ, José. **Nuestra América combate**. La Habana: Centro de Estudios Martinianos, 2009.

\_\_\_\_\_. **Política de Nuestra América**. La Habana: Fondo Cultural ALBA, 2006.

\_\_\_\_\_. “*Cartas de Martí*”. In: **Obras Completas**. La Habana: Centro de Estudios Martinianos, 1963. Tomo 10.

MARTÍNEZ, Carlos. El papel de Cuba en el Tercer Mundo: Centroamerica, Caribe, África. In: CUBA. **Balances y proyecciones de Cuba en los 80's**. La Habana, Oficina de Documentación, 1983. p.160-233.

MARTÍNEZ, José A. P. Cuál es el origen del dólar? **Revista del Banco Central de Cuba**. La Habana, año 7, n. 5. p.31-32, 2004.

MARTÍNEZ, Osvaldo. **Crisis global y pensamiento del Che sobre economía internacioanal**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

\_\_\_\_\_. Los retos del presente a la economía cubana. In: CUBA. **Cuba en los años 90: su reinserción en la economía internacional y el papel de Europa**. La Habana: Editora Política, 1994. p.48-56.

MARTINS, João Roberto Filho. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 12, p.67-82, jun. 1999.

MASCARÓS, Julio César. Aproximación al dólar estadounidense. **Revista del Banco Central de Cuba**. La Habana, año 7, nº 4 p.27-28, 2004.

MÉNDEZ, José L. M. **Cielo Amenazado**. La Habana: Ed. Capitán San Luís, 2014.

MESA-LAGO, Carmelo. La dolarización de la economía cubana. **Revista Estudios Internacionales**. Santiago, v.27, n.107-108, p.375-388, 1994.

MINREX. **Comunicados conjuntos suscritos por la delegación del partido y gobierno encabezada por el Cmdte: Fidel Castro por diversos países de Africa y de Europa Socialista**. La Habana, MINREX/Dirección de Países Socialistas, 1972.

MOLINA, Jesús M. García. **La economía cubana desde el siglo XVI al XX: del colonialismo al socialismo con mercado.** México (D.F.): CEPAL, 2005.

MONREAL, Pedro. **Cuba y la nueva economía mundial: el reto de la inserción en América Latina y el Caribe.** Indiana: Kellogg Institute. 1991.

MUÑIZ, Rubén. Es estado actual de las relaciones económicas y empresariales entre Europa y Cuba. In: CUBA. **Cuba en los años 90: su reinsertión en la economía internacional y el papel de Europa.** La Habana: Editora Política, 1994. p.57-63.

NYE Jr., Joseph S. **Soft Power: The means to success in world politics.** New York: Public Affairs, 2004.

\_\_\_\_\_. **O paradoxo do poder americano.** São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

NÚÑEZ, Gerardo González. La integración de Cuba en el Caribe. Una valoración empresarial. **Revista Nueva Sociedad.** Caracas, nº 151, p.1-12, sep.-oct, 1997. Disponible em: [http://nuso.org/media/articles/downloads/2632\\_1.pdf](http://nuso.org/media/articles/downloads/2632_1.pdf) Acceso em: 12 ago. 2013.

NUREDDIN, Mustafá. El Internacionalismo. Principio esencial de la Revolución Socialista de Cuba y su política exterior. 2004 Disponible em: [http://www.profesionalespcm.org/\\_php/MuestraArticulo2.php?id=2208](http://www.profesionalespcm.org/_php/MuestraArticulo2.php?id=2208) Acceso em 12 fev. 2016.

OCHOA, Francisco Rojas. Salud Pública Revolucionaria Cubana. **Revista Cubana de Salud Pública.** Habana. v. 35, n. 1, p.1-15, ene-mar. 2009.

OLIVA, Carlos. Las relaciones de Cuba con América Latina y el Caribe: el largo y tortuoso camino de la reconciliación. 2010. Disponible em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2010/files/1838.pdf> Acceso em: 30 mar. 2015.

OLIVEIRA, Maria de Fátima P. Ventajas competitivas de las empresas transnacionales como modelo empresarial del ALBA-TCP. In: CONGRESO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA: LA AUTONOMÍA DE UNA REGIÓN; ENCUENTRO DE LATINOAMERICANISTAS ESPAÑOLES 15. **Actas...** Caracas, 2012.

ONEI. (Oficina Nacional de Estadística e Información da República de Cuba). Disponible em: <http://www.one.cu> Acceso: 20 mar. 2014.

PADRÓN, José L. & BETANCOURT, Luis Adrián. **Batista: últimos días en el poder.** La Habana: Ed. Unión, 2008.

PÉREZ, Omar E; PONS, Saira. Política tributaria y cuentapropismo. In: PÉREZ, Omar E.; TORRES, Ricardo. (Comp.) **Cuba: la ruta necesaria del cambio económico**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2013. p.101-121.

PÉREZ, Raquel Cabrera. Por nuestros pesos convertibles no hubo que esperar. **Revista del Banco Central de Cuba**, La Habana, año 7, n. 4, p.22-23, 2004.

PEREZ-LOPEZ, Jorge. Tempos de cambio: tendências do comércio exterior cubano. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n. 216, p. 168-179, jul./ago. 2008. Disponível em: [www.nuso.org/upload/articulos/3541\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3541_1.pdf). Acesso em 7/abril/2013. Acesso em: 04 set. 2013.

PETRAS, James. VASAPOLLO, Luciano. VELRMEYER, Henry. CASADIO, Mauro. **Imperio con imperialismo**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004(a).

\_\_\_\_\_. **Império vs resistencia**. La Habana: Abril, 2004(b).

PETROBRAS. **Cuba**. 2011. Disponível em: <http://www.petrobras.com/pt/paises/cuba/cuba.htm> Acesso em: 23 nov. 2011.

PETUSHOV, Ivan. **La Republica de Cuba: 25 años de lucha y creación**. Ciudad de México: Editorial de la Agencia de Prensa Nóvosti/Ed. Madero, 1985.

POKROVSKAIA, I. “*Colaboració cultural (1960-72)*”. In: GARCÍA, Ángel. L.; MIRONCHUK, Piotr. (Ed.) **Los vínculos ruso-cubanos soviético-cubanos**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1989. p.158-176.

RAMONET, Ignácio. **Fidel Castro: Biografía a dos voces**. Buenos Aires, Ed: Debate, 2007.

\_\_\_\_\_. **Propagandas silenciosas**. La Habana; Fondo Cultural del ALBA, 2006.

RAMOS, Dernival Venâncio. A Invenção do Caribe como Contracultura e a Revolução Cubana. **Revista Brasileira do Caribe**, Goiania, v. 8, n. 16, p.460-471, jan.-jun., 2008.

REBELO, L. M. **O Outro Lado do Imperialismo: a reintegração da economia soviética no mercado capitalista mundial**. 1989. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado)

REINOSA, Milagros Martínez. **El Caribe en la política exterior cubana**. La Habana: Cátedra de Estudios del Carib. Universidad de La Habana, 1999.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELE, Jean-Baptiste. **Introdução à História das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia, 1967.

RODRIGUEZ, G. **El proceso de industrialización de la economía cubana**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1980.

RODRÍGUEZ, Carlos Rafael. (Comp.) **Raúl Roa: canciller de la dignidad**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986.

RODRÍGUEZ, José Luis. La economía cubana ante la cambiante coyuntura internacional. **Boletín de información sobre la economía cubana**. La Habana, v. 1, n. 1, p.5-22, 1992.

\_\_\_\_\_. El desarrollo económico de Cuba y sus perspectivas para el futuro. In: CUBA. **Balances y proyecciones de Cuba en los 80's**. La Habana, Oficina de Documentación, 1983. p.18-93.

ROETT, Riordan. La política exterior de Cuba y los EE.UU. **Revista Nueva Sociedad**. Caracas, n. 69 p.133-140, nov.-dez, 1983.

ROMANOVA, Z. **A expansão econômica dos Estados Unidos na América Latina**. Rio de Janeiro, 1968.

ROMERO, Antonio. **Cuba, su política exterior y la nueva arquitectura de gobernanza regional en América Latina y el Caribe**. 2015. Disponible em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2015/12/010-romero.pdf> Acceso em: 17 mar. 2016.

ROSA, Francisco J. La Alianza para las Américas- Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP): análisis de un proyecto de integración regional latinoamericana con una fuerte dimensión altermundialista. In: **Revista Venezolana de Ciencia Política**. Caracas, n°37, p.113-170, 2010.

ROZOS, Alberto Prieto. **Evolución de América Latina contemporánea: de la Revolución Cubana a la actualidad**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

SADER, Eder. (Org.) **Che Guevara – Política**. 2. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cartas a Che Guevara**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Cubana**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1985.

SALAZAR, Luis Suarez. Cuba: la política exterior en el período especial. **Revista Estudios Internacionales**. Santiago, v.27, n.107-108, p.307-334, 1994.

SALSAMENDI, Carlos Martínez. Posibilidades para la reinsertión de Cuba en la economía internacional y el papel de Europa. In: CUBA. **Cuba en los años 90: su reinsertión en la economía internacional y el papel de Europa**. La Habana: Editora Política, 1994. p.77-84.

SANDORO, Maurício. Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA. **RBPI**.v.53, n.1, p.130-140, 2010 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100007)> Acesso: 22 fev. 2013.

SAN MARTÍN, Rafael. **Biografía del Tío Sam**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

SÁNCHEZ, Aránzazu Tirado. **La utopía nustramericana y bolivariana: una aproximación a las proyecciones externas de la Revolución cubana y de la Revolución bolivariana de Venezuela**. 2011. Clasco red de posgrados. Disponível em: [https://www.academia.edu/6949864/La\\_utope%C3%ADa\\_nuestroamericana\\_y\\_bolivariana\\_una\\_aproximaci%C3%B3n\\_a\\_las\\_proyecciones\\_externas\\_de\\_la\\_Revoluci%C3%B3n\\_cubana\\_y\\_de\\_la\\_Revoluci%C3%B3n\\_bolivariana\\_de\\_Venezuela](https://www.academia.edu/6949864/La_utope%C3%ADa_nuestroamericana_y_bolivariana_una_aproximaci%C3%B3n_a_las_proyecciones_externas_de_la_Revoluci%C3%B3n_cubana_y_de_la_Revoluci%C3%B3n_bolivariana_de_Venezuela). Acesso em: 14 abr. 2013.

SANTOS, Theotônio. América Latina: democracia e ajuste estrutural. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 5, p.29-45, jul. 1996.

SAUNDERS, Frances S. **La CIA y la Guerra Fría cultural**. La Habana: Ed. Ciencia Sociales, 2003.

SECADE, Lázaro M. Las relaciones de la UE con Cuba y Estados Unidos. In: **Revista de Estudios Europeos**. La Habana, v. XX, n. 65, p.1-11, set.-dic. 2003.

SERBIN, Andrés. Cuba: la actualización del modelo económico y la política exterior en un mundo multipolar. 2012 Disponível em: [https://www.academia.edu/2962496/Cuba\\_la\\_actualizaci%C3%B3n\\_del\\_modelo\\_econ%C3%B3mico\\_y\\_la\\_pol%C3%ADtica\\_exterior\\_en\\_un\\_mundo\\_multipolar](https://www.academia.edu/2962496/Cuba_la_actualizaci%C3%B3n_del_modelo_econ%C3%B3mico_y_la_pol%C3%ADtica_exterior_en_un_mundo_multipolar) Acesso em: 27 jun. 2014.

SILVA, Sérgio Vieira da. A intervenção cubana em Angola revisitada. **Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**. Lisboa, n.12 p.69-103, 2012. Disponível em: [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4306/a\\_intervencao\\_cubana\\_em\\_angola\\_revisitada.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4306/a_intervencao_cubana_em_angola_revisitada.pdf?sequence=1) Acesso em 03 fev. 2016.

SIMAKOV, Iu. “*La URSS y Cuba: relaciones deportivas*”. In: GARCÍA, Ángel. L.; MIRONCHUK, Piotr. (ed.) **Los vínculos ruso-cubanos soviético-cubanos**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1989. p.226-243.

SWEEZY, Paul; HUBERMAN, Leo. **Reflexões sobre a Revolução Cubana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

\_\_\_\_\_. **Cuba: anatomia de uma Revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

TAIBO II, Paco Ignacio. **O ano que vivemos em lugar nenhum**. São Paulo: Scritta, 1995.

UN. 2012 Disponível em: <http://daccess-dds-y.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/254/59/PDF/N9225459.pdf> Acesso em: 17 nov. 2012.

VALDÉS, Julio Carranza. Cuba: los retos de la economía. **Cuadernos de Nuestra América**. La Habana, v. 19, p.147-162, 1993.

VÁZQUEZ, Yohanna Padrón. Un análisis del ordenamiento jurídico cubano. **Revista del Banco Central de Cuba**. La Habana, año 7, n.2, p.29, 2004.

VELIZ, Cláudio. (Coord.) **América Latina: estruturas em crise**. São Paulo: Ed. IBRASA, 1967.

VISACRO, Alexandre. **Guerra Irregular**. São Paulo: Contexto, 2009.

VISENTINI, P. et al.. **Revoluções e Regimes Marxistas**. Porto Alegre: Leitura XXI/NERINT/UFRGS, 2013.

VISENTINI, P.; RIBEIRO, L. PEREIRA, A. **Breve história da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VIZENTINI, Paulo G. F. **Da Guerra Fria à Crise**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

\_\_\_\_\_. **História do século XX**. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

VOLSKY, George. Cuba. In: HENRIKSEN, Thomas H. **Communist Powers and Sub-Saharan Africa**. California: Hoover Institution Press, 1981. p.57-83.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Cuba y Estados Unidos restablecen relaciones: ¡Feliz Año Nuevo!** Disponível em: <http://rebellion.org/noticia.php?id=194215> Acesso em: 26 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **O Sistema Mundial Moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Ed. Afrontamento, 1974.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/40007016/Kenneth-Waltz-Theory-of-International-Politics>. Acesso em: 22 abr. 2012.

ZEQUEIRA, Maria de Carmen B. **Una sociedad en crisis: La Habana al finales del siglo XIX**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2009.